UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARCELO FIGUEIREDO DE MENESES

Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução
pública (1890-1910)

São Paulo

2012

MARCELO FIGUEIREDO DE MENESES

Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração:
História da Educação e Historiografia.

Orientadora:
Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho

São Paulo

2012

Versão Corrigida

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37(81.61) Meneses, Marcelo Figueiredo de

M543c Circulação dos professores diplomados na escola normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910) / Marcelo Figueiredo de Meneses: orientadora Marta Maria Chagas de Carvalho São Paulo: s.n., 2012.

--- p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. História da educação _ São Paulo 2. Magistério – História – São Paulo – 1890-1910 3. Escola pública – História – São Paulo I. Carvalho, Marta Maria Chagas de, orient.

Nome: MENESES, Marcelo Figueiredo de

Título: Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A minha mãe e tia Débora, pelo amor e carinho.

A Camilla, minha companheira, por sempre estar presente, pela dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS

Com toda certeza deixarei de agradecer a pessoas importantes que contribuíram de alguma forma para a produção deste trabalho e para o final de mais uma etapa em minha vida. Ausências motivadas muito mais por um lapso momentâneo de memória que por esquecimento permanente das pessoas que cruzaram nosso caminho.

Gostaria de agradecer sinceramente à Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho, pela orientação e o tempo dedicado, mas também pela atenção, paciência e estímulo que foram importantes no decorrer das atividades na pós-graduação.

À CAPES e à Faculdade de Educação, pela bolsa de estudos que facilitou a conclusão desta dissertação.

À Pró-Reitoria da Pós-Graduação da USP, pelo apoio financeiro na realização de estágio na Universidade do Porto. À professora Margarida Felgueiras, pela recepção e apoio na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Aos professores Ana Clara Bortoleto Nery e Bruno Bontempi Júnior, pelas contribuições oferecidas na qualificação.

Aos funcionários e colaboradores do Arquivo Histórico Caetano de Campos, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Biblioteca da Faculdade de Educação.

Às professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, pela colaboração, auxílio e orientações em pesquisas realizadas no CME-FEUSP.

À Iomar Zaia, arquivista e pesquisadora do CME-FEUSP, sempre foi uma incentivadora, que, além de tudo, se tornou uma amiga.

Ao Rubens Taira, companheiro de pesquisas e aventuras do CME-FEUSP, comunidades indígenas e no interior paulista, grande amigo e colaborador na realização dos mapas de circulação deste trabalho.

Aos companheiros do CME-FEUSP, em especial, àqueles que participaram do projeto do *Material didático para preservação do patrimônio público documental paulista: Kit do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP*. Aos professores que passaram pela coordenação do CME-FEUSP.

Ao grande amigo Nedir Fernandes, professor entusiasmado, geógrafo apaixonado e alma generosa, pelos incentivos para iniciar a graduação e o mestrado.

A meus sinceros amigos, quase irmãos, pelos caminhos que trilhamos juntos.

As minhas tias, Débora e Iara, pelo carinho e preocupação que sempre tiveram com minha educação e meu futuro.

Deste horto de energias e estudos, têm saído centenares e centenares de mudas viçosas, que, transplantadas do viveiro natal, foram florescer e frutificar nas cidades e povoações que esmaltam a forte e bella terra de S. Paulo; e, honra mais alta para vós, os governos de outros Estados vêm procurar aqui educadores para sua gente – tão clara é a fama que rodeia esta “alma parens”.

Discurso de Olavo Bilac pronunciado na Escola Normal em Abril de 1917.

RESUMO

MENESES, Marcelo Figueiredo de. **Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

Esta dissertação teve o objetivo de investigar a circulação das turmas de alunos diplomados pela Escola Normal de São Paulo, na última década do século XIX, pelas funções docentes e administrativas da instrução pública paulista, no período 1890-1910. Esses homens e mulheres com o diploma da Escola Normal, considerados por diversos autores, como uma espécie de elite do professorado, tiveram participação em importantes cargos administrativos do aparelho escolar paulista, conforme realçado na bibliografia especializada. O estudo analisou a trajetória profissional de um conjunto bem delimitado desses professores, verificando para quais escolas ou cargos foram nomeados ou removeram-se, e também por quais regiões do estado deslocaram-se, com a finalidade de mapear seu trânsito pelas instituições de ensino e sua distribuição pelo território paulista. Se para o regime republicano esses professores eram imprescindíveis para a reforma da instrução pública, os mesmos deveriam assumir as escolas que estavam sendo instaladas em todo o estado, como forma de difundir o conhecimento e os modos de ensinar preconizados pelo Governo. No entanto, constatou-se que a disseminação desses profissionais capacitados por todo o estado, nas duas primeiras décadas republicanas, foi restrita. Além de sua baixa permanência nas escolas públicas, sobretudo nas escolas isoladas, instaladas nos bairros ou zonas rurais. Os normalistas foram ocupando sistematicamente os cargos em escolas graduadas instaladas em centros urbanos e, notadamente, os homens, os cargos administrativo-burocráticos.

Palavras-chave: Escola normal; normalista; carreira docente; instrução pública.

ABSTRACT

MENESES, Marcelo Figueiredo de. **The circulation of the graduated teachers from the state normal school of São Paulo through the state's public system of primary education (1890-1910)**. Thesis (master). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

This thesis aims at investigating the movement of groups of students graduated from São Paulo Normal School in the last decade of the nineteenth century, by means of the academic and administrative functions of São Paulo public education in the period 1890-1910. These men and women with a diploma from Normal School and considered by many authors as a kind of professorate elite have participated in important administrative positions of the São Paulo school scenario as highlighted in the specialized bibliography. The study analyzed the professional career of a well-defined team of these teachers, verifying to which schools or positions they were appointed or removed from, and also to which regions of the state they were transferred in order to map their transit through educational institutions and their distribution within São Paulo State. If for the republican regime these teachers were essential for the public education reform, they should have assumed the schools that were installed throughout the state as a way of spreading knowledge and ways of teaching commended by the Government. However, it was verified that the spread of these trained professionals throughout the state, in the first two decades of the Republic, was restrict and their permanence in public schools, especially in isolated schools located in neighborhoods or in rural areas was short. The teachers systematically occupied positions at graduate schools located in urban centers and, especially, the men occupied administrative-bureaucratic positions.

Key-words: Normal School; Normal School student [normalista]; teaching carrier; public instruction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Divisão regional do estado de São Paulo em 1940.....	71
Mapa 2 – Área urbanizada da cidade de São Paulo 1882/1914	75
Mapa 3 – Turma de diplomados 1890 – carreira na instrução pública.....	159
Mapa 4 - Turma de diplomados 1891 – carreira na instrução pública.....	165
Mapa 5 - Turma de diplomados 1892 – carreira na instrução pública.....	170
Mapa 6 - Turma de diplomados 1893 – carreira na instrução pública.....	176
Mapa 7 - Turma de diplomados 1894 – carreira na instrução pública.....	183
Mapa 8 - Turma de diplomados 1895 – carreira na instrução pública.....	188
Mapa 9 - Turma de diplomados 1896 – carreira na instrução pública.....	193
Mapa 10 - Turma de diplomados 1897 – carreira na instrução pública.....	198
Mapa 11 - Turma de diplomados 1898 – carreira na instrução pública.....	204
Mapa 12 - Turma de diplomados 1899 – carreira na instrução pública.....	211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Primeira nomeação 1890-1899.....	134
Gráfico 2 – Normalistas diplomados entre 1890-1899. Primeiro cargo no magistério público.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas existentes e normalistas diplomados.....	55
Quadro 2 – Relação de diplomados pela Escola Normal de São Paulo entre os anos de 1881 a 1910.....	57
Quadro 3 – Relação de diplomados pela Escola Normal de São Paulo entre os anos de 1889 a 1910. Comparação entre diferentes documentos.....	59
Quadro 4 – Diplomados em 1890 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	91
Quadro 5 - Diplomados em 1890 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	92
Quadro 6 - Diplomados em 1890 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	93
Quadro 7 - Diplomados em 1891 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	96
Quadro 8 - Diplomados em 1891 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	97
Quadro 9 - Diplomados em 1891 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	98
Quadro 10 - Diplomados em 1892 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	100
Quadro 11 - Diplomados em 1892 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	102
Quadro 12 - Diplomados em 1892 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	103
Quadro 13 - Diplomados em 1893 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	105
Quadro 14 - Diplomados em 1893 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	106
Quadro 15 - Diplomados em 1893 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	107
Quadro 16 - Diplomados em 1894 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	109

Quadro 17 - Diplomados em 1894 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	110
Quadro 18 - Diplomados em 1894 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	111
Quadro 19 - Diplomados em 1895 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	114
Quadro 20 - Diplomados em 1895 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	115
Quadro 21 - Diplomados em 1895 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	116
Quadro 22 - Diplomados em 1896 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	119
Quadro 23 - Diplomados em 1896 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	119
Quadro 24 - Diplomados em 1896 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	120
Quadro 25 - Diplomados em 1897 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	122
Quadro 26 - Diplomados em 1897 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	123
Quadro 27 - Diplomados em 1897 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	124
Quadro 28 - Diplomados em 1898 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	126
Quadro 29 - Diplomados em 1898 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	127
Quadro 30 - Diplomados em 1898 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	127
Quadro 31 - Diplomados em 1899 pela Escola Normal de São Paulo. Primeira nomeação no magistério.....	129
Quadro 32 - Diplomados em 1899 pela Escola Normal de São Paulo. Local da primeira nomeação no magistério.....	132
Quadro 33 - Diplomados em 1899 pela Escola Normal de São Paulo. Cidades da primeira nomeação no magistério.....	132

Quadro 34 – Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1890.....	151
Quadro 35 – Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1890 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	158
Quadro 36 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1891.....	161
Quadro 37 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1891 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	164
Quadro 38 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1892.....	167
Quadro 39 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1892 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	169
Quadro 40 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1893.....	172
Quadro 41 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1893 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	174
Quadro 42 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1894.....	178
Quadro 43 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1894 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	181
Quadro 44 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1895.....	185
Quadro 45 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1895 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	187
Quadro 46 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1896.....	189
Quadro 47 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1896 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	191
Quadro 48 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1897.....	195
Quadro 49 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1897 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	197
Quadro 50 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1898.....	200

Quadro 51 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1898 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	203
Quadro 52 - Trajetória profissional dos normalistas – Tempo de atividade no magistério – turma 1899.....	206
Quadro 53 - Relação da trajetória profissional dos normalistas diplomados no ano de 1899 e que iniciaram suas carreiras até dois anos após a formatura.....	209

LISTA DE SIGLAS

AESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
AHCC	Arquivo Histórico Caetano de Campos
CME-FEUSP	Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
A origem da pesquisa.....	17
O recorte temporal: periodização contemplada pela pesquisa.....	22
A construção do instrumento de pesquisa e as fontes documentais.....	28
Estruturação da dissertação: os capítulos.....	37
 CAPÍTULO I: A Escola Normal, os normalistas e o território paulista.....	39
1.1 – Escola Normal de São Paulo: discursos e reformas republicanas.....	46
1.2 – A formação do professor normalista e sua posição na instrução pública.....	60
1.3 – Por onde caminhavam os normalistas: o estado de São Paulo e as escolas públicas.....	69
 CAPÍTULO II – Enfim, professor normalista! Início da carreira profissional na instrução pública paulista.....	80
2.1 – Depois da diplomação, as nomeações.....	80
2.2 – Turma a turma: um olhar sobre os diplomados pela Escola Normal de São Paulo.....	88
2.2.1 – A primeira nomeação.....	89
 CAPÍTULO III – O desenvolvimento da carreira dos professores normalistas no magistério público paulista.....	139
3.1 – Remoções e permutas dos professores pelas instituições de ensino.....	141
3.2 – Desenvolvimento da carreira dos normalistas na instrução pública.....	146
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	225
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	230
ANEXOS.....	233
ANEXO (DVD-ROM)	

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende abordar a circulação profissional dos professores normalistas, diplomados pela Escola Normal de São Paulo entre 1890 e 1899, tanto pelo estado como pelas instituições e órgãos de ensino e suas particularidades de tempo, como permanência nos locais de trabalho, características das escolas para onde foram nomeados, as regiões e cidades por onde se deslocavam, entre outros temas referentes à carreira do normalista, dentro dos limites possíveis e impostos.

Este estudo, que será apresentado, como resultado de meu percurso como pesquisador e aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP, é composto de dois produtos: a dissertação propriamente dita sobre a carreira dos professores normalistas nas primeiras décadas da República e um instrumento de pesquisa anexado ao estudo que compila informações sobre os normalistas investigados, cuja apresentação será feita mais adiante.

A origem da pesquisa

Antes de apresentarmos a forma de construção da pesquisa, faz-se imprescindível relatar que o interesse pelo objeto do estudo originou-se da participação em pesquisas realizadas no Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CME-FEUSP).

Dentre os diferentes trabalhos realizados no CME-FEUSP, com o grupo de pesquisadores¹, destacamos os que tiveram grande importância para refletir sobre o tema formação de professores e a circulação dos normalistas pelas instituições de ensino, o projeto de pesquisa intitulado “*Material didático para preservação do patrimônio público documental paulista: Kit do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP*”², coordenado pela Profa. Dra. Maria Cecília Cortez

¹ Destaco a atuação com as profas. Marta Maria Chagas de Carvalho, Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, Cecília Hanna Mate e Carmem Sylvia Vidigal Moraes, então coordenadoras do CME-FEUSP, e da equipe de pesquisadores, Iomar Zaia, Rubens Massao Taira, Débora Pereira dos Santos, Nathália Luque Vazquez e Victor Shirai.

² O projeto de pesquisa teve como objetivo realizar um diagnóstico sobre a situação dos acervos das escolas mais antigas do Estado de São Paulo, que são as bases para a organização de um guia preliminar das fontes (arquivísticas, museológicas e bibliográficas) existentes nas escolas, além disso cooperar na conscientização da comunidade escolar para o estudo, guarda, preservação e utilização no processo

Christiano de Souza, no qual participei como bolsista FAPESP. E o outro projeto “*Escolas normais e grupos escolares de São Paulo: uma proposta de levantamento e diagnóstico documental*”, coordenado pela Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho, financiado pelo CNPq, no qual participei como pesquisador convidado.

No primeiro projeto, foram visitadas 170 escolas do estado de São Paulo, criadas entre os anos de 1893 até meados de 1940³, como grupos escolares, escolas complementares, escolas modelos, escolas normais e ginásios, abrangendo todas as regiões do estado. A participação nesse projeto foi importante por permitir observar *in loco* como se encontravam os acervos documentais, bibliográficos, de peças (incluindo mobiliário e material pedagógico) e o estado de preservação de algumas escolas centenárias.

O contato com os documentos dessas instituições e o acesso às suas dependências contribuíram para dimensionar, o que anteriormente havia sido apreendido por meio de obras historiográficas ou memorialistas, sobre a constituição do ensino no estado, sobretudo do período republicano, quando foram construídos edifícios especialmente para abrigar as escolas públicas (WOLFF, 2010). Portanto, uma experiência importante e complementar, para quem estudava com interesse a história da educação brasileira e paulista.

Outrossim, também foi possível observar o quanto estão correndo riscos os documentos nos arquivos de algumas instituições, sobretudo pela ausência de uma preservação adequada, o que pode vir a acarretar a perda definitiva de documentos de grande valor histórico, produzidos ainda nos primeiros anos de funcionamento dessas escolas. Urge que ocorram ações efetivas de preservação, guarda e disponibilização de acesso dessa documentação, como forma auxiliar na produção da História da Educação⁴.

pedagógico dos documentos existentes em seu arquivo escolar como significativos para o estudo da História e Memória da educação no estado de São Paulo.

³ Durante o projeto, visitei 42 escolas em 33 cidades paulistas, entre elas, todas as antigas escolas complementares ou normais do interior do estado. Dentre as antigas escolas normais, o projeto não contemplou o acervo da Escola Estadual Caetano de Campos (Escola Normal de São Paulo) e da Escola Estadual Carlos Gomes em Campinas (Escola Normal de Campinas), a primeira, por ter seus arquivos históricos organizados por pesquisadores do Centro de Referência em Educação Mario Covas, e a última, por ser objeto de pesquisa e preservação de pesquisadores da Unicamp.

⁴ Esses documentos não estando organizados e preservados de forma adequada dificultam o acesso do pesquisador, pois como avalia Luciano Mendes de Faria Filho (1998), as práticas de arquivos interferem de forma positiva ou negativa nas pesquisas e a ausência de instrumentos de pesquisa, como os guias e inventários, dificultam o trabalho do pesquisador.

O segundo projeto, ocorreu concomitantemente ao primeiro, pois durante as visitas às escolas, realizávamos entrevistas com os mais antigos professores, diretores, funcionários e alunos das instituições escolares⁵ que, geralmente, já se encontravam há muito tempo aposentados. Todos os entrevistados foram indicados por membros da instituição visitada e, em alguns casos, conseguimos registrar o depoimento de pessoas que estudaram ou lecionaram nessas escolas ainda na primeira metade do século passado.

O interesse da pesquisa recaia sobre um recorte temático, as questões de investigação histórica sobre as escolas visitadas, sendo os depoimentos conduzidos a esclarecer ou relatar fatos ligados ao passado, funcionamento e cotidiano dessas instituições, mas, com os primeiros contatos com os depoentes, percebemos que as narrativas poderiam tratar do conjunto de experiência de vida dos antigos professores⁶, alunos e funcionários das escolas visitadas.

Assim, as questões tornaram-se mais amplas e englobaram narrativas, desde o início da vida como aluno, até um recorte sociocultural das famílias dos depoentes, por entender que o social é um fator importante na constituição da memória de cada indivíduo, influenciando no que e como serão suas lembranças, conforme Ecléa Bosi (1994, p. 54), “a memória do indivíduo depende do relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”.

Com esse novo enfoque, o projeto pretendia contribuir com as investigações que privilegiam os estudos sobre a cultura escolar, as práticas cotidianas dos docentes, discentes e funcionários administrativos que são partes constituintes dessa cultura, além de possibilitar a pesquisa sobre a vida e carreira desses personagens, bem como produzir relatos que permitissem abordar questões sobre a história a respeito das instituições de ensino (VIDAL, 2005).

A realização e a compilação dessas entrevistas permitiram que os próprios agentes que participaram do passado dessas instituições de ensino, contribuíssem com a pesquisa, visto que ao trazê-los para o centro dos questionamentos, revelaram as

⁵ 108 entrevistas foram realizadas em 80 cidades do estado de São Paulo, que foram transcritas e arquivadas no CME-FEUSP.

⁶ Como destaca Michael Hubermann, é a partir da década de 1970, que se iniciam os estudos sobre o ciclo de vida e a carreira dos professores.

representações que construíram sobre a escola, a educação, sua formação e sua vida prática⁷.

Nesse projeto, a participação entrevistando antigos docentes e diretores, especialmente, os que iniciaram suas carreiras no magistério anterior à década de 1960, foi um dos principais fatores que instigaram a produção desta dissertação. Visto que nesses depoimentos diversos temas foram abordados, desde a formação familiar, o início dos estudos, as impressões sobre as antigas escolas que frequentaram, os estudos no curso normal, até o efetivo trabalho docente nas escolas primárias.

As questões sobre a formação profissional e atuação no ensino foram as que despertaram maior interesse, pois relatavam as dificuldades no momento de prestarem o exame de admissão às escolas normais, as dificuldades para conclusão do curso, tais como: o conteúdo curricular, o rigor disciplinar que era exigido e, em muitos casos, o fato da aluna⁸ sair de sua cidade para residir nas cidades que mantinham escolas normais, hospedando-se em casas de parentes, internatos ou pensões, ou ainda, viajar 1 ou 2 horas todos os dias para frequentar o curso.

Após a formatura, os caminhos para iniciar a carreira profissional não eram menos tortuosos; muitas professoras relataram que começaram no magistério em escolas isoladas situadas na zona rural, instaladas precariamente em imóveis oferecidos pela comunidade, pelos donos das fazendas ou pelo Estado. Geralmente, as escolas para onde eram nomeadas, localizavam-se afastadas das cidades onde residiam, o que obrigava a professora a residir próximo à escola ou a se deslocar por grandes distâncias nem sempre por meio de transporte adequado⁹.

Além disso, essas professoras recém-formadas, sem nenhuma experiência na prática de sala de aula, regiam escolas em que em uma mesma sala estudavam alunos de diferentes graus de adiantamento e idade, não contando com o auxílio de outros professores ou funcionários. Por ser uma escola isolada ou de professor único, também

⁷ “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (...) O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista” (BOSI 1994, pp. 55). Grifo da autora.

⁸ No período, o curso normal era quase exclusivamente composto por mulheres. O número de mulheres entrevistadas foi muito superior ao dos homens e, quase a totalidade delas iniciou suas carreiras docentes em escolas primárias.

⁹ Muitas professoras relataram que percorriam grandes distâncias a pé, em caronas improvisadas na caçamba, boleia ou em qualquer veículo que fizesse o caminho para a escola. Nas entrevistas, foi comum as professoras afirmarem que, para iniciarem a carreira, tiveram de escolher escolas vagas, quase sempre situadas em zonas rurais ou em outras cidades.

ficavam responsáveis pela escrituração, limpeza e, até mesmo, como foi citado por uma entrevistada, preparar a merenda.

Esses relatos impressionaram, já que em muito se assemelharam às descrições sobre as escolas isoladas e à condição dos professores no final do século XIX e começo do XX¹⁰, mesmo tendo passados 30 ou 40 anos, muitas entrevistadas iniciaram suas carreiras em meados da década de 1950, as professoras das zonas rurais enfrentaram quase as mesmas dificuldades para iniciar a carreira docente.

Mesmo sem a preocupação de determinar a “verdade” dos fatos relatados, pois “memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais” (MEIHY 2005, p. 63), nesses depoimentos, foi possível apreender a dificuldade de instalação e expansão com qualidade da rede pública de ensino pelas diversas regiões do estado que, por motivos dos mais variados, certamente alcançam a atualidade.

Com a análise dos discursos das professoras e as semelhanças das dificuldades encontradas pelos professores de meados do século XX com os relatos do século passado, foi pensado como esses agentes reconstroem as experiências vividas no passado, e como essa memória individual mostra-se, sobretudo, uma memória coletiva de um grupo social ou de uma comunidade, pois, conforme Meyhy :

Mais do que a soma das memórias individuais, a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade. A memória coletiva é reconhecida no cruzamento de temas comuns – identidade – das narrativas individuais. Onde se dão os pontos de afinidades temáticas, estabelecem-se as memórias coletivas. (Meyhy, 2005, p. 64)

Dessa forma, será que as professoras entrevistadas construíram seus relatos exclusivamente com base no que vivenciaram ou essas memórias também eram partes de uma memória coletiva de um grupo social, no caso dos docentes do ensino primário?

De qualquer forma, mesmo não correspondendo a “fatos concretos” ou à realidade vivenciada pela entrevistada, o conjunto de depoimentos demonstrou que as professoras, sobretudo do curso primário, enfrentaram adversidades para concluírem o

¹⁰ Nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, existem diversos relatórios de inspetores escolares que abordam a precariedade das escolas isoladas. Ver também autores como Antunha (1976), Reis Filho (1981), Costa (1983), Souza (1998, 2006), Marcílio (2005).

curso de formação no interior do estado e também para iniciar a carreira profissional, mesmo com a grande expansão do ensino público que ocorreu, sobretudo, após 1940 (BEISIEGEL, 2005).

A reflexão sobre essas dificuldades despertou o interesse em pesquisar como se dava o deslocamento e a circulação de um grupo de professores, no caso, os normalistas, pelas instituições de ensino e pelas regiões do estado no final do século XIX.

Certamente uma tarefa hercúlea para homens e mulheres, em alguns casos, ainda bastante jovens¹¹ que depois de formados poderiam ser nomeados para escolas instaladas em locais afastados de centros urbanos e, muitas vezes, tendo de organizar e lecionar em estabelecimentos em que eram o único professor.

Ante o exposto, a presente pesquisa é uma investigação sobre a circulação dos professores normalistas, diplomados exclusivamente pela Escola Normal de São Paulo, pelas instituições da instrução pública paulista e pelo estado de São Paulo. O presente estudo visa apresentar como esses normalistas, formados em uma instituição considerada de padrão elevado (TANURI, 1979), ocuparam as escolas instaladas pelo regime republicano, e como era o alcance ou influência dos mesmos pelo território paulista.

O estudo da circulação desses normalistas suscita a questão da disseminação do conhecimento produzido pela Escola Normal por meio de seus alunos-mestres. Será que os normalistas, oriundos de um curso de formação com currículo e prática de ensino renovada pelo regime republicano, disseminaram esse conhecimento pelas mais variadas regiões do estado e de suas escolas? É o que pretendemos responder com os resultados da pesquisa.

O recorte temporal: periodização contemplada pela pesquisa

A pesquisa teve como foco os professores normalistas diplomados na primeira década republicana, ou seja, entre 1890 e 1899. Mas, por que da escolha desses professores normalistas e dessa periodização?

¹¹ Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892, artigo 25 § único, os alunos com 16 anos já poderiam se inscrever nos concursos de admissão para a Escola Normal.

Algumas informações são importantes, para que haja melhor compreensão do motivo da escolha desses profissionais, em detrimento dos normalistas diplomados sob a égide da monarquia ou os diplomados nas primeiras décadas do século XX.

Agentes principais para a organização de qualquer sistema de ensino, praticamente até os dias atuais, a formação profissional do professor foi iniciada no Brasil¹² na primeira metade do século XIX, quando foram criadas as escolas normais.

Em São Paulo, a Escola Normal no decorrer de sua existência adquiriu um papel preponderante para a formação de professores qualificados, que deveriam reger as escolas de ensino público, sobretudo as de primeiras letras ou do curso primário. Pela importância que adquiriu a instituição, muitos professores diplomados na Escola ocuparam cargos de destaque na instrução pública (MONARCHA, 1999).

Entendemos que, desde o ano de 1880, quando foi reaberta a Escola Normal de São Paulo, de forma definitiva¹³, essa instituição assumiu características mais complexas, se comparada aos anos anteriores de seu funcionamento. Seu currículo, a duração do curso e o número de cadeiras foram ampliados, se anteriormente o curso era de 2 anos, depois do ano 1880, passou a ser de 3 anos distribuídos em cinco cadeiras inicialmente e depois elevadas para oito¹⁴. Nessa terceira fase, o número de alunos diplomados também se ampliou ano após ano, totalizando 357 diplomadas entre 1881 e 1889¹⁵.

Essa organização do curso normal iria seguir até 1890, com a reforma republicana¹⁶, conhecida posteriormente como Reforma Caetano de Campos. A reforma manteve a duração do curso em 3 anos e ampliou o número de cadeiras de oito para dez¹⁷, aumentou e alterou o programa de ensino, criando ainda a Escola Modelo para a observação e prática de ensino dos alunos-mestres. A partir de então, a Escola Normal torna-se uma das peças centrais nas posteriores reformas do ensino, pois, no discurso

¹² As primeiras escolas normais do Brasil foram criadas em Minas Gerais, em 1835; Rio de Janeiro, em 1835; Bahia, em 1836; Cuiabá, em 1842 e São Paulo, em 1846, embora como aponte Villela (2010, p. 104), algumas foram criadas e não instaladas, caso de Minas Gerais e Bahia. Foi comum, durante o decorrer da história dessas instituições, períodos de funcionamento e de fechamento do curso normal.

¹³ Criada pela Lei Provincial nº 34 de 16 de março de 1846 e fechada pela Lei nº 17, de julho de 1867. Reaberta pela Lei Provincial nº 9 de 22 de março de 1874 e inaugurada em fevereiro de 1875, fechada por ato do presidente da província em 9 de maio de 1878. E a terceira abertura deu-se pela Lei nº 130 de 25 de abril de 1880. Cf. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, pp.79-85.

¹⁴ Ibidem, pp. 86-88

¹⁵ Por ter sido Proclamada a República, somente em meados do mês de novembro de 1889, os alunos diplomados nesse ano ainda estavam regidos pelas leis e regimentos monárquicos.

¹⁶ Decreto nº. 27, de 12 de março de 1890.

¹⁷ Informações a respeito das reformas do ensino na Escola Normal serão retomadas no Capítulo I.

dos governantes republicanos, somente com professores bem preparados seria possível instituir um sistema de ensino com qualidade.

A Escola Normal de São Paulo reformada, a partir de 1890 pelo regime republicano e, exaltada em discursos como uma instituição modelar de formação de professores capacitados, teve seu embrião na reabertura e as reformas instituídas no decorrer da década de 1880, não foi uma invenção ou criação dos reformadores republicanos, mas, um desenvolvimento da percepção de educadores, políticos e da sociedade sobre a importância de uma instituição de formação profissional para docentes.

Como apontado por Dias (2008), as obras produzidas, posteriormente, sobre a Escola Normal colaboraram para o esquecimento do que havia sido realizado no período monárquico, valorizando os feitos republicanos na instrução pública e formação de professores.

Ao tratar desse assunto, mesmo que de forma superficial, tendo em vista que não é o objetivo do trabalho realizar uma comparação entre a Escola Normal de São Paulo durante os dois regimes, pretende-se mostrar a questão da importância que a instituição adquiriu, desde o período de sua reabertura definitiva, até desaguar nas reformas realizadas pelos republicanos.

Dito isso, a escolha pelos professores diplomados, entre 1890 e 1899, não representa uma ideia dicotômica entre o regime monárquico e o republicano, quem foi o melhor ou pior, inovações ou retrocessos e, assim por diante. Entendemos que as mudanças ocorreram, conforme o contexto histórico do momento em que estava inserida a sociedade, tendo recaído a escolha sobre a primeira década republicana em decorrência de fatores que contribuiriam para a produção da pesquisa.

Em primeiro lugar, esta escolha deu-se pelo interesse em apreender como ocorreu a distribuição desses docentes recém- formados em uma instituição reformulada no alvorecer do regime republicano, que deveriam ser portadores da regeneração da sociedade por meio das instituições de ensino que estavam sendo implantadas por todo o território paulista, bem como de que forma esses homens e mulheres com um título de normalista, obtido no período áureo do interesse pela instrução pública (CATANI, 2003), ocupavam os diversos modelos de instituições de ensino em diferentes regiões do estado.

Como sugeriu Hilsdorf (2002, p.98), o sistema de ensino paulista era organizado de forma capilar, ou seja, o conhecimento propagado na Escola Normal de São Paulo

era disseminado às demais instituições de ensino, desde as escolas complementares ou normais primárias até chegar às escolas isoladas.

Mesmo que a autora tenha se referido à disseminação do conhecimento e da influência dos normalistas na década de 1920, foi pensando nessa capilarização que surgiu o interesse de verificar como se distribuíam esses mestres, portadores de um novo conhecimento, pelas instituições de ensino público na primeira década republicana, período no qual as instituições estavam sendo reformadas ou implantadas pelos governos.

Outra questão decisiva para a escolha do recorte temporal e do objeto de pesquisa foi a disponibilidade das fontes de pesquisa, visto que, com base na instalação do governo republicano, deu-se início à estruturação burocrática do governo estadual, de forma, que os documentos produzidos adquiriram uma padronização e disseminação informacional das atividades governamentais¹⁸.

Por necessitar de uma análise de um período longo para identificar os destinos dos normalistas, era importante que o conjunto documental selecionado reunisse de forma padronizada informações fundamentais para a investigação, tais como: nomeações, remoções, transferências, permutas, nomes das escolas e do local onde estavam instaladas etc., a falta de documentos ou lacuna de informações prejudicaria a investigação que dependia do acompanhamento da carreira profissional de um conjunto de professores por um determinado período.

Dessa forma, a escolha do período do último decênio do século XIX deu-se também por observar um conjunto serial de documentos oficiais produzidos¹⁹ que davam conta das questões que pretendiam ser investigadas. Apesar da pesquisa não ter como origem uma História Serial nos moldes da escolha do objeto em função de uma determinada série de fontes documentais (BARROS, 2005), estas foram importantes para a seleção do recorte do conjunto de professores diplomados pela Escola Normal.

¹⁸ Em 1891, foram criadas as secretarias com funções de auxílio da administração pública, entre elas, a Secretaria do Estado de Negócios do Interior, que respondia pela organização e controle da instrução pública. É também, em maio de 1891, que surge o Diário Oficial do Estado de São Paulo, com a finalidade de “transmitir o pensamento e as deliberações governamentais aos habitantes do Estado, esclarecendo e explicando os atos administrativos quando mal compreendidos, e justificando-os quando censurados.” Diário Oficial do Estado de São Paulo. Ano 1 – 3º da República – n°. 1, de 1 de maio de 1891.

¹⁹ Diversos documentos foram usados para a produção da pesquisa, desde livros de matrículas da Escola Normal até o Diário Oficial do Estado de São Paulo. Além de obras de memorialistas, biográficas, historiográficas e de depoimentos também foram consultadas para confrontar informações das fontes oficiais. Pensando que devemos ampliar o uso dos documentos, para além das finalidades, para que foram produzidos, pois “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso (...)” (BLOCH apud LE GOFF, 1996, 540).

Assim, o interesse por esses normalistas ocorreu por entender a importância que esses professores adquiriram nos discursos oficiais, como peça essencial para a constituição de um sistema de ensino público de padrão mais elevado.

De início, dois problemas impuseram-se para a atividade de pesquisa: o grande número de diplomados pela Escola Normal²⁰ e o tempo de serviço dos professores na instrução pública, que poderia chegar aos 30 anos de carreira até a aposentadoria, tempo demasiado extenso para verificação de toda a documentação necessária para rastrear a carreira dos docentes.

Em razão disso, em primeiro lugar, decidimos realizar um recorte privilegiando a primeira década do regime republicano, ou seja, os diplomados entre os anos de 1890, cujo marco é a primeira reforma republicana na Escola Normal de São Paulo e, 1899, por completar uma década e também por ser nesse ano que a primeira turma de professores oriundos da escola complementar estava apta a assumir cargos em escolas²¹.

Nesse período de 10 anos, entre 1890 e 1899, foram diplomados pela Escola Normal 321 professores²². Após 1900, o curso normal passou a diplomar cada vez mais alunos, atingindo mais de uma centena em uma única turma²³. Essa quantidade de normalistas mostrava-se inviável para estender a pesquisa a um número maior de turmas, sobretudo em razão dos limites impostos para a análise documental.

Portanto, o número de diplomados, entre 1890 e 1899, mostrou-se adequado para a produção de um estudo serial da carreira profissional de um conjunto de normalistas.

A escolha dessas turmas de formandos, que à primeira vista pode parecer reduzida, justifica-se pelo fato da pesquisa de circulação e percurso profissional desses mestres estender-se em muito, para além do recorte temporal das turmas que são objetos da pesquisa (1890-1899), pois se levarmos em consideração a carreira completa de 30

²⁰ A partir de 1880, a Escola Normal passa a diplomar um número cada vez maior de alunos, havendo uma interrupção no crescimento entre os anos de 1894 e 1896, em razão das reformas da instrução pública, mas, que rapidamente retoma o crescimento.

²¹ O curso complementar foi criado pela Lei nº. 88 de 8 de setembro de 1892, mas somente em 1895 foi instalada a primeira escola complementar, a escola anexa à Escola Normal de São Paulo. Com um curso de duração de 4 anos e que habilitava o diplomado para o cargo de adjunto das escolas preliminares.

²² Livros de registro de diplomas de habilitação da Escola Normal de São Paulo, no Acervo Histórico Caetano de Campos (AHCC).

²³ Ver Quadro 3 no Capítulo I.

anos, os professores da primeira turma deveriam deixar o magistério em 1920, os da última turma, por volta de 1930.

A aludida seleção do recorte temporal a ser pesquisado, com a data limite da carreira profissional em 1930²⁴, mostrou-se audaciosa pelos limites de tempo impostos pela produção da pesquisa e pelo volume documental que seria investigado²⁵. Com essa dificuldade no caminho, foi preciso outro recorte temporal que permitisse avaliar a trajetória profissional docente e contribuísse com o andamento e produção da pesquisa.

Por isso, o objeto de estudo continuou sendo a circulação dos professores normalistas diplomados entre 1890 e 1899, mas, a análise sobre a carreira docente deveria restringir-se aos primeiros 10 anos de docência, após a formatura. Assim, o recorte temporal foi delimitado entre 1891 e 1910²⁶, para que pudesse ser observado por igual período o desenvolvimento profissional dos normalistas da turma de 1899 comparados aos da turma de 1890.

Com isso, a turma de normalista diplomada em 1890 teve sua carreira investigada até o ano de 1901, ou seja, 10 anos após a formatura. Essa operação foi sucessiva para as demais turmas, a turma diplomada em 1891 segue até 1902, a de 1892 até 1903, concluindo com a turma de diplomados de 1899 que foi acompanhada até 1910.

Durante a escolha das fontes, o tratamento e a pesquisa documental que contribuíram para a identificação dos professores e os caminhos que estes seguiram na atividade de docência ou ligados a órgãos administrativos, quer da instrução pública ou não, constatamos que poderia ser produzido, concomitantemente à análise do objeto investigado, um documento (instrumento de pesquisa) que, observando os limites temporais estipulados pela pesquisa, permitisse incluir todas as turmas de normalistas diplomados até 1910 e ampliando os anos de análise da carreira de algumas turmas.

Explica-se: para analisar o desenvolvimento profissional da turma de 1890 foi necessário consultar documentos até o ano de 1901, data limite estipulada,

²⁴ Podemos supor que alguns professores poderiam abreviar sua carreira, encontramos informações de professores solicitando exoneração ou mesmo ausência completa de dados sobre a carreira no magistério de alguns normalistas e também que outros mestres poderiam estender a carreira no magistério, para além dos 30 anos de serviço.

²⁵ Para ilustrar o volume documental que deveria ser verificado, somente uma das fontes documentais utilizadas na pesquisa, o Diário Oficial do Estado de São Paulo, publicado diariamente desde 1891, totaliza milhares de páginas que deveriam ser vasculhadas em busca de informações sobre os professores.

²⁶ Até o ano de 1910, existia somente uma escola normal no Estado de São Paulo, a partir de 1911, as escolas complementares são transformadas em escolas normais secundárias e primárias, de acordo com o Decreto nº. 2025 de 29 de março de 1911 e Lei nº. 1341 de 16 de dezembro de 1912.

consequentemente, no momento de investigar a turma de 1899, tivemos de realizar a busca documental até 1910. Nessa investigação, foi documentado também o desenrolar da carreira das turmas anteriores a 1899, portanto, alguns normalistas tiveram sua atividade profissional investigada por mais de 10 anos. Todo esse trabalho de pesquisa foi registrado nos ANEXOS de 1 a 10, mesmo extrapolando o recorte temporal, que seria analisado, para fins de auxiliar futuras pesquisas.

Na busca de documentar também a atividade profissional das turmas de diplomados, entre 1890 e 1899, foi construída uma tabela mais completa, incluindo todas as turmas oriundas da Escola Normal até 1910 (ANEXO 11)²⁷. Desta forma, o leitor poderá verificar nesse instrumento de pesquisa o desenvolvimento da carreira de um normalista diplomado, por exemplo, no ano de 1905, até o limite de 1910, em alguns casos foi possível documentar para além desse ano²⁸.

A produção desse instrumento de pesquisa foi útil para os propósitos da investigação que foram necessárias nesta dissertação, mas, entendemos que a disponibilização de dados complementares, identificando e registrando os anos posteriores ao interesse da pesquisa, tanto às carreiras como às outras turmas de formandos, visam a contribuir também com futuras pesquisas que venham buscar informações sobre a carreira de alguns professores.

Com isso, o leitor poderá observar no ANEXO 11, um trabalho de levantamento dos nomes de professores e os cargos que ocuparam, entre os anos de 1901 e 1910, o que não impede que futuras pesquisas em outras fontes documentais venham a cooperar para ampliar as informações encontradas.

Nesses anexos, os dados contidos serão introduzidos no corpo do texto, no decorrer do trabalho, quando se fizerem necessários.

²⁷ O instrumento de pesquisa, ANEXO 11, será disponibilizado em CD-ROM anexo.

²⁸ Como exemplo, temos o professor Júlio Pinto Marcondes Pestana, diplomado pela turma de 1890, seu primeiro cargo de docência foi professor na cadeira da cidade de Jambuí no ano de 1891, sendo possível registrar que, no ano de 1919, estava ocupando o cargo de inspetor escolar, 28 anos depois de iniciar sua carreira e tendo assumido diversos cargos – professor e diretor de grupo escolar de diversas cidades do interior paulista. Importante relacionar ainda o caso do professor Ezequiel de Moraes Leme, diplomado pela Escola Normal em 1905, assumiu o cargo de professor da 2ª escola isolada masculina de Santa Cruz das Palmeiras, em 1906, até ser nomeado professor da Escola Normal Primária de Pirassununga no ano de 1911. Esses dois casos são uma pequena amostra do que foi produzido no decorrer da investigação documental e que foram documentados no instrumento de pesquisa (ANEXO 11).

A construção do instrumento de pesquisa e as fontes documentais

Para a análise e uma adequada disponibilização do volume de informação obtida no conjunto de documentos analisados, foi preciso a construção de um instrumento de pesquisa que permitisse de forma rápida e clara compilar as informações necessárias para inventariar como se dava a carreira dos professores normalistas no período de interesse da pesquisa.

A sistematização dos dados obtidos em fontes documentais diversas foi importante para homogeneizar e padronizar as informações recolhidas, permitindo construir quadros comparativos de análise para diferentes turmas ou para análise de casos particulares e individuais.

Por ser tratar de um estudo de uma série de turmas de professores diplomados pela Escola Normal, a ferramenta de pesquisa permitiu sintetizar informações dispersas em diferentes fontes documentais, que registraram a atividades desses professores de distintas formas e para diferentes finalidades.

Assim, encontramos no Diário Oficial²⁹ em um dado momento a informação de nomeação ou remoção do professor, mas, nesse mesmo documento, observamos informações, como solicitações e ofícios de professores, inspetores ou outras autoridades, que também indicavam o local de trabalho dos profissionais citados.

A utilização dos documentos ou partes deles que, originalmente não foram produzidos com a finalidade de registrar a movimentação dos docentes³⁰, ampliando os usos das fontes documentais existentes para complementar lacunas (CERTEAU, 2006), mostrou-se importante para verificar e confirmar os locais de trabalho de alguns normalistas.

Em muitos casos, não encontramos informações sobre a remoção do professor, mas, por intermédio de pedidos de licença ou ofícios dos inspetores, por exemplo, identificamos que haviam removido-se para outras escolas ou localidades.

²⁹ A investigação no Diário Oficial do Estado de São Paulo mostrou-se muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, mas também tivemos a oportunidade de verificar que é uma importante fonte documental para a pesquisa da história da educação em São Paulo, pois em suas páginas estão registrados os mais diversos assuntos, desde os atos legislativos, até solicitações e reclamações de docentes e inspetores quanto à falta de material para as escolas, de imóveis para instalar escolar, punições e processos, criação e fechamento de escolas, concursos para docentes etc.

³⁰ A respeito do uso dos documentos, Certeau (2006, p. 81) afirma que “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. (...), ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto”.

Os formandos, quando deixavam a Escola Normal para iniciarem suas carreiras docentes, não eram mais identificados na documentação como uma turma – o professor da turma de 1890, 1891 etc. -, como se dava durante o curso como forma de acompanhar a vida acadêmica do aluno, mas passavam a ser registrados de forma individualizada e dispersa pelos documentos oficiais. Geralmente, os professores de uma mesma turma não iniciaram suas carreiras no ano posterior à formatura, existindo diferentes tempos de nomeações, em alguns casos, nem mesmo seguiram a carreira no magistério.

Nos documentos oficiais, esses normalistas surgem como parte da instrução pública, entre atos administrativos e burocráticos referentes ao funcionamento da máquina escolar que tratam de questões de nomeações, licenças, criação e provimento de escolas, permutas, processos disciplinares, solicitações de remoção ou exoneração etc. Por isso, a importância de um olhar atento para a documentação que, aparentemente, nada dizia respeito sobre a carreira dos docentes.

Outra dificuldade verificada ao se analisar a documentação foi que comumente não havia informação ou referência sobre a formação de origem, se era normalista, complementarista, provisório etc., o que obrigava realizar um levantamento de quase todos os nomes citados nos documentos³¹.

Pelo grande número de professores existentes na instrução pública e a profusão de nomes que surgiram na documentação oficial³², mostrou-se necessária a produção de um instrumento de pesquisa que, posteriormente, poderia ser ampliado com outras informações, a fim de viabilizar a rápida identificação dos nomes encontrados nos documentos oficiais e a inserção das informações fornecidas sobre os professores.

Conforme o objeto de pesquisa e o recorte temporal do projeto, o instrumento de pesquisa documentou o seguinte número de normalistas diplomados pela Escola Normal de São Paulo, divididos da seguinte forma:

1º- 321 alunos diplomados entre as turmas de 1890 e 1899;

³¹ Na documentação anterior à criação do Diário Oficial do Estado, destacadamente, os livros de Registro de Títulos de Professores, os normalistas encontram-se identificados como tal, e a informação para qual cadeira ou escola o professor estava sendo nomeado. No Diário Oficial, em alguns momentos, identificavam-se os professores normalistas e os demais professores (provisórios, intermédios etc.), mas foi possível encontrar professores normalistas identificados como complementaristas e, até mesmo, sem identificação, provavelmente para diferenciar os normalistas formados no regime de 3 anos, até o ano de 1894, e os diplomados posteriormente, quando o curso passou a ser de 4 anos.

³² Com base no número de escolas providas no estado de São Paulo, o número de professores, com diferentes formações era, aproximadamente, de 832 para o ano de 1890; 1.352 para o ano de 1898 e de 1.261 para o ano de 1908. Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1898 e Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908.

2º- 699 alunos diplomados entre as turmas de 1900 e 1910.

No primeiro grupo, estão os normalistas que tiveram sua carreira analisada e comparada nos 10 primeiros anos da atividade profissional. Dessa forma, é possível observar as permanências, regras, mudanças, exceções que surgiriam ao analisar um período profissional igual para diferentes turmas que perpassaram momentos de grande mudança na instrução pública do estado de São Paulo, seja pela promulgação de leis e decretos, expansão da rede de escolas ou na criação de novos modelos de instituições de ensino (escolas modelos, grupos escolares, escolas complementares etc.).

No segundo grupo, estão as turmas diplomadas que foram incluídas na ferramenta de pesquisa no momento em que era investigado o conjunto documental para localizar o percurso profissional do primeiro grupo. Ou seja, no decorrer da busca pelos nomes dos normalistas da primeira turma que era o objeto da pesquisa, surgiu a oportunidade de identificar o percurso no magistério de outras turmas de normalistas que se diplomaram, posteriormente, ao ano de 1899. Esse grupo de professores teve sua atividade profissional documentada até o ano de 1910, então, o professor formado em 1901 teve 9 anos de docência registrada, o diplomado em 1907 somente 3 anos de atividade no magistério documentada.

Esse último grupo não foi analisado no presente estudo, mas entendemos oportuna sua inclusão no instrumento de pesquisa, tendo em vista que estávamos realizando a atividade de investigação sobre os documentos.

O instrumento de pesquisa constitui-se de alguns campos informativos que foram preenchidos ou criados, apoiados nos resultados da pesquisa e na análise das fontes documentais que buscam retratar questões relacionadas ao desenvolvimento na carreira no magistério ou fora dele, outras formações acadêmicas, produções de obras de qualquer natureza, seja pedagógica, literária e jornalística e observações sobre processos disciplinares, exoneração, mudança de nome, falecimento etc., que fossem fornecidas pelas fontes.

É importante salientar que, para dois campos existentes no instrumento de pesquisa, não se esgotaram as possibilidades para o preenchimento sobre atividades fora do magistério e da produção intelectual, visto que observando os limites dos documentos pesquisados ou das obras de referências consultadas, estes forneceram poucas informações para a grande maioria dos professores pesquisados.

Estas informações foram mais completas para professores que tiveram maior destaque ou ocuparam cargos mais significativos na instrução pública, produzindo obras de referência, sendo objeto de estudos ou de menção em periódicos, publicações ou revistas.

Por não ser objeto principal da pesquisa, o estudo da produção intelectual e a atuação fora do ensino público que requereria um aprofundamento e busca de outras fontes documentais, constou no instrumento de pesquisa com informações encontradas na documentação e nas obras analisadas, acreditando que, em futuras pesquisas, seja possível realizar um estudo avaliando a influência da produção intelectual, a atuação e a formação em outras instituições³³ no desenvolvimento da carreira no ensino público.

O instrumento de pesquisa possui os seguintes campos informativos:

NOME DO PROFESSOR(A):

É inserido o nome do professor(a) que foi localizado em cada turma da Escola Normal de São Paulo. Os nomes encontrados com grafia diferentes são colocados entre parênteses. Mudanças de nomes também são registradas entre parênteses e informado o motivo no campo observações.

Ex: Josepha Sizina (Cesina) de Azevedo Marques – sobrenomes encontrados escritos de duas formas nos documentos.

CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA:

Campo para informar os cargos e atividades que exerceu no magistério. Consta também a informação do nome da cadeira ou escola, da localidade, ano que assumiu e deixou o cargo, conforme informação disponibilizada na documentação, e em qual documento a informação foi encontrada.

Ex: Referente à professora Leovigilda Ferreira: professora do Grupo Escolar de Guaratinguetá 1900 (DO); professora do Grupo Escolar de Lorena 22/02/1901 (DO).

³³ Alguns professores normalistas diplomaram-se na Faculdade de Direito de São Paulo, e em outras instituições de ensino superior, o que em determinado momento pode ter contribuído para galgar cargos mais importantes na instrução pública.

PRODUÇÃO INTELECTUAL:

Campo que indica produções de obras intelectuais de qualquer natureza. Seja artigos jornalísticos, produção de obras pedagógicas ou literárias. Informações podem ser parciais, como escritor de livros didáticos ou completas, indicando nome e ano de produção da obra, conforme indicado pelas fontes pesquisadas.

Ex: Augusto Ribeiro de Carvalho: Trabalhos publicados na Revista Eschola Publica em 1896; artigos na Revista de Ensino; autor de obras Escola de Recrutas sem Arma, Escola de Recrutas com Arma, Escola de Companhia, Escola de Batalhão e Toques de Corneta Relativos ao Contexto do Livro.

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

É informado o ano de formação na Escola Normal de São Paulo. Formações acadêmicas em outras instituições também são apontadas com o ano de conclusão do curso, como por exemplo, formação em faculdades e academias.

OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

Serão fornecidas informações sobre a atuação profissional em outros campos fora do magistério público, seja remunerado ou não. Tais como atividades em associações, revistas, jornais, institutos, escolas particulares, cargos políticos etc.

OBSERVAÇÃO:

Informações encontradas nas fontes documentais referente à atividade profissional do professor(a); que contribuam para entender aspectos da carreira dos mesmos durante a atividade no magistério, tais como nota de falecimento, de exoneração, remoção etc.

Ex: José Fortunato Ribas: No DO de 28/01/1910 foi dispensado do Grupo Escolar de Caçapava; no DO de 12/07/1910, foi declarado vago por abandono o seu lugar de adjunto do Grupo Escolar de Atibaia, por não ter assumido o cargo no prazo legal.

Para a produção do instrumento de pesquisa, foram analisados documentos que se encontram no Arquivo Público do Estado de São Paulo, referentes à instrução pública no período republicano³⁴.

Entre os documentos que contribuíram com informações, tanto para o preenchimento do instrumento de pesquisa como para a produção da investigação a respeito da carreira docente e circulação dos professores pelas instituições de ensino, destacaram-se: Registro de títulos de professores; Registro de títulos e apostilas de professores públicos; Requerimento e atestados de professores; Contratos de professores; Atas de concursos para professores; Termo de juramento de professores públicos; Livro índice de registro de posse de professores; Atos de substituição – transferência de professores; e Exames, nomeações, licença, exoneração, regularização de escolas e sindicâncias.

Esse conjunto documental abrange o período entre 1889 e 1913, e alguns deles existem em mais de uma série ou caixa no arquivo. Como podemos observar, tratou-se de analisar uma grande massa documental, com a finalidade de localização de informações sobre a carreira dos docentes e também preencher lacunas de outros documentos.

Os registros de títulos e apostilas de professores apontam informações sobre a cadeira ou escola que o professor deveria assumir depois de sua diplomação, portanto, foram os primeiros a serem investigados.

Documentos referentes aos concursos às escolas vagas mostraram-se de grande relevância para a pesquisa. Essa tipologia documental é datada de 1893, quando foram abertos os primeiros concursos para provimento de escolas preliminares da capital e de cidades do interior (como por exemplo, a escola do sexo feminino de Bela Cintra, na capital, e a de Sorocaba, entre outras), sendo todos os concorrentes na ocasião normalistas diplomados, a partir de 1887. Nas atas de concursos, é possível visualizar todo o processo de avaliação dos candidatos, inclusive com o apontamento dos resultados finais.

Os demais documentos que não contêm informações sobre nomeações, concursos ou remoções, foram de grande utilidade para complementar as informações e como localizar os locais de trabalho de professores. Exemplo disso, são os documentos relativos a requerimentos e atestados produzidos, a partir de 1889, com solicitações de

³⁴ Informação no instrumento de pesquisa denominado Livro Acervo Permanente: República, item Instrução Pública.

professores encaminhadas ao governador do Estado, à Secretaria de Interior ou ao Diretor da Instrução Pública, geralmente, nesses documentos os professores indicavam o local de trabalho e, em alguns casos, como nos pedidos de remoções, o lugar para onde desejavam ser transferidos.

Além da documentação localizada no Arquivo Público, outros documentos foram imprescindíveis para a identificação dos nomes dos professores normalistas e das turmas de formandos da Escola Normal. No Arquivo Histórico Caetano de Campos (AHCC), que detém os documentos da antiga Escola Normal, foram consultados os livros de matrículas, entre 1889 e 1911, e os livros de registro de habilitação, entre 1889 e 1910.

Com os dados dos livros de habilitação, foi possível elaborar a relação de nomes de alunos diplomados na escola que foram organizados por ano de formatura. Posteriormente, essa lista de nomes foi cotejada com o Livro Jubilar da Escola Normal da Capital, organizado por João Lourenço Rodrigues, na ocasião do cinquentenário da Escola Normal, em 1930³⁵. Por meio dessa análise, foi possível verificar as possíveis ausências de formandos, que efetivamente existiam na obra de Rodrigues (1930b), e a composição, ano a ano, de cada turma da Escola Normal.

Por intermédio dos livros de matrículas e os de habilitação, foi possível obter dados importantes sobre os normalistas, tais como: local e data de nascimento, filiação, trajetória discente no curso normal, em alguns casos, até mesmo com as notas finais de cada ano do curso, se era professor anteriormente à matrícula etc.

Com essas informações, foram produzidas tabelas que forneceram informações mais completas sobre os normalistas, que foram utilizadas no decorrer da elaboração da pesquisa, destacando-se os dados sobre os locais de nascimento, importantes para confrontar com os lugares de trabalho dos normalistas e suas permanências nesses lugares³⁶ e informações sobre a atividade no magistério, antes de frequentarem o curso normal.

Não podemos deixar de mencionar a importância dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, para as pesquisas referentes à instrução pública no estado. O estudo dessas publicações forneceu informações sobre as escolas públicas, tanto com

³⁵ Na obra, estão relacionados os nomes dos professores diplomados pelo curso normal, desde o ano de 1876 até 1929, além de também fornecer informações dos diplomados pelas escolas normais do interior.

³⁶ Infelizmente, a investigação no AHCC não localizou documentos que fornecessem informações sobre os locais de residência dos alunos no momento em que cursavam a Escola Normal. Essas informações seriam de grande utilidade para realizar o cotejamento com os locais de nascimento, demonstrando, por exemplo, se a movimentação das famílias ou dos alunos pelo estado dava-se em função do curso normal.

dados estatísticos do número de diplomados pela Escola Normal como informações contidas em relatórios de inspetores, histórico das instituições de ensino e até mesmo, sobre o corpo docente das escolas graduadas, como grupos escolares e escolas complementares.

O Diário Oficial do Estado de São Paulo foi fonte de pesquisa elementar para a presente dissertação, visto que se demonstrou fundamental na localização dos professores nas instituições de ensino, assim como fornecer informações sobre nomeações, permutas, remoções e exonerações dos normalistas que atuavam nos órgãos públicos.

Publicado desde 1º de maio de 1891, surgiu como “um órgão da administração, destinado a transmitir o pensamento e as deliberações governamentais aos habitantes do Estado, esclarecendo e explicando os atos administrativos quando mal compreendidos, e justificando-os quando censurados”. Assim, foi por meio desse caudaloso volume documental, publicado quase diariamente, que a pesquisa colheu alguns resultados importantes para sua questão central, a circulação de professores pelas instituições de ensino.

Para o período anterior à criação do Diário Oficial, a investigação sobre a carreira dos professores centrou-se nos livros de registros de títulos, registro de títulos, apostilas de professores e nos documentos que fornecessem informações sobre o local de trabalho dos normalistas. Esses documentos dificultaram a busca dos dados de interesse da pesquisa, por serem manuscritos e com informações dispersas.

Com a publicação do Diário Oficial, as informações sobre a instrução pública, passaram a ser centralizadas em um único documento, mesmo que estivessem dispersas em diferentes seções como nas dos atos do Poder Executivo – que nomeava ou removia os professores -, da Diretoria da Instrução Pública, na Secretaria de Estado do Interior e na 2ª Subdiretoria da Secretaria de Estado do Interior. Por meio das páginas do Diário, foi possível realizar o levantamento de parte significativa da carreira dos normalistas e a movimentação desses professores por escolas e cargos da instrução pública.

Além disso, pudemos verificar outras informações pelo Diário, como nomeação de inspetores, diretores de escolas, membros do Conselho de Instrução Pública, conselhos municipais e acompanhar o que era publicado nesse veículo, uma parte significativa do que ocorria na área de instrução pública.

Fatos como reclamações dos conselhos municipais contra professores que não compareciam às escolas, pedidos de licenças, dificuldade de conseguir local para

instalar escolas, solicitação de mobiliário e material pedagógico, melhora nos salários, permissões para viajar gratuitamente nos trens, fechamento e abertura de escolas, processos disciplinares, entre tantas outras questões relacionadas diretamente com os professores.

Todos os anos do Diário Oficial estão em formato digital³⁷, o que facilitou muito a consulta de milhares de páginas desse documento, visto que durante a pesquisa foram consultados os periódicos entre 1891 e 1912. A análise desse conjunto documental mostrou-se árdua e prolongada, pela necessidade de conferir cada nome de professor com o instrumento de pesquisa produzido, com a finalidade de verificar se pertencia à turma de normalistas investigados.

Também podemos sustentar que praticamente todas as obras anexadas nas referências bibliográficas contribuíram com informações complementares sobre os professores e preenchimento do instrumento de pesquisa, sobretudo aquelas em que se destacavam os nomes de normalistas ou os cargos que ocuparam.

Desta forma, para a produção desta dissertação, consultamos um vasto conjunto de documentos, sendo destacados os principais, que permitiram elaborar um quadro de como se deu a movimentação dos professores normalistas pelas instituições de ensino e da administração da instrução pública nas duas primeiras décadas republicanas.

É importante salientar que os documentos utilizados e que foram digitalizados, assim como o instrumento de pesquisa (ANEXO 11) foram disponibilizados para consulta dos pesquisadores interessados³⁸. Assim, pretendemos colaborar na divulgação de fontes documentais e de futuras pesquisas que venham a necessitar de informações sobre os professores diplomados pela Escola Normal de São Paulo.

Estruturação da dissertação: os capítulos

A dissertação está organizada em três capítulos, com a intenção de apresentar ao leitor os resultados obtidos durante a investigação sobre a carreira dos docentes de forma sistemática.

É importante salientar que todas as citações transcritas no texto, tiveram a ortografia atualizada. Também foram usados gráficos, quadros e mapas no decorrer do

³⁷ O Diário Oficial é disponibilizado para consulta no site da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

³⁸ DVD-Rom anexo.

trabalho, com a intenção de divulgar números e ilustrar, o que é discorrido ao longo da dissertação. Os quadros mais extensos, que compõem o instrumento de pesquisa, foram anexados ao final do trabalho (ANEXOS 1 ao 10), com o propósito de não atrapalhar o fluxo da leitura.

No Capítulo I, apresentamos brevemente o desenvolvimento da instrução pública no estado de São Paulo, destacadamente, a formação dos professores para o ensino primário. Também são discutidas as reformas republicanas na Escola Normal e a importância, no pensamento dos homens da época, da organização do ensino como forma de desenvolver a sociedade. Nesse capítulo, serão apresentados números da instrução pública paulista para o período e dos alunos diplomados pelo curso normal, obtidos em diferentes documentos.

Abordaremos a questão do normalista foco da pesquisa, sua formação e a representação desses profissionais diante dos demais professores, que ingressaram no magistério sem formação profissional ou com diplomas de outras instituições. E, por fim, expomos o desenvolvimento territorial, econômico e social do estado de São Paulo na passagem do século XIX para o XX, além de destacar como se organizavam as escolas primárias no período republicano.

No Capítulo II, discutimos a questão da primeira nomeação dos professores normalistas, apresentando a legislação reguladora dos concursos e posse dos mestres à época, e as influências políticas nesse momento de início da carreira. Apresentamos, turma a turma, como se deu a primeira nomeação dos normalistas diplomados, entre 1890 e 1899, as cadeiras ou escolas que assumiram e para quais locais do estado foram encaminhados

No Capítulo III, abordamos a questão da continuidade da carreira docente, as remoções e permutas de instituições de ensino, a circulação pelo estado, os tempos de permanência nas escolas, discutindo possibilidades que poderiam despertar o interesse do professor em permanecer ou deixar o local de trabalho. Assim como no capítulo anterior, preferimos apresentar os resultados turma a turma, por entender que, dessa forma, os resultados são mostrados de forma mais clara para o leitor. Tal clareza, acreditamos, compensa a inescapável monotonia dessa opção narrativa.

Encerramos a dissertação com as Considerações Finais que destacam, de forma sintética, os principais itens discutidos ao longo da pesquisa, apontando algumas conclusões e caminhos para futuros estudos.

CAPÍTULO I – A Escola Normal, os normalistas e o território paulista

“O Governo de São Paulo mui bem conjecturou que, sem o aperfeiçoamento do professorado, todas as reformas seriam inúteis e, por isso, começou a reação melhorando o ensino na Escola Normal.”

Antônio Caetano de Campos (apud Rodrigues, 1930a, p. 242)

A partir da primeira metade do século XIX, que o tema educação, sobretudo em seus níveis elementares, ganhou preeminência nas discussões políticas e intelectuais, tanto em São Paulo como em outras províncias do Brasil (FARIA FILHO, 2010).

O processo de civilizar a população brasileira passava obrigatoriamente pela instrução popular. A educação passou a ser concebida, como “tarefa fundamental do Estado brasileiro” e também condição de “existência desse Estado e da Nação” (FARIA FILHO, 2010, p. 137).

Assim, a escola revestiu-se de fonte primordial para a elevação da nação aos patamares dos países civilizados. À escola, destacadamente no nível de ensino das primeiras letras ou primário, caberia a formação moral para a participação em uma sociedade politicamente organizada e a formação intelectual para o trabalho ³⁹ (MONTEIRO, 1998, p.112).

Corroborando este entendimento, foram oportunas as palavras do presidente da província de São Paulo, João Batista Pereira, em 1878, apud Monteiro (1998, 113) “é a escola que prepara o cidadão; nela se forma o coração e o caráter e recebe a instrução elementar que o adapta para as conquistas do mundo industrial e para os grandes cometimentos da inteligência”.

Assim, além de simplesmente instruir o indivíduo, deveria inculcar ideias e sentimentos de pertencimento social, moldando a moral desejada para o povo, ordeiro e trabalhador.

Desta forma, como bem salienta Faria Filho (2010, p. 137), a utilização da instrução popular como “um mecanismo de governo” permitiu não apenas definir os caminhos que deveriam ser trilhados pelo povo, mas impediu que não houvesse desvios

³⁹ Nas últimas décadas dos oitocentos, o estado de São Paulo pela pujança da produção do café, passa a possuir uma economia dinâmica e poderosa se comparada com o restante do país. Havendo investimento na melhoria da produção e transporte do café, na nascente industrialização e na diversificação da área de comércio e serviços nas cidades com maior concentração urbana (LOVE, 1982).

do caminho escolhido. O Estado, por meio da educação, atuava para normatizar e ordenar a sociedade.

Após meados dos oitocentos, as questões sobre a organização e melhoria do ensino, sobretudo das escolas primárias, foram surgindo com maior frequência em relatórios oficiais, em periódicos, nas discussões de políticos e intelectuais que refletiam sobre a formação do cidadão e a “transformação” do país, conforme modelos de nações civilizadas.

Na província de São Paulo, essas discussões acirraram-se, em especial, depois dos anos de 1870, com a fundação do Partido Republicano Paulista⁴⁰. Os discursos sobre a necessidade de se atentar para a instrução pública tornaram-se mais evidentes, seja no âmbito oficial, por meio dos relatórios e ação política, seja no âmbito da atividade intelectual, sobretudo em matérias e artigos publicados na imprensa periódica⁴¹. “Instrumento poderoso do progresso e da prosperidade pública, (...) pois é uma verdade incontestável, que a instrução pública caracteriza uma nação e assinala a sua posição de grandeza ou inferioridade”.⁴²

Embora os discursos tenham se tornado mais caudalosos nesse período, os mesmos não condiziam com a realidade da instrução pública em São Paulo, com os investimentos oficiais na melhoria das escolas existentes e na ampliação da matrícula e frequência de alunos⁴³, além da deficiente formação de professores para ocuparem os cargos nas escolas públicas⁴⁴.

Nesse contexto, afirmou Rangel Pestana em 1875:

Pelo muito que se fala hoje da instrução, devia-se esperar que o governo cuidasse seriamente desse elemento importantíssimo na formação do caráter nacional e no desenvolvimento das forças de um povo para grandes cometimentos na ciência, na indústria, nas artes e na política. (PESTANA apud HILSDORF, 2008, p. 94).

⁴⁰ O Partido Republicano Paulista (PRP) foi fundado a 18 de abril de 1873.

⁴¹ A respeito da atuação de Rangel Pestana na imprensa periódica paulista ver Hilsdorf (1986, 2008).

⁴² Relatório sobre a Instrução Pública, dezembro de 1878, parte integrante do relatório do Presidente da Província de São Paulo, João Batista Pereira (apud Monteiro, 1998, p. 111).

⁴³ Em 1880, existiam na província de São Paulo 739 escolas avulsas, 492 para o sexo masculino e 274 para o feminino, as escolas vagas eram 186, portanto, 550 funcionavam efetivamente na província. Cf. Relatório sobre o estado da instrução pública na província de São Paulo no ano de 1880, apresentado ao presidente da província Dr. Laurindo Aberlado de Brito, pelo inspetor geral, o bacharel Francisco A. e Souza Carvalho, p.12.

⁴⁴ Esses problemas perduraram por todo o período do regime republicano analisado na presente pesquisa. E persistiram com algumas modificações, para além das primeiras décadas do século XX.

De fato, as escolas primárias não contavam com instalações adequadas, cuja locação e organização deveriam ser arcadas pelos professores. Era diminuta a frequência dos alunos nas escolas existentes, o que fazia com que o Governo encerrasse ou ameaçasse encerrar as atividades de algumas⁴⁵.

Havia um número reduzido de professores formados, atuando no ensino público, e mesmo os diplomados pelo curso normal eram duramente criticados pela pouca eficiência e qualidade do curso de formação no período anterior ao regime republicano (HILSDORF, 2008).

O relatório do Presidente da Província, João Alfredo Corrêa de Oliveira, emitido em 1886, revelou que existia “um número diminuto de normalistas” entre o professorado, e:

As pessoas que procuravam as escolas eram as menos aptas porque, abandonando outros meio de vida mais vantajosos criados pela notável expansão da província, vinham confessar, com aceitação de cargo mal remunerado, a sua incapacidade para lutar em campos mais amplos (OLIVEIRA apud EGAS, 1926, p. 638).

Asseverou ainda que os professores eram nomeados ou prestavam concursos para o magistério, mas não havia um controle ou verificação sobre a capacidade profissional dos mesmos. E continuava: “Tal como esta organizada, a instrução primária de pouco valia: a ignorância dos mestres prejudicava a cultura intelectual e física dos alunos; e o seu exemplo prejudicava a formação do carácter dos mesmos alunos.” (Oliveira apud EGAS, 1926, p.639).

Posto isso, a situação da instrução pública na província de São Paulo em meados da década de 1880, não devia se diferenciar muito das décadas anteriores. Mestres mal remunerados e com pouca capacidade para assumir as escolas primárias, assim, as escolas existentes estavam instaladas precariamente e/ou sem professores para regê-las e era baixa a frequência dos alunos durante o ano letivo.

De acordo com o presidente, somente “medidas radicais poderiam melhorar o deplorável estado das coisas em que se encontrava esse importante ramo do serviço público” (Oliveira apud EGAS, 1926, p. 639). Medidas essas que não foram aplicadas para mudar, de forma significativa, o “deplorável estado” do ensino elementar na província.

⁴⁵ “(...) O fato de não frequentarem vinte meninos a escola que está na sua vizinhança, (...), é prova de erro na instalação, o qual deve ser corrigido, com a supressão do ensino, fundando-se outra escola em lugar em que possa ser devidamente apreciada, e produza melhores resultados”. Cf. Relatório sobre o estado da instrução pública na província de São Paulo no ano de 1880, op. cit. p.6.

Com relação à formação de mestres, a província de São Paulo contava, desde a década de 1840, com alguns períodos de interrupções⁴⁶, com uma escola para a formação de professores para o ensino primário.

Originalmente criada em 1846⁴⁷, a Escola Normal de São Paulo apresentava um programa curricular modesto, com duração de 2 anos e com apenas um professor, que também acumulava o cargo de diretor. No período, ocupou um prédio improvisado junto à Sé, sendo o curso destinado exclusivamente para alunos do sexo masculino.

Formava uma turma a cada 2 anos e, em julho de 1867⁴⁸, foi fechada pelo governo provincial, sendo alvo de sucessivas críticas pelo seu caráter teórico e de pouca expressão na formação profissional, além do reduzido número de alunos formados nos anos de funcionamento⁴⁹.

Como questionou o Inspetor Geral da Instrução Pública, Diogo Mendonça Pinto, em relatório datado de 1852, “onde já se viu uma escola normal que não seja essencialmente prática, na qual o exercício falte ao estudo teórico?” E sentenciava “não se pode contar com ela [Escola Normal] para nada, é antes nociva.” (TANURI, 1979, p. 16)⁵⁰.

Em 1874, a Escola foi reaberta⁵¹ junto à Academia de Direito de São Paulo, passou então a funcionar com dois professores e com a ampliação do programa de ensino, sobretudo as matérias propedêuticas. Dois anos depois passou a oferecer também o curso normal para o sexo feminino no Seminário da Glória, mas, em 1878⁵², o curso normal, então com quatro professores, foi fechado novamente, desta vez, por falta de verba orçamentária.

Em 1880⁵³, a Escola Normal foi novamente reaberta, de forma definitiva, não sendo suprimida no decorrer de sua história. Para alguns autores, essa é a data de sua derradeira criação⁵⁴.

⁴⁶ Como destaca Villela (2010, p. 101), a institucionalização da formação docente no Brasil inicia-se nas décadas de 1830 e 1840, e é marcada por avanços e retrocessos de “infindáveis reformas, criações e extinções de escolas normais”.

⁴⁷ Lei Provincial n.º. 34, de 16 de março de 1846.

⁴⁸ Lei n.º. 16, de 10 de julho de 1867.

⁴⁹ Conforme apresentado por Lourenço Rodrigues (1930a, p. 30), a Escola Normal formou, aproximadamente, 40 alunos em 20 anos de funcionamento (1846-1867), observando uma média de dois alunos por ano, como apontado no relatório do Inspetor Geral em 1855.

⁵⁰ Sobre a Escola Normal de São Paulo, no período monárquico, destacamos o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1946), Rodrigues (1930a), Bauab (1972), Tanuri (1979), Monarcha (1999), Dias (2002, 2008).

⁵¹ Lei Provincial n.º. 9, de 22 de março de 1874.

⁵² Ato do Presidente da Província, de 9 de maio de 1878.

⁵³ Lei n.º. 130, de 25 de abril de 1880.

Nessa nova fundação, a Escola Normal passou a manter uma estabilidade institucional, embora tenham ocorrido algumas reformas pontuais no decorrer da década de 1880⁵⁵, consolidando-se, como local de produção de discussões sobre a instrução pública e de questões sociais.

Em poucos anos, a Escola Normal de São Paulo tornou-se o local onde se formou um conjunto de professores que atuou efetivamente na administração e na produção intelectual, pedagógica e didática referente à instrução pública paulista.

Tratando dos normalistas diplomados na primeira década da República e da importância que alguns exerceram na instrução pública, Carlos Monarcha salienta:

Os alunos que concluem o Curso Normal da Escola Normal da Capital integram o escol do professorado paulista, exercendo o magistério nas escolas complementares e ginásios e ocupando os cargos técnico-burocráticos da instrução pública – inspetores distritais de ensino, inspetor geral, diretores de escolas-modelo e grupos escolares. E é esse escol de normalistas, particularmente aqueles que exercem o magistério nas escolas-modelo ou ocupam postos técnico-burocráticos, que irá produzir novos conhecimentos aplicados à educação – cartilhas, métodos e técnicas de ensino, bases psicológicas e fisiológicas da educação, organização escolar -, colocando termo à hegemonia exercida pelos bacharéis em direito no campo da instrução pública: a educação configura-se como objeto de investigação que dever ser tematizado pelos próprios normalistas. (MONARCHA, 1999, p. 210).

Também muitos dos professores diplomados na Escola Normal nessa terceira “refundação”, ou seja, no último decênio do regime monárquico, ocuparam importantes cargos na instrução pública, mesmo durante o regime republicano.

A partir de então, cada vez mais, o ensino tornou-se um assunto para especialistas, conhecedores de métodos e práticas eficientes e modernas.

Os normalistas oriundos desse período passaram a ser nomeados para os cargos de inspetores de distrito, inspetores escolares, diretores de escolas, cargos burocráticos na Inspetoria Geral e professores de escolas graduadas, demonstração da maior importância que a instituição foi adquirindo na formação de pessoal para ocupar postos no ensino público.

⁵⁴ Nas suas obras *Um Reprospecto* (1930a) e *Livro Jubilar da Escola Normal da Capital* (1930b), Lourenço Rodrigues comemorava as bodas de ouro da instituição, “meio século de trabalho ininterrupto”.

⁵⁵ Inicialmente, funcionava em prédio do Tesouro Provincial, sendo depois transferida para prédio na Rua da Boa Morte. O programa de ensino era distribuído em cinco cadeiras em 3 anos de curso, havia um curso anexo preparatório para o sexo masculino e feminino. Em 1884, foram criadas oito cadeiras para o programa de ensino, que perdurou até a reforma republicana em 1890.

Apesar do caráter pouco profissionalizante do programa de ensino da instituição⁵⁶, característica que se manteve por quase toda a 1ª República, o curso normal passou a ser entendido cada vez mais como “alicerce do professorado público”, que deveria atuar na instrução e educação “da grande maioria das classes menos favorecidas da fortuna” e, portanto, a Escola Normal deveria ser alvo da atenção dos “reformadores do ensino popular”⁵⁷.

A partir do século XIX, o processo de escolarização tornou-se mais acentuado em diversas sociedades, e a escola passou a ser um importante veículo de disseminação de modelos culturais e políticos (NÓVOA, 1991). O professor como agente privilegiado que atuava na linha de frente, deveria receber formação específica e especializada para disseminar os modelos tidos como corretos.

Para Nóvoa (1991, p. 124), a criação das escolas normais serviu para institucionalizar procedimentos de formação, desenvolvendo a profissão docente e atrelando a formação docente ao controle efetivo do Estado.

Por meio das escolas normais, os professores leigos ou “pouco instruídos” foram substituídos por profissionais preparados para a docência (NÓVOA, 1991, p. 125). Nessas instituições, disseminou-se um conjunto de saberes e normas que se tornaram intrínsecos à profissão docente, sendo fundamentais para a elaboração dos conhecimentos pedagógicos e da ideologia comum aos professores (NÓVOA, 1991, p. 125).

Na escola normal, os alunos deveriam adquirir ou incorporar um *habitus*⁵⁸ professoral, por assim dizer, interiorizando ideias e condutas a que estavam sujeitos durante o curso, convivendo com um determinado grupo social, no caso, docentes e discentes do curso normal, possibilitando a introjeção de um conjunto de conhecimento,

⁵⁶ De 1880 a 1889, o curso normal teve uma cadeira de caráter profissional, a cadeira de Pedagogia e Metodologia. E, em 1884, a cadeira passou a ser denominada Pedagogia, Metodologia, instrução religiosa e cívica. Cf. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, pp. 86-87. Entendemos que no período, as ditas ciências da educação, como psicologia da educação, sociologia da educação, entre outras, encontravam-se em formação ou desenvolvidas de forma incipiente, portanto, quando colocamos a questão da pouca formação profissionalizante no programa de ensino da Escola Normal, estamos destacando as características de um programa de ensino, notadamente, de conhecimentos gerais.

⁵⁷ Relatório sobre a Instrução Pública, apresentado à Assembleia Provincial em 1887 pelo Presidente da Província de São Paulo, Antônio de Queiroz Telles (Apud Monteiro 1998, p. 47).

⁵⁸ Como destaca Setton (2002, p. 63), *habitus* surge “como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre a realidade exterior e as realidades individuais” e é “capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades”. O *habitus* então pode ser concebido “como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirindo nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano”. Ver em Bourdieu (1981, pp. 89-94) o “*habitus* de profissional ajustado às exigências do campo”.

de práticas, de discursos etc., que deveria fazer parte da classe de professores. Mas também para além da formação intelectual, o curso normal era o local onde se deveriam moldar moralmente os homens e as mulheres, oriundos de diversos níveis sociais, para que representassem as aspirações do Estado, e estas fossem disseminadas pelas escolas onde lecionariam.

Em 1880, a reabertura do curso normal alinou-se às discussões sobre a importância da formação de professores capacitados para as escolas primárias e do papel relevante da Escola Normal nesse processo⁵⁹.

Assim, com um programa de ensino estendido, com duração de 3 anos e um número maior de cadeiras, a Escola Normal de São Paulo foi novamente instalada, melhor aparelhada e preparada que nos períodos anteriores de seu funcionamento.

Todavia, o curso normal não deixou de ser criticado pela sua deficiência de materiais pedagógicos e pela efetiva ausência de formação prática dos alunos.

Em editoriais na década de 1880, Rangel Pestana apontou os problemas da Escola Normal, desde a falta de materiais para serem utilizados nas aulas e nos laboratórios, até a deficiência do programa de ensino que, conforme o próprio, cuidavam “mais da instrução dos alunos do que da habilitação de futuros mestres” (HILSDORF, 2008, p. 96). Não existiam métodos que habituassem o aluno a ensinar e, por sua vez, os alunos não sabiam fazer “aplicações dos conhecimentos adquiridos, quando chamados à regência de uma escola”.

A questão da prática dos futuros professores era imprescindível para alguns autores e estudiosos da educação. O ensino era “uma arte, e uma arte só se aprende estudando os seus princípios e praticando-os”, afirmou Manuel Ferreira⁶⁰ (1886, p. 297), em um estudo sobre escolas normais europeias, pois as “escolas normais são estabelecimentos com um caráter teórico e ao mesmo tempo prático”.

Quanto ao insuficiente programa de ensino voltado à formação pedagógica, o próprio presidente da província, em 1886, criticou seu funcionamento, pois em seu

⁵⁹ “Se as décadas de 50 e 60 [do século XIX] foram marcadas pela indefinição, ou não, da formação específica, a década de 70 assistiu a uma revalorização das escolas normais” (VILLELA, 2010, p. 115). Alguns fatores contribuíram com essa revalorização, tais como: o enfraquecimento do poder monárquico e avanço de ideias liberais, o movimento abolicionista e a necessidade de mão de obra melhor preparada para atuar em diferentes atividades produtivas e de serviços, a dinamização da economia e infraestrutura, o surgimento de concentrações urbanas e, conseqüentemente, a maior procura por educação (VILLELA, 2010).

⁶⁰ Manuel Ferreira era professor de Filosofia em Lisboa e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública.

entendimento faltava-lhe “inteiramente o caráter pedagógico, específico dos institutos dessa natureza” (apud EGAS, 1926, p.639).

Desta forma, a Escola Normal de São Paulo chegou às portas da Proclamação da República com um programa curricular mais robusto que, nas décadas anteriores, um maior número de lentes e diplomando um número crescente de alunos, mas, com problemas de ensino e prática docente que influenciavam na formação de professores preparados para assumirem as escolas primárias, conforme destacado nos discursos acima.

Mesmo com as deficiências da instituição, foi a partir da década de 1880, que a Escola Normal de São Paulo adquiriu um papel de centralidade para a efetiva reforma da instrução pública primária. E o professor, formado nessa instituição, era agente privilegiado e imprescindível nesse processo de implantação de uma rede de ensino público melhor aparelhada e eficiente que pudesse atrair uma parcela maior da população em idade escolar.

Com o advento da República, a instituição definitivamente passou a ser peça-chave para toda a “evolução” do ensino elementar, e a formação de professores capacitados, uma questão de primeira ordem nos discursos dos republicanos, pelo menos, nas décadas iniciais do novo regime. Como é destacado por Monarcha quando aponta que:

Paulatinamente, desde meados do Segundo Reinado a Escola Normal foi adquirindo relevância na vida intelectual e cultural na província de São Paulo. Com as reformas republicanas de ensino efetuadas a partir da década de 1890 e até às primeiras décadas do século XX, tal instituição transformou-se em padrão de excelência e respeitabilidade do aparelho escolar do estado de São Paulo, base institucional do sistema de formação de professores primários e centro de produção de uma cultura escolar urbana recorrentemente atualizada. (MONARCHA, 1999, p. 343).

1.1 – Escola Normal de São Paulo: discursos e reformas republicanas

Com a Proclamação da República, a instrução pública surgiu como instrumento de vital importância para a formação de uma nova sociedade, fundada na Ordem e no Progresso. Em realidade, havia chegado a oportunidade dos republicanos colocarem em prática as reformas que tanto propagavam em discursos proferidos no período do governo monárquico.

Em virtude de desenvolvimento econômico, fruto da expansão da lavoura de café, o estado de São Paulo colocou em marcha rapidamente as reformas e a ampliação de seu sistema de ensino público. O progresso econômico, o aumento vertiginoso da população e a expansão da ocupação do território, além do adensamento urbano de algumas cidades, destacadamente nesse período finissecular, foram alguns dos principais fatores que impulsionaram a organização do sistema de educação no estado (ANTUNHA, 1976).

De acordo com Carvalho, a escola:

Foi, no estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre o passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso. (CARVALHO, 2003, p. 23).

Nesse diapasão, a escola deveria formar corações e mentes, contribuindo com a introjeção das instituições e valores republicanos, que, contrariamente ao regime monárquico, eram sinônimos de um governo do povo e para o povo.

Com isso, somente por meio da educação poderia ser possível formar o cidadão para uma atuação politicamente consciente. Os políticos republicanos creditavam à educação um “poder redentor” que formaria moralmente o povo e o cidadão, contribuindo para civilizar a sociedade da época (SOUZA, 1998, p. 26).

Nos primeiros meses do regime, o governo paulista iniciou as reformas da instrução pública, tendo como ponto de partida a Escola Normal de São Paulo. A formação dos professores, um dos pilares da reestruturação e implantação do sistema de ensino primário sob o regime republicano, era essencial para o modelo de ensino que se pretendia instalar no estado.

Em um artigo de janeiro de 1890, Rangel Pestana aclamou a importância de formar professores capacitados, antes de se iniciarem reformas mais profundas em todo o sistema de ensino, concluindo que estes não seriam formados na Escola Normal existente até então. Vejamos:

Todo o aperfeiçoamento da instrução será impossível se não tivermos bons mestres, e estes só poderão sair de escolas normais organizadas em condições de prepará-los. O que temos tido com o título de Escola Normal talvez tenha sido um sofrível estabelecimento de ensino secundário; mas Escola Normal é que nunca foi; e duvidamos que o

seja, conservada nas atuais condições. (PESTANA apud TANURI, 1979, pp. 82-83).

Rangel Pestana foi sempre um crítico da situação da educação em São Paulo, defendendo a necessidade de priorizar a formação de professores competentes reformando o curso normal. Atuante na imprensa, na política e como docente em instituições de ensino, foi um dos principais artífices da primeira reforma republicana da instrução pública (HILSDORF, 1986).

Inclusive, indicou o nome do médico Antônio Caetano de Campos para assumir a direção da Escola Normal, para que realizasse as reformas na instituição. Reformas essas idealizadas e influenciadas por Pestana, como destaca o próprio Caetano de Campos em correspondência, remetida no mês de março de 1890 (RODRIGUES, 1930a, p. 191).

Para o então diretor da Escola Normal, além de reformar o programa de ensino do curso normal, era imprescindível que o aluno, futuro professor, aprendesse a lecionar observando a prática, em sala de aula, de professores experientes nos mais modernos métodos de ensino⁶¹. Visto que,

A escola em que se aprende a ensinar (...) é necessariamente uma escola prática e longa. Não se pode ter mestres em tais assuntos sem ter visto fazer e sem ter feito por si. O professor em tais escolas [reformadas] precisa ser provecto, ter aprendido de hábeis mestres todos os mil segredos que só uma arte consumada pode revelar. (CAMPOS apud RODRIGUES, 1930a, p. 198).

Assim, foram criadas as Escolas Modelos anexas à Escola Normal de São Paulo, que também se tornaram o embrião da escola graduada, implantada por todo o estado, poucos anos depois⁶².

Era na Escola Modelo que os futuros professores normalistas deveriam obter parte fundamental de sua formação⁶³. Como salienta Marta Carvalho (2003, p. 26), o pedagogo moderno deveria ser formado, observando os novos métodos de ensino em

⁶¹ Para dirigir a Escola Modelo e introduzir o método de ensino intuitivo, foram contratadas duas professoras, a americana Marcia P. Browne para a sessão masculina e, para a sessão feminina, a professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que havia estudado nos Estados Unidos da América (REIS FILHO, 1981).

⁶² Os grupos escolares foram criados e instalados a partir de 1894, pelo Decreto nº. 248, de 26 de julho de 1894.

⁶³ A respeito das Escolas Modelos ver Tanuri (1979), Reis Filho (1981), Carvalho (2003).

funcionamento, no caso o ensino intuitivo⁶⁴, era necessário ver para reproduzir os procedimentos (CARVALHO, 2003, p. 28).

Para Caetano de Campos, só por intermédio da prática, seria possível formar bons professores, pois não era possível “entregar um navio a um marinheiro que nunca navegou” (apud ANUÁRIO DO ENSINO, 1907-1908, p. 109). Conforme o diretor, até aquele momento não havia existido uma escola “de aplicação digna desse nome”, e era “forçoso começar a formá-las, si quisermos dotar o Estado com professores capazes de criar homens úteis à sociedade” (apud ANUÁRIO DO ENSINO, 1907-1908, p. 110).

Desta forma, com o Decreto nº. 27, de 12 de março de 1890, o governo estadual iniciou à reforma da instrução pública, dentre as muitas que ocorreram na primeira década republicana⁶⁵.

Por entender que “a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso”, o governo incumbiu-se em desenvolvê-la, tendo iniciado a reforma pela instrução primária que, por ser “vital” e “indispensável”, deveria ser “largamente difundida e convenientemente ensinada”⁶⁶.

Contudo, para reformar completamente a instrução primária, esta deveria contar com professores “bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual”. Assim, a primeira reforma republicana atentou-se para a formação desse professor capacitado. Como a Escola Normal não satisfazia “às exigências do tirocínio magistral”⁶⁷, o governo reformou o programa de ensino da instituição e criou as escolas modelos.

A partir de então, a Escola Normal assumiu lugar de destaque na estrutura do ensino público paulista. Em discurso proferido na cerimônia de inauguração do edifício da Escola Normal em 1894, Cesário Motta ressaltou a importância da instituição para o regime republicano. Para ele, a Escola seria “ponto culminante, ponto de prova, ponto de triangulação, ponto que denote a reunião de todos os lados do polígono social no início da República em São Paulo” (apud RODRIGUES, 1930b, p. 17).

⁶⁴ “(...) o método intuitivo fundava-se no uso dos sentidos, na observação direta dos objetos e dos fenômenos da natureza e na atividade da criança, por isso as escolas deveriam ser aparelhadas para que as crianças pudessem *observar*, ou seja, travar contato direto com os objetos oferecidos à percepção, e *trabalhar*, ou seja, realizar durante o processo de ensino atividades similares às que os adultos realizam no mundo do trabalho”. (BONTEMPI JUNIOR, 2004, p. 535, grifos do autor).

⁶⁵ Dentre as reformas desse período, destacamos a Lei nº. 88, de 8 de setembro de 1892 (Reforma a Instrução Pública), Decreto 144 B, de 30 de dezembro de 1892 (regulamenta a Lei nº. 88), Lei nº. 169, de 7 de agosto de 1893, Decreto nº. 248, de 26 de julho de 1894 (Aprova regimento interno das escolas públicas) e Decreto nº. 518, de 11 de janeiro de 1898 (organização da instrução pública).

⁶⁶ Decreto nº. 27, de 12 de março de 1890.

⁶⁷ Ibidem.

É, nessa instituição, “refundada” no alvorecer do regime republicano, que deveriam ser preparados os homens e as mulheres que assumiriam as novas escolas criadas e/ou reformuladas pelo governo, para formar o cidadão da nova sociedade que se pretendia instalar. Com eles, pretendia-se superar o atraso, para que enfim o país pudesse adentrar na modernidade.

Esses homens e mulheres educados em uma instituição que possuía um currículo enciclopédico, que observavam e realizavam a prática de ensino intuitivo na Escola Modelo, recebiam ao final do curso o diploma de normalista e deveriam reger as escolas preliminares e complementares mantidas pelo Estado.

Tais professores normalistas representavam uma imagem idealizada de um novo mestre para uma nova escola e deles dependia o êxito do projeto de educação que se organizava em São Paulo. Em carta de Caetano de Campos, apontou-se a importância da Escola Normal reformada em 1890 para a instrução pública: “(...) É para melhorar o ensino que se reforma atualmente a Escola Normal, e não se poderá reformar toda a instrução publica no Estado sem possuir o professor preparado para instituir novos processos escolares.” (apud RODRIGUES, 1930a, p. 199).

Com a primeira reforma republicana, a grande inovação, para a formação dos professores, havia sido a criação das escolas modelos para o exercício dos alunos-professores, tendo em vista que o programa de ensino da Escola Normal pouco se diferenciava do período anterior, pois até o tempo de formação continuou sendo de 3 anos⁶⁸.

O curso normal continuou, além disso, a manter forte característica de ensino complementar ou de formação propedêutica do que um curso de formação realmente de currículo específico profissionalizante⁶⁹.

Aliás, esse pouco conteúdo profissional no programa de ensino não era visto como problema para Caetano de Campos, pois, para o diretor da Escola Normal “a chave do toda a evolução do ensino, (...), repousa sobre a prática que devem ter os

⁶⁸ A partir de 1884, o programa de ensino da Escola Normal era formado pelas cadeiras de Gramática e língua nacional; Aritmética e geometria; Elementos de cosmografia, geografia e história; Pedagogia, metodologia e instrução religiosa e cívica; Noções de física e química; Gramática e língua francesa; e Caligrafia e desenho. Com a reforma de 1890, o programa passa a ter as seguintes cadeiras: Português; Aritmética, álgebra, geometria e escrituração mercantil; Geografia, cosmografia e história do Brasil; Física e química; Biologia; Economia política e rural, e educação cívica; e Organização e direção de escolas (ANUÁRIO DO ENSINO, 1907-1908, p. 87-89).

⁶⁹ Apesar de ter o número de cadeiras ampliadas de oito para dez com a reforma de 1890, continuava a existir somente uma cadeira de caráter profissionalizante, que era a Organização de escolas e sua direção.

alunos mestres na Escola Modelo, mais do que sobre a ampliação do curso superior, com a criação de novas cadeiras” (apud RODRIGUES, 1930a, p. 200).

Desta feita, ocorreu a primeira reforma do ensino sob o regime republicano, atuando na formação do professor do curso primário e focando em seu treinamento prático na Escola Modelo.

Entretanto, se para os reformadores da época esse era o melhor caminho para a formação dos professores normalistas, posteriormente, essas práticas iniciais foram criticadas, notadamente, quando a Escola Normal passou a adquirir uma maior característica de curso profissionalizante, após os anos de 1930.

Nesse contexto, Almeida Júnior, diplomado pelo curso normal nos primeiros anos do século XX, asseverou em discurso de paraninfo da turma de 1933:

A formação profissional era, nessa época, a mais modesta possível. Reduzia-se a um sumário contato com a pedagogia e com a prática do ensino. A pedagogia, tal como determinava o programa, cifrava-se no estudo de cerca de sessenta apostilas, em folhas datilografadas dadas a copiar pelo catedrático e decoradas pelo aluno para efeito de exame. A prática de ensino, sem plano e sem sequência, consistia em ir o aluno, uma ou duas vezes por semana durante uma hora, à escola primária ver dar aula, para que o treino alheio o invadisse por indução. Assim se formavam os moços da escola normal secundária da Praça da República, no primeiro decênio deste século.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1966, p. 135).

Para Almeida Júnior, em razão do enciclopédico programa de ensino e suas feições propedêuticas, o curso normal assemelhava-se ao curso ginásial, e era procurado também “por moços pobres e moças ricas” para dar continuidade aos estudos daqueles que não tinham condições de ir para os ginásios estaduais (apud Poliantéia Comemorativa, 1946, p. 15).⁷⁰

Outra reforma da instrução pública, mais ampla e com o objetivo de reestruturar todo o ensino primário, deu-se no ano de 1892. A Lei n°. 88 pretendia reformar e organizar toda a instrução pública paulista, no âmbito primário, secundário, de formação de professores, essa última seria dividida em curso normal primário e superior, o que não chegou a ser implantado.

⁷⁰ O curso normal, apesar de exigir prova para os alunos ingressantes, era gratuito e com a duração de 3 anos, posteriormente, transformados em 4, o que tornava a escola uma opção para o aluno que tinha interesse em continuar seus estudos, após o curso primário. Nos ginásios estaduais, o aluno devia pagar uma taxa no momento da matrícula, e o curso tinha a duração de 6 anos, tornando-se inviável para as camadas sociais menos abastadas.

O curso normal continuou ter a duração de 3 anos, ampliando-se o número de cadeiras para 18 e acrescentando-se cinco aulas avulsas⁷¹. Mesmo com a significativa ampliação do currículo, este permaneceu com somente uma cadeira de caráter pedagógica, com a criação da cadeira denominada Psicologia, pedagogia e direção de escolas.

Nesse sentido, a Lei n°. 88 possibilitou que o aluno que completasse o 2° ano do curso normal, receberia o diploma para reger as escolas primárias e também atuar como adjunto ou auxiliar nas escolas complementares, que foram criadas pela mesma legislação. Os alunos que concluíssem o curso completo recebiam o direito de lecionar também nas escolas complementares⁷².

Na prática, a lei permitiu que o aluno do curso normal se formasse em 2 anos, sendo obrigado a praticar por 6 meses nas escolas modelos. Ao realizarmos uma análise nos livros de matrículas da Escola Normal e os anos de diplomação dos normalistas, é possível afirmar que eram raros os que frequentaram o curso somente por 2 anos.

Um alto número de repetência dos alunos foi observado, às vezes, mais de uma repetência para o mesmo aluno, o que fazia com que permanecesse em média por 3 ou mais anos cursando a escola. Os alunos que optaram pelo diploma de professor do curso preliminar, de 2 anos, comumente eram os que repetiram, por uma ou mais vezes, em algum momento do curso⁷³.

Conforme observamos nos livros de matrículas e de diplomação, o curso normal destacou-se pelo alto índice de alunos que repetia um ou mais anos no decorrer de sua formação. Podemos sugerir que um dos fatores do grande número de reprovações no curso normal deveria ser a pouca familiaridade ou conhecimento do aluno com as matérias do programa de ensino, tendo em vista que bastava simplesmente o diploma do

⁷¹ Decreto 144B, de 30 de dezembro de 1892, artigo 270. Esse decreto aprovava e regulava a Lei n°. 88, que reformava a instrução pública.

⁷² Abordaremos mais a frente à questão das escolas preliminares e complementares.

⁷³ No ano de 1892, foram matriculados 46 alunos na Escola Normal (que frequentavam pela primeira vez o curso, havia aluno repetente do ano de 1891), destes, 15 não conseguimos localizar o ano de formatura. Dos 31 alunos que se diplomaram, somente um aluno se formou em 3 anos sem nenhuma reprovação. 17 normalistas diplomaram-se como professores preliminares, mas tiveram de repetir o primeiro ano do curso normal. Os demais concluíram o curso, tendo frequentado a Escola por 4 ou mais anos, em razão das repetências ou possíveis interrupções no curso, caso da normalista Argentina Brasileira Carneiro, matriculada em 1892, repetiu esse ano, matriculou-se novamente no primeiro ano em 1893, mas só foi diplomada em 1905. Cf. Livro de matrículas masculinas 1888-1894 (ENS MAT 002) e Livro de matrículas de alunas do curso normal 1888-1894 (ENS MAT 003).

curso primário, cuja característica era um programa de ensino exíguo, e a prova de suficiência⁷⁴ para ingressar na Escola Normal.

Em 1893, o curso normal foi ampliado para 4 anos e deixou de existir a possibilidade dos alunos matriculados, a partir de 1894, formarem-se professores preliminar ou complementar⁷⁵. A lei permitia que os alunos que estivessem cursando, poderiam concluir o curso em 4 anos, e os professores já formados poderiam retornar à Escola Normal para completarem o quarto ano.

Essas reformas foram as que basicamente estruturaram o curso normal nas primeiras décadas do regime republicano⁷⁶, havendo algumas mudanças pontuais de programas de ensino e regulamentos da Escola Normal e da instrução pública.

O ano de 1894, foi significativo para a Escola Normal de São Paulo, já que no mês de agosto⁷⁷ inaugurou-se o majestoso edifício que abrigou a instituição de formação de professores e suas escolas anexas (Escolas Modelos, Jardim da Infância e Escola Complementar).

O edifício destacava-se na paisagem urbana pela sua arquitetura grandiosa e monumentalidade (WOLFF, 2010), obra do consagrado arquiteto Ramos de Azevedo, tendo sido instalado na região central da cidade, era sinônimo do progresso e de uma nova sociedade que seria transformada pela educação.

Construído com fundos arrecadados ainda durante o Império, para a construção de uma catedral (REIS FILHO, 1991), o novo edifício foi o contraponto dos acanhados prédios que até então haviam abrigado o curso normal ou mesmo as escolas públicas, visto que inventariando o passado “só se encontravam algumas criações rudimentares”, e a instrução pública significava “casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina” (MOTTA apud RODRIGUES, 1930a, p. 339).

⁷⁴ Existiam cursos preparatórios para os alunos interessados em prestar as provas de admissão na Escola Normal.

⁷⁵ Lei n°. 169, de 7 de agosto de 1893, artigo 15.

⁷⁶ A respeito da formação de professores, podemos destacar as leis que transformaram as escolas complementares em normais primárias e/ou secundárias, Decreto n°. 2025 de 29 de março de 1911 e Lei n°. 1341 de 16 de dezembro de 1912. E a unificação das escolas normais em um tipo único, Lei n°. 1750, de 8 de dezembro de 1920, artigo 8°.

⁷⁷ O Edifício da Escola Normal de São Paulo foi inaugurado no dia 2 de agosto de 1894, tendo sido as obras iniciadas em 1890. O edifício foi construído na Praça da República, onde “praça e edifício” formaram “um conjunto urbanístico e arquitetônico grandioso destinado a impressionar a imaginação de seus contemporâneos” (MONARCHA, 1999, p. 188).

A partir daí, novos edifícios foram construídos por todo o estado para abrigar as escolas republicanas⁷⁸. Foi com o governo republicano que se instituiu uma arquitetura escolar própria que, em sua materialidade e seus elementos simbólicos, fez emergir um “sistema de valores, como a ordem, disciplina e vigilância” (ESCOLANO, 1998, p.26).

Edifícios cujas linhas arquitetônicas se sobressaíam na paisagem, e em que tudo “devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava” (CARVALHO, 2003, p. 24).

Desta forma, com a inauguração do imponente edifício da Escola Normal de São Paulo, os governantes desejaram demonstrar “a altura em que a República colocou” o “problema da instrução”, não havendo mais “nobre profissão que aquela que se incumbia de preparar cidadãos para a sustentação, defesa e engrandecimento de uma pátria livre” (MOTTA apud RODRIGUES, 1930a, p. 340).

Portanto, entregaram um palácio ou um templo laico (CARVALHO, 2003), onde seriam sagrados os “sacerdotes da religião do saber” (MOTTA apud RODRIGUES, 1930a, p. 341).

Com a criação de uma Escola Modelo no novo edifício da Escola Normal, posteriormente, denominada Caetano de Campos, passaram a existir duas escolas modelos na cidade de São Paulo, chegando ao número de quatro escolas a partir de 1895⁷⁹.

Assim, passados os primeiros anos do regime republicano e realizadas as reformas da instrução pública, a preparação de professores melhores capacitados para assumirem as escolas permaneceu sempre presente nas falas dos governantes, políticos e intelectuais, e a Escola Normal de São Paulo, local ímpar para a formação de uma “elite” de professores, que se contrapunham ao grande número de professores sem formação específica que regiam as escolas primárias que, por muito tempo, permaneceram atuando no estado.

⁷⁸ As escolas republicanas, geralmente, eram construídas na região central das cidades, onde, conforme Escolano (1998) “projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia”.

⁷⁹ Escola Modelo do Carmo – antiga Escola Modelo anexa (1890), Escola Modelo “Caetano de Campos” anexa à Escola Normal (1894), Escola Modelo Maria José e Escola Modelo Prudente de Moraes (1895). Posteriormente, com exceção da Escola Modelo Caetano de Campos, todas as demais foram transformadas em grupos escolares.

Nas primeiras décadas da República, foi maciça a atuação de professores no ensino público sem formação profissional ou oriundos de outras instituições⁸⁰, isso se deu, sobretudo, em razão do reduzido número de professores que a Escola Normal conseguiu diplomar, frente ao grande número de escolas existentes.

A presença dos professores leigos, sem formação profissional, tornou-se um entrave para o desenvolvimento da instrução pública em discursos da época. A solução de ampliar o quadro de professores com alunos provenientes das escolas complementares que, em pouco tempo, passaram a diplomar mais alunos do que a Escola Normal, foi alvo de críticas por não serem, as escolas complementares, capacitadas para essa finalidade, a formação de professores⁸¹ (TANURI, 1979).

Se, por um lado, o padrão de ensino e formação da Escola Normal foi elevado, por outro, a mesma esbarrou na incapacidade de produzir professores suficientes para as escolas que existiam ou que estavam sendo instaladas.

QUADRO 1

ESCOLAS EXISTENTES⁸² E NORMALISTAS DIPLOMADOS⁸³		
ANO	ESCOLAS	NORMALISTAS
1890	1072	456
1895	1954	610
1897	2246	647
1899	2354	721
1904	2591	936
1907	2992	1105

Fonte: Livros de Registro de Diplomas de Habilitação da Escola Normal de São Paulo – Acervo Histórico Caetano de Campos. Livro Jubilar da Escola Normal da Capital (RODRIGUES, 1930). Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo, de 7 de abril de 1897 (COSTA, 1983, p. 108).

⁸⁰ Existiu a figura do professor provisório, que realizava concurso perante os inspetores e assumia as escolas vagas. E também o professor complementar, que eram alunos diplomados pelas escolas complementares, que também podiam lecionar nas escolas preliminares, bastando que realizassem a prática de ensino nas escolas modelos.

⁸¹ Até 1911, ano em que todas as escolas complementares foram transformadas em normais primárias ou secundárias, funcionaram seis escolas desse tipo, sendo elas: Escola Complementar anexa à Escola Normal, Escola Complementar Prudente de Moraes (capital), essa escola foi transferida para a cidade de Guaratinguetá em 1902, Escolas Complementares de Itapetininga, Piracicaba, Campinas e Guaratinguetá. Tendo diplomado 2.382 alunos entre 1898 e 1911.

⁸² Número total de escolas existentes, somando entre as escolas providas ou não.

⁸³ Número de normalistas diplomados desde a fundação da Escola Normal.

A Escola Normal de São Paulo, desde a sua primeira fundação em 1846, até meados de 1880, não havia conseguido diplomar mais de 50 alunos em uma mesma turma. Entre 1887 e 1890, o número de formandos foi expressivo se comparado a todos os anos anteriores.

José Feliciano de Oliveira (1930, p. 11), afirmou que as turmas de 1889 e 1890 eram formadas por alunos atrasados que foram aprovados depressa para “desocupar o beco” e “passaram, sem saber, mas com boa vontade de aprender... no futuro”, o autor denominou o episódio de “o despejo do Dr. Campos”.

Com as reformas realizadas pelo novo regime, o número de diplomados diminuiu novamente, a partir de 1891; só em 1910, a Escola Normal passou a formar, de modo constante, as turmas que superaram a centena de normalistas diplomados.

Segue abaixo quadro com o número de alunos diplomados pela Escola Normal, desde 1881 a 1910, foi realizada uma confrontação entre os dados do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907-1908 e a relação de diplomados dos Livros de Registro de Diplomas de Habilitação da Escola Normal de São Paulo, arquivados no Acervo Histórico Caetano de Campos (AHCC).

QUADRO 2

RELAÇÃO DE DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1881 A 1910			
ANO	DIPLOMADOS	ANO	DIPLOMADOS
1881	7	1896	9
1882	20	1897	27 (28 AHCC)
1883	18	1898	24
1884	18	1899	49 (50 AHCC)
1885	37	1900	40 (38 AHCC)
1886	26	1901	26 (46 AHCC)
1887	52	1902	76
1888	64	1903	54 (55 AHCC)
1889	115 (117 AHCC)	1904	67
1890	58 (57 AHCC)	1905	76
1891	42 (41 AHCC)	1906	50 (49 AHCC)
1892	31	1907	44
1893	19	1908	65
1894	40 (37 AHCC)	1909	80 (78 AHCC)
1895	23 (25 AHCC)	1910	105 AHCC

Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908. Livros de Registro de Diplomas de Habilitação da Escola Normal de São Paulo – Acervo Histórico Caetano de Campos (AHCC).

As diferenças entre os números de diplomados podem ser justificadas pela dificuldade em obter e compilar informações e dados sobre as instituições de ensino pelos órgãos oficiais na época, tanto por problemas de envio e preenchimento dos mapas de movimentação, dos livros de controle ou por extravios e organização dos documentos nas instituições de ensino⁸⁴.

Lourenço Rodrigues, ao realizar a pesquisa para a produção do Livro Jubilar da Escolar Normal no ano de 1930, por ocasião das comemorações do cinquentenário desde a abertura definitiva no ano 1880, ressaltou as dificuldades de se obter dados sobre “a árvore genealógica da grande família normalista de São Paulo”, *ipsis litteris*:

⁸⁴ Foram encontradas diversas reclamações, dos órgãos oficiais de administração do ensino, quanto ao preenchimento, e até mesmo a provável fraude, dos mapas de movimentação das escolas. Como por exemplo, quando a professora de Lavrinhas foi questionada sobre o preenchimento dos mapas mensais e a existência de matrícula no mês de janeiro, cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº. 924, 22 de julho de 1894, p. 10.860. Ou, quando o inspetor do 9º distrito acusou a professora de Aparecida, Lydia Cortez Renno Ferreira, de falsificação do mapa do mês de dezembro e de não entregar o relatório e mapa semestral, cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº 1115, 19 de março de 1895, p. 13.049.

Si a boa vontade da Secretaria ficou demonstrada por um esforço muito a dispendar, teve ela que lutar com um elemento altamente desfavorável: o arquivo daquela Escola achava-se bastante desfalcado por diversas razões entre as quais avultam as sucessivas mudanças de prédio. (RODRIGUES, 1930b, p. 9-10).

Os problemas de levantamento dos dados dos diplomados pela Escola Normal, como sustenta o autor supramencionado, podem ter sido responsáveis por possíveis “inexatidões e até mesmo omissões”, e podem ser demonstrados quando confrontamos os dados compilados pelo Anuário do Ensino, os obtidos por Lourenço Rodrigues e os verificados durante a pesquisa no AHCC, visto que foram constatadas diferenças para alguns anos de formandos.

É curioso observar que os próprios números obtidos por Lourenço Rodrigues diferem do Anuário de 1907-1908, ano em que o próprio ocupava o cargo de diretor da Inspeção Geral da Instrução Pública, responsável pela produção do dito Anuário.

O caso da pesquisa realizada por Rodrigues para a produção do Livro Jubilar é emblemático, visto que passados mais de 20 anos após a produção do Anuário do Ensino de 1907-1908, do qual era um dos responsáveis pela reunião e compilação das informações obtidas das diversas instituições de ensino e dos inspetores escolares, o autor não utilizou a fonte oficial para produzir o Livro Jubilar em 1930, tendo recorrido à consulta ao arquivo da Escola Normal, mesmo estando esse “bastante desfalcado”.

Ao realizarmos uma consulta aos documentos do AHCC, foi possível perceber uma pequena diferença entre os números do Anuário, a obra de Lourenço Rodrigues (1930b) e os Livros de Habilitação e Diplomação. Embora não exista uma diferença muito grande no número total de diplomados, notamos uma variação entre as turmas de formandos, essa informação demonstra a dificuldade de compilar dados oficiais do período, conforme apresentam os dados do Quadro 3.

QUADRO 3

RELAÇÃO DE DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1889 E 1910. COMPARAÇÃO ENTRE DIFERENTES DOCUMENTOS			
ANO	ANN	LIVRO JUBILAR	AHCC
1889	115	113	117
1890	58	57	57
1891	42	41	41
1892	31	32	31
1893	19	19	19
1894	40	35	37
1895	23	24	25
1896	9	9	9
1897	27	27	28
1898	24	24	24
1899	49	50	50
1900	40	38	38
1901	26	46	46
1902	76	74	76
1903	54	55	55
1904	67	67	67
1905	76	76	76
1906	50	49	49
1907	44	44	44
1908	65	65	65
1909	80	80	78
1910	124	106	105
TOTAL	1139	1132	1137

Fontes: (ANN) Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, 1908-1909, 1909-1910, 1911-1912. Livro Jubilar da Escola Normal da Capital. (AHCC) Acervo Histórico Caetano de Campos - Livros de Registro de Diplomas de Habilitação da Escola Normal de São Paulo.

Como podemos observar nos dados do quadro acima, destacadamente, para o Quadro 1, a Escola Normal formou professores em número aquém das escolas instaladas no estado. O problema nunca conseguiu ser equalizado, e uma parcela significativa de professores passou a ser formada pelas escolas complementares, depois transformadas em normais (TANURI, 1979), permanecendo a Escola Normal de São

Paulo, como uma instituição seleta e diferenciada pelo padrão de excelência na formação.

Essa diferenciação na formação dos professores paulistas pode ser revelada pelo depoimento de um professor, formado na República Velha, quando justificava sua ascensão na carreira, dizia “eu sou da Praça”⁸⁵ ... – que, nesse ponto, eu sou luxento – eu sou da Praça da República, não sou de Botucatu, nem de Guaratinguetá, minha escola é da Praça da República – a minha era a maior.” (DEMARTINI e ANTUNES, p. 13).

O aludido depoimento é fundamental para demonstrar a importância que a Escola adquiriu durante as primeiras décadas do século XX, e como possuir um diploma do instituto poderia ser importante no decorrer da carreira profissional, destacando-se assim das demais instituições de formação de professores.

1.2 – A formação do professor normalista e sua posição na instrução pública

Após ter sido feito um breve relato sobre a Escola Normal de São Paulo nos primórdios do regime republicano, vamos nos concentrar nos professores normalistas diplomados por essa instituição e sua importância na estrutura da instrução pública paulista. Esse relato, mesmo que curto, mostra-se importante, pois o foco da pesquisa recai sobre a carreira profissional desses homens e mulheres.

O aludido docente, que denominamos como normalista, foi aquele que se diplomou pela Escola Normal de São Paulo e depois iniciou sua carreira, geralmente, nas instituições públicas de ensino. É importante destacar esse ponto, já que podem haver outras pesquisas ou obras que denominam o professor da Escola Normal, mesmo sem o título da mesma, como normalista.

Dessa forma, para critério da presente dissertação, os professores normalistas são os detentores de diploma do curso normal, independente da instituição de ensino que lecionaram ou cargos que ocuparam.

É difícil determinar a origem social dos alunos que se matricularam no curso normal para conseguir a habilitação de professor normalista. António Nóvoa (1989, p. 29) aponta que, para o início do século XIX em Portugal, os professores de primeiras letras eram oriundos das classes “menos favorecidas da sociedade”, mas, que na virada

⁸⁵ A Escola Normal de São Paulo também passou a ser chamada de Escola Normal da Praça da República, onde estava instalada.

do século, constituíam-se como uma classe profissional numerosa, formada amplamente por mulheres e “oriundos das camadas sociais intermediárias”.

Com a criação, e porque não dizer o aperfeiçoamento das escolas normais e a posição de destaque que a instrução adquiriu no meio social, como fator de ascensão social e progresso econômico, que “diferentes camadas sociais” foram atraídas para a profissão docente (NÓVOA, 1991).

Os alunos da Escola Normal de São Paulo, provavelmente, não deviam se diferenciar muito do que foi apresentado por Nóvoa. Se as fontes documentais oficiais ainda carecem de análise à luz dessas questões, podemos encontrar em alguns textos pistas que nos fazem identificar os alunos oriundos de níveis sociais médios ou até mesmo de níveis mais inferiores, provavelmente, de localidades com um significativo adensamento urbano, onde foi possível concluir o ensino primário.

Com relação à década de 1880, Carlos Monarcha (1999) aduziu que, com a reabertura da Escola Normal a partir daquele ano, a instituição atraiu cada vez mais alunos, e que esses indivíduos seriam em sua grande maioria de origem pobre que procuravam promoção social, pois a habilitação na escola permitia também que o aluno se capacitasse para outras oportunidades de emprego na administração pública ou no comércio.

Podemos aventar que o autor apontou os alunos da Escola Normal como pertencentes às classes pobres em razão das condições sociais referentes à profissão de professor no período, que desestimulava a inserção de uma camada melhor preparada, com mais posses e oportunidades de ascender em outras carreiras. Como foi demonstrado, por exemplo, no relatório do presidente da província, João Alfredo Corrêa de Oliveira, quando informou sobre o pequeno número de normalistas e como era pouco atraente a carreira docente em 1886.

Referindo-se aos alunos diplomados no primeiro decênio do século XX, Almeida Júnior (1966, p. 135) revelou “pobres quase todos, apressávamo-nos, depois de diplomados, em obter cadeira e iniciar o trabalho”. Marcílio (2005, p.212) destaca que, em relatório de 1904, o secretário no Interior, Cardoso de Almeida, afirmou que a “quase totalidade dos alunos normalistas pertencia às classes pobres; ambicionavam o diploma, para se garantirem na luta pela vida, com o produto do trabalho letivo”.

Na obra *O calvário de uma Professora*, Hermengarda, a personagem principal, é praticamente obrigada a cursar a Escola Normal, depois que sua família foi arruinada financeiramente e se viu com a responsabilidade de auxiliar no sustento de seus

familiares (DORA LICE, 1928). A autora demonstra, assim, como era um desprestígio para os níveis mais abastados, e com possibilidade de acesso a outras carreiras e outras instituições de ensino, cursar a Escola Normal e tornar-se professora⁸⁶.

Se não foi possível avaliar ou confirmar a origem social dos alunos que ingressaram na Escola Normal, a partir de 1890, por meio da documentação consultada, visto que não fazia parte dos objetivos da pesquisa, podemos afirmar, porém, que esses mesmos alunos eram naturais de diversas localidades do estado de São Paulo, de outras unidades da federação e, até mesmo, nascidos em outros países⁸⁷.

Essa constatação demonstra uma possível variedade cultural e social dos alunos do curso normal, sendo importante levá-las em consideração no momento de reflexão sobre o público que a Escola Normal atraía para seus bancos.

Público esse que poderia frequentar e diplomar-se pela instituição sem a intenção de iniciar uma carreira no magistério. Paulatinamente, no decorrer do final do período Imperial e nas primeiras décadas do regime republicano e com a estabilidade do seu funcionamento (MONARCHA, 1999), a Escola Normal passou também a ser importante para os alunos que desejavam continuar seus estudos para além do primário, tendo em vista que não haviam sido criados os cursos secundários públicos ou os mesmos eram de difícil acesso para uma parcela significativa da sociedade⁸⁸.

O curso normal passou também a receber uma quantidade cada vez maior de mulheres e, em poucos anos, os formandos passaram a ser quase exclusivamente do sexo feminino. A carreira no magistério representou uma forma de ascensão social e inserção no mercado de trabalho para as mulheres, sobretudo como atividade remunerada no serviço público e como forma de continuar seus estudos (VILLELA, 2010).

⁸⁶ A professora Hermengarda, personagem da obra, cursou a Escola Normal de São Paulo durante o regime republicano, ou seja, após as reformas que ocorreram na instituição e na instrução pública.

⁸⁷ Dos 57 normalistas diplomados no ano de 1890, apenas oito nasceram na cidade de São Paulo, os demais em cidades do interior paulista. Para o ano de 1891, dos 42 diplomados, sete nasceram na cidade de São Paulo, dois em Minas Gerais e dois no Rio de Janeiro, os demais em cidades do interior paulista. Para os que nasceram no interior, é possível afirmar uma predominância para as regiões de antigos adensamentos urbanos, como o Vale do Paraíba e a região Central, notadamente, próximo às cidades de Campinas e Itu.

⁸⁸ A professora normalista Noemi Silveira Rudolfer relatou que, pós-1890, época da “maioridade da Escola”, a instituição tornou-se “Meca de grande educadores do Brasil, como foi o centro de preparação da juventude, sobretudo feminina”, e “era a escola onde os pais punham suas filhas para uma educação completa e bem orientada, mesmo que (...) não se dedicassem ao magistério: estavam bem preparadas para o matrimônio também” e, quanto aos rapazes “cujos haveres não lhes permitiam cursar o ginásio faziam a Escola Normal como um meio de se prepararem culturalmente, para o ingresso na escola superior (...)”. (apud POLIANTEIA COMEMORATIVA, 1946, p. 20).

Com as reformas da Escola Normal e de toda a instrução pública paulista, o certo é que a instituição adquiriu melhor visibilidade nos discursos oficiais, sendo aparelhada para a formação de um “novo” modelo de professor, hábil em “novos processos escolares” (CAMPOS apud RODRIGUES, 1930a, p. 199), em contraposição à imagem dos “velhos mestres, formados na escola de abusos, de patronato, de cortesismo oficial” (PESTANA apud RODRIGUES, 1930a, p. 182).

A profissionalização da carreira do professor, provavelmente, fez com que o nível de preparo e o interesse pela carreira se elevassem, atraindo uma parcela mais diversificada da sociedade, em especial, das camadas intermediárias. Com o curso normal e as escolas complementares, passou a existir um maior número de professores com formação profissional frente aos leigos⁸⁹, havendo uma sensível melhora na remuneração, nas vantagens oferecidas para nomeação e remoção e nas condições de trabalho (REIS FILHO, 1981).

É muito provável que, mesmo com as mudanças ocorridas na última década do século XIX, aconteciam ainda problemas passíveis de críticas na formação do professor normalista, mas, indubitavelmente, a Escola Normal de São Paulo nesse período passou por mudanças que elevaram os padrões de formação do professor do curso primário (ANTUNHA, 1976). Seja pelo programa enciclopédico de ensino, a criação das Escolas Modelos, local onde os alunos deveriam realizar a prática de ensino com professores experimentados, teoricamente, nos novos métodos de ensino, a construção de um edifício apropriado para abrigar a Escola e as instituições anexas, além de criação ou melhoria dos laboratórios e biblioteca.

As mudanças na legislação da instrução pública, promulgadas a partir de 1890, também contribuíram para a valorização da figura do professor normalista. Assim, alguns cargos na instrução pública eram exclusivamente, pelo menos, no papel, para os professores com diplomas do curso normal, tais como inspetores de distritos, inspetores escolares, diretores dos grupos escolares e escolas complementares e professores das escolas complementares.

Desta forma, a legislação criou uma reserva de mercado no campo de atuação para um grupo de profissionais com o diploma da Escola Normal, o que os diferenciou dos demais professores que atuavam no ensino paulista.

⁸⁹ Em 1912, atuavam no ensino público 998 professores normalistas, 1.702 complementaristas, 96 normalistas primários, 59 adjuntos de concursos e 171 intermédios (TANURI, 1979, p. 116).

Alguns autores afirmam que uma quantidade significativa dos normalistas destinou-se a ocupar cargos burocráticos, administrativos ou de fiscalização⁹⁰. E que a geração formada, a partir da década de 1890, assumiu “direta ou indiretamente posição de liderança na instrução pública paulista”, o que os tornou “tematizador, normatizador e concretizador no campo da instrução” e figuras centrais “na formação de um ‘espírito de corpo’ em relação ao magistério público, no controle do aparelho escolar e da produção cultural e educacional”⁹¹ (MORTATTI, 2000, p. 133).

Os profissionais com diplomas do curso normal foram os que estiveram à frente de organizações associativas e na produção de revistas e publicações para uso dos professores da instrução pública (CATANI, 2003). Desta forma, um grupo de normalistas que atuou em destacadas instituições de ensino ou em cargos da administração, tornou-se porta-voz e orientador do discurso e ação do conjunto do professorado do curso primário.

Esses mesmos normalistas, com o passar do tempo, instituíram a ideia do “período áureo” da educação paulista (CATANI, 2003), tendo como marco a primeira década de governo republicano, quando foram realizadas as reformas e a organização do sistema de ensino em São Paulo.

Com a existência de um diminuto grupo de professores normalistas, comparada com o total de professores da rede de ensino primário, esses profissionais adquiriram, pela posse de um diploma de uma escola reconhecida pelo seu ensino de alto nível, alguns privilégios na escolha⁹² ou nomeação para cargos, obtendo, inclusive, legitimidade na discussão das questões de ensino.

Esse conjunto de professores foi representado, como o “escol do professorado paulista”, que atuou nas “escolas complementares e ginásio do estado e ocupando os cargos técnico-burocráticos da instrução pública”, produzindo os novos conhecimentos aplicados à educação, tomando em suas mãos a causa da educação, como especialistas que possuíam propriedade de conhecimento na área (MONARCHA, 1999, p. 210).

A ação de alguns indivíduos oriundos da Escola Normal da Capital em cargos importantes da administração da instrução pública, na produção de obras de referência

⁹⁰ Ver entre eles, Rodrigues (1930a), Tanuri (1979), Monarcha (1999), Mortatti (2000), Catani (2003), Silva (2004) e Souto (2005).

⁹¹ Entre algumas formas de valorização da carreira docente perante a sociedade, o professorado público, assim como outros profissionais oriundos de academias solicitaram ao Governo a autorização para usarem um símbolo distintivo que representasse a profissão docente, no caso, um anel com pedra de turmalina, cravada em ouro. Cf. Decreto n°. 301, de 31 de agosto de 1895.

⁹² Privilégio de escolher uma cadeira ou escola que estivesse vaga por ocasião da sua saída da escola, sem a necessidade de realização de concurso. Lei n°. 88, de 8 de setembro de 1892, art. 25, § 1°.

ou de memórias, além da ação posterior da historiografia ao destacar a atuação de alguns nomes no campo educacional, fez com que se produzisse um discurso da excelência dos professores normalistas e sua atuação quase exclusiva em cargos de maior destaque.

Foi um conjunto de normalistas, que ascendeu a importantes cargos hierárquicos de órgãos de inspeção e administração do ensino público, além de postos-chave em instituições de ensino, que perpetuaram a memória e o prestígio social e intelectual dos professores diplomados pela Escola Normal de São Paulo.

Todavia, quanto à afirmação que uma parcela significativa desses normalistas, diplomados na primeira década republicana, teve suas carreiras ligadas aos cargos mais elevados do ensino público (TANURI, 1979), sem nos reportarmos a alguns nomes “consagrados” pela historiografia e, em especial, aos professores do gênero masculino⁹³, torna-se frágil sem uma análise pormenorizada do conjunto de professores e das turmas de formandos⁹⁴.

Quanto ao campo profissional para os detentores do diploma do curso normal, no que se refere aos cargos administrativos e de docência em escolas graduadas, este foi muito incipiente até o final do século XIX. De fato, havia os cargos de inspetores escolares e, posteriormente, os de direção e docência, tais como escolas modelos, grupos escolares e escolas complementares que, primeiramente, eram de nomeação exclusiva para os normalistas.

Os cargos de docência e direção em escolas seriadas eram bem reduzidos se compararmos com as possibilidades de trabalho nas cadeiras e escolas de professor único ou isoladas. Até 1909, existiam no estado uma escola modelo⁹⁵, cinco escolas complementares e 92 grupos escolares na capital e interior⁹⁶, o que totalizava, aproximadamente, 882 cargos entre professores e diretores⁹⁷ de escolas graduadas.

⁹³ No final do século XIX, as mulheres já eram diplomadas em maior número que os homens na Escola Normal e como docentes do curso primário. Apesar disso, eram os homens que ascendiam aos cargos administrativos e de inspeção na instrução pública, enquanto as mulheres permaneciam em cargos de docência nas escolas primárias (DEMARTINI & ANTUNES, 1993). Iremos retornar ao assunto no Capítulo III.

⁹⁴ Análise que é realizada nos Capítulos II e III.

⁹⁵ Todas as demais escolas modelos foram transformadas em grupos escolares, somente passando a existir a Escola Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo.

⁹⁶ Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1910-1911.

⁹⁷ Esse número é uma média dos cargos existentes nesses tipos de escolas, excluídos os possíveis substitutos efetivos, a escola complementar, os grupos escolares e a escola modelo lotava um diretor e oito professores (quatro para cada seção da escola – masculina e feminina). Alguns grupos escolares funcionavam com dez classes e, depois de 1910, foram ampliados para dois turnos nas localidades onde havia grande demanda de alunos.

Esses cargos também tiveram de ser compartilhados com os professores diplomados anteriormente a 1890, e não raro encontramos muitos deles ocupando os cargos de inspetor ou direção de algum estabelecimento de ensino criado pelo novo regime⁹⁸.

O primeiro cargo de destaque na administração do ensino, excluindo os postos de inspeção, que havia assumido um normalista na primeira década republicana, foi o de diretor da Escola Normal da Capital, em 1894, que recaiu sobre Gabriel Prestes, diplomado pela turma de 1888⁹⁹.

Outro normalista que assumiria um cargo de destaque na administração da instrução pública, ocupando a função de direção da Inspetoria Geral da Instrução Pública, no ano de 1907, foi João Lourenço Rodrigues, normalista diplomado, em 1890, que passou por diversos cargos de docência, direção e inspeção escolar¹⁰⁰.

A atuação dos normalistas em importantes cargos administrativos, no recorte de tempo da pesquisa, teve como limite máximo de ascensão a direção da Inspetoria Geral da Instrução Pública, depois transformada em Diretoria Geral da Instrução Pública, cargos importantes por serem interlocutores com as instâncias mais altas da administração estadual sobre questões do ensino público e com poderes de fiscalização e produtores de normas e programas para as escolas do estado.

A organização do sistema de ensino público paulista, sobretudo depois das reformas instituídas, após 1892, também privilegiou o “nível de formação do pessoal docente” (TANURI, 1979, p. 95), o que para toda a década final do século XIX, significou prerrogativas para os professores normalistas, únicos com formação profissional oferecida pelo Estado¹⁰¹.

⁹⁸ Muitos deles eram antigos partidários e propagandistas dos ideais republicanos.

⁹⁹ Gabriel Prestes não atuou como professor no magistério público, criou um externato para aulas auxiliares para normalistas, foi jornalista, destacando-se na defesa da educação, e deputado, quando participou da elaboração das reformas do ensino de 1882 e 1893 na Câmara dos Deputados (POLIANTÉIA COMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO ENSINO NORMAL DE SÃO PAULO, 1946, p. 90-91).

¹⁰⁰ Lourenço Rodrigues foi substituído na direção da Inspetoria Geral da Instrução Pública, em 1909, por outro normalista, Oscar Thompson, diplomado na turma de 1891 e bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas em 1899, pela Faculdade de Direito. Thompson iniciou sua carreira docente como professor e adjunto da direção da Escola Modelo em 1892, 2 anos depois, era nomeado diretor da Escola Modelo do Carmo, foi diretor da Escola Normal de São Paulo, onde permaneceu até 1920. Assumiu por duas vezes a direção da Inspetoria e Diretoria Geral, de 1909 a 1911 e 1917 a 1920, nessas duas ocasiões licenciou-se da direção da Escola Normal (GONÇALVES e WARDE, 2002, p. 867-872). Outros normalistas, posteriormente assumiram cargos de destaque na instrução pública, como Arnaldo de Oliveira Barreto, João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior, Pedro Voss, Carlos Alberto Gomes Cardim, entre tantos outros (ver Anexos 1 a 10).

¹⁰¹ Posteriormente, os professores diplomados pelas escolas complementares, cuja primeira turma iniciou a carreira, a partir de 1899, foram equiparados aos professores normalistas.

A reforma da instrução pública paulista ocorrida em 1892, promulgada pela Lei n°. 88, entre outros aspectos, organizou o ensino primário em dois cursos, o preliminar e o complementar. O curso preliminar era ministrado em escolas classificadas em preliminares, intermédias e provisórias¹⁰², e a escola era classificada, conforme o título ou origem do professor que a regesse¹⁰³.

Portanto, as escolas preliminares eram regidas por professores normalistas¹⁰⁴ e tinham um programa de ensino mais completo do que as demais, além dos professores serem melhores remunerados¹⁰⁵.

Esta circunstância criou dois padrões de escolas no curso preliminar, as escolas preliminares com professores diplomados por uma instituição profissional, e as outras escolas, denominadas intermédias e provisórias, com professores interinos ou oriundos de concursos anteriores ao ano de 1887, em ambas, o programa de ensino era inferior com relação às escolas preliminares¹⁰⁶.

Para lecionar no curso complementar, era exigido que o professor tivesse o “curso secundário profissional completo em qualquer das escolas normais do Estado” para reger alguma das cadeiras. Como só existia uma escola normal no estado, pelo menos até 1911, na prática, as cadeiras das escolas complementares deveriam ser exclusivamente para os professores formados pela Escola Normal de São Paulo.

Outra vantagem concedida ao professor normalista, que o destacava dos demais ao iniciar sua carreira no magistério, era a possibilidade de escolher uma cadeira ou

¹⁰² Decreto n°. 144 B, de 30 de dezembro de 1892, artigos 48 e 49.

¹⁰³ Com exceção da Escola Modelo, até 1894, ano de criação dos grupos escolares, as escolas preliminares eram “unidades não agrupadas, em que um professor ministrava a instrução para crianças de diversas idades e de avanço escolar heterogêneo” (ANTUNHA, 1976, p. 64). As escolas isoladas não foram denominadas dessa forma pela localização em que foram instaladas, regiões afastadas ou de pouca densidade demográfica, podiam ser encontradas em centros urbanos e bairros com uma significativa concentração populacional e organização social (MENESES, 1972, p.39).

¹⁰⁴ As escolas preliminares também podiam ser regidas por professores que tivessem, entre outras coisas, sido aprovados em provas, realizadas na Escola Normal, de todo o conteúdo do curso de habilitação de professor, além de prova prática de regência nas escolas modelos. Cf. Decreto n°. 144 B, artigo 71.

¹⁰⁵ Os professores de escolas preliminares recebiam 3:600\$000, as intermédias 2:400\$000 e as provisórias 1:200\$000. Cf. Decreto n°. 144 B, artigo 119. Normalmente, nesse período, o professor tinha de arcar com o aluguel do imóvel para instalar a escola e com o mobiliário.

¹⁰⁶ As matérias ensinadas na escola preliminar eram: leitura e princípios de gramática; escrita e caligrafia; contar e calcular sobre números inteiros e frações; geometria prática com noções necessárias para suas aplicações à medição de superfícies e volumes; sistema métrico decimal; desenho a mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; cosmografia; geografia do Brasil, especialmente de São Paulo; noções de ciências físicas, químicas e naturais, nas suas mais simples aplicações, especialmente higiene; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens da história; leitura de música e canto; exercícios ginásticos, manuais e militares, apropriados para a idade e ao sexo. O programa das escolas intermédias eram os mesmos da preliminar, mas os professores não eram obrigados a ensinar as matérias em que não prestaram exame. E a escola provisória tinha como programa de ensino, leitura, escrita, princípios de cálculo, geografia geral e do Brasil e princípios básicos das constituições da República e de São Paulo. Cf. Decreto n°. 144 B, artigos 56 a 58.

escola sem a necessidade de realização de concursos, bastando que o local escolhido estivesse vago, fosse regido por professor provisório e não tivesse outro candidato interessado, caso contrário, seria realizado concurso entre os pretendentes¹⁰⁷.

Como destacaremos em outros capítulos, a ausência de concursos e o ato exclusivo da indicação para preencher cadeiras de alguns tipos de escolas tornou-se praxe no decorrer dos primeiros anos do regime republicano, notadamente, às escolas graduadas, tais como: os grupos escolares ou para o primeiro provimento das escolas complementares. De alguma forma, este procedimento facilitava o acesso dos normalistas aos postos de docência nessas escolas.

Concluimos, visto que o professor normalista foi portador de um diploma de grande valor para a carreira docente no sistema de ensino paulista, vez que oriundo de uma instituição de ensino considerada de elite e de mais alto padrão na preparação de seus alunos, assim, esperava-se que o profissional detentor do título de normalista, instruído nos mais modernos métodos de ensino, atuasse para efetivamente reformar as arcaicas escolas públicas e o sistema de ensino público.

Mesmo diante das dificuldades encontradas, tais como: escolas instaladas inadequadamente, atuação em locais de difícil acesso, permanência ou interferência política no trabalho docente, eram os normalistas que deveriam agir sobre o meio social de forma contundente em razão de sua dita capacidade intelectual e de formação.

Cidadãos provenientes de diversas localidades do estado e do país, de diferentes camadas sociais e que, depois de diplomados, compunham uma elite do magistério público, e como “faraós da civilização”, onde houvesse noite, deveriam fazer dia, pois encontrariam regiões que “chafurdam o vício e a miséria, de mãos dadas com o erro e a ignorância” (CAMPOS apud RODRIGUES 1930a, p. 238).

1.3 – Por onde caminhavam os normalistas: o estado de São Paulo e as escolas públicas

Depois de formados, os normalistas eram nomeados para reger cadeiras ou escolas nas mais diferentes localidades do estado, foram muito poucos os que conseguiam iniciar a carreira lecionando em escolas situadas na capital, que era o “sonho dourado de toda moça recém-formada” (ALMEIDA JÚNIOR, 1966), e o destino

¹⁰⁷ Os concursos e nomeações dos professores normalistas para as cadeiras e escolas serão discutidos no Capítulo II.

de uma grande parcela dos recém-formados era o interior ou litoral, para tomarem posse, sobretudo, das escolas isoladas.

Mas, o que encontravam esses homens e mulheres quando se deslocavam pelo estado? Como era o desenvolvimento territorial do estado e suas conformações urbanas? Quais os modelos de escolas públicas e como estavam instaladas?

Entendemos ser importante uma breve descrição do estado de São Paulo no período, para que o leitor possa visualizar as diferenças de desenvolvimento das distintas regiões e cidades que recebiam os professores públicos. A descrição pormenorizada não é objetivo desta pesquisa, existindo outros trabalhos que aprofundam as questões históricas do desenvolvimento do estado, porém se faz relevante para esclarecer quais regiões ou lugares que, pelo seu grau de adiantamento ou pouco desenvolvimento, podiam manter ou afastar o professor de seu local de trabalho.

Por volta da última década do século XIX, o estado de São Paulo apresentava um significativo desenvolvimento econômico, em especial, pela expansão da lavoura cafeeira por regiões do interior paulista e, por ser o café, o principal produto de exportação brasileira (PRADO JÚNIOR, 1979). Com o avanço das plantações de café, e posterior implantação do sistema férreo, as regiões do estado foram ocupadas e modificadas, transformando a paisagem, a sociedade e a economia paulista (GODOY, 2006).

Em razão da grande produção do café¹⁰⁸, ao adentrar no regime republicano, São Paulo encontrava-se economicamente melhor preparado, em relação aos outros estados da federação, para implantar reformas políticas e estruturais, tais como ampliar as ferrovias, melhorar as cidades, organizar o sistema administrativo, de justiça, sanitário e de ensino público (LOVE, 1982).

Até a primeira década do século XX, uma parte significativa do território paulista¹⁰⁹ era cortado por linhas férreas¹¹⁰, que escoavam a produção cafeeira para o porto de Santos e transportavam as pessoas pelas principais regiões ocupadas ou em

¹⁰⁸ O Brasil exportava no período 70% do café consumido no mundo, e São Paulo produzia 60% do café brasileiro (PRADO JÚNIOR, 1979).

¹⁰⁹ Parte expressiva do oeste paulista, somente passou a ser ocupada efetivamente, após 1900, e seu desenvolvimento deu-se, depois de 1920 com a expansão da lavoura cafeeira e o deslocamento de pessoas para essa região (LOVE, 1982, p. 48). Em alguns mapas de meados do século XIX, a região é retratada como território ocupado por indígenas e, até 1920, existiam confrontos e massacres de índios para a ampliação das plantações de café (GODOY, 2006). Essa região do oeste corresponde às zonas Araraquarense, Alta Paulista e Alta Sorocabana, conforme Mapa 1.

¹¹⁰ Em 1890, o estado de São Paulo possuía, aproximadamente, 2.400km de linhas férreas (GODOY, 2006, p. 12), que eram os principais meios de transporte de cargas e pessoas para o interior do estado.

expansão pela abertura de novas lavouras. O que contribuía com a produção cafeeira (MILLIET, 1982), para o desenvolvimento e o povoamento de regiões do interior paulista (MATTOS, 1981).

Com a expansão econômica do final do XIX, houve um grande crescimento populacional no estado, favorecido por imigrantes e migrantes de outros estados, para trabalharem nas plantações de café do interior. Em 1890, o estado contava com uma população de 1.385.000 habitantes, que 10 anos depois, passou para 2.279.000 (GODOY, 2006, p. 12), e, entre 1891 e 1900, haviam chegado ou passado pelo estado de São Paulo, aproximadamente, 700.000 imigrantes (LOVE, 1982, p. 27).

Essa explosão demográfica, nunca vista até então no país, contribuiu para a expansão e o surgimento de novas povoações, bem como para o desenvolvimento das cidades já existentes, sobretudo naquelas com atividades econômicas e culturais ligadas ao universo da dinâmica cafeeira¹¹¹.

Em 1890, a cidade de São Paulo contava com 64 mil habitantes e adentrou o século XX com, aproximadamente, 240 mil, outras cidades do interior ou litoral, em especial, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santos, São Carlos, Amparo etc., tiveram crescimentos surpreendentes nesse período, embora existissem regiões que apresentavam um decréscimo populacional, sobretudo em virtude do esgotamento das plantações de café por volta da virada do século¹¹².

Quanto à divisão regional do estado de São Paulo, autores como Joseph Love (1982) trabalham com uma divisão do estado por regiões, conforme foram ocupadas pelas estradas de ferro¹¹³, e essas ferrovias acabaram por nomear tais regiões. Na presente pesquisa, utilizaremos a divisão territorial de acordo com Love (1982), que a produziu conforme estudos do censo de 1940.

A divisão mostra-se relevante para a pesquisa, pois o leitor pode verificar quais as regiões que mais receberam professores normalistas e seu grau de desenvolvimento e de suas cidades. O autor dividiu o estado em dez regiões, faremos uma única ressalva

¹¹¹ Nesse período, a indústria e o comércio tiveram grande desenvolvimento; as cidades passaram a atrair as ricas famílias que deixavam as zonas rurais para residir na área urbana, assim, esses locais receberam um melhor tratamento urbano e a desenvolver um diversificado comércio e de prestação de serviço, bem como de bens culturais, como teatros, espaços literários e escolas.

¹¹² Por volta do final do Império, a lavoura cafeeira da região do Vale do Paraíba encontrava-se em declínio, sendo ocupada por uma insipiente criação de gado. Foi o início da decadência da região, da opulência das fazendas e seus casarios senhoriais (PRADO JÚNIOR, 1979). Até o final do século XIX, era uma das regiões mais populosas, havendo uma constante diminuição, a partir da primeira década do século XX.

¹¹³ Camargo (1981) e Milliet (1982).

quanto à região do Vale do Paraíba, pois apontaremos uma divisão entre as cidades do Vale e as localizadas no litoral norte.

MAPA 1 – Divisão regional do estado de São Paulo em 1940

Fonte: Joseph Love (1982, p. 42).

Como se vê no mapa acima, o estado estava dividido nas seguintes zonas: Capital, Vale do Paraíba, Central, Mogiana, Litoral Sul (ou Costa Sul), Baixa Paulista, Araraquarense, Alta Paulista, Alta Sorocabana e Baixa Sorocabana (LOVE, 1982).

As quatro primeiras zonas foram as que mais concentraram população e cidades com adensamento urbano significativo no período que compreendeu a pesquisa¹¹⁴; e no litoral sul, destacamos a cidade de Santos que, em razão de seu porto essencial para escoamento da exportação da produção de café, se tornou uma das mais importantes e ricas cidades paulistas.

Por concentrar grande parte da população e da riqueza, essas regiões tornaram-se os locais que mais atraíram os normalistas, por fatores que podemos sugerir como os mais diversos: por serem áreas de desenvolvimento antigo, parte dos professores ou seus familiares residiam ou eram naturais de cidades nessas regiões; o adensamento

¹¹⁴ Por volta de 1900, as regiões da Capital, Vale do Paraíba, Central e Mogiana detinham 68,7% da população do estado (LOVE, 1982, p. 51) e onde se localizavam nove entre as 12 cidades com maior renda no estado, em 1896, a capital no topo da lista.

urbano e o poder econômico das cidades contribuíram para a criação de escolas na sede do município e, posteriormente, a instalação das escolas graduadas; a rede ferroviária possibilitava o acesso mais rápido ao local de trabalho.

Muitos poderiam ser os atrativos para os professores normalistas nas cidades situadas nessas regiões mais antigas, o certo é que parte do contingente de normalistas, que se dirigiu para a carreira na instrução pública, deslocou-se para antigas cidades, com alguma formação urbana consolidada ou para cidades em franco desenvolvimento econômico. Geralmente para regiões ao entorno da capital e que, com muita frequência, retornavam para lecionar ou continuar a carreira na cidade de São Paulo, que se destacava por ser a sede do governo e concentrar grande poder econômico, desenvolvimento dos serviços e da indústria e aumento da população urbana¹¹⁵ (MORSE, 1970).

Assim, os professores normalistas encontravam um estado em franca expansão econômica e demográfica, com o contínuo alargamento do território, ocupado pelos cafezais e pelas ferrovias e com a criação de novos municípios, cidades e/ou o desenvolvimento das existentes.

Embora a sociedade paulista apresentasse uma característica maciçamente rural, havia uma lenta ocupação das áreas urbanas por diversas camadas da população, que direta ou indiretamente estavam vinculadas a setores da economia, nas áreas da agricultura, comércio, indústria e serviços¹¹⁶.

Desta forma, a sociedade já começava a apresentar um dinamismo e diversificação cultural, tanto pela transição, certamente lenta, desse mundo exclusivamente rural para o surgimento de camadas sociais urbanas¹¹⁷, como pela grande inserção do imigrante na sociedade paulista, circunstância que faria surgir uma cultura com características urbanas, influenciando na criação de novos modelos escolares, tais como os grupos escolares¹¹⁸.

¹¹⁵ Em 1890, a população da cidade de São Paulo era de, aproximadamente, 65 mil habitantes, em 1900 esse número havia saltado para 240 mil habitantes. Cf. Histórico Demográfico do Município de São Paulo da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

¹¹⁶ Como por exemplo, os fazendeiros de café e seus familiares, que passaram a manter residência nas cidades, e nelas permanecer mais tempo, alguns deles ingressando em atividades econômicas urbanas, privadas ou públicas (MORSE, 1970, p. 233).

¹¹⁷ Como aponta Love (1982, p. 34), em 1920, aproximadamente, 63% da população paulista estava vinculada ao setor econômico agrícola e residiam em área rural.

¹¹⁸ A urbanização e a abertura de novas atividades profissionais contribuíram para a melhora do ensino público, pois requeria mão de obra melhor qualificada para ocupar os postos em uma economia mais dinâmica.

Mas, certamente, nem tudo eram flores ou prosperidade no estado: ocorriam grandes surtos epidêmicos nas cidades; a maior parte da população residia em locais precários; as cidades careciam de infraestrutura adequada; a atividade produtiva mantinha características de exploração do trabalho das camadas inferiores; parcela relevante da sociedade encontrava-se marginalizada pelo poder público, entre tantos outros problemas.

E a escola não poderia deixar de também ser foco dos problemas existentes, visto que uma parte grande da população era analfabeta ou não tinha acesso adequado às escolas existentes¹¹⁹.

Os professores normalistas diplomados no primeiro decênio do regime republicano, geralmente, encontravam escolas instaladas de forma precária e sem as condições materiais necessárias, para que pudessem aplicar o que aprendiam na Escola Normal ou observavam na prática de ensino nas Escolas Modelos.

O único modelo de escola primária existente, até 1894, era a escola isolada¹²⁰ ou de único professor (ANTUNHA, 1976), somente existia uma escola graduada, que era a Escola Modelo anexa à Escola Normal, criada em 1890. Assim, logo ao iniciar a carreira, o professor deparava-se com unidades escolares organizadas diferentemente da Escola Modelo, onde, conforme a legislação e os reformadores do ensino, deveriam aprender a lecionar observando experientes professores no método intuitivo de ensino.

Os normalistas, ainda inexperientes na carreira docente, assumiam cadeiras ou escolas isoladas onde deveriam lecionar para alunos de diferentes idades e graus de adiantamento, todos reunidos em um mesmo local. O professor não contava com o auxílio profissional ao iniciar a docência, somente recebendo a visita de tempos em tempos do inspetor escolar que normalmente tinha como objetivo principal fiscalizar o funcionamento da escola.

Além disso, eram os professores que precisavam procurar um local para a instalação da escola e arcar com os custos do aluguel e aquisição do mobiliário que, geralmente, eram precários em razão da baixa remuneração que recebiam e, até mesmo, pela dificuldade de se conseguir um imóvel em certas localidades.

Por muito tempo, essas escolas foram o modelo escolar em maior número e de alcance territorial na instrução pública paulista, ultrapassando a casa dos milhares pelo

¹¹⁹ De uma população de quase três milhões, em 1908, apenas 3,3% estavam matriculadas em algum nível de ensino (COSTA, 1983, p. 39) e, aproximadamente, 80% da população eram analfabetas.

¹²⁰ O termo escola isolada passou a ser utilizado a partir da Lei nº. 930, de 13 de agosto de 1904. As escolas isoladas podiam ser situadas em bairros, distritos de paz ou em sede de municípios.

menos nas primeiras décadas do século XX. Eram poucos os professores normalistas que não iniciaram suas carreiras nessas escolas, mesmo no período posterior à criação e difusão das escolas graduadas¹²¹.

Como os normalistas tinham preferência na escolha das escolas vagas ou provisórias, esses poderiam iniciar suas carreiras em cadeiras ou escolas situadas na sede dos municípios ou nos bairros das cidades¹²² que oferecessem melhores condições para moradia, instalação da escola, locomoção e salários.

Os discursos sobre a precariedade das escolas isoladas eram unânimes, sobretudo, quando comparadas com os grupos escolares. Não raramente eram descritas nos relatórios dos inspetores escolares da seguinte forma: “Funcionam estas escolas em salas impróprias, que não satisfazem de modo algum aos preceitos da higiene escolar: o espaço, a luz, o ar, o asseio, tudo nelas deixa a desejar”.

O relatório acima do inspetor João F. de Pinto e Silva, publicado no Anuário do Ensino de 1910-1911, relatava a deficiência das escolas isoladas, em especial, pela dificuldade do professor precisar utilizar seus próprios vencimentos para o aluguel do imóvel.

Outrossim, os relatórios também apontavam a deficiência no ensino dessas escolas, tanto pela falta de prática dos mestres em escolas isoladas ou pelo uso de professores leigos. Vasculhando os relatórios de inspetores, as obras de referência ou relatórios das autoridades da instrução pública, é possível encontrar recorrentes reclamações sobre as escolas isoladas.

Talvez por essa precariedade tão noticiada, não havia interesse dos professores de lecionar ou permanecer por muito tempo nessas escolas¹²³, o que as tornava praticamente um lugar de passagem. Era comum que professores, em especial, os normalistas, se movessem o mais breve possível para outras escolas, sobretudo para os grupos escolares instalados nas cidades, para escolas isoladas melhor localizadas ou em cidades que interessassem ao professor¹²⁴.

Mesmos quando instaladas em cidades, as escolas isoladas, em especial, as situadas em alguns bairros periféricos poderiam apresentar dificuldade para o professor

¹²¹ Conforme observaremos nos próximos capítulos.

¹²² Em 1904, a remuneração de um professor de escola situada em bairro ou distrito de paz era de 2:400\$000, de escola sede de município de 3:100\$000 e de grupo escolar 3:500\$000.

¹²³ Em 1904, o Governo promulgou uma lei determinando que todos os professores eram obrigados a iniciar a carreira no magistério em escolas isoladas. Lei nº. 930, de 13 de agosto de 1904.

¹²⁴ Como por exemplo, escolas isoladas que permitissem que o professor lecionasse e residisse na cidade, ou próximo, ao local de origem familiar.

se manter ou chegar até o local de trabalho, pela deficiência dos meios de transportes. Por exemplo, até a segunda década do século XX, muitos bairros na cidade de São Paulo não haviam sido urbanizados, como Pinheiros, Ipiranga, Barra Funda etc., como observamos no mapa abaixo da área urbanizada da cidade de São Paulo ¹²⁵.

Mapa 2 - Área urbanizada da cidade de São Paulo 1882/1914

Por outro lado, os grupos escolares, modelo de escola primária graduada criada pelo regime republicano, eram considerados a maior obra para o desenvolvimento do ensino primário no estado (ANTUNHA, 1976), servindo de vitrine do ensino público em São Paulo, que perduraram até meados de 1970.

Criados em 1893¹²⁶, reuniam as escolas existentes em um determinado raio em um único prédio que poderia comportar de quatro a dez escolas isoladas. Os grupos escolares eram escolas consideradas modelares, por contribuírem com a homogeneização e padronização do ensino, facilitando a disseminação de um programa

¹²⁵ Cf. Histórico Demográfico do Município de São Paulo da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

¹²⁶ Lei n.º. 169, de 07/08/1893 e Decreto n.º. 248, de 26/07/1894, sendo nesse decreto a primeira vez que surgiu a expressão grupo escolar (MENESES, 1972).

de ensino enciclopédico¹²⁷, ministrado por modernos métodos pedagógicos¹²⁸ (SOUZA, 1998).

Ao contrário das escolas isoladas, os grupos escolares eram instalados em edifícios pagos pelo Estado que eram, especialmente, construídos ou adaptados para o funcionamento de uma escola graduada, ou seja, com classes que separavam os alunos conforme seu grau de adiantamento em classes de 1º ao 4º anos, uma para cada sexo, onde cada professor deveria reger uma classe homogênea com, no máximo, 40 alunos, sendo dirigidos por um diretor (SOUZA, 1998).

Com a instituição dos grupos escolares, surgiu a figura do diretor de grupo escolar, que deveria ser um professor obrigatoriamente diplomado pela Escola Normal, que se encontrava no topo da estrutura administrativa da escola (MENESES, 1972, p. 46), tendo como subordinados todos os docentes e funcionários lotados na instituição¹²⁹. Era a autoridade máxima da escola, com funções predominantemente administrativo-burocráticas, de fiscalização do funcionamento das classes e dos métodos de ensino empregados pelos professores¹³⁰.

Ainda em 1896, 2 anos após a criação dos grupos escolares, o relatório do secretário do Interior, Dr. Dino Bueno (apud MENESES, 1972), descrevia as vantagens desse modelo de escola da seguinte forma:

A reunião de escolas num só edifício apropriado, com os alunos convenientemente divididos em classes, cada uma delas sob a regência de um professor, em aposentos abertos ao ar e à luz, dispondo-se de todos os meios materiais precisos para o ensino, sob uma direção inteligente, criteriosa e competente é o ideal da escola pública primária.

Assim, em pouco tempo, os grupos escolares passaram a representar uma escola primária moderna e de melhor qualidade, que racionalizou e padronizou o trabalho docente, contribuindo com a profissionalização do magistério, institucionalizou um programa de ensino amplo, a classificação e exames para os alunos, o que conforme Souza (1998) favoreceu mudanças no ensino primário.

Quanto aos imóveis onde eram instalados, os edifícios construídos para abrigar os grupos escolares destacavam-se na paisagem das cidades pela sua arquitetura

¹²⁷ Decreto nº. 248, Anexo nº. 1, Programa das Escolas Preliminares.

¹²⁸ Cabia ao diretor, entre outras atividades, “imprimir ao grupo escolar o tipo de organização e método de ensino das escolas modelos do Estado”. Cf. Decreto nº. 248, artigo 84, § 3º.

¹²⁹ Professores adjuntos, professores substitutos, porteiros e serventes.

¹³⁰ Decreto nº. 248, artigo 84, § de 1º a 11.

característica que se fazia notar entre os edifícios da urbe (CARVALHO, 2003). Rapidamente se tornaram objeto de desejo dos governos municipais, que pretendiam que suas cidades fossem agraciadas com a instalação desse modelo escolar¹³¹ (SOUZA, 1998).

Apesar do custo dispendioso para criar um grupo escolar, tanto pela construção ou adaptação do edifício, e os custos de aquisição de seus equipamentos (mobiliário, livros, material pedagógico)¹³², esse modelo de escola rapidamente se espalhou pelas principais cidades paulista¹³³ e também por outros estados da federação¹³⁴, tornando-se símbolo de escola urbana, de uma nova cultura escolar e de uma instituição modelar, diferentemente das precárias escolas isoladas herdadas do período imperial (SOUZA, 1998).

Com os grupos escolares, foi sedimentada a ideia de um espaço específico para o ensino, construído como representação “dos novos signos políticos, culturais e aos novos tempos que se pretendia instaurar” (FARIA FILHO, 1998, p. 148).

Não é difícil imaginar porque essas escolas deveriam ser mais atraentes para se exercer a atividade profissional, se comparadas às escolas isoladas¹³⁵. Tanto pelas suas instalações físicas, a possibilidade de lecionar para classes homogêneas, a disponibilização de material pedagógico, além de sua localização central em áreas urbanas (SOUZA, 2006), eram fatores que despertavam o interesse não só dos professores, como também da população em matricular seus filhos nos grupos escolares.

¹³¹ Em 1898, funcionavam 30 grupos escolares no interior e oito na capital, em 1910, eram 77 no interior e 25 na capital. Cf. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1910-1911.

¹³² É possível encontrar nas páginas do Diário Oficial do Estado de São Paulo, informações sobre envio de material para os grupos escolares ou ofícios de professores e inspetores solicitando material pedagógico, administrativo e de higiene para os grupos escolares.

¹³³ Como destaca Costa (1983, pp. 117-118), “a instalação de um grupo escolar em uma cidade do interior representava muito mais que o simples crescimento da rede de ensino; em geral, era fator de urbanização, funcionavam como um polo de atração, a ponto de interferir no setor imobiliário da zona urbana (...). Em muitos casos, os grupos escolares antecederam ao desenvolvimento do local onde eram instalados (...)”.

¹³⁴ Estados enviavam professores para conhecer o sistema de ensino paulista ou solicitavam ao Governo Paulista o envio de professores para organizarem seus sistemas educacionais nas décadas iniciais do século XX. Cf. Meneses (1972), Souza (1998) e Soares (1998).

¹³⁵ Na primeira década de 1900, vamos notar um número maior de professores que são nomeados para o cargo de substituto efetivo em grupos escolares. Isso pode indicar que mesmo existindo um número reduzido de cargos nos grupos escolares e um número grande de escolas isoladas vagas, os normalistas preferiam estar lotado nos grupos, mesmo tendo a remuneração vinculada aos períodos em que efetivamente substituíam os professores adjuntos. Em 1925, o então diretor da Instrução Pública, Pedro Voss afirmava em relatório que existiam “várias anomalias no aparelho escolar”, entre elas, “professores fora de seus postos ou em cargos comissionados; algumas centenas de professores adjuntos em grupos escolares, sem classe e sem proveito para o ensino, fato que aumentava as despesas da instrução pública (...)”. (apud SOUTO, 2005, p. 70).

Conforme Costa (1983, p. 123), na virada do século, o número de alunos matriculados nos grupos escolares era bem próximo dos matriculados nas escolas isoladas¹³⁶.

Com o crescente número de alunos matriculados e a incapacidade do Governo de instalar mais unidades pelo estado, sobretudo pelos custos elevados para implantação de um grupo escolar, as unidades existentes tiveram seu turno desdobrado e até tresdobrados, para atender cada vez mais alunos (ANTUNHA, 1976). Posteriormente, foram criados grupos escolares em edifícios que pouco lembravam os modelares prédios construídos nas primeiras décadas do regime republicano, para atender a uma demanda cada vez maior de alunos (SOUZA, 2006, p. 111).

Assim, os professores normalistas diplomados no último decênio do século XIX tinham como opção profissional lecionar nas escolas isoladas ou nos grupos escolares, nesses últimos, ainda podiam ser nomeados para o cargo de diretor¹³⁷. Com a criação das escolas complementares, novas oportunidades de cargos em escolas graduadas passaram a existir para esses normalistas, nesse caso, em instituição que possuía a finalidade de também formar professores, o que com certeza elevava o nível de importância dos docentes dessas escolas.

Nos Capítulos II e III, destacaremos como esses professores foram distribuídos pelas escolas existentes no estado de São Paulo. Essa distribuição dos normalistas é importante, para que possamos perceber se ocorreu ou não uma ocupação estratégica das escolas por esses professores, com a finalidade de disseminar o conhecimento e os novos métodos de ensino, além de servir como propagadores do regime republicano, sobretudo nas primeiras décadas de consolidação política do novo regime.

Hilsdorf (1998) afirma com relação a 1920, que houve uma disseminação dos professores normalistas, oriundos da Escola Normal da Capital, para instituições de ensino e de formação de professores do interior, ocorrendo uma capilarização do conhecimento produzido pela instituição da capital. Esclarecemos que, a presente pesquisa, pretende contribuir, ao destacar a circulação dos normalistas pelas instituições de ensino, na análise desta circulação, distribuição ou ocupação dos normalistas pelas mais diversas regiões do estado e suas escolas, possibilitando apurar se realmente houve uma disseminação da reforma do ensino, especialmente, no que se refere à implantação

¹³⁶ Em 1900, estavam matriculados nos grupos escolares 15.280 alunos e 15.551 nas escolas isoladas (COSTA, 1983, p. 123), e existiam 45 grupos escolares e mais de mil escolas isoladas providas e outras tantas sem professores.

¹³⁷ Cargo quase exclusivamente ocupado por homens até a primeira década do século XX.

do método intuitivo nas escolas primárias (CARVALHO, 2003, p. 26), que o Estado pretendia realizar.

Assim, também pretendemos contribuir com as pesquisas que contemplem a organização da instrução pública em São Paulo e no Brasil, além da formação do campo profissional dos professores públicos.

CAPÍTULO II – Enfim, professor normalista! Início da carreira profissional na instrução pública paulista

“A escola é o primeiro reducto da defesa nacional; a menor falha do ensino, e o menor descuido do professor podem comprometer sem remédio a segurança do destino do país.”

Olavo Bilac - 1917

Neste capítulo, discutiremos como ocorria a primeira nomeação dos professores normalistas na instrução pública paulista. Apresentaremos a legislação sobre os concursos e nomeações, bem como discorreremos sobre as interferências políticas na admissão dos docentes ou no preenchimento de cargos.

Em seguida, apresentaremos os dados recolhidos, turma a turma, dos professores diplomados pela Escola Normal de São Paulo, a fim de demonstrar como e onde os normalistas, formados entre 1890 e 1899, iniciaram sua atividade profissional.

Com essas informações, o leitor poderá avaliar a circulação dos normalistas pelo território paulista, inclusive, os cargos assumidos no decorrer da carreira.

2.1 – Depois da diplomação, as nomeações

Depois de obterem o desejado diploma da Escola Normal da Capital o passo seguinte para os normalistas, caso desejassem seguir a carreira era conseguir a nomeação para alguma instituição de ensino do Estado e, assim, iniciar a carreira no magistério público.

Os meios para obtenção da nomeação davam-se basicamente por intermédio de concursos e/ou a posse do título de normalista, bem como a falta de concorrentes para a escola que o candidato escolhesse. Outra forma de conseguir uma escola, esta não oficial, mas, comumente utilizada, conforme apontado por alguns relatos da época, era a indicação para o cargo desejado, ou seja, a influência política em nomeações de professores.

Os concursos para as nomeações de professores não foram uma criação do regime republicano, uma vez que já se encontravam sob forma de lei desde meados do

século XIX¹³⁸. Vejamos o teor da Lei n°. 34, de 16 de março de 1846, que dispõe em seu artigo 11:

O provimento far-se-á por meio de exame em concurso público, salva a disposição do artigo trinta e cinco, feito perante o presidente da província, e por meio e por uma comissão fixa de três membros por ele nomeados, que votarão em escrutínio secreto; e no caso de aprovação poderá o governo prover ou não o candidato, como julgar útil. A época dos exames será regularmente nos meses de Janeiro e Junho de cada ano: dois meses antes publicar-se-á pela imprensa, e por editais nos lugares das escolas, quais as que se acham vagas, e à concurso.

O artigo 35 dessa mesma lei previa que a aprovação dos alunos da Escola Normal ao fim do curso habilitava-os para o provimento sem a necessidade de concurso, não havendo concorrente em igualdade de condições¹³⁹.

Outras leis foram promulgadas no decorrer da segunda metade do século XIX, que asseguravam a necessidade de concursos para o provimento das cadeiras existentes ou que fossem criadas, bem como os direitos de nomeações dos normalistas.

Nesse sentido, a Lei n°. 54, de 15 de abril de 1868, que entre outras coisas ordenava que todas as cadeiras deveriam ser colocadas para concurso¹⁴⁰. Por seu termo, a Lei n°. 9 promulgada em 1874, que reabria a Escola Normal, no artigo 8° § 11 e artigo 9° garantia a nomeação dos diplomados dessa instituição independentemente de concursos e na posse de uma cadeira tornavam-se vitalícios¹⁴¹.

Ainda, a Lei n°. 81, de 06 de abril de 1887 que determinava no artigo 18 que os professores seriam nomeados pelo presidente da província, mediante concursos semestrais realizados perante a seção competente do Conselho Superior¹⁴².

¹³⁸ Como apontado por Souto (2005, p. 86), na obra *Ensaio histórico da instrução pública* do autor José Ribeiro Escobar é indicado que, no ano de 1768, houve o primeiro concurso para escolher um professor para uma escola pública que seria criada na cidade de São Paulo, mas não é apontado, como foi realizado esse concurso e quais os critérios para seleção do professor, dando a entender que a escolha recaiu sobre o concorrente que o governador da província reconheceu como o melhor preparado.

O autor, José Ribeiro Escobar, foi professor normalista diplomado pela turma de 1903, e durante as pesquisas foi encontrado um professor com o mesmo nome (não foi possível determinar se é a mesma pessoa) que lecionava em uma cadeira na Vila de Barretos no ano de 1891. Possivelmente, era a mesma pessoa, porque professores que já lecionavam em escolas do Estado podiam solicitar permissão para estudar na Escola Normal da Capital.

¹³⁹ A Lei n°. 34, de 16 março de 1846, nos seus artigos 31 a 35 criava a Escola Normal de São Paulo.

¹⁴⁰ Lei n°. 54, de 15 de abril de 1868, artigo 7 – “ficam extintos os provimentos por contratos. As respectivas cadeiras serão postas a concurso desde já”.

¹⁴¹ Lei n°. 9, de 22 de março de 1874. Dizia no artigo 8° § 14 “os professores públicos atuais poderão matricular-se na Escola Normal, garantindo-lhes a Província os seus ordenados por dois anos.” Essa garantia foi mantida com as reformas da instrução pública realizada pelo regime republicano.

¹⁴² Lei n° 81, de 06 de abril de 1887, artigos 18 e 47.

Esta última lei, adentrou o regime republicano e vigorou até 1892, quando foi promulgada a lei de reforma da instrução pública do Estado¹⁴³, que mantinha a necessidade de concursos para as nomeações, bem como em seu § 1º do artigo 27 concedia aos alunos diplomados na Escola Normal o direito de escolherem as cadeiras que preferissem, desde que estas estivessem vagas, caso dois professores disputassem a mesma cadeira haveria necessidade de concurso¹⁴⁴.

Outra vantagem outorgada aos professores diplomados era a possibilidade de requererem às escolas que estivessem sendo regidas por professores provisórios e o cargo de inspetor de distrito era reservado exclusivamente aos professores diplomados pela Escola Normal de São Paulo¹⁴⁵.

Obviamente, a legislação regulava também a forma de nomeação dos professores que não possuíam o diploma de normalista, no caso, os concursados, os provisórios e, posteriormente, os complementaristas.

Para os professores concursados, eram necessários prestar concursos comprovando anterior experiência de 5 anos no magistério e a realização de prova teórica na Escola Normal das matérias de habilitação do professor preliminar e prova de regência de todas as classes na Escola Modelo. Os professores provisórios deveriam ser examinados pelos inspetores de distrito¹⁴⁶. No caso dos alunos diplomados por escola complementar, a Lei nº. 374 autorizava que fossem nomeados professores de escolas preliminares com as mesmas vantagens que eram concedidas aos diplomados pela Escola Normal¹⁴⁷.

Os concursos realizavam-se mensalmente em dia e local determinado pelo Governo, os concorrentes deveriam prestar provas diante de uma banca examinadora composta pelo diretor geral da instrução pública, um representante do Governo e três examinadores nomeados. Os exames eram divididos em prova escrita e oral e não eram facultados a nenhum dos candidatos.

¹⁴³ Lei nº. 88, de 08 de setembro de 1892.

¹⁴⁴ Decreto 144-B, de 30 de dezembro de 1892.

¹⁴⁵ Lei nº. 169, de 07 de agosto de 1893, que modificava diversas disposições da Lei nº. 88. Artigos 2º, 3º e 4º. Os professores provisórios que tivessem suas escolas requeridas por professores diplomados deveriam ser nomeados adjuntos na mesma escola, caso o número de alunos fosse superior a 30 alunos, ou nomeados para outra escola nestas condições.

¹⁴⁶ Decreto 144-B, de 30 de dezembro de 1892, artigos 65 § 1º e 2º, 71 e 73. Podemos encontrar no Diário Oficial, inspetores distritais e membros de câmaras municipais anunciando os concursos para as escolas provisórias das suas respectivas regiões, por exemplo, no Diário Oficial de 29 de fevereiro de 1896, pp. 16139-16140.

¹⁴⁷ Lei nº. 374, de 03 de setembro de 1895. Artigo 1º § único, para obterem esse direito, além de terem de concluir o curso complementar, deveriam ter um ano de prática nas escolas modelo do Estado.

A comissão de exame deveria julgar os resultados obtidos das duas provas e classificar os concorrentes, indicando os aprovados para cada escola selecionada previamente pelo candidato¹⁴⁸. Relembrando que, nos casos, onde não houvesse concorrentes para alguma escola escolhida, o candidato normalista era nomeado sem a necessidade de realização do concurso.

Como podemos notar pelo breve relato acima, o Estado previa um rigoroso controle para admissão dos professores para escolas preliminares, regidas por normalistas ou professores com experiência no magistério e aprovados em exames da Escola Normal. Todavia, conforme observado nos dados dos Quadros 1, 2 e 3, o número de escolas criadas e de professores devidamente formados era imensamente desfavorável para a capacidade de preenchimento das escolas vagas, sobretudo até as primeiras décadas do século XX, o que obrigou o Governo a continuar utilizando os professores provisórios na tentativa de diminuir o déficit de professores para as escolas criadas.

Mas, a prática dos concursos nem sempre foi uma unanimidade no Governo, mesmo que tenha permanecido como forma de recrutamento de professores. Em 1907, Jorge Tibiriçá Piratininga, então, presidente do Estado de São Paulo, em mensagem enviada ao Congresso, discordava da fórmula dos concursos para preenchimento de vagas nas escolas. Dizia ele:

Medida que reputo vantajosa e de grande alcance para o ensino é a abolição dos concursos para preenchimento dos lugares de professores e lentes, sendo as nomeações feitas livremente e considerado interino o provimento, que poderá ser declarado, efetivo depois de determinado período de tempo e de verificadas certas condições¹⁴⁹.

Outra forma de se conseguir um cargo na instrução pública ou a remoção de uma escola, era a indicação política ou por meio de laços pessoais e de conhecimento com pessoas influentes no Governo. Assim, a legislação previa que alguns cargos deveriam ser preenchidos exclusivamente por nomeação do Governo, sem a necessidade de concurso, tais como inspetores de distrito ou escolar, diretores de grupos escolares, auxiliares do diretor dos grupos escolares e professores adjuntos dos grupos

¹⁴⁸ Sobre os concursos para nomeações de escolas ver Souto (2005) e legislação indicada anteriormente.

¹⁴⁹ Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 14 de julho de 1907, pelo Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 16 de julho de 1907.

escolares¹⁵⁰. Assim, como podemos supor, para além da capacidade intelectual e da experiência docente do professor, a indicação para esses cargos poderia ser suscetível a interferências políticas ou de relações pessoais.

Mas, ao que é percebido pela leitura de documentos da época, relatos e pela historiografia, a ação política no ato de nomear professores não se restringia aos cargos descritos na forma da lei. Denúncias a respeito de práticas de favoritismo ou de apadrinhamento das nomeações para provimento de cadeiras com interesses políticos podem ser observadas, desde as últimas décadas do século XIX, como nas páginas do jornal *A Província de São Paulo* em textos de Rangel Pestana que mencionavam a criação de “cadeiras de ensino primário, segundo suas conveniências políticas, nomearam mestres como escolhem agentes de cabala eleitoral (...)” ou a criação de escolas sem nenhum critério e que essas cadeiras eram “(...) simples presentes a amigos, ninhos para compadres ineptos dormirem regaladamente à custa dos cofres públicos.” (HILSDORF, 2008, pp. 94-95).

Essas práticas também foram denunciadas por José Feliciano em sua obra de reminiscências sobre a educação em que relata que, mesmo após ter sido aprovado em concurso para uma cadeira desejada, teve de se expor publicamente em artigos no jornal, para que não fosse preterido por um candidato com um padrinho importante na política (OLIVEIRA, 1930, p. 4).

Tal situação que refletia as relações pessoais na sociedade paulista à época, em que o poder pessoal dos grandes proprietários de terras e produtores de café interferiam na política e mantinham uma relação patrimonialista com o Estado (LOVE, 1982). Membros de ricas e influentes famílias paulistas com grande prestígio social e integrados na política local e estadual agiam na indicação de professores para as escolas criadas na região onde detinham a influência política ou eles próprios criavam as escolas, para que pudessem prover seus protegidos¹⁵¹.

Aludidas práticas adentraram o regime republicano e perdurariam por muitos anos, em decreto de 1930 do Governo Provisório do Estado de São Paulo, exonerava todos os professores leigos e interinos que tivessem sido nomeados pela Lei n°.

¹⁵⁰ Conforme a legislação para o cargo de inspetor de distrito, posteriormente, transformado em inspetor escolar, era exigido o diploma da Escola Normal e experiência docente.

¹⁵¹ Os professores, ao que parece no período em questão, eram objeto de vigilância pela sociedade e os poderes locais, sobretudo para que mantivessem comportamento exemplar. No *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, podemos encontrar informações sobre ações que interferiram na atividade profissional e na vida pessoal de professores, tais como o suicídio do professor Pedro Mamede, após ter recebido cartas anônimas caluniosas ou do professor João Pereira de Oliveira Penteado, que teve sua escola invadida e preso violentamente.

2.269¹⁵², pois considerava que as escolas criadas observaram interesses pessoais e não do serviço público, existindo escolas cuja frequência era de apenas quatro alunos (PRIMITIVO apud COSTA, 1983, p. 114). Essa medida, tomada para tornar as nomeações impessoais, demonstra como o ato político estava arraigado na sociedade.

Em trabalho de Zeila Demartini (1984), que procurou compilar relatos de professores que ingressaram no magistério anteriormente ao ano de 1920, a maior parte diplomada por escolas normais do Estado e que lecionou em regiões rurais, sendo abordado o processo de nomeações e remoções dos professores no período. Embora alguns professores relatassem a necessidade de realizar exames ou concursos, foi apontada a influência política em algum momento no decorrer da carreira. Em alguns casos, os professores afirmaram que desconheciam a existência de concursos na época e que a nomeação por meio político era prática comum, que se dava pelo interesse do professor em recorrer a um político ou intermediário para conseguir a nomeação ou remoção e também pelo interesse do político ou intermediário local, seja para manter uma escola na região¹⁵³, a fim de fortalecer seu prestígio ou contar com o apoio do professor e familiares nos momentos eleitorais (DEMARTINI, 1984, pp. 70-72).

No romance autobiográfico *O calvário de uma professora*, existe uma passagem que relata com tintas dramáticas o momento de escolha da cadeira pela personagem, normalista diplomada pela Escola Normal de São Paulo provavelmente, nos primeiros anos da virada do século. O trecho vale ser reproduzido porque ilustra como a interferência política era percebida no início do século XX:

Trouxeram a Hermengarda, dois grandes livros, onde se achavam as listas das cadeiras vagas, da capital e do interior.

- Si requerer uma destas, perguntou apontando para as da capital, serei nomeada?

- Sim senhora, diz o funcionário, simpático velhinho que a todos acolhia paternalmente, mas o preciso arranjar um bom *padrinho*.
[grifo da autora]

Não bastão, então, as notas que atestam a capacidade do professor! Exclama com despeito. É preciso rastejar-se aos pés de um político, para se obter o que de direito?

- Se quiser, d. Hermengarda, diz-lhe o solícito colega, eu a apresentarei ao deputado X... Ele já me prometeu colocação e...

¹⁵² Lei n°. 2.269, de 31 de dezembro de 1927. Facultava ao Governo nomear professores leigos para escolas em que não houvesse provimento de professores diplomados.

¹⁵³ As escolas deveriam ser criadas, conforme a legislação em locais onde houvesse demanda de alunos, mas foi notória a influência política na criação de escolas, tanto em áreas rurais como urbanas. Ainda conforme a legislação, escolas instaladas e que tivessem poucas matrículas ou frequência de alunos deveriam ser removidas para outro local ou fechadas.

- Não, Sr. Aluisio, nunca me curvarei aos pés de um político, para obter aquilo a que tenho direito. (DORA LICE, 1927, p. 30).

A cena acima ocorreu nas dependências da Secretaria dos Negócios do Interior, na época administradora dos assuntos da instrução pública em São Paulo, e que entre tantas atividades indicava os professores e os cargos que seriam nomeados pela Presidência do Estado¹⁵⁴.

Sem perder de vista que o relato é uma obra literária de cunho realista produzida, como sendo a biografia de uma professora primária que pretende narrar fatos autênticos ocorridos no ensino do Estado, é importante ponderar que obras desse tipo estão sujeitas a representações fictícias da realidade para despertar maior interesse sobre o que é narrado (MORAES, 1996, p. 10). O relato reforçou, o que era uma prática da época, corroborada por outros documentos, como as memórias dos professores ou textos e relatos produzidos contemporaneamente ao que foi narrado.

A ação política na indicação de cargos na instrução pública, sobretudo para ocupar postos de docência, é muito difícil de ser comprovada por meio de documentos oficiais que demonstrem ou indiquem em quais situações ocorreram esses “desvios” da regra estabelecida. Mas, as aludidas práticas são comumente apontadas em relatórios ou discursos de integrantes ou não do Governo, em memórias de professores ou em artigos publicados em revistas, jornais ou obras literárias que fortalecem pelo volume que foram produzidos, que essa situação era facilmente observada no período.

Supramencionada dificuldade foi observada na análise da documentação oficial com o intuito de realizar o mapeamento da carreira dos professores no ensino público. Por ser difícil encontrar um grande volume das atas de concursos¹⁵⁵ que comprovem que eram colocadas em disputa as diferentes escolas espalhadas pelo estado ou como se dava a concorrência para cargos específicos em algumas instituições de ensino, recorreremos a outros documentos que indicavam a nomeações dos professores para cadeiras e escolas: documentos como os Livros de Registro de Posse de Professores entre os anos de 1889 e 1892, 1895-1896, Requerimentos e Atestados de Professores

¹⁵⁴ Sobre a organização administrativa do ensino público no estado de São Paulo entre os anos de 1892 e 1910, ver Tavares (2004), para depois do ano de 1910 em Paulo (2007).

¹⁵⁵ Foram encontradas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, para o período da pesquisa, as atas de concurso para professores entre os anos de 1893 e 1896 (E01127). Essa documentação é referente aos concursos para as escolas preliminares.

entre 1889 e 1893, e o Diário Oficial do Estado de São Paulo entre maio de 1891 e 1912.

Os indícios de possíveis interferências políticas ou pessoais são observados de forma discreta nas páginas do Diário Oficial, o que não poderia ser diferente em se tratando de um veículo oficial, nos demais documentos nada indicam como o professor obteve a nomeação para o cargo. Nas páginas do Diário, é comum encontrar inspetores escolares ou diretores de grupos escolares indicando professores para assumirem escolas interina ou definitivamente, tanto para professores diplomados ou provisórios¹⁵⁶.

Se essas indicações não infringiam a legislação¹⁵⁷ e, via de consequência podiam ser anunciadas nas páginas, por outro lado, normalmente não justificavam o motivo da escolha do professor para o cargo em questão, visto que não eram apontadas suas qualificações ou títulos, o que em alguns casos fazia a Secretaria do Interior negar o cargo para o candidato.

A ação da nomeação de professores que não preenchiam os requisitos estipulados pela lei, não deveria ser tão incomum, como conseguimos observar nas páginas do Diário Oficial, professores da Escola Modelo da capital reclamando e protestando contra a nomeação de uma professora não diplomada para o cargo de adjunta naquele estabelecimento¹⁵⁸, o que demonstra que alguns agentes do ensino não aceitavam tais interferências políticas.

Em nosso entender, a ação desses funcionários alocados em postos-chave da instrução pública – inspetores e diretores -, poderia ser classificada como uma ação política, pois os critérios para recomendação dos candidatos deveriam ser claros, ou seja, no momento da indicação, assim, observamos que não existiam informações sobre as qualidades ou experiências exigidas para a admissão do professor e, até mesmo, se os candidatos foram examinados pelos inspetores. Também podemos aventar que, pela dificuldade de se conseguir o preenchimento das escolas vagas, sobretudo as escolas

¹⁵⁶ Os cargos nos grupos escolares não necessitavam de concursos e para as escolas vagas poderiam ser indicados professores provisórios, bastando que esses realizassem exame perante os inspetores, mas todas as nomeações deveriam ser aprovadas por órgão responsável pelo ensino.

¹⁵⁷ Pelo Decreto nº 518, de 11 de janeiro de 1898, entre as atribuições dos inspetores, esses podiam ser encarregados de organizar os grupos escolares, solicitando novos títulos para os professores que fossem reunidos no grupo e propor a nomeação dos diretores, bem como eram examinar os candidatos a professor interior. Os diretores dos grupos escolares tinham a prerrogativa de indicar a nomeação e dispensa dos professores, que poderiam ser intermédios, normalistas e equiparados a estes.

¹⁵⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo – ano 4º - nº. 1059 – terça-feira, 8 de janeiro de 1895, pág. 12424.

isoladas distantes das áreas urbanas, em alguns casos, não seria absurdo afirmar que os professores indicados eram os únicos candidatos a certas escolas.

Em uma reflexão mais aprofundada, podemos sugerir que o próprio ato dos órgãos superiores do Governo em aprovar ou não a nomeação do candidato indicado, poderia sugerir o prestígio ou influência que detinha tal inspetor ou diretor de grupo escolar nas instâncias da instrução pública.

Revelar ou questionar situações postas em documentos com aparente normalidade pode contribuir para demonstrar como efetivamente se organizava dada instituição, aproveitando-se inclusive da legislação em vigor, e os mecanismos de poder e influência a que se sujeitavam seus integrantes.

Neste caso, a prerrogativa de nomear os cargos dos grupos escolares em lugar de colocá-los em concurso, pode revelar a reserva de um local de docência privilegiada e limitada em função das vagas existentes¹⁵⁹. Esses locais de trabalho ficariam sob a influência de uma certa zona nebulosa de relacionamentos no círculo da instrução pública onde se pode questionar quais os critérios utilizados para nomear ou remover um dado professor.

Certamente, apontar as competências dos candidatos pode ser muito subjetivo, dependendo de quais critérios poderiam ser utilizados, tais como formação acadêmica, produção de obras pedagógicas, tempo de docência, cargos em escolas similares, ausência de um histórico de problemas ou de faltas com a administração do ensino etc.

2.2 – Turma a turma: um olhar sobre os diplomados pela Escola Normal de São Paulo

Apresentado como se davam as nomeações, oficial e extraoficialmente, vamos verificar como efetivamente se encaminhou a carreira dos normalistas que foram diplomados entre os anos de 1890 e 1899.

É importante salientar que, por ser um estudo serial de um grande número de indivíduos, alguns aprofundamentos foram impossíveis de serem realizados, dado o

¹⁵⁹ Sobre os grupos escolares, Souza (1998, pp.49-50) afirma que contribuíram com uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário e que possuíam como características ser uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião de escolas em um único prédio possibilitou: “a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar.”

limite das possibilidades de informações das fontes não é possível, por exemplo, afirmar quais os critérios, para que um professor assumisse tal cadeira ou escola, ou como a carreira se desenvolvia para escolas reconhecidamente mais ou menos privilegiadas, entre outras questões que devem ser investigadas de forma personalizada para cada professor¹⁶⁰. Os dados apresentados podem indicar caminhos interessantes para a confrontação em futura pesquisa que utilize outras fontes de pesquisa e enveredem-se em uma análise verticalizada.

O número de 321 normalistas, diplomados entre os anos de 1890 e 1899, permitiu a construção de dez quadros que documentassem cada uma das turmas¹⁶¹, assim apresentaremos abaixo as informações coletadas nesses instrumentos de pesquisa e que entendemos serem as mais relevantes para descrever a circulação desses professores pela instrução pública.

2.2.1 – A primeira nomeação

A turma de normalistas que recebeu seu diploma, em 1890, teve seu último ano de curso marcado pelo regime republicano e sua primeira reforma no ensino, que objetivava realizar mudanças na formação dos futuros professores. Essa turma chegou ao final do curso com 57 alunos diplomados, sendo 26 homens e 31 mulheres.

Nessa turma, diplomou-se João Lourenço Rodrigues, que 17 anos depois se tornaria diretor da Inspetoria Geral da Instrução Pública, um dos cargos mais importantes na administração do ensino, conforme pode ser verificado (ANEXO 1).

Dos 57 professores normalistas da turma de 1890, a pesquisa não conseguiu localizar informações sobre a carreira docente de quatro professores: Antônio Gomes Escobar e Silva, Clélia Franco de Almeida, Francisca de Rosas Gomes e Sydnéa

¹⁶⁰ Algumas biografias e trabalhos historiográficos já foram realizados a respeito de alguns normalistas, tais como: Antônio Firmino de Proença, Lourenço Filho, Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson, Gomes Cardim, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, Roldão Lopes de Barros, Sampaio Dória, entre tantos outros.

¹⁶¹ Os quadros serão anexados ao final do trabalho em razão de seu tamanho e indicadas no decorrer do texto como referência para que o leitor possa consultá-las. Os quadros são apresentados como anexo divididos por turmas de diplomados, entre 1890 e 1899, em um modelo mais simplificado e informações concisas em apenas três campos de informações. E outro quadro completo com todos os campos informáticos e com todas as turmas de normalistas entre os anos de 1889 e 1910 (pesquisa necessária para verificar a carreira dos professores, que são objeto da pesquisa), conforme indicado na Introdução.

Augusta de Oliveira, ou seja, só 7% dos alunos diplomados, no ano de 1890, por algum motivo não assumiram cargos no magistério público¹⁶².

Dos normalistas que assumiram algum cargo no magistério público, temos aqueles que no máximo 2 anos depois de formados estavam lecionando em alguma instituição de ensino, mas também foram encontrados casos em que só foi possível localizar quaisquer informações sobre os professores muitos anos depois da formatura, como o caso da professora Georgina Furquim Leme, cujo primeiro cargo encontrado foi a de professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, na cidade de Bragança no ano de 1907¹⁶³, o que foi uma grande lacuna entre a diplomação e o efetivo começo de carreira.

Situações semelhantes foram observadas com outros normalistas, o que pode apontar algum problema nas informações disponibilizadas pelos documentos oficiais responsáveis por divulgarem atos referentes à instrução pública ou mesmo o ato de assumir cargos, depois de passado muitos anos, após a diplomação não era algo tão incomum, ainda mais se pensarmos que, para o período, havia um abismo entre o número de escolas existentes no estado e de professores com passagem por escolas de formação profissional, o que possibilitava a existência de escolas vagas e a necessidade de professores.

Do total de professores diplomados em 1890, 40 foram nomeados para seu primeiro cargo nos 2 anos seguintes à formatura (1891-1892), dez foram nomeados, entre 1893 e 1897, e três foram nomeados depois de 1898. O que aponta que a grande maioria dirigia-se para o magistério logo após deixar a Escola Normal.

¹⁶² Os motivos podem ser vários, desde ausência de informação nas fontes consultadas (pouco provável pelo grande número de professores localizados) até mesmo interesse dos normalistas somente pelo diploma, a ocupação em outras atividades profissionais ou cuidar do lar e até mesmo o falecimento desses diplomados.

¹⁶³ Essa informação só foi encontrada no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, não havendo dados sobre a professora nos demais documentos consultados.

QUADRO 4

DIPLOMADOS EM 1890 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1891-1892	40	70
1893-1897	10	18
1898 em diante	3	5
Sem informação da carreira	4	7
TOTAL	57	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Com relação à primeira docência, dos professores que iniciaram a carreira até 1892, nenhum dos 40 normalistas foi nomeado para cadeiras na cidade de São Paulo, todos iniciaram sua carreira pelo interior, litoral ou cidades próximas à capital, como São Bernardo ou Itapeverica e em cadeiras ou escolas de tipo professor único.

Dos dez normalistas que foram nomeados, entre 1893 e 1897, nove deles foram localizados em cadeiras do interior paulista e só um foi localizado na documentação, como tendo iniciado a carreira na capital.

O professor Benedicto da Silva Machado, conforme a documentação encontrada, iniciou sua carreira docente na Escola Modelo do Carmo em 1893, portanto, além de ser o único a continuar na capital depois de formado também não assumiu a cadeira do tipo professor único, sendo nomeado para uma das escolas que era referência para a reestruturação do ensino público e para capacitar os professores que estavam sendo formados.

Dos demais professores enviados para o interior do estado, somente duas apareceram, como o primeiro cargo em grupo escolar, os outros sete foram designados para cadeiras urbanas ou de bairros. As professoras foram Maria de Alencar Franco que foi nomeada, em 1896, para o Grupo Escolar de Lorena e Geraldina Corrêa Borges Bandeira, em 1897, no Grupo Escolar de Piracicaba.

Dos três normalistas, cuja informação profissional só foi localizada, posteriormente ao ano de 1898, dois tiveram como primeiro cargo cidades do interior ou litoral – Santos e Bragança – e uma na capital. Todas eram professoras e lecionavam em grupos escolares, a partir de 1901 (Grupo Escolar Cesário Bastos em Santos 1901,

Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá em Bragança 1907 e Grupo Escolar da Alameda do Triunfo na capital 1905), a professora que lecionava na capital detinha o cargo de professora substituta efetiva ao contrário das outras duas que eram professoras adjuntas (ANEXO 1).

Do total de 53 normalistas que foi possível obtermos dados sobre a docência, só seis tiveram como primeira regência um grupo escolar ou escola modelo, tendo como marco inicial no magistério o ano de 1893¹⁶⁴. Todos os demais tiveram como ponto de partida as cadeiras isoladas, instaladas tanto em áreas urbanas, bairros ou zonas rurais.

QUADRO 5

DIPLOMADOS EM 1890 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1891-1892	0	40
1893-1897	1	9
1898 em diante	1	2
TOTAL	2	51

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A pouca presença dos normalistas que iniciaram suas atividades profissionais na capital pode indicar que em razão do grande número de escolas existentes e que estavam sendo criadas no interior e litoral, era mais fácil conseguir uma nomeação para essas cadeiras vagas sem a necessidade de realização de concursos.

Por serem em menor número, as cadeiras da capital deveriam encontrar-se providas na ocasião por professores mais antigos ou de outras turmas da Escola Normal¹⁶⁵. Desse modo, conseguir uma nomeação para o primeiro cargo na capital não seria uma tarefa simples, pois, em alguns casos, o candidato deveria prestar um concurso com outros concorrentes até mais experimentados na regência de aula.

¹⁶⁴ Os grupos escolares foram criados pela Lei n°. 169, de 07/08/1893 e Decreto n°. 248, de 26/07/1894. Foram instalados a partir do ano de 1894, em cidades como Amparo, Iguape, São Roque e Itu.

¹⁶⁵ Conforme dados do Anuário do Ensino de 1907-1908, existiam na capital 18 grupos escolares, quatro escolas reunidas, 137 escolas isoladas providas e nenhuma escola vaga. No interior e litoral do estado existiam 62 grupos escolares, quatro escolas reunidas e 1.131 escolas isoladas providas e 1.722 escolas isoladas vagas.

Os citados professores recém-diplomados tiveram de se deslocar para diversas cidades paulistas de diferentes regiões do estado. Essa informação é relevante para identificar as localidades, para as quais foram enviados os primeiros normalistas com um diploma republicano, de uma escola profissional reformada. Visto que se esses professores preparados eram realmente fundamentais “para instituir novos processos escolares”, como afirmava Caetano de Campos (apud RODRIGUES, 1930, p. 199), quais cidades e cadeiras tiveram o “privilégio” de receber os primeiros professores treinados e capacitados para realizar a reforma imprescindível da instrução pública.

QUADRO 6

DIPLOMADOS EM 1890 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁶⁶			
CIDADES	1891-1892	1893-1897	1898 em diante
Capital		1	1
Cunha	1		
Jacareí	2		
Paraíba	1		
Pindamonhangaba	1	1	
Jambeiro	2		
Caçapava	1		
Lorena		1	
Conceição do Cruzeiro	1		
Mogi das Cruzes	1		
Jatahy	1		
Campinas	2	1	
Bragança	1		1
Cabreúva	1	1	
Piracicaba		1	
Itapecerica	2		
São Bernardo		1	
Sorocaba	1		
Tatuí	1		

¹⁶⁶ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, a região Central, Mogiana, regiões Paulista e Araraquarense, Alta Sorocabana, Litoral Sul e Litoral Norte (MAPA 1).

Porto Feliz	1		
Vila de Nazaré	1		
Itatiba		1	
Itapira	1		
Mogi Mirim	2		
Mogi Guaçu		1	
São João da Boa Vista		1	
Amparo	1		
Batatais	1		
Serra Negra	1		
Socorro	1		
Mococa	1		
Rio Claro	1		
Belém do Descalvado	1		
Vila de Dois Córregos	1		
Santa Rita do Passa Quatro	2		
Limeira	1		
Ribeirão Bonito	1		
São Manoel do Paraíso	1		
Cananéia	1		
Santos			1
São Vicente	1		
São Sebastião	1		
TOTAL	40	10	3

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Conforme podemos observar nos dados do quadro acima, dos 51 normalistas que escolheram cadeiras no interior e litoral paulista e que foram atendidos¹⁶⁷ ou que foram designados, há uma diversidade de cidades e regiões, para onde esses homens e mulheres foram tomar posse e reger cadeiras.

¹⁶⁷ Como não foram encontradas informações de como se deu a primeira nomeação desses professores, supõe-se que os mesmos escolheram as cadeiras ou foram indicados, dentre as que se encontravam vagas.

Em sua maioria, esses professores foram empossados em regiões próximas à capital que apresentavam até o final do século XIX, melhores condições de locomoção como as linhas férreas, criação ou desenvolvimento de cidades e vilas, expansão econômica com a abertura de lavouras de café ou região de antigo poder econômico e adensamento populacional e locais de forte influência política na administração do Estado (LOVE, 1892, pp. 43-50).

Notadamente, as regiões do Vale do Paraíba, Central e Mogiana receberam o maior número de professores normalistas diplomados em 1890; e 16 foram nomeados para a região Central (30%), 13 para o Vale do Paraíba (24%), 10 para a região Mogiana (19%), sete para às regiões Paulista e Araraquarense (13%), três ao Litoral Sul (6%), um para a Alta Sorocabana (2%), e um para o Litoral Norte (2%). Na capital, ficaram apenas dois professores, ou seja, 4% do total.

Posteriormente, quando discutirmos o desenvolvimento da carreira dos professores, verificaremos as mudanças que ocorreram na distribuição desses normalistas pelo estado.

Por ora, vamos destacar as primeiras nomeações das demais turmas de alunos diplomados pela Escola Normal de São Paulo até o ano de 1899, a apresentação dos dados seguiu os mesmos critérios utilizados para a turma acima.

Para o ano de 1891, foram diplomados 41 professores normalistas, sendo 23 homens e 18 mulheres, esta foi uma das últimas turmas da Escola Normal onde observaremos um maior número de homens concluindo o curso (só na turma de 1894, ocorreu novamente e, mesmo assim, com a diferença de apenas um aluno do sexo masculino se comparado às alunas diplomadas) (ANEXO 2).

Do total de normalistas, só três não puderam ter sua carreira localizada na análise documental, ou seja, apenas 7% do número total da turma, foram eles, os professores João Gualberto Corrêa e as professoras Maria do Patrocínio Couto e Regina Maria Tietê.

Nos dados do quadro abaixo, podemos observar que dos 38 professores que tiveram sua carreira em algum momento rastreada, 30 foram designados para alguma escola ou cadeiras nos 2 anos seguintes à sua diplomação, seis foram nomeados entre os

anos de 1894 e 1898 e, somente dois, tiveram qualquer informação encontrada depois de 1899.

Estas últimas foram Maria Thereza de Moura, professora adjunta do Grupo Escolar de Taubaté no ano de 1904 e Amélia Augusta Torrelini, professora da segunda escola de Porto Ferreira no ano de 1910, aproximadamente, 19 anos depois de receber o diploma de normalista.

É importante frisar, conforme abordado acima, que não foi possível encontrar alguma evidência que contribuísse para elucidar o motivo da nomeação desses professores em anos distantes da saída da Escola Normal, se era realmente a primeira nomeação dessas normalistas ou se existia uma lacuna na documentação consultada.

QUADRO 7

DIPLOMADOS EM 1891 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1892-1893	30	73
1894-1898	6	15
1899 em diante	2	5
Sem informação da carreira	3	7
TOTAL	41	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dos 30 professores nomeados nos 2 anos seguintes à diplomação, três foram designados para escolas na cidade de São Paulo e 27 para o interior ou litoral do estado. Dos seis normalistas nomeados, entre 1894 e 1898, um foi lecionar na capital e os outros cinco no interior ou litoral. Os dois restantes, como informado anteriormente, estavam em escolas do interior.

Entre aqueles que permaneceram na capital, após a formatura, apenas um deles foi lecionar em cadeira isolada. Nomeado no ano de 1892, o professor Antônio Rodrigues Alves Pereira lecionou na cadeira do sexo masculino do bairro dos Campos Elíseos. Os demais foram designados para Escolas Modelos, os professores Oscar Thompson e Benedicto Maria Tolosa regeram, em 1892, a Escola Modelo do Carmo e,

em 1894, a professora Garibaldina Pinheiro Machado Caldeira Tolosa tomou posse na Escola Modelo Caetano de Campos anexa à Escola Normal de São Paulo.

Entre os 27 mestres que iniciaram a docência fora da capital entre 1892 e 1893, todos estavam em cadeiras ou escolas de professor único¹⁶⁸. Do grupo de professores que passou a lecionar, a partir de 1894 até 1898, três deles estavam em cadeiras isoladas, um professor, Eugênio Porchat de Assis, regia uma escola ambulante¹⁶⁹ da Ponta da Praia na cidade de Santos em 1897, e apenas Rita de Cássia Gouveia Rodrigues lecionava em grupo escolar da cidade de Tietê.

Desse modo, entre os professores diplomados no ano de 1891, apenas duas tiveram como primeiro cargo no magistério algum grupo escolar (Tietê em 1898 e Taubaté 1904), em compensação três normalistas foram diretamente nomeados para escolas modelos na capital.

QUADRO 8

DIPLOMADOS EM 1891 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1892-1893	3	27
1894-1898	1	5
1899 em diante	0	2
TOTAL	4	34

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A ramificação desses normalistas pelo estado também foi variada, com pequena mudança das regiões e cidades paulistas que foram o destino dos professores formados na turma anterior e mantendo outras.

Pelos dados do quadro abaixo, os 38 normalistas que exerciam o magistério estavam distribuídos da seguinte forma: dez professores para a região Central (26%), oito para a região Mogiana (21%), sete professores para o Vale do Paraíba (18%), seis

¹⁶⁸ É somente a partir de 1894 que são instaladas as escolas seriadas no interior do estado, primeiro com os grupos escolares e escolas modelos e depois as escolas complementares.

¹⁶⁹ As escolas ambulantes eram aquelas em que os professores lecionavam em dias alternados em locais diferentes, seja pelo reduzido número de alunos ou dificuldade de instalar uma escola primária. O Decreto nº. 144-B, de 30 de dezembro de 1892, no seu artigo 115 estipulava que “as escolas ambulantes serão regidas por professores, só podendo ser declaradas mistas pelo Governo, quando os pontos por ela abrangidos forem servido por via férrea, competindo neste caso sua regência a professoras.”

para a região Paulista e Araraquarense (16%), um para o Litoral Sul (3%), um para Alta Sorocaba (3%) e um professora para a região da Baixa Sorocabana (3%). Na capital, lecionaram quatro professores que representaram, aproximadamente, 10% da turma de 1891.

Como podemos observar, as regiões Central, Mogiana e Paulista e Araraquarense foram melhores atendidas na distribuição dos normalistas formados em 1891 se comparados com a turma anterior, o que pode indicar o aumento do número de escolas instaladas nas regiões e que também interessavam aos professores preencherem tais vagas. Já no final do século XIX, as regiões caracterizavam-se por serem importantes zonas de plantio do café e por manterem localidades com altos índices de adensamento urbano, depois da capital.

QUADRO 9

DIPLOMADOS EM 1891 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁷⁰			
CIDADES	1892-1893	1894-1898	1899 em diante
Capital	3	1	
São José dos Campos	1		
Mogi das Cruzes	2		
Taubaté			1
Areias	2		
Bananal	1		
Jundiaí	1		
Atibaia		1	
Tietê	1	1	
Guarulhos	1		
São Roque	1		
Itapetininga	1		
Sorocaba	1		
Monte Mor	1		
Itatiba	1		
Mogi Mirim	1	1	

¹⁷⁰ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, a região Central, Mogiana, regiões Paulista e Araraquarense, Alta Sorocabana, Litoral Sul e Baixa Sorocabana (MAPA 1).

Amparo	2		
Batatais	1		
São Simão	1		
Franca	1		
Mococa	1		
Rio Claro	1		
Belém do Descalvado		1	
Pirassununga	1		
Vila de Santa Cruz das Palmeiras	1		
Porto Ferreira			1
São Carlos do Pinhal	1		
São Manoel do Paraíso	1		
Santos		1	
São João Batista do Rio Verde	1		
TOTAL	30	6	2

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Vale destacar que nesta turma de normalistas são encontradas eminentes figuras ligadas ao ensino no estado de São Paulo, seja pelas atuações em importantes instituições de ensino, órgãos administrativos, associações de classe ou pela produção acadêmica e pedagógica amplamente disseminada nas escolas primárias e de formação.

No decorrer de suas carreiras, esses professores assumiram cargos como diretores da Escola Normal da Capital e de escolas normais do interior, diretores de ginásios estaduais, diretores da Diretoria Geral da Instrução Pública e inspetores escolares. Dentre eles, alguns nomes são conhecidos da historiografia da educação, tais como: Oscar Thompson, Arnaldo de Oliveira Barreto, Antônio Rodrigues Alves Pereira e João Chrysostomo Bueno dos Reis Júnior.

O grupo constituiu-se de 31 professores diplomados no ano de 1892 pela Escola Normal de São Paulo, sendo 12 homens e 19 mulheres. Nas investigações sobre a carreira profissional desses normalistas, não foi possível obter informações somente da

professora Rita Rosa Senne, ou seja, 97% de professores oriundos dessa turma foram localizados em algum momento na documentação (ANEXO 3).

Destes 30 normalistas que ingressaram no magistério, 28 deles lecionaram em alguma escola do estado nos 2 anos seguintes à sua formatura (1893 e 1894), ou seja, 94% da turma. Uma professora lecionou, entre os anos de 1895 e 1899, e outra no ano de 1900. A primeira foi a professora Maria Emília de Oliveira que regia a escola do bairro do Pantojo, em São Roque, em 1895, e a última, a professora Maria Minervina dos Anjos Payão, da escola mista do Pari na capital, em 1900.

QUADRO 10

DIPLOMADOS EM 1892 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1893-1894	28	91
1895-1899	1	3
1900 em diante	1	3
Sem informação da carreira	1	3
TOTAL	31	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Entre os professores que obtiveram a nomeação no período compreendido entre 1893 e 1894, só três iniciaram a docência na capital. Joaquim Augusto de Sant'anna foi empossado na escola do bairro da Mooca em 1893, portanto, uma escola de professor único ou isolada, cumpre salientar que esse professor no ano seguinte já havia sido transferido para a Escola Modelo do Carmo também na capital.

As outras duas professoras que permaneceram na cidade de São Paulo, foram investidas na Escola Modelo do Carmo e na Escola Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo, em 1894, naquela escola lecionava a professora Anna de Camargo Barros e nesta, a professora Gertrudes de Camargo Barros¹⁷¹.

¹⁷¹ Conforme consulta ao Livro de Matrícula dos Alunos 1888 a 1894 (AHCC – ENS MAT 003), as duas professoras matricularam-se no ano de 1890 na Escola Normal, as duas nasceram na cidade de Indaiatuba com apenas um ano de diferença de uma para a outra – Gertrudes Camargo Barros havia nascido em 1864 e Anna em 1865 -, e concluíram o curso normal sem nenhuma reprovação em 1892. No livro Registro de Diplomas de 1887-1892 (DPL NOR 001 - AHCC) percebe-se uma discrepância nos dados, pois informa

Pelo sobrenome das duas professoras, notamos que eram da mesma família, que “coincidentemente” foram nomeadas para a mesma cidade e para escolas de destaque na rede na instrução pública da época.

Situações como essas não eram raras de serem observadas e no decorrer da análise documental, foi possível identificar pessoas de uma mesma família lecionando nas mesmas escolas, transferidas concomitantemente para um mesmo local, e até, permutando suas escolas entre si.

Antes de prosseguirmos à análise da turma de diplomados de 1892, é necessário demonstrar outro exemplo que reforça as práticas de grupos familiares na instrução pública. Durante a pesquisa, foi observado que seis membros da família Azevedo Antunes passaram pela Escola Normal e receberam o diploma de normalistas em diferentes anos. Esses professores foram Antônio Augusto de Azevedo Antunes e Maria Eugênia de Azevedo Antunes, ambos diplomados na turma de 1889, esta última regressou à Escola Normal para completar o quarto ano em 1895. Os outros membros da família foram Júlia Amália de Azevedo Antunes e Gabriel Oscar de Azevedo Antunes, diplomados em 1890, que regressaram, em 1895, para completar o curso normal, José de Azevedo Antunes diplomado, em 1894, e Sebastião Osório de Azevedo Antunes da turma de 1899¹⁷².

Nesse cruzamento, o mais interessante não é o fato de seis membros de uma mesma família terem ingressado no magistério, mas, a carreira de quatro membros nos primeiros anos de docência. Vejamos, Maria Eugênia, Gabriel Oscar e Júlia Amália, iniciaram suas carreiras em cadeiras urbanas do interior do estado (Anexo 1 e 6), a primeira em Pirassununga, e os outros dois em Santa Rita do Passa Quatro, cidades separadas por uma distância de 40 km. Permaneceram nessas cidades até serem autorizados a completarem o quarto ano da Escola Normal, em 1895, no ano seguinte todos foram nomeados para lecionar na Escola Modelo Caetano de Campos na capital¹⁷³.

que a professora Gertrudes Camargo nasceu em Itu no ano de 1874, mas confirma que eram irmãs, pois o pai das duas chamava-se João Baptista de Camargo Barros.

¹⁷² Todos eram naturais da cidade de Pirassununga, filhos de Severino José de Godoy Antunes. Antônio Augusto nascido, no ano de 1858; Maria Eugênia, em 1868; Gabriel Oscar, em 1871; Júlia Amália, em 1873; José em 1866 e Sebastião, em 1879. Livro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário 1893-1911 (AHCC – DPL NOR 002).

¹⁷³ Conforme informação no Livro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário 1893-1911 (AHCC – DPL NOR 002), na passagem pela Escola Normal para completarem o quarto ano do curso normal, os professores Maria Eugênia, Júlia Amália e Gabriel Oscar Azevedo Antunes foram aprovados plenamente. As aprovações dos alunos da Escola Normal de São Paulo poderiam ser simplesmente, plenamente e com

O professor Antônio Augusto, o mais velho dos irmãos, só teve sua carreira localizada no ano de 1896, quando lecionou no bairro do Ipiranga na capital. Diferente dos outros três irmãos não regressou para completar o quarto ano do curso normal, mas, em 1897, foi designado para a Escola Modelo Maria José na capital.

Portanto, todos os irmãos que se diplomaram, entre 1889 e 1890, encontravam-se em cidades próximas ou na mesma cidade, lecionando na mesma instituição ou instituição congênere.

Essas questões servem para ilustrar o trabalho de cruzamento de informações dos professores e suas carreiras, que necessitam ser observadas à luz de futuras pesquisas que aprofundem ou verticalizem algumas situações encontradas na análise serial a que esta pesquisa se propõe.

Retornando aos dados dos formandos da turma de 1892, os 25 professores designados para escolas do interior do estado foram nomeados para cadeiras isoladas urbanas ou de bairros. Como já demonstrado acima, a professora que iniciou a carreira, em 1895, também lecionava em escola isolada de bairro e a que iniciou em 1900, permaneceu na capital em uma escola mista de professor único.

QUADRO 11

DIPLOMADOS EM 1892 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1893-1894	3	25
1895-1899	0	1
1900 em diante	1	0
TOTAL	4	26

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A distribuição desses professores pelo estado permaneceu maior nas regiões do Vale do Paraíba e Central, com a característica de serem contempladas uma maior variedade de cidades quando comparamos com a região Mogiana, onde só cidade de Amparo foi o destino de cinco normalistas, número maior do que os professores que

distinção, artigo 124 do Decreto n°. 247, de 23 de julho de 1894, que mandava pôr em execução o regimento interno para o curso secundário da Escola Normal da Capital.

permaneceram na capital do estado. As regiões Paulista e Araraquarense ficaram aquém dos números das turmas anteriores.

Os professores diplomados em 1892, foram nomeados da seguinte forma: quatro permaneceram na capital (14%), nove no Vale do Paraíba (30%), oito na região Central (27%), seis para a Mogiana (20%), um na Paulista e Araraquarense (3%), um na Alta Sorocabana (3%) e um no Litoral Sul (3%).

QUADRO 12

DIPLOMADOS EM 1892 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁷⁴			
CIDADES	1893-1894	1895-1899	1900 em diante
Capital	3		1
Cruzeiro	1		
Mogi das Cruzes	3		
Taubaté	1		
Areias	1		
Queluz	1		
Caçapava	1		
Guaratinguetá	1		
Jundiaí	1		
Campinas	1		
Atibaia	1		
Tietê	1		
Guarulhos	1		
São Roque		1	
Tatuí	1		
Una (Ibiúna)	1		
Espírito Santo do Pinhal	1		
Amparo	5		
Rio Claro	1		
São Manoel do Paraíso	1		
Iguape	1		

¹⁷⁴ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, a região Central, Mogiana, regiões Paulista e Araraquarense, Alta Sorocabana e Litoral Sul (MAPA 1).

TOTAL	28	1	1
-------	----	---	---

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Nos dados do quadro acima, verificamos que os normalistas formados sob o regime republicano continuaram a ser nomeados para regiões com características de grande adensamento urbano, de povoamento antigo e que se desenvolviam no período com a lavoura de café. Nessas regiões, concentravam-se grande parte da riqueza do estado no final do século XIX.

Em 1893, a Escola Normal de São Paulo diplomou 19 professores, nove homens e dez mulheres (ANEXO 4)¹⁷⁵. Todos os professores desta turma tiveram sua carreira profissional rastreada, sendo possível localizar, pelo menos, uma escola onde lecionaram.

Do total dos normalistas, 18 deles iniciaram a carreira nos 2 anos seguintes à formatura, e apenas um professor teve informações sobre a carreira profissional depois de 1901. Este é o caso do professor Augusto Ribeiro de Carvalho, sobre o qual foi possível descobrir os cargos que ocupou, mas não as datas corretas em que assumiu tais cargos, como se pode verificar (ANEXO 4).

¹⁷⁵ O baixo número de alunos diplomados, em 1893, não passou despercebido para José Feliciano, que na “difícil passagem da reforma de 1892 a 1893, só se formaram dezenove, - dez professores e nove professoras, - todos na maior parte distintos” (1930, p. 12). Os números de professores e professoras diplomados na turma de 1893 não batem com os dados recolhidos no AHCC e no Livro Jubilar, que apontam nove professores e dez professoras.

QUADRO 13

DIPLOMADOS EM 1893 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1894-1895	18	95
1896-1900	0	0
1901 em diante	1	5
Sem informação da carreira	0	0
TOTAL	19	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dos 95% dos normalistas que foram integrados ao magistério público nos 2 anos seguintes à diplomação, só dois professores permaneceram na capital. O professor Miguel da Silva Carneiro Júnior nomeado para a cadeira do bairro do Cambuci em 1894, e a professora Flotilde Maria Dias Coelho Braga que, em fevereiro de 1895, foi provida na Escola Modelo Caetano de Campos.

Dos professores que iniciaram sua trajetória profissional no interior, só a professora Maria da Conceição pôde ser localizada, como primeiro cargo em uma escola ou cadeira que não fosse de professor único, a normalista havia sido nomeada em janeiro de 1895 para a Escola Modelo de Itapetininga. Todos os professores diplomados na turma de 1893, iniciaram sua docência em escolas e cadeiras urbanas ou de bairros.

A investigação documental apontou que o professor Henrique Cupertino Botelho lecionou anteriormente à sua diplomação na Escola Normal, ocupando a cadeira do bairro do Pontal da Cruz no município de São Sebastião, depois de formado, retornou à mesma cidade, mas, para a escola da Praia do Barro e poucos meses após, foi removido para a escola sede do município¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Os professores públicos providos em cadeiras poderiam matricular-se na Escola Normal, mediante autorização do Governo e aprovação no concurso. Durante o período que frequentavam o curso de formação, recebiam seu ordenado, mas em caso de reprovação perdiam esse direito, e eram obrigados a regressar às respectivas escolas. Depois de diplomados, os normalistas também mantinham a prerrogativa de retornar a suas cadeiras de origem. Lei n.º. 88, de 8 de setembro de 1892, artigos 71 e 72, e Decreto n.º 144 B, de 30 de dezembro de 1892, artigos 136 a 139.

QUADRO 14

DIPLOMADOS EM 1893 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1894-1895	2	16
1896-1900	0	0
1901 em diante	1	0
TOTAL	3	16

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Vejamos como se deu a distribuição desses professores pelo estado, conforme os dados do quadro abaixo é fácil perceber que a região Central absorveu a maioria dos professores da turma de 1893, havendo uma grande redução na região do Vale do Paraíba se comparado com os anos anteriores. Desse modo, 16% dos professores iniciaram a carreira na capital, 53% destinaram-se à região Central, 16% à região Mogiana, 5% no Vale do Paraíba, 5% na Alta Sorocaba e 5% no Litoral Norte.

Notamos o expressivo e acentuado aumento que ocorreu na região Central em contrapartida pela brusca diminuição das demais regiões, esta tendência já foi indicada nos números das turmas anteriores, mas as demais regiões, sobretudo o Vale do Paraíba e a Mogiana mantiveram-se em patamares aproximados.

Outro detalhe que se percebeu foi a maior pulverização dos professores recém-formados pelas cidades do interior do estado, onde ocorreu apenas uma nomeação por cidade, o que pode indicar que, apesar da existência de um grande número de escolas vagas¹⁷⁷, os professores interessavam-se em iniciar sua carreira em escolas que fossem sede de município ou bairros de cidades com uma melhor configuração urbana.

Dos 15 professores dessa turma designados para escolas isoladas do interior, dez deles estavam providos em escolas sede de municípios ou vilas, três em cadeiras localizadas em bairros das cidades de Campinas, Taubaté e Amparo, e dois em cadeiras localizadas próximas às estações ferroviárias, Estação de Santa Bárbara e Estação do Rio Grande em São Bernardo (ANEXO 4).

¹⁷⁷ Para o ano de 1893, existiam 647 escolas vagas em todo o estado de São Paulo, 420 do sexo masculino, 167 do sexo feminino e 60 escolas mistas (TANURI, 1979, p. 100).

QUADRO 15

DIPLOMADOS EM 1893 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁷⁸			
CIDADES	1894-1895	1896-1900	1901 em diante
Capital	2		1
Taubaté	1		
Jundiaí	1		
Campinas	1		
Atibaia	1		
São Bernardo	1		
Itapetininga	1		
Santa Bárbara (D'Oeste)	1		
Tatuí	1		
Una	1		
Indaiatuba	1		
Sorocaba	1		
Casa Branca	1		
Amparo	1		
São Simão	1		
Botucatu	1		
São Sebastião	1		
TOTAL	18	0	1

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Na turma de diplomados em 1894, houve um aumento dos alunos que conseguiram concluir o curso normal com relação aos 2 anos anteriores, visto que foram formados 37 normalistas, sendo 19 homens e 18 mulheres (ANEXO 5). Ao se confrontar a relação de diplomados nos livros de registros do Arquivo Histórico Caetano de Campos (AHCC) com o Livro Jubilar da Escola Normal de São Paulo, não existe referência neste último de duas professoras encontradas nos documentos do

¹⁷⁸ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, a região Central, Mogiana, Alta Sorocabana e Litoral Norte (MAPA 1).

primeiro, Maria de Macedo e Rita Eustachio Pinto e Silva, coincidentemente, não foi possível obter qualquer informação da carreira no magistério das duas professoras.

Além das duas professoras, não foram verificadas informações sobre a trajetória docente de outra professora, Horminda Homelia Ramos, totalizando três professoras sem informação sobre a vida profissional.

Nesta turma, encontramos os primeiros normalistas que foram diplomados em turmas anteriores, mas, que retornam à Escola Normal para completar o 4º ano do curso normal instituído na segunda metade de 1893¹⁷⁹. Dois professores foram autorizados a regressarem para obtenção do diploma do 4º ano normal: Honorato Faustino de Oliveira, formado na turma de 1889 e atuante na terceira cadeira do sexo masculino da cidade de Itapetininga, e Theophilo Martins Mello que concluiu o curso normal na turma de 1891, regente de uma escola isolada de bairro também na cidade de Itapetininga.

Por constarem dos livros de registros de diplomas também na turma de 1894, na produção da análise documental resolvemos considerar que a conclusão do quarto ano para os professores formados em outras turmas deve ser apontada com uma segunda passagem pela Escola, destarte alguns nomes aparecerem mais de uma vez em anos diferentes nas tabelas produzidas¹⁸⁰. Em todas as oportunidades, em que ocorrerem essa situação, o leitor será informado e destacado na pesquisa¹⁸¹.

De fato, dos 32 normalistas que tiveram sua carreira profissional localizada, excetuando os dois quartanistas, de 30 deles foi possível situar a primeira nomeação entre os anos de 1895 e 1896, ou seja, nos 2 anos seguintes à formatura.

Uma das professoras a obter a primeira informação para o ano de 1901, caso da professora Ignez Albuquerque de Andrada e Almeida que lecionava no Grupo Escolar

¹⁷⁹ O artigo 15 da Lei n°. 169, de 7 de agosto de 1893, ampliava o curso normal para quatro anos e eliminava a distinção entre curso preliminar (de 2 anos) e complementar (de 3 anos). Alguns alunos que estavam matriculados na Escola Normal até a data da promulgação da lei estavam isentos do curso de 4 anos, mas poderiam requerer completá-lo, bem como os normalistas que haviam sido diplomados anteriormente, ficando a cargo do Governo autorizar ou não que o aluno ou professor regressasse para concluir o quarto ano.

¹⁸⁰ Exemplo de normalista Theophilo Martins de Mello, que está na turma diplomados de 1891 (ANEXO 2) e na turma de 1894 (ANEXO 5).

¹⁸¹ Os professores que, por ventura, estiverem incluídos nas turmas como quartanistas, não serão computados nos dois primeiros quadros (Primeira Nomeação e Local da Primeira Nomeação) por entender que foram documentados quando da primeira passagem pela Escola Normal. No quadro de Cidades da Primeira Nomeação (terceiro quadro), serão incluídas as cidades dos quartanistas, após sua segunda passagem pelo curso normal. Esse critério será aplicado para todos os demais anos de diplomação da Escola Normal.

de São José dos Campos. E o professor João de Souza Azevedo, em 1902, no Grupo Escolar do Arouche na capital.

QUADRO 16

DIPLOMADOS EM 1894 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1895-1896	30	85
1897-1901	1	3
1902 em diante	1	3
Sem informação da carreira	3	9
TOTAL	35	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dos 30 professores que localizamos no magistério nos 2 anos seguintes à formatura, cinco iniciaram a carreira na cidade de São Paulo, e ingressaram em diferentes modelos de escolas, Antônio José de Castro e Carlos Alberto Gomes Cardim regiam as escolas do bairro dos Pinheiros e a segunda escola da capital, respectivamente. Carmem Cardoso de Azevedo e Cândida Cerqueira Leite na Escola Modelo Caetano de Campos, em 1895, e Júlia Ayres Delphim lecionava interinamente na terceira Escola Modelo da Luz, em 1896.

Temos o caso de Theophilo Martins de Mello, que se diplomou, em 1891, e foi lecionar no ano seguinte na cadeira do bairro das Cabeceirinhas na cidade de Itapetininga que, em janeiro de 1893, foi removido para a quarta cadeira de Itapetininga, tendo retornado à Escola Normal para concluir o quarto ano normal em 1894, ato contínuo, em 1895, foi nomeado para a Escola Modelo Complementar da Capital.

Desta feita, podemos entender que seis professores permaneceram na capital ao concluírem o curso em 1894.

Dos 25 encaminhados para o interior e litoral do estado, 23 iniciaram a carreira em escolas isoladas de sede de município ou de bairro, e dois desses já eram professores, antes de frequentarem a Escolar Normal, foram eles Lindolpho de França Machado, que lecionava, em 1892, na cadeira do bairro de Humaitá na cidade de Caçapava, e a professora Maria Francisca de Arruda Campos, da cadeira da Vila do

Bom Sucesso, não há informação sobre as nomeações desses professores para outras escolas, após a formatura, o que pode indicar que retornaram para lecionar em suas escolas.

Dois professores foram lecionar em escolas graduadas, o professor Thomé de Rosa Teixeira interinamente na Escola Modelo de Itapetininga, em 1895, e Isolina Salles de Paula Ramos era professora adjunta na Escola Modelo de Itapetininga em 1895.

Temos também de apontar e incluir nessa situação, o professor Honorato Faustino de Oliveira que também estava completando o quarto ano do curso normal, mas havia se diplomado em 1889. Este lecionava em 1890, na terceira cadeira de Itapetininga, como foi apontado acima, mas, após concluir o curso em 1894, foi nomeado professor adjunto da Escola Modelo de Itapetininga.

Assim, houve três professores que, após deixarem a Escola Normal nesta turma, foram lecionar em uma escola seriada do interior.

QUADRO 17

DIPLOMADOS EM 1894 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1895-1896	5	25
1897-1901	0	1
1902 em diante	1	0
TOTAL	6	26

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A distribuição dos professores pelas regiões do estado ocorreu do seguinte modo para os formandos de 1894:

QUADRO 18

DIPLOMADOS EM 1894 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁸²			
CIDADES	1895-1896	1897-1901	1902 em diante
Capital	6		1
Guaratinguetá	2		
Caçapava	2		
São José dos Campos		1	
Paraibuna	1		
Piquete	1		
Jundiaí	1		
Itatiba	4		
Cotia	1		
São Bernardo	1		
Itapetininga	3		
São Roque	1		
Vila de Santo Antônio da Bocaina (Cachoeira Paulista)	1		
Indaiatuba	3		
Sorocaba	2		
Casa Branca	1		
Mogi Guaçu	1		
Vila do Bom Sucesso	1		
TOTAL	32	1	1

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A capital absorveu 20% dos professores da turma de 1894, a região do Vale do Paraíba também obteve o índice de 20% de professores para esse ano, o que foi um número muito maior do que a anteriormente apresentado. A região Central continuou sendo o destino de grande parte dos normalistas diplomados, 51% do total. A região Mogiana atraiu 6% dos professores, e 3% dirigiram-se à Baixa Sorocaba.

¹⁸² As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, a região Central, Mogiana e Baixa Sorocabana (MAPA 1).

Observamos também que os normalistas estavam menos ramificados pelas cidades paulistas, e sete cidades¹⁸³ foram o destino de 23 professores de um total de 34, ou seja, foram locais para início de carreira de 68% do total dos mestres.

No ano de 1895, a Escola Normal da Capital diplomou 25 normalistas, sendo cinco deles alunos que estavam de volta à escola para completar o 4º ano do curso normal instituído no final de 1893. Eram eles, Carlos Alberto Gomes Cardim formado em 1894, Gabriel Oscar de Azevedo Antunes da turma de 1890, René de Oliveira Barreto de 1893, Júlia Amália de Azevedo Antunes de 1890 e Maria Eugênia de Azevedo Antunes em 1889¹⁸⁴ (ANEXO 6).

No total, foram diplomados nove homens e 16 mulheres naquele ano. Destes só não foi possível arregimentar informações sobre a docência da professora Altina de Oliveira Rodrigues. Assim, temos o total de 24 professores que foram localizados os percursos profissionais na documentação, cinco destes eram quartanistas.

Dos que se diplomaram pelo 4º ano, todos exerciam o magistério na época que voltaram para a Escola Normal. Gomes Cardim iniciou sua carreira na 2ª escola da capital, mas, após diplomado, em 1895, foi removido para a Escola Modelo da Luz (também conhecida como Escola Modelo Prudente de Moraes) em fevereiro de 1896.

Gabriel Oscar e Júlia Amália de Azevedo Antunes foram nomeados para a escola da Vila de Santa Rita do Passa Quatro, ambos no ano de 1891, e lá permaneceram até 1896, quando foram removidos já com os diplomas do quarto ano do curso normal para a Escola Modelo Caetano de Campos.

A professora Maria Eugênia de Azevedo Antunes regia a 2ª cadeira da cidade de Pirassununga, entre 1890 a 1895, e no ano de 1896, foi removida à Escola Modelo Caetano de Campos anexa à Escola Normal.

René de Oliveira Barreto¹⁸⁵ iniciou sua carreira no ano de 1894 na escola do bairro de Rebouças na cidade de Campinas, em janeiro do ano seguinte foi removido

¹⁸³ Capital, Guaratinguetá, Caçapava, Itatiba, Itapetininga, Indaiatuba e Sorocaba.

¹⁸⁴ Para fins de análise de primeiro cargo, para esses professores quartanistas da Escola Normal não serão mais considerados como professores recém-formados, mas será apontado o destino dos mesmos para fins de apreender a circulação dos normalistas, depois que deixavam a escola.

¹⁸⁵ René de Oliveira Barreto era considerado como uma iminente figura do professorado paulista. Foi professor da Escola Complementar, inspetor escolar e professor da Escola Normal de São Paulo (ver ANEXO 4). Autor de diversas obras pedagógicas, literárias e teatrais, foi membro da Academia Brasileira

para a 1ª escola da cidade de Casa Branca e só foi possível localizar outra informação sobre a carreira do professor no ano de 1904, quando lecionou na Escola Complementar anexa à Escola Normal da capital¹⁸⁶.

A respeito dos professores quartanistas, só para René de Oliveira Barreto não foi possível obter dados mais precisos para depois de sua saída do curso normal, todos os demais foram nomeados para escolas modelos na capital. Pelo que foi apontado nesta amostra de professores que foram autorizados a completar o curso profissional, o diploma contribuiu, para que os normalistas fossem providos em escolas graduadas que, para o período, eram referências para a instrução pública no estado.

Ao comparar a trajetória desses professores com outros normalistas que não frequentaram o 4º ano e diplomaram-se nas mesmas turmas, é possível concluir que o curso completo de 4 anos da Escola Normal manteve esses professores em escolas ou cargos de maior destaque no ensino público, como escolas modelos, complementares e cargos de inspeção, obviamente que uma análise atenta nas carreiras dos professores pode demonstrar algumas exceções, como casos de professores que mesmo sem terem retornado à Escola Normal ascenderam cargos importantes no ensino¹⁸⁷.

Quando for apresentado o desenvolvimento da carreira dos professores normalistas, retomaremos e apresentaremos mais dados sobre o andamento de anos posteriores para os professores que obtiveram o diploma do 4º ano.

Posto isso, dos 24 normalistas da turma de 1895, cinco estavam cursando a Escola Normal pela segunda vez com a finalidade de completar o curso de 4 anos, 19 desses alunos estavam se diplomando pela primeira vez, e a grande maioria estava sob o regime de 3 anos do curso normal, lembrando que a legislação não obrigava os alunos matriculados, antes da Lei nº. 169, a completarem o curso em 4 anos, os alunos interessados em fazê-lo deveriam ser autorizados pelo Governo.

Destes 19 professores diplomados em 1895, 16 normalistas (80%) foram nomeados nos 2 anos seguintes, após a formatura, entre 1896 e 1897. Dois foram (10%) localizados como primeira nomeação, entre 1898 e 1902, caso dos professores Francisco Furtado Mendes Vianna que lecionava na Escola Modelo Prudente de Moraes

de Letras e autor da letra do primeiro hino da Escola Normal de São Paulo (d'ÁVILA apud POLIANTÉIA, 1946, p. 103-104).

¹⁸⁶ Essa lacuna, entre 1895 e 1904, pode indicar que o professor ao receber o diploma de quartanista retornou para a escola na cidade de Casa Branca permanecendo, até o ano de 1904, ou alguma ausência de informação na documentação consultada.

¹⁸⁷ No Decreto nº. 218, de 27 de novembro de 1893, que aprovava o regulamento da instrução, no artigo 228 estabelecia que somente professores com o curso secundário profissional completo poderiam reger cadeiras nas escolas complementares.

no ano de 1900¹⁸⁸, e o professor João Carlos da Silva Borges, na Escola Complementar anexa à Escola Normal em 1898. E uma professora (5%) teve alguma informação sobre a carreira docente localizada no ano de 1907, Amélia Oscarlina Martins, professora adjunta do 3º Grupo Escolar do Brás na capital.

QUADRO 19

DIPLOMADOS EM 1895 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1896-1897	16	80
1898-1902	2	10
1903 em diante	1	5
Sem informação da carreira	1	5
TOTAL	20	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dos 16 que obtiveram a nomeação para cargos, entre 1896 e 1897, cinco permaneceram na capital, Alfredo Rodrigues do Prado foi provido na 2ª Escola Modelo ou Escola Modelo do Carmo, as professoras Anna de Barros e Joanna Grassi Fagundes foram lecionar no Jardim da Infância anexo à Escola Normal. Duas professoras foram reger escolas do tipo professor único, Ambrosina da Conceição Xavier na 3ª escola do Sul da Sé em janeiro de 1897, e Izabel de Mendonça Castro na escola da Consolação em fevereiro de 1896.

Os outros 11 professores iniciaram suas carreiras em cidades do interior ou litoral do estado, oito deles em escolas de bairros ou sede de município e três em grupos escolares. Adelaide Escobar Bueno que foi lecionar no Grupo Escolar de Amparo, em janeiro de 1896, e Marianna Marcondes Salgado no Grupo Escolar de Pindamonhangaba, em 1897. Outra professora que depois de formada foi lecionar em grupo escolar, foi Dirce de Andrade Pereira, no Grupo Escolar de Indaiatuba, a partir de janeiro de 1896, mas, que anteriormente à sua formatura como normalista, exercia o magistério na 2ª cadeira do sexo feminino da mesma cidade.

¹⁸⁸ O professor Francisco Furtando Mendes Vianna retornou à Escola Normal de São Paulo e no ano de 1898 concluiu o 4º ano.

QUADRO 20

DIPLOMADOS EM 1895 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1896-1897	5	11
1898-1902	2	0
1903 em diante	1	0
TOTAL	8	11

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Os professores da turma de 1895, incluindo os quartanistas, foram arranjados pelas cidades paulistas do seguinte modo: 50% dos professores foram localizados depois de formados na cidade de São Paulo, 17% no Vale do Paraíba, como também 17% na região Central do estado, 8% para a região Mogiana, 4% na região Paulista e Araraquarense e 4% no Litoral Sul.

A capital é destaque pelo número de normalista que absorveu, em grande medida pelos diplomados do 4º ano que permaneceram na cidade. As regiões Central e Vale do Paraíba continuaram a ser locais privilegiados para as nomeações dos novos professores. Novamente notamos uma grande espraçamento dos normalistas pelas cidades do interior, havendo somente duas nomeações para uma mesma cidade, no caso Pindamonhangaba.

QUADRO 21

DIPLOMADOS EM 1895 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁸⁹			
CIDADES	1896-1897	1898-1902	1903 em diante
Capital	9	2	1
Pindamonhangaba	2		
Caçapava	1		
Paraibuna	1		
Piracicaba	1		
Tietê	1		
São Roque	1		
Indaiatuba	1		
Casa Branca	1		
Amparo	1		
Bocaina	1		
Iguape	1		
TOTAL	21	2	1

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A turma de normalista diplomada em 1896, foi a menor que deixou a Escola Normal no período republicano. Autores como Tanuri (1979, p. 98-99) apontam que a ampliação dos programas de ensino e duração curso normal que ocorreram, posteriormente, às reformas de 1892 e 1893, foram fundamentais para a abrupta diminuição dos alunos formados pela instituição nos anos seguintes às reformas do ensino.

Provavelmente, o aumento dos conteúdos e a dilatação do curso para 4 anos tenham influenciado a não aprovação ou desistência de alunos a frequentarem a Escola Normal.

Pelo que observamos nos livros de matrículas, estas permaneciam elevadas se comparadas aos alunos que conseguiam concluir o curso normal¹⁹⁰. As dificuldades

¹⁸⁹ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, região Central, Mogiana, região Paulista e Araraquarense e Litoral Sul (MAPA 1).

deviam ser encontradas pelo programa de ensino considerado enciclopédico, que reprovava muitos alunos, e em grande medida faziam com que uma grande parcela desistisse do curso normal.

Em um relatório do Secretário do Interior, em 1898, salientaram-se as dificuldades do programa de ensino da escola:

Esta organização, dominada pela influência, então geralmente em voga, dos programas enciclopédicos revela da parte do nosso legislador o intuito patriótico de fundar em São Paulo um estabelecimento de ensino modelo, sem rival no país, (...). Parece-nos, entretanto, que a inspiração generosa foi muito além das condições do nosso meio; e dessa acentuada desproporção entre o ideal e a realidade sobre que ele tinha que atuar, proveio certo cunho de esterilidade que tem afetado a escola¹⁹¹.

As dificuldades deveriam ser enormes aos alunos que conseguiam chegar até à Escola Normal. Primeiro, se levarmos em conta que a grande maioria que cursou o ensino primário público na época deve ter sido formada em escolas, cujos padrões de ensino ficavam muito aquém do que era proposto pelos programas de ensino das escolas preliminares republicanas¹⁹².

Com esse conhecimento adquirido no curso primário, os interessados em se matricular na Escola Normal deveriam prestar um exame de suficiência que não espelhava a realidade do que era aprendido nas escolas¹⁹³ e caso conseguissem ser

¹⁹⁰ Em 1892, havia 46 alunos matriculados no 1º ano da Escola Normal da capital, em 1893, eram 27 alunos, em 1894, eram 58 alunos em 1895, eram 64 e, em 1896, chegavam a 111 alunos. Mesmo se considerarmos os repetentes que deveriam prestar novamente o 1º ano, o número alunos continua alto se comparado aos alunos diplomados. Fonte: Livro de Matrícula dos Alunos 1888-1894 (ENS MAT 002 e 003), Livro de Matrículas do Primeiro Ano do Sexo Feminino 1894-1911 (ENS MAT 004) e Livro de Matrículas do Primeiro Ano do Sexo Masculino 1894-1911 (ENS MAT 008) – Acervo Histórico Caetano de Campos.

¹⁹¹ Relatório apresentado ao Sr. Dr. Vice-Presidente do Estado pelo Dr. João Batista de Melo Peixoto, Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior, em 31/03/1898. São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1898, p. 42. (apud Tanuri, 1979, p. 99).

¹⁹² Conforme do Decreto nº 144 B, mesmo nas escolas do período republicano havia diferenças nos programas de ensino, as escolas preliminares eram as que tinham o maior número de matérias, que eram mais simplificados nas escolas intermédias e provisórias. Conforme o artigo 58, o programa das escolas provisórias era Leitura, Escrita, Princípios de cálculo, Geografia geral do Brasil e Princípios básicos das constituições da República e do Estado.

¹⁹³ O exame de suficiência versava sobre as seguintes matérias: português, francês (leitura e tradução), noções de história e de geografia, aritmética, prática das operações algébricas, noções de geometria e desenho a mão livre.

aprovados deveriam estar preparados para acompanhar o currículo renovado e ampliado da escola¹⁹⁴.

Ao final de 1896, só nove alunos receberam o diploma de normalista, três destes eram oriundos de turmas anteriores e regressaram para completar o quarto ano. O professor Antônio Alves Aranha e João Lourenço Rodrigues ambos da turma de 1890, e Thereza Couto Rodrigues, normalista da turma de 1891 (ANEXO 7).

Os três professores lecionavam em escolas públicas anteriormente à sua volta aos bancos escolares, Alves Aranha estava provido na escola da cidade de Itapira até 1897, depois de sua formatura no quarto ano, foi nomeado no mês de fevereiro de 1897, para professor da Escola Complementar de Piracicaba, e dias depois para o cargo de diretor da mesma instituição.

Em 1894, Lourenço Rodrigues regia uma cadeira no Grupo Escolar de Amparo, após sua segunda passagem pela Escola Normal foi designado em fevereiro de 1897 para o cargo de professor da Escola Modelo Complementar anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes na capital.

Thereza Couto Rodrigues também professora do Grupo Escolar de Amparo em 1894, foi lecionar, em fevereiro de 1897, no Jardim da Infância anexo à Escola Normal de São Paulo.

Em 1896, dentre os diplomados todos tiveram informações sobre suas carreiras ou partes delas encontradas nos documentos investigados. Os seis normalistas que não eram quartanistas, assumiram cargos no magistério nos dois primeiros anos depois de diplomados.

Duas professoras já lecionavam em data anterior às suas formaturas, Adelina de Abreu Cyrillo de Castro que regia a escola da Vila Mathias, na cidade de Santos em 1894, e Escolástica do Couto Aranha que lecionava na 3ª escola do sexo feminino da cidade de Itu¹⁹⁵, em 1891. Estas professoras depois de diplomadas foram designadas para lecionar em fevereiro de 1897, respectivamente, na Escola Complementar anexa à Escola Normal Prudente de Moraes e Escola Complementar de Piracicaba.

¹⁹⁴ Sobre o programa de ensino dos 4 anos do curso normal, ver o artigo 18 da Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893.

¹⁹⁵ A professora Escolástica Couto Aranha era esposa do professor Antônio Alves Aranha, que em 1896 frequentava o curso normal como quartanista. No mês de maio de 1891, foi autorizada a permutar sua escola com outra professora para que o casal lecionassem juntos na cidade de Itapira (ANEXO 7).

QUADRO 22

DIPLOMADOS EM 1896 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1897-1898	6	100
1899-1903	0	0
1904 em diante	0	0
Sem informação da carreira	0	0
TOTAL	6	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dos demais normalistas dessa turma, uma professora foi para uma escola isolada na capital, a 2ª escola da Freguesia de Sant'anna e três professores para escolas isoladas no interior do estado.

QUADRO 23

DIPLOMADOS EM 1896 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1897-1898	2	4
1899-1902	0	0
1904 em diante	0	0
TOTAL	2	4

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

No ano de 1896, os diplomados foram designados da seguinte forma pelas cidades e regiões do estado de São Paulo: na capital, ficaram 45% dos professores que passaram pelo curso normal nesse ano, a região Central com 33%, a Alta Sorocaba com 11% e a Baixa Sorocabana também com 11% dos normalistas. Apesar dos baixos números de formandos para 1896, a capital continua absorvendo o maior número de professores diplomados, seguida pela região Central.

QUADRO 24

DIPLOMADOS EM 1896 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO			
CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁹⁶			
CIDADES	1897-1898	1899-1903	1904 em diante
Capital	4		
Piracicaba	2		
São Roque	1		
Vila de Lençóis	1		
Capão Bonito do Paranapanema	1		
TOTAL	9	0	0

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A partir de 1897, passa a haver um aumento constante no número de alunos formados pelo curso normal, ao final desse ano, foram diplomados 28 alunos. Eram sete homens e três vezes maior o número de mulheres, 21 no total (ANEXO 8). Desde o final do século XIX, vai haver maior participação das mulheres no magistério primário, ocorrendo uma feminização acentuada dos discentes que passaram a frequentar a Escola Normal e a receber a carta de habilitação.

Como apontado por Nóvoa (1991) essa foi a situação recorrente em muitos países de cultura ocidental, sobretudo, a partir de meados do século retrasado, por ser uma das primeiras possibilidades de atuação profissional em que as mulheres puderam atuar.

Na turma, havia quatro alunos que voltaram para a Escola Normal para completar o curso secundário profissional. Eram eles, João Francisco Pinto e Silva originário da turma de formandos de 1891, Moysés Horta de Macedo da turma de 1894, João Carlos da Silva Borges normalista diplomado, em 1895, e Anna Rodrigues de Carvalho, diplomada pela primeira vez ainda no período monárquico, no ano de 1883.

¹⁹⁶ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, região Central, Alta Sorocabana e Baixa Sorocabana (MAPA 1).

Com exceção de Silva Borges, é possível afirmar pelos dados obtidos na documentação que os outros três normalistas exerciam o magistério em anos anteriores a sua segunda passagem pela escola.

A respeito de João Carlos da Silva Borges só se obteve informação, após sua diplomação em 1897, o professor foi nomeado para a Escola Complementar anexa à Escola Normal de São Paulo. O professor João Francisco Pinto e Silva era adjunto no Grupo Escolar de Amparo até o ano de 1897, quando foi removido para ocupar um cargo de auxiliar de diretor do Grupo Escolar do Brás, em 1898, sendo transferido em fevereiro de 1899, para o cargo de professor da Escola Complementar anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes também na capital. Moysés Horta de Macedo era professor da segunda escola da cidade de Casa Branca e depois de ser diplomado no 4º ano do curso normal foi designado para reger uma cadeira na Escola Modelo Prudente de Moraes em fevereiro de 1898.

Anna Rodrigues de Carvalho teve seu primeiro cargo identificado no ano de 1893 na cadeira mista de São João do Ipiranga, antes de retornar à Escola Normal lecionava na Escola Modelo de Itapetininga em 1895, ao concluir o curso secundário profissional de 4 anos foi removida para a Escola Complementar da cidade de Itapetininga em janeiro de 1898.

Os outros 24 alunos que se diplomaram em 1897, só três deles não tiveram informações sobre suas carreiras localizadas, eram elas, as normalistas Baptistina A. de Oliveira Carvalho, Baptistina Leite de Araújo e Martha dos Santos Monteiro. Restando 21 alunos de quem foi possível compilar informações sobre a trajetória na instrução pública.

Dos normalistas localizados na documentação, 17 deles foram nomeados para exercer o magistério nos dois anos seguintes à diplomação, e duas delas lecionavam em períodos anteriores ao curso normal. A professora Amélia Garcez de Barros que regia, em 1892, a escola do bairro dos Mineiros no município de Dois Córregos, e a professora Júlia Eugênia da Silva na segunda escola da cidade de Paraibuna no ano de 1893, em razão da ausência de informação de transferência, logo após a conclusão do curso normal, provavelmente, as duas professoras retornaram para suas escolas de origem.

Outras quatro normalistas da turma tiveram os dados da carreira localizados entre os anos de 1900 e 1904, foram as professoras Eulália Ortiz de Andrade da Silva, que, em 1901, estava provida na Escola Modelo Prudente de Moraes na capital, a professora Malvina C. de Oliveira França adjunta, em 1902, no Grupo Escolar do Brás

na capital, Perpétua Cândida Salles adjunta, em 1900, no Grupo Escolar de Jacareí no interior e Saturnina de Araújo Santos Pereira adjunta, em 1904, no 1º Grupo Escolar do Brás.

QUADRO 25

DIPLOMADOS EM 1897 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1898-1899	17	71
1900-1904	4	17
1905 em diante	0	0
Sem informação da carreira	3	12
TOTAL	24	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Entre os 71% que conseguiram a nomeação, entre 1898 e 1899, temos pela primeira vez um número maior de normalistas que permaneceu na capital, totalizando nove deles contra oito que foram designados para cidades do interior paulista. Dos professores que estavam lotados na capital, apenas a professora Maria Daúito estava regendo uma escola de padrão professor único, a escola de Campo de Mauá, mas, que era considerada anexa ao Grupo Escolar de Santa Ifigênia¹⁹⁷.

Os demais professores da capital foram providos em escolas seriadas ou no Jardim da Infância anexo à Escola Normal, caso da professora Maria Júlia Marcondes Godoy, todos os demais estavam na Escola Complementar Prudente de Moraes, e nas Escolas Modelos Prudente de Moraes, do Carmo e Maria José. Interessante que todas as professoras que foram nomeadas para a Escola Modelo Maria José, no total de quatro, foram de forma interina¹⁹⁸, mas, que ao prosseguir a carreira permaneceram na escola ou foram removidas para grupos escolares da capital (ANEXO 8).

¹⁹⁷ Essa escola seria incorporada ao Grupo Escolar de Santa Ifigênia no ano seguinte.

¹⁹⁸ Posteriormente, foi observado que os professores além de serem nomeados interinamente em alguns grupos escolares, também eram providos como professores substitutos efetivos nos grupos escolares instalados no estado. A função dos substitutos efetivos era substituir os professores adjuntos em caso de ausência dos mesmos, deviam frequentar diariamente as escolas e somente recebiam os vencimentos pelas aulas dadas.

Dos oito professores que foram encaminhados para o interior, apenas dois foram providos em escolas seriadas, a professora Antônia Nogueira Padilha que, em janeiro de 1898, foi nomeada para o Grupo Escolar de Sorocaba, e a professora Leocádia Coque para a Escola Complementar da cidade de Itapetininga em janeiro de 1898. Os outros seis professores foram para escolas do tipo isoladas em sede de município e em bairros, a terceira escola de São João da Boa Vista, regida pela professora Alzira Ortiz de Andrade, era anexa ao Grupo Escolar Joaquim José.

As professoras com carreiras identificadas, entre 1900 e 1904, ficaram três na capital e uma no interior, todas as professoras lotadas em escolas seriadas.

QUADRO 26

DIPLOMADOS EM 1897 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1898-1899	9	8
1900-1904	3	1
1905 em diante	0	0
TOTAL	12	9

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A distribuição desses professores pelas regiões do território paulista ocorreu da seguinte forma:

QUADRO 27

DIPLOMADOS EM 1897 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO¹⁹⁹			
CIDADES	1898-1899	1900-1904	1905 em diante
Capital	12	3	
Pindamonhangaba	1		
Jacareí		1	
Paraibuna	2		
Itapetininga	2		
Sorocaba	1		
São João da Boa Vista	1		
Rio Claro (São João do Rio Claro)	1		
Dois Córregos	1		
TOTAL	21	4	0

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Os normalistas que permaneceram na capital somaram 60% da turma de 1897, o Vale do Paraíba ficou com a segunda posição com 16%, a região Central do estado com 12%, a Alta Sorocaba e Paulista com 8% e a região Mogiana com 4% do total de normalistas que saíram da escola nesse ano.

Entre os que se diplomaram nessa turma, encontramos duas professoras da mesma família, Alzira Ortiz de Andrade e Eulália Ortiz de Andrade, ambas nascidas na cidade de Paraibuna. Alzira iniciou sua carreira na escola de São João da Boa Vista, em 1898, e, em 1901, lecionava no Grupo Escolar do Brás na capital; no mesmo ano sua irmã, Eulália Ortiz, também lecionava na capital na Escola Modelo Prudente de Moraes, mas não foi possível localizar a informação dos anos anteriores para sua carreira no magistério²⁰⁰.

¹⁹⁹ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, região Central, Mogiana e região Paulista e Araraquarense (MAPA 1).

²⁰⁰ Ambas as professoras nasceram na cidade de Paraibuna, Alzira Ortiz de Andrade no ano de 1878 e Eulália Ortiz de Andrade em 1880, e eram filhas de João Baptista de Andrade. Livro de Registro de Habilitação do Curso Secundário (DPL NOR 002 – AHCC).

Em 1898, a turma que foi diplomada compunha-se de três homens e 21 mulheres que somados chegavam a 24 normalistas (ANEXO 9). Destes três professores, dois estavam se formando pelo 4º ano do curso normal, eram eles: Francisco Antunes (Antônio) Maciel²⁰¹ normalista da turma de 1892, e Francisco Furtado Mendes Vianna da turma de 1895.

Dos dois quartanistas, apenas não se conseguiu informação sobre a carreira profissional, anterior a 1898, de Mendes Vianna, como já apontado acima, lecionava no ano de 1900 na Escola Modelo Prudente de Moraes, portanto, quando já havia concluído o curso secundário completo. O caso do professor Maciel foge um pouco à regra do que temos visto para a carreira dos normalistas com o curso de 4 anos completo, ele lecionava em 1895, no Grupo Escolar da cidade de Tietê e, em 1898, estava provido na 1ª escola da cidade de Itapetininga. Não há informação se houve mudança de escola, após sua formatura no quarto ano, e somente para o ano de 1903 foi localizado regendo uma cadeira no Grupo Escolar da Barra Funda na capital, não sendo possível afirmar o ano exato de sua nomeação para essa escola.

Assim, podemos admitir duas hipóteses, o professor retornou para sua escola na cidade de Itapetininga ou foi designado ao Grupo Escolar da Barra Funda e, por algum motivo, não foi possível encontrar dados sobre essa nomeação nos documentos consultados.

Os outros 22 formandos no ano de 1898 tiveram sua trajetória profissional localizada, e que 17 deles ingressaram no magistério 2 anos depois de formados, uma dessas professoras, Guilhermina Augusta Mallet, já lecionava em escolas públicas, desde 1891.

Três normalistas somente foram localizadas no magistério entre os anos de 1901 e 1905. A professora Áurea Almeida de Sandeville, em fevereiro de 1901, na 3ª escola da cidade de São João da Boa Vista, Maria Adelina de Andrade Araújo adjunta no Grupo Escolar de Jacareí em 1901, e Senhorinha Antonieta de Oliveira, em 1902, no Grupo Escolar de Santa Ifigênia na capital.

A trajetória profissional das duas professoras foi encontrada depois de 1906, Aurora Barbosa que era adjunta no Grupo Escolar da Liberdade na capital, em 1907, e

²⁰¹ O sobrenome do professor foi apresentado nos documentos, ora como Antunes e ora como Antônio, preferimos colocar das duas maneiras na impossibilidade de verificar qual o correto.

Emília Augusta Vasques professora da escola isolada feminina de São José na cidade de Taubaté em 1907²⁰².

QUADRO 28

DIPLOMADOS EM 1898 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1899-1900	17	79
1901-1905	3	14
1906 em diante	2	7
Sem informação da carreira	0	0
TOTAL	22	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Para os 17 professores que iniciaram a trajetória depois de diplomados, como normalistas entre 1899 e 1900, oito deles foram nomeados para escolas do interior do estado, assim, cinco estavam lotados em escolas isoladas e três em escolas graduadas como a Escola Complementar de Piracicaba – professores João Baptista Nogueira e Erothildes de Souza Lobo -, e o Grupo Escolar de Lorena, que era regido pela professora Guilhermina Augusta Mallet, esta ocupava o cargo de adjunta do Grupo, desde 1896.

Dos nove professores que permaneceram na capital, depois de deixarem a Escola Normal, seis foram providas em escolas isoladas de bairros da capital e três para escolas seriadas, como as professoras Lavínia de Carvalho Albuquerque, em 1900, e Sebastiana Barroso Lintz, em 1899, adjuntas no 2º Grupo Escolar do Brás e Maria da Conceição Pereira que, em fevereiro de 1899, foi nomeada para a Escola Modelo Prudente de Moraes.

²⁰² A informação da trajetória profissional das duas professoras só foi encontrada no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, por isso, não é possível afirmar com certeza em que ano foram nomeadas para tais cargos. A fim de não incorrer em erros sobre a data do provimento, preferimos manter as professoras nomeadas com a data do Anuário.

QUADRO 29

DIPLOMADOS EM 1898 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1899-1900	9	8
1901-1905	1	2
1906 em diante	1	1
TOTAL	11	11

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Os professores oriundos da turma de 1898 foram distribuídos da seguinte forma pelas cidades paulistas: 54% foram designados para seu primeiro cargo na cidade de São Paulo, 13% para a região do Vale do Paraíba, 21% para a região Central, 1% para a Mogiana, 1% para Paulista e Araraquarense e 1% para a Baixa Sorocabana. Continuamos a observar um elevado índice de professores que permaneceu na capital seguido pela região Central.

QUADRO 30

DIPLOMADOS EM 1898 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO			
CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO²⁰³			
CIDADES	1899-1900	1901-1905	1906 em diante
Capital	10	2	1
Taubaté			1
Jacareí		1	
Lorena	1		
Piracicaba	2		
Jundiaí	2		
São Bernardo	1		
São João da Boa Vista		1	
Annapólis (Analândia)	1		
Faxina	1		

²⁰³ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, região Central, Mogiana, região Paulista e Araraquarense e região Baixa Sorocabana (MAPA 1).

TOTAL	18	4	2

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Na análise das informações da turma de 1898, também encontramos duas irmãs que se formaram no mesmo ano, Aurora Barbosa e Brisabella Barbosa²⁰⁴. Para a primeira, só temos informação que lecionava no Grupo Escolar da Liberdade, em 1907; para a segunda, conseguimos observar o desenvolvimento da carreira desde 1899, quando foi nomeada para a escola mista do bairro do Pari na capital, sendo provida no ano seguinte na Escola Modelo Prudente de Moraes, nomeada para ser adjunta do Grupo Escolar da Liberdade, em 1905, portanto, iniciando a carreira na capital e permanecendo nela na primeira década de magistério²⁰⁵.

E, por fim, mas não menos importante, temos a turma de normalistas diplomada em 1899. Nesta turma, concluíram o curso normal 50 alunos, nove homens e 41 mulheres (ANEXO 10). E, somente, uma aluna era quartanista, a professora Angelina Ferreira Goulart de Aguiar diplomada pela primeira vez em 1892.

A professora Angelina Ferreira iniciou sua carreira na 4ª escola da cidade de Iguape em 1894. No ano de 1896, era descrita na documentação como diretora do Grupo Escolar de Iguape, provavelmente, da seção feminina²⁰⁶. Depois da sua segunda passagem pela Escola Normal, temos a informação da nomeação em março de 1903 para o cargo de adjunta do Grupo Escolar Prudente de Moraes na capital, entre os anos

²⁰⁴ Aurora Barbosa nasceu, em 1878, e Brisabella Barbosa, em 1880, ambas na cidade de São José do Rio Pardo e filhas de Saturnino Barbosa. Livro de Registro de Habilitação do Curso Secundário (DPL NOR 002 – AHCC).

²⁰⁵ A professora Aurora Barbosa depois de lecionar no Grupo Escolar da Liberdade, em 1907, foi removida para o Grupo Escolar Prudente de Moraes na capital em fevereiro de 1909. Sua irmã foi nomeada para o Grupo Escolar da Liberdade em fevereiro de 1905, sendo removida para o Grupo Escolar da cidade de Casa Branca no primeiro dia de janeiro de 1909, mas no Diário Oficial de março do mesmo ano foi nomeada para o Grupo Escolar da Avenida Paulista na capital, o que nos faz crer que não chegou a reger a escola no interior.

²⁰⁶ A situação ocorria normalmente quando as seções masculinas e femininas do grupo escolar eram instaladas em prédios diferentes. No caso específico apresentado, o Grupo Escolar de Iguape foi instalado, em 1894, e as seções funcionavam separadamente em prédios alugados, somente em 1900 as seções foram reunidas (ANUÁRIO, 1907-1908, p. 199).

de 1900 e início de 1903, podemos supor que a professora retornou para sua escola, mas não podemos afirmar em qual cargo.

Nessa turma, só não conseguimos localizar informações sobre a trajetória no magistério de João Escossia. Todos os 48 diplomados do curso normal, excetuando a quartanista, tiveram sua carreira documentada em algum momento pela pesquisa. Destes alunos formados em 1899, os que foram encontrados iniciando a carreira nos 2 anos de diploma eram em número de 28 normalistas. Os professores com o primeiro cargo no ensino, entre os anos de 1902 e 1906, eram dez normalistas e os que só puderam ser localizados depois de 1907 totalizou nove professores²⁰⁷.

Os dados do quadro abaixo mostram que foi o mais baixo índice de localização de professores para a faixa dos 2 anos seguintes à formatura. O que naturalmente não significa dizer que necessariamente os alunos com um diploma em 1899, demoraram mais para conseguir iniciar a carreira, mas, que pode ter havido problemas de informações na documentação oficial para esses anos.

QUADRO 31

DIPLOMADOS EM 1899 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
1900-1901	29	59
1902-1906	10	21
1907 em diante	9	18
Sem informação da carreira	1	2
TOTAL	49	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Na análise dos formandos dessa turma, também foram localizadas duas irmãs que se diplomaram no mesmo ano, foram elas Mary Ellis e Perola Mac Intyre²⁰⁸, ambas

²⁰⁷ Dos dez professores que a análise documental encontrou informações para depois do ano de 1907, nove deles só foram localizados pelo Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907-1908 e 1909-1908. Com exceção da professora Rachel Ayres que foi localizada também no Diário Oficial, mas somente a partir de 1911, quando lecionava na escola feminina da Barra Funda na capital.

²⁰⁸ Perola Mac Intyre nasceu no ano de 1879 e Mary Ellis em 1881, ambas na cidade de Santa Bárbara, e filhas de Roberto (ou Robert) Mac Intyre. Livro de Registro de Habilitação do Curso Secundário (DPL NOR 002 – AHCC). A região de Santa Bárbara foi local de imigração norte-americana, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo de sulistas depois da Guerra de Secessão. Conforme

ao deixarem a Escola Normal, foram lotadas na capital; a primeira, na escola da Vila Cerqueira Cesar; e a segunda, como adjunta do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo, esta pediu exoneração do cargo em julho de 1902 e não foi possível encontrar outra informação sobre sua carreira no magistério público (ANEXO 10). Também podemos apontar o caso da normalista Maria von Atzingen que teve outros membros de sua família diplomados pela Escola Normal de São Paulo em diferentes anos, como Izabel von Atzingen da turma de 1890 (ANEXO 1), João von Atzingen, diplomado em 1891 (ANEXO 2) e Felisbina von Atzingen, da turma de 1897 (ANEXO 8)²⁰⁹.

Os membros da família von Atzingen, embora diplomados em diferentes anos, tiveram suas vidas profissionais unidas com o decorrer do tempo. Vejamos, Izabel ao sair do curso normal foi nomeada para a cidade de Belém do Descalvado em 1891, mas já no ano seguinte removeu-se para uma escola isolada na cidade de Rio Claro onde permaneceu até, pelo menos, 1908, como adjunta do grupo escolar daquela cidade. João von Atzingen em 1892, foi nomeado para a 1ª cadeira de Rio Claro em 1897, sendo designado para o cargo de inspetor literário e inspetor escolar em 1898, assumindo cargos em comissão de direção de grupos escolares, entre eles, o de Rio Claro em 1900. Felisbina diplomada em 1897, foi provida na Escola Modelo Prudente de Moraes em 1898 e no ano de 1906, era adjunta do Grupo Escolar de Rio Claro. E a professora Maria von Atzingen que, em janeiro de 1900, foi nomeada para a escola do bairro de Santa Cruz na cidade de Rio Claro, mas em fevereiro do mesmo ano foi removida para o Grupo Escolar de Rio Claro.

Todos os membros da família Atzingen conseguiram de alguma forma guiar sua carreira profissional à cidade de origem da família, excetuando João que o cargo de inspetor não permitia se fixar na cidade, mas, que mesmo assim teve uma passagem por Rio Claro e na direção da instituição que suas irmãs lecionavam ou lecionariam.

A análise dos alunos que passaram pela Escola Normal pode demonstrar, além dos membros de outras famílias que passaram pelo curso, como também professores que vieram a se casar. Informações como essas são relevantes ao se comparar trajetórias profissionais, visto que podemos verificar como a carreira de diferentes parentes desenvolvia-se no ensino público. Como em alguns casos anteriores que foram

informações fornecidas pela Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery, Mary Ellis foi professora da Escola Piracicabana.

²⁰⁹ Todos eram nascidos na cidade de Rio Claro, Izabel nascida em 1868, João em 1863, Felisbina em 1874 e Maria von Atzingen no ano de 1876. Livros Registro de Diplomas de 1887-1892 (AHCC - DPL NOR 001) e Registro de Habilitação do Curso Secundário (AHCC - DPL NOR 002).

demonstrados nesta pesquisa, que os caminhos dos familiares cruzaram-se em mesmas cidades ou instituições. Se não é possível afirmar que havia práticas de privilégios e de influências políticas agindo nesses casos, é no mínimo interessante, como esses professores conseguiam permanecer trabalhando próximos ou na mesma instituição, no caso dos professores casados, é compreensivo que conseguissem lecionar na mesma cidade ou escola.

Retomando os dados dos formandos de 1899, dos 28 normalistas que iniciaram sua vida profissional no magistério nos dois primeiros anos, depois de formados, 12 deles foram designados para a capital do estado, e seis foram lotados em escolas isoladas de bairros e outros seis em grupos escolares da Alameda do Triunfo, Bela Vista, Santa Ifigênia e no curso complementar anexo à Escola Modelo Prudente de Moraes. Dentre estes normalistas, dois já lecionavam anteriormente, caso de João Francisco Monteiro que regia a escola do bairro do Belém na cidade de Taubaté e retornou para o cargo depois de formado, e Amélia Pinto Vale Moura que lecionava em escolas de bairro do município de Vila Bela (atual Ilha Bela) e também retomou à sua escola, após a diplomação.

Outros 17 professores foram reger escolas no interior e litoral do estado, destes apenas nove foram nomeados para escolas isoladas de bairro ou sede de município e outros oito foram lecionar em grupos escolares de cidades como Amparo, Campinas, Guaratinguetá, Rio Claro, Santos e na Escola Complementar de Piracicaba. Essa distribuição demonstrou que novas escolas graduadas estavam sendo instaladas pelo interior e que passaram a existir maiores oportunidades, para que os normalistas recém-formados ocupassem tais cargos.

Aqueles que tiveram sua primeira nomeação localizada, entre 1902 e 1906, oito deles estavam em escolas da capital e apenas uma foi nomeada para uma escola isolada, Luiza Maria Pereira da Silva na escola do 22º distrito da capital, os demais estavam trabalhando em grupos escolares. Três foram lecionar no interior do estado e só um estava em escola isolada, duas estavam nos grupos escolares de Bragança (1902) e de Bela Vila (1903).

Nessa turma, um grande número de professores só foi encontrado nos documentos a partir de 1907, e sobretudo nas páginas dos Anuários do Ensino. Eram nove no total, e apenas um estava lecionando no interior, na cidade de Queluz na escola isolada feminina de São Francisco de Paula. Todos os outros eram lotados na capital, três deles em escolas isoladas e cinco em grupos escolares. Esses dados demonstram

que mesmo se levarmos em conta o ano de 1907, e mesmo que tenham existido lacunas na documentação, depois de 7 anos passados da formatura alguns normalistas ainda lecionavam em escolas isoladas.

QUADRO 32

DIPLOMADOS EM 1899 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO		
LOCAL DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO		
ANO	CAPITAL	INTERIOR E LITORAL
1900-1901	12	17
1902-1906	7	3
1907 em diante	8	1
TOTAL	27	21

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Esses normalistas estavam distribuídos da seguinte forma pelas cidades: na capital, encontramos 55%, na região Central 15%, no Vale do Paraíba 10%, na região Mogiana 6%, assim como no Litoral Norte também 6%, Paulista e Araraquarense 4% e Litoral Sul 4%. Para essa turma, foi mantido o elevado índice da cidade de São Paulo em atrair o maior número de professores diplomados, havendo uma diminuição para outras regiões do interior do estado.

QUADRO 33

DIPLOMADOS EM 1899 PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO			
CIDADES DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO NO MAGISTÉRIO²¹⁰			
CIDADES	1900-1901	1902-1906	1907 em diante
Capital	12	7	8
Taubaté	1		
São José dos Campos	1		
Guaratinguetá	1	1	
Queluz			1
Piracicaba	1		

²¹⁰ As cores alternadas na tabela indicam a tentativa de agrupar as cidades por regiões do estado, observando em primeiro lugar a região da Capital, depois o Vale do Paraíba, região Central, Mogiana, região Paulista e Araraquarense, Litoral Sul e Litoral Norte (MAPA 1).

Campinas	2		
São Bernardo	1		
Bragança		1	
Indaiatuba	1		
Santa Bárbara (D'Oeste)	1		
Amparo	1		
Mogi Mirim	1		
Itapira	1		
Rio Claro	2		
Santos	1		
Iguape	1		
Vila Bela (Ilha Bela)	2	1	
TOTAL	30	10	9

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Apresentados os dados sobre a circulação dos professores normalistas nas suas primeiras nomeações para a instrução pública, é possível recortar alguns números que foram verificados com a análise documental.

Dos 321 alunos diplomados pela Escola Normal de São Paulo, entre os anos de 1890 e 1899, foram localizados 231 que iniciaram suas carreiras nos 2 anos, após a habilitação no curso normal, 37 dos normalistas lecionavam pela primeira vez até 7 anos após a formatura, 20 deles após o 8º ano de formado e 16 não foram localizados.

Entre esses professores, 17 deles receberam o diploma de quartanistas, ou seja, regressaram para a Escola Normal em algum momento para completar o curso secundário profissional. Os normalistas que concluíram o 4º ano, geralmente, já lecionavam anteriormente e, depois de diplomados na segunda passagem pela escola, foram nomeados para outras escolas ou retornavam para os locais que regiam antes.

Como se pode verificar, mais de 72% dos professores puderam ter seu destino profissional verificado para o primeiro cargo no magistério, o que consideramos um número expressivo no montante geral.

GRÁFICO 1

Os 231 normalistas que, em até 2 anos, foram nomeados para escolas públicas, 50 deles foram designados para a região da capital e 181 para o interior ou litoral do estado. Dos que foram observados com nomeações, após os 2 anos e até o 7º ano (segunda faixa da pesquisa), 15 foram lotados na capital e 22 no interior e, com relação os que conseguimos localizar somente depois do 8º ano, 14 estavam na cidade de São Paulo e seis em cidades do interior.

Estes números apontam que a grande maioria dos professores foi nomeada pela primeira vez para cidades do interior e/ou litoral, em um total de 209 normalistas, e na capital observamos 79 professores iniciando sua carreira, ou pouco mais de 27% do total de professores diplomados pela Escola Normal do Estado.

De acordo com os dados que conseguimos obter os 17 professores quartanistas diplomados, entre 1894 e 1899, depois que concluíram o 4º ano foram nomeados ou retornaram para suas escolas, sendo 11 deles na capital e seis no interior ou litoral. Os professores portadores do curso secundário completo, geralmente, eram nomeados para reger cadeiras nas escolas modelos ou nas escolas complementares.

Como apresentado nos dados dos quadros, foi a partir de 1894, que notamos um maior número de professores nomeados para a região da capital com 20% do total de diplomados daquele ano, chegando em 1899 – com variações entre os anos – com 55% dos professores. As regiões do interior do estado de São Paulo que receberam um maior contingente de normalistas, foram, sobretudo, as regiões Central, Vale do Paraíba e Mogiana.

Por um lado, os números apontam que, quase 73% dos professores diplomados nos 10 primeiros anos da república, iniciaram sua carreira profissional no interior e litoral. Nesses locais, foram designados para uma grande diversidade de cidades paulistas, havendo uma elevada distribuição entre as regiões; de outro, é a capital que, em números absolutos, foi a cidade que mais recebeu normalistas no conjunto de todas as turmas.

Para os tipos de escolas que esses professores ocuparam como primeiro cargo no magistério, podemos dividir as turmas oriundas do curso normal em duas, os alunos que se diplomaram até o ano de 1893, e os habilitados, a partir do ano de 1894.

Para o primeiro grupo, só existia no estado uma escola com o modelo de ensino seriado, era a Escola Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo, todas as demais eram escolas do tipo professor único²¹¹.

Foram poucos os que localizamos formados, entre 1890 e 1893, que assumiram cadeiras em escolas seriadas nos dois primeiros anos de docência, foram seis de um universo de 148 professores habilitados nesse período.

Na turma de 1890, nenhum professor foi nomeado para a escola modelo nos dois primeiros anos de habilitação no magistério; para os anos seguintes, houve dois mestres para cada ano até 1893, como Oscar Thompson e Benedicto Maria Tolosa da turma de 1891, Anna de Carmargo Barros e Gertrudes de Camargo Barros da turma de 1892 e Flotilde Maria Dias Coelho Braga e Maria da Conceição da turma de 1893, esta última foi nomeada, em 1895, para a Escola Modelo de Itapetininga.

Destes normalistas, só os dois primeiros no ano seguinte à formatura foram nomeados para a escola modelo; em todos os demais, só observamos a primeira nomeação no segundo ano após a formatura²¹².

As nomeações em escolas seriadas aumentaram quando ampliamos o espectro dos anos analisados, na exata medida que verificamos para depois de 3 ou 4 anos, após a formatura das turmas, o número de professores habilitados lecionando em escolas seriadas foi maior que para os primeiros anos.

Verificamos que os normalistas nomeados para as escolas isoladas, em todos os períodos da pesquisa, a quase a totalidade estava lotada em escolas instaladas em sedes de municípios ou bairros. Por maior que fossem as dificuldades, seja de distância, falta

²¹¹ A Escola Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo foi criada pelo Decreto nº. 27, de 12 de março de 1890. Em 1894, a escola foi transferida do Carmo para a Praça da República, quando da inauguração do edifício da Escola Normal.

²¹² Ver ANEXOS 1, 2, 3 e 4.

de transporte adequado ou residência para moradia e instalação das escolas, podemos aventar que muitas das cidades paulistas já dispunham, desde meados do século XIX, de um certo grau de organização urbana e de linhas férreas instaladas, como o caso da região do Vale do Paraíba e Central (LOVE, 1982, p. 44-46).

Para os normalista, cumpre salientar a lei facultava o direito de nomeação em cadeiras ou escolas isoladas que se encontrassem vagas sem a necessidade de concursos, caso não houvesse concorrentes pela mesma vaga; tendo em vista essa oportunidade, é possível imaginar que as escolas melhores localizadas ou próximas ao local de residência familiar deveriam ser as que os docentes almejavam conseguir à nomeação.

De fato, não foi nossa intenção sugerir que as dificuldades enfrentadas por esses professores nessas escolas isoladas eram insignificantes, mas se comparadas com professores que tinham de reger escolas em regiões distantes, em cidades ainda em formação ou em zona rural, a oportunidade de se iniciar a carreira em escolas melhores situadas²¹³, era uma vantagem aos professores recém-formados.

Para os normalistas diplomados a partir da turma de 1894, as oportunidades de conseguir uma nomeação para uma escola seriada foram-se ampliando, visto que, nesse ano, instalaram-se os primeiros grupos escolares do estado, ampliando o número de escolas modelos e, em 1895, deu-se o início da instalação das escolas complementares²¹⁴.

Na turma de 1894, temos cinco recém-formados que foram reger escolas seriadas, como primeiro cargo na instrução pública, essas nomeações deram-se até 2 anos depois da formatura (ANEXO 5). Os formandos, em 1894, que tiveram suas carreiras localizadas nos dois primeiros anos, foram 30 normalistas, ou seja, cinco destes professores foram lecionar em escolas seriadas ou 17% desse total²¹⁵.

Na turma de 1899, 14 foram os professores com a primeira docência em escolas seriadas (ANEXO 10). Nesse ano, foram identificados 29 normalistas que iniciaram sua

²¹³ Demartini (1984, pp. 42-44) demonstra as dificuldades dos professores que regiam escolas situadas em zonas rurais, nas propriedades agrícolas e no litoral. Alguns professores entrevistados relataram alguns obstáculos, como o transporte até o local onde deveriam ser instaladas as escolas, arranjar residência apropriada e até mesmo contar com colaboração ou não dos mandatários locais, entre outros problemas.

²¹⁴ Em 1898, já haviam sido instalados 38 grupos escolares na capital, interior e litoral (Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1898). Nesse período, existiam as Escolas Modelos anexa à Escola Normal de São Paulo, do Carmo, Maria José, da Luz ou Prudente de Moraes, todas na capital e a Escola Modelo Preliminar e a Escola Complementar de Itapetininga e a Escola Complementar de Piracicaba (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908).

²¹⁵ Tabela 16.

trajetória docente em até 2 anos depois da formatura, destes, 14 foram nomeados para escolas seriadas, quase 49% dos professores nessa faixa dos 2 anos²¹⁶.

Como na amostragem das turmas anteriores, cada vez que se ampliam os anos pós-formatura, é possível encontrar um número maior de normalistas em escolas complementares, escolas modelos, grupos escolares e no Jardim da Infância.

Na questão do gênero para as primeiras nomeações, foi possível constatar que houve uma maior quantidade de mulheres em relação aos homens que iniciaram a carreira em escolas seriadas. Temos de levar em conta também o maior número de professoras que foram diplomadas no curso normal, sobretudo, depois de 1895.

As mulheres totalizavam para o período da pesquisa mais de 62% ou 200 normalistas do total de alunos diplomados pela Escola Normal (321 diplomados entre 1890 e 1899), sendo os homens em número de 121 (37,69%). Destes números, os homens tiveram 18 normalistas que conseguiram a primeira nomeação nos primeiros 2 anos, ou mais de 14% do total de homens das turmas. As mulheres tiveram 40 professoras nomeadas na faixa dos 2 anos pós-formadas, ou 20% do número total de mulheres.

Observando os números de todos os alunos diplomados pela Escola Normal no período temos a seguinte informação:

GRÁFICO 2

²¹⁶ Tabela 31.

Pelos dados apresentados para o primeiro cargo no magistério dos professores habilitados pelo curso normal, é possível dizer que, em um momento inicial, não se reservavam as cadeiras em escolas seriadas que estavam sendo criadas para esses profissionais formados na Escola Normal de São Paulo, reformada pelo regime republicano²¹⁷, mas, que com o decorrer do tempo foi perceptível o maior número de professores recém-formados que conseguiam ser lotados em grupos escolares, escolas complementares ou escolas modelos.

Adiante, vamos analisar o desenvolvimento da carreira desses normalistas no magistério público paulista.

²¹⁷ É importante frisar que é possível encontrar nas instituições criadas pelos governos republicanos uma grande quantidade de normalistas oriundos do período monárquico, até mesmo em cargos de direção ou inspeção.

CAPÍTULO III – O desenvolvimento da carreira dos professores normalistas no magistério público paulista

Em um artigo intitulado *Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina*, as autoras Demartini e Antunes (1993) entre outras questões, discutem com base em um conjunto de depoimentos de professores que lecionaram, a partir da primeira república, a rápida ascensão dos homens no magistério se comparada às mulheres.

Apoiadas na análise de 41 entrevistas de professores, sendo oito homens e 33 mulheres, formados em escolas da capital e do interior do Estado, as autoras apontam como traço comum para os homens “a diversidade de postos e atividades pelas quais passaram ao longo de suas vidas”, bem como a permanência em sala de aula para esses professores representou um curto período de vida profissional no ensino público, quando comparada com a trajetória profissional das mulheres (DEMARTINI e ANTUNES, 1993, p. 9),

No artigo, os homens analisados rapidamente deixaram de lecionar em escolas primárias e passaram a ocupar cargos da administração e técnicos do ensino, tais como diretores, inspetores, delegados de ensino, professores de escola de formação ou grupos escolares e cargos burocráticos em departamentos ligados ao ensino. É demonstrado também que os homens exerciam atividades paralelas ao ensino público, como lecionar em escolas particulares.

Os entrevistados salientam a grande interferência das autoridades escolares e de pessoas com grande influência local nas promoções e remoções. Os professores, sobretudo os que contavam com melhores relacionamentos e contatos influentes²¹⁸ deveriam contar com melhores condições para assumirem cargos na instrução pública.

Ao contrário das mulheres, que permaneceram todo o tempo de atividade profissional na carreira docente, como professoras do curso primário; as professoras que conseguiram assumir outros cargos na instrução pública, conforme aponta o artigo,

²¹⁸ Um dos professores depoentes salienta que suas promoções sempre foram mais difíceis se comparadas a outros colegas, seja pela sua origem rural e humilde ou por não ter nenhuma pessoa influente para auxiliá-lo. Este professor lecionou por muitos anos, inclusive, em escolas particulares para complementar a renda e somente próximo da aposentadoria que conseguiu um cargo de diretor do ensino médio (DEMARTINI e ANTUNES, 1993, p. 10).

foram em maior número pela especialização adquirida com a continuidade dos estudos em cursos de capacitação em outras áreas.

Assim, ao analisar os depoimentos sobre as carreiras das mulheres no ensino, as autoras demonstraram que, grande parcela delas, permaneceu na atividade docente no curso primário, e as que eram nomeadas para cargos administrativos ou técnicos, mesmo que contassem com apoio político, era especialmente em razão de sua capacidade técnica, e não por indicação ou interferência de qualquer autoridade.

Portanto, para as autoras, os homens que assumiram cargos no magistério rapidamente tentavam deixar as salas de aula e direcionar suas carreiras para cargos administrativos ou burocráticos, fazendo com que a docência no curso primário se tornasse cada vez mais um espaço feminino. A pesquisa citada teve grande repercussão na história da educação brasileira, pois apontava caminhos que diferenciavam os gêneros no campo profissional educacional.

Cumprе salientar que as autoras utilizaram como fonte um conjunto de depoimentos colhidos de professores que começaram a docência na segunda década do século XX, que permitiu a comparação da trajetória profissional de homens e mulheres, o que levou à “constatação de que havia um privilégio indiscutível dos primeiros, podendo-se pensar que isso ocorria tanto por influência das autoridades escolares, dentro do próprio sistema educacional, como era reforçado pelos vínculos estabelecidos com as forças políticas atuantes no estado” (DEMARTINI e ANTUNES, 1993, p. 12).

Mas, ao realizarmos uma pesquisa com um número maior de professores formados pela Escola Normal da Capital sob o regime republicano seria possível constatar caminhos distintos na carreira de homens e mulheres?

Com esse questionamento, buscamos realizar uma análise das trajetórias profissionais dos professores que se formaram na primeira década republicana, utilizando como fonte documentos oficiais que permitissem realizar um mapeamento dos rumos seguidos por um conjunto de normalistas, no caso 321 diplomados entre 1890 e 1899.

Se no capítulo anterior analisamos a primeira nomeação, após a formatura na Escola Normal, vamos discutir adiante o desenvolvimento da carreira desses professores ao assumirem seus cargos no ensino público.

3.1 – Remoções e permutas dos professores pelas instituições de ensino

Depois de conseguirem sua primeira nomeação para um cargo no magistério público, seja por meio de concursos, nomeações ou indicação política, os professores poderiam requerer sua remoção para outras escolas ou localidades, ficando reservado ao Governo o direito de atendê-los ou não. Mas, o que a legislação do período prescrevia sobre essa situação?

De acordo com a Lei nº. 81, promulgada em 1887, e que vigorou até 1892, os professores normalistas depois de 3 anos de exercício em sua cadeira tornavam-se vitalícios no serviço público²¹⁹. Nessa situação, os professores somente poderiam ser removidos, caso solicitassem e fossem autorizados pelos conselhos municipais, a remoção dos professores somente por pedido dos mesmos foi mantida pelo artigo 37 da Lei nº. 88²²⁰, que reformava o ensino no regime republicano.

Com a promulgação da reforma da instrução pública no governo republicano, caso o professor quisesse ser removido de sua escola ou da cidade onde lecionava, este deveria solicitar aos inspetores de distrito que atestavam a conveniência da remoção ou permuta das cadeiras pelos professores, esses pedidos eram remetidos ao diretor geral do ensino que tinha como atribuição, entre outras, propor ao presidente do Estado a aposentadoria, permuta e remoções requeridas pelos professores.

Os pedidos encaminhados pelo diretor geral deveriam ser intermediados pelo Secretário do Interior até o presidente que autorizava ou não as permutas ou remoções desses professores²²¹. Os inspetores de distritos eram os intermediários dos mestres com as instâncias superiores responsáveis pelo ensino e todos os requerimentos ou solicitações deveriam passar pelos inspetores de distrito ou escolares.

Só poderiam solicitar remoção ou permuta de suas cadeiras ou escolas os professores que estivessem em efetivo exercício, com atestado de anuência dos respectivos inspetores, às escolas pretendidas, no caso de remoção simples, que já tivessem sido submetidas ao concurso legal sem concorrência e, em caso de permutas, os permutantes tivessem o mesmo título de habilitação²²².

²¹⁹ Lei nº. 81, de 6 de abril de 1887, caso as cadeiras dos professores que tivessem adquirido a vitaliciedade fossem suprimidas, estes continuariam a receber o ordenado sem gratificação até serem providos em outra cadeira.

²²⁰ Lei nº. 88, de 8 de setembro de 1892.

²²¹ Decreto nº. 144 B, de 30 de dezembro de 1892, artigos 2º, 3º, 28 e 38.

²²² Decreto nº. 218, de 27 de novembro de 1893, que aprovava o regulamento da instrução pública para execução das Leis nº. 88 e 169. O artigo 111 desse decreto acrescentava dois parágrafos sobre a questão

Os professores normalistas ou preliminares poderiam requerer sua remoção para qualquer escola provisória, mesmo que esta estivesse sendo regida por professores interinos, assim, essas escolas passavam a ser consideradas preliminares²²³.

A permuta de cadeiras ou escolas entre os professores foi uma questão que o Governo atentou para coibir possíveis abusos que poderiam ocorrer. Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas com relação ao ensino no período republicano, foi regulamentar essa prática entre professores, e o Decreto nº. 52, de 9 de maio de 1890, somente autorizava os professores a permutarem suas cadeiras, caso estas fossem de igual categoria com relação ao local onde estavam estabelecidas²²⁴.

José Feliciano de Oliveira (1930, p. 4) afirmava que os “professores do interior, ainda bem menos quinhoados, permutavam, dando até uns dois ou três contos de gratificação”. O que corrobora a informação do Decreto nº. 52 e sugere que a prática da permuta havia se tornado uma transação comercial para os professores interessados.

Com o Regulamento da Instrução Pública de 1898, em caso de solicitação de remoções e permutas, os professores deveriam ter a anuência dos inspetores municipais, em substituição aos inspetores distritais e dos diretores dos grupos escolares, caso o professor regesse em escola isolada ou grupo escolar. A escola para qual se pretendia a remoção, deveria ter um prazo de vacância de 30 dias. Além do que, “salvo motivo atendível ou conveniência do ensino, a juízo do Governo” as remoções e permutas só deveriam ser concedidas no fim de cada ano letivo²²⁵.

A respeito da ação dos inspetores municipais, estes ficavam responsáveis pela fiscalização da assiduidade dos professores de todas as escolas isoladas e reunidas do município, deveriam realizar exames nas escolas isoladas, atestar mensalmente a frequência do professor, impor penas disciplinares aos professores e dar parecer sobre remoção ou permuta de professores²²⁶. Os inspetores municipais estavam subordinados às câmaras municipais, com vencimentos pagos pelas mesmas.

da permuta entre professores com o mesmo título de habilitação com relação ao artigo 105 do Decreto 144B, § 1º “esta última condição não se refere a professores que, regendo escolas situadas em perímetro de uma mesma cidade ou vila, queiram permutá-las entre si”; e § 2º “nas mesmas condições estão as cadeiras situadas em bairros de um mesmo município para permutar entre si”.

²²³ Decreto nº. 144 B, de 30 de dezembro de 1892, artigos 105 e 106.

²²⁴ Com esse decreto, o Governo pretendia, conforme cabeçalho do mesmo, “coibir o abuso que converteu a faculdade de permutas de cadeiras de professores públicos, sem autorização para negociá-las, convertendo-as em objetos de transações com prejuízo da instrução”.

²²⁵ Decreto nº. 518, de 11 de janeiro de 1898, artigo 85 § único.

²²⁶ Ibidem, artigo 26.

Outrossim, a mesma lei mantinha a existência de inspetores escolares²²⁷ que estavam subordinados ao governo estadual, mais precisamente à Secretaria de Negócios do Interior e ao Inspetor Geral.

Esses inspetores deveriam inspecionar escolas que estivessem sob sua zona de responsabilidade, com autonomia para atuar junto aos diretores e professores dos grupos escolares na inspeção dessas instituições de ensino, impor penas, produzir relatórios e promover conferências, com a finalidade de disseminar os modernos métodos de ensino, além de serem encarregados de instalar os novos grupos escolares que fossem criados pelo Estado²²⁸.

Pelo que podemos perceber nos relatos, a ação dos municípios na fiscalização das escolas não foi bem aceita pelos professores ou integrantes do governo na esfera estadual, em um retrospecto histórico publicado no Anuário do Ensino de 1907-1908, é relatada que a lei promulgada em 1897²²⁹ reservou aos inspetores a inspeção²³⁰ e entregou às municipalidades a fiscalização que, no fundo, era a mesma coisa, mas, que em inquérito realizado deixou “patente a falta de idoneidade das municipalidades ou de seus prepostos para esta função” (p. XXXIV).

Tais inspetores municipais eram considerados leigos, já que não se exigia qualquer qualificação profissional na área do ensino, o que gerou críticas da Inspetoria Geral do Ensino, sob a direção do inspetor geral João Lourenço Rodrigues, que no mesmo Anuário, na seção *A lição dos fatos* escreveu:

A fiscalização só pode ser feita com inteligência por quem seja capaz não só de apreender o espírito dessa organização, mas sobretudo de mantê-la dentro dos moldes estabelecidos.

Ora, quem poderá exercer uma função tal a não ser um profissional do ensino?

Promover a organização das escolas públicas para depois confiar a conservação em mãos profanas, inexperientes, é caminhar direto para o insucesso, é construir para demolir. (p. XL).

²²⁷ Os inspetores escolares substituíram os inspetores distritais. Estes passaram a existir em número de dez e ficaram centralizados na capital; ao contrário dos distritais, que eram em número de 40 e estavam espalhados pelo estado que era dividido em distritos. Essa organização permaneceu até 1910, com a promulgação do Decreto nº. 1883, de 6 de junho de 1910, que reestruturava os órgãos ligados ao ensino.

²²⁸ Decreto nº. 518, de 11 de janeiro de 1898, artigos 20 e 21.

²²⁹ Lei nº. 520, de 26 de agosto de 1897, aprovada pelo Decreto nº. 518, de 11 de janeiro de 1898.

²³⁰ Aos inspetores escolares cabia também a função de orientar professores e diretores na prática de ensino, sobre os conteúdos dos programas escolares e do funcionamento das escolas, com a finalidade de uniformizar os estabelecimentos de ensino do estado.

Além da desqualificação dos inspetores municipais frente aos qualificados inspetores escolares²³¹, criticou-se o fato dos professores passarem a estar sujeitos a maiores interferências dos poderes locais (SOUTO, 2005, p. 174), visto que deveriam ser fiscalizados e ter o pagamento autorizado pelos agentes ligados aos poderes municipais.

Em 1904, houve outras alterações na instrução pública²³², que não modificaram significativamente as formas de remoção e permuta de professores, somente estipulando datas, para que estas ocorressem e as instâncias do governo responsáveis pela autorização, neste caso, o inspetor geral do ensino fornecia o requerimento para os professores e apresentava ao Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, que aprovava ou não a solicitação.

No mesmo ano, uma importante lei foi promulgada que pretendia disciplinar as nomeações e remoções, obrigando os professores a iniciarem suas carreiras em escolas isoladas, antes de serem nomeados para escolas graduadas, na tentativa do Governo diminuir o grande número de escolas isoladas que estavam vagas²³³.

Entre outras funções, a lei obrigava em seu artigo 5º que algumas exigências deveriam ser observadas para o provimento de escolas isoladas e grupos escolares, tais como: primeiro, nenhum professor poderia ser nomeado para escola isolada situada em sede de município sem um ano de efetivo exercício em escola isolada situada em bairro ou sede de distrito de paz, professores diplomados pela Escola Normal não ficaram sujeitos a esse primeiro item²³⁴. Segundo, nenhum professor podia ser nomeado para grupo escolar de qualquer localidade e escolas isoladas no município da capital sem o efetivo exercício de 2 anos em escola isolada de sede de município; e terceiro, para nomeação de diretor de grupo escolar, era necessário o efetivo exercício de 2 anos na escola modelo ou grupos escolares.

Esse interstício de tempo que o professor passou a ser obrigado a cumprir em escolas isoladas, foi conhecido como um período de desterro, rapidamente, após ser

²³¹ Só poderiam ser nomeados inspetores escolares, os professores habilitados pela Escola Normal e com prática de ensino. Artigo 5º da Lei nº. 520, de 26 de agosto de 1897.

²³² Decreto nº. 1239, de 30 de setembro de 1904, artigos 25 a 29.

²³³ Lei nº. 930, de 13 de agosto de 1904.

²³⁴ No Anuário do Ensino de 1907-1908, em texto com o título Consolidação das Leis do Ensino, era criticada essa lei, pois permitia que professor diplomado pela Escola Normal fosse nomeado para escola complementar, mas não para grupos escolares, “pode o mais e não pode o menos”. E adjuntos de grupos escolares, com 2 anos de exercício, poderiam ser nomeados diretores de tais escolas, mas os professores de escolas complementares, como o mesmo tempo, não podiam ser nomeados diretores de grupos (p. 47).

observado, o professor procurava de alguma forma solicitar remoção da escola trazendo problemas para o ensino, conforme aponta o texto do Anuário de 1907-1908:

(...). Os professores não permanecem nos bairros senão o tempo marcado para a promoção, tempo inteiramente insuficiente para ensinar a ler e escrever aos seus alunos. O tempo do bairro é considerado como prazo de desterro. Terminado ele, o professor se remove, e os materiais da escola se extraviavam ou deterioram. (p. 27).

Para muitos educadores e integrantes do governo no período, essa lei foi um dos principais motivos da não fixação do professor nas escolas isoladas, pois estas, via de regra, eram instaladas em prédios inapropriados e/ou localidades de difícil acesso, quase sempre sem auxílio do Estado para o pagamento do aluguel do imóvel, para compra de material e mobiliário²³⁵.

Além disso, em alguns casos, as escolas isoladas eram instaladas em imóveis oferecidos por particulares, especialmente nas regiões rurais, o que fazia com que os professores também sofressem pressões e ficassem à mercê dos mandatários locais²³⁶.

Com essas disposições da Lei n°. 930, o Governo também modificava o provimento das escolas isoladas e grupos escolares, pois em igualdade de condições deveriam ser preferidos os professores mais antigos no efetivo serviço do magistério²³⁷.

Como podemos observar, a legislação existente pretendia organizar e normatizar tanto o ingresso do professor no magistério como sua remoção pelas instituições de ensino, havendo um conjunto de leis e decretos que abarcavam essas questões.

Mas, resta perguntar se efetivamente essa legislação era seguida ou de que forma os professores movimentavam-se pelas escolas estaduais. Será que os normalistas, detentores de um diploma de uma instituição reformada, elitizada no campo profissional

²³⁵ Em 1893, a professora Maria Tibúrcia Novaes, recorria com o indeferimento da Câmara Municipal de Franca para o pagamento do aluguel da casa em que funcionava a escola e pedia móveis e utensílios para sua escola. Encontramos muitas reclamações e solicitações, tanto de inspetores como de professores sobre as condições de suas escolas. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, fevereiro de 1893, n°. 482, p. 5340.

²³⁶ Em 1895, o inspetor do 18° distrito fazia uma representação contra um proprietário, que detinha quase todas as casas existentes na Estação de Itacy, que estava agindo contra o exercício da professora normalista Carolina Cortez Branco, fosse por proteção à professora interina em exercício ou por vingança contra familiares da normalista, não podendo, dessa forma, ser instalada a escola. Na mesma página, a professora Carolina Cortez Branco, em requerimento ao Governo, pede a remoção para a escola da Vila de Indaiatuba, reforçando a resistência do proprietário em alugar imóvel para a instalação da escola a não ser para a professora interina. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, fevereiro de 1895, n°. 1093, p. 12.808.

²³⁷ Lei n°. 930, de 13 de agosto de 1904, artigos 5° e 6°.

e considerada essencial para remodelar a instrução pública primária, obedeceram ao que as leis definiram para regência das escolas?

É o que a pesquisa pretende demonstrar com a análise dos dados dos quadros para a continuidade da carreira dos mestres.

3.2 – Desenvolvimento da carreira dos normalistas na instrução pública

Após esse breve relato de como a legislação do período regulamentava a remoção e as permutas dos professores pelas instituições de ensino, passaremos a demonstrar os resultados obtidos na investigação no decorrer de 10 anos da carreira docente dos normalistas diplomados, entre 1890 e 1899.

Entendemos que as questões referentes aos números de diplomados por turma, a localização ou não de integrantes dessas turmas e as estatísticas de professores que conseguimos rastrear na primeira nomeação estão esclarecidas, e os números foram apresentados no Capítulo II. Somente retomaremos esses dados, quando julgarmos necessários para não tornar a leitura repetitiva e maçante.

Uma rápida passagem pelas tabelas²³⁸ que contêm informações sobre os professores formados pela Escola Normal de São Paulo faz saltar aos olhos, em um primeiro momento, a grande mobilidade de uma parcela dos professores por instituições escolares do estado, alguns não permanecendo nem um ano na mesma localidade ou escola, mas também é possível encontrar um olhar mais atento dos professores que, ao contrário, permanecem por longos períodos na mesma escola ou na mesma cidade.

Algumas dessas mudanças não seguem um padrão mínimo sugerido pela historiografia ou pelos documentos oficiais, tais como, pensar que era uma ascensão de carreira razoável para um professor deixar uma escola isolada e lecionar em uma escola graduada, como os grupos escolares, escolas modelos ou escolas complementares²³⁹.

²³⁸ Anexos de 1 a 10.

²³⁹ Essas escolas eram instaladas em centros urbanos, geralmente, em prédios construídos ou adaptados para seu funcionamento, com separação de turmas de alunos e ofereciam melhor remuneração aos professores. Os grupos escolares, cujo embrião foram as escolas modelos, tornaram-se a principal criação do regime republicano no aperfeiçoamento do curso primário, tipo escolar que, em pouco tempo, se espalhou por São Paulo e outros estados brasileiros. As escolas complementares tornaram-se escolas de formação de professores primários, a partir da sua criação e, em 1910, foram transformadas em escolas normais primárias e secundárias. Cf. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 (p.134-135), Antunha (1976), Tanuri (1979), Costa (1983), Souza (1998, 2006), Monarcha (1999), Carvalho (2003), Marcílio (2005).

Por mais subjetivas que fossem as decisões sobre a vida profissional, é comum pensar na carreira de uma forma ascendente ou de uma instituição considerada cheia de problemas, como as escolas isoladas, para escolas que eram detentoras de melhor atenção por parte do Governo, como as seriadas.

Não é difícil esbarrar, seja em relatos da época, relatórios ou documentos oficiais, seja em trabalhos da historiografia que narrem a precariedade das escolas isoladas, sobretudo se comparadas aos grupos escolares.

Souza (2004, p. 40) apontou que, desde 1889, era possível perceber que a ideia de um modelo seriado de escola difundiu-se entre os professores, que reclamavam das condições de trabalho nas escolas de um único professor.

Em artigo publicado na Revista de Ensino de 1902²⁴⁰, o professor Ramon Roca Dordal destacou as qualidades dos grupos escolares frente aos demais tipos de modelos de escolas existentes²⁴¹, obviamente se referindo às escolas isoladas onde o professor deveria ensinar alunos em diferentes graus de adiantamento ao mesmo tempo.

Para o professor, os grupos escolares eram os que mais satisfaziam “as condições de economia e bons resultados”. Com relação às dificuldades de manter os professores no interior do estado asseverou:

E não se diga que os professores não querem ir para o interior do estado. O que eles não querem, e nem podem querer, é ir para onde, além das muitas dificuldades e privações, tem de se submeter-se a serem explorados pelo proprietário do prédio em que se instalem as escolas, pois seus vencimentos ficam dependentes dessa condição – alugar casa para a escola, dentro do perímetro marcado, custe o que custar (DORDAL, 1902, p.31).

Assim, em todas as instâncias da instrução pública, eram notórias as qualidades dos grupos escolares e a importância que estes substituíssem as escolas isoladas. Após a expansão do número dos grupos escolares pelo estado, estes começaram a ser instalados em prédios adaptados, sem o requinte das primeiras edificações e com problemas no fornecimento de mobiliário e material de ensino, o que denotava a falta de um melhor planejamento na implantação de um grande número de grupos (SOUZA, 2006, p. 111).

²⁴⁰ Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano 1, abril de 1902, pp. 29-32.

²⁴¹ Os grupos escolares e as escolas isoladas foram modelos de instituições que existiram até meados dos anos de 1970 (SOUZA, 2006, p. 45).

É comum encontrarmos nas páginas do Diário Oficial, solicitações de inspetores, diretores e professores por material escolar e mobília.

Então, podemos pensar que um dos fatores para a grande movimentação dos professores normalistas pelas escolas estaduais era a busca por lecionar em escolas de melhor qualidade e com condições dignas para o trabalho em sala de aula, mas outros podem ser sugeridos, como a proximidade da residência familiar, a ação da fiscalização sobre o trabalho, a influência da instituição no decorrer da carreira e a influência política do cargo e melhor remuneração, entre tantas outras possibilidades.

O certo é que a ação sobre a trajetória profissional é cheia de ambiguidades, e as escolhas realizadas são quase sempre tomadas por decisões pessoais, mesmo que impulsionadas por forças externas, como a ação política, a perseguição da fiscalização, o desejo de melhores condições financeiras, situações quase sempre impossíveis de serem dimensionadas com confiabilidade por intermédio de documentos oficiais, e que em poucos documentos de memórias nos são apresentados esses motivos.

Difícil também é produzir generalizações para explicar o grande número de professores que se transferiu de suas escolas e cidades, pelas dificuldades de se encontrar fontes documentais com informações pessoais para a trajetória profissional de cada professor ou para uma parcela significativa.

Portanto, vamos apresentar o que foi observado da análise da trajetória docente dos normalistas, até o ano de 1910, com a finalidade de verificar os 10 primeiros anos de docência dos professores diplomados até 1899.

Assim, como os dados apresentados no Capítulo anterior, vamos analisar os resultados turma a turma, por percebemos que, dessa forma, os resultados obtidos ficarão expostos de forma mais clara.

Na turma de 1890, havia 53 alunos diplomados²⁴², que tiveram a carreira docente localizada pela pesquisa nas fontes documentais (ANEXO 1). Entre esses

²⁴² Não iremos computar os alunos que não tiveram sua carreira localizada e que foram documentados no capítulo anterior.

normalistas que tiveram uma trajetória profissional na instrução pública, podemos dividir a turma da seguinte forma²⁴³:

- os professores que só tiveram uma nomeação localizada, denominado CAMPO 1;
- os professores com a carreira no magistério localizada até 5 anos, denominado CAMPO 2;
- os professores com mais de 5 anos de carreira no magistério localizada, denominado CAMPO 3;
- os professores com grandes lacunas nas informações sobre a carreira, denominado CAMPO 4²⁴⁴.

Para o CAMPO 1, temos sete normalistas, sendo dois professores e cinco professoras, e só conseguimos observar uma nomeação para o período investigado. Entre essas professoras, temos duas, cujas informações sobre carreira foram localizadas muitos anos após a formatura, caso da professora Sarah Laura de Moraes que, em 1905, lecionava na capital e Georgina Furquim Leme que, em 1907, estava lotada na cidade de Bragança, as duas como adjuntas em grupos escolares.

Um professor encaixa-se no CAMPO 2, o normalista Benedicto da Silva Machado que, em 1893, estava regendo uma cadeira na Escola Modelo anexa à Escola Normal, ainda no antigo prédio e, em 1894, continuava lecionando na Escola Modelo quando esta foi transferida para o novo edifício na Praça da República, e passando a ser conhecida como Escola Modelo Caetano de Campos. Nenhuma outra informação sobre a trajetória profissional do professor foi encontrada²⁴⁵.

Em numero de 38, os professores do CAMPO 3 que iniciaram suas carreiras no interior do Estado e em escolas de professor único instaladas em sede de municípios ou bairros.

²⁴³ Doravante quando nos referirmos aos padrões de trajetória profissional que conseguimos localizar iremos nos referir como CAMPO, as demais turmas também seguiram o mesmo padrão de análise. Essa escolha visa a facilitar a compreensão do texto, diminuindo a repetição das divisões em que foram colocados os professores, conforme o tempo de atividade no magistério. No caso do presente estudo, o termo CAMPO remete à divisão dos professores, conforme as informações localizadas na documentação, sem conotação ao campo profissional ou relação espacial.

²⁴⁴ As lacunas na carreira profissional podem ser um longo período para iniciar a atividade docente, após a formatura ou de longos períodos entre funções no magistério.

²⁴⁵ A análise dos Diários Oficiais também foi realizada nas informações sobre pedidos de licenças ou requerimentos de professores, pois nessa ocasião, via de regra, era informado qual o cargo em que o professor estava atuando, contribuindo para confirmar sua permanência desse cargo.

Para o CAMPO 4, sete professores foram localizados com alguma lacuna na carreira, seja no início da vida profissional, como as professoras Geraldina Corrêa Borges, cuja informação coloca-a como primeiro cargo no ano de 1897, como adjunta no Grupo Escolar de Piracicaba; Justina Arouche do Espírito Santo, como adjunta no Grupo Escolar Cesário Bastos na cidade de Santos em 1901; ou a professora Maria de Alencar Franco no Grupo Escolar de Lorena em 1896, esta última permaneceu toda a sua carreira profissional na cidade de Lorena, o interessante é que, a partir de 1902, deixou o grupo escolar e passou a lecionar em escola isolada do bairro da Cruz.

Os outros quatro professores possuem grandes intervalos de informações entre os cargos na instrução pública, podendo significar entre outras coisas, sua permanência nas escolas em que foram nomeados.

Para o caso de longa permanência, temos o exemplo do professor José Augusto Leite Franco que, em março de 1891, foi nomeado para uma escola na cidade de Tatuí, e no mês de agosto do mesmo ano foi removido para a escola da Estação de São Bernardo, somente encontramos outra informação sobre o professor no Anuário de 1907, no qual consta a informação de que permanecia na mesma escola, ou seja, permanecendo por mais de 16 anos em uma escola isolada em uma cidade relativamente próxima da capital.

Os outros três professores tiveram um período no meio da carreira sem informações que permitam afirmar com certeza se permaneceram por tanto tempo em uma mesma escola.

Casos como o da professora Adalgisa de Azevedo Segurado que, em agosto de 1891, foi nomeada para a escola da Capela de São Lourenço na cidade de Itapecerica e, somente localizamos outra informação, no ano de 1907, quando a mesma já lecionava no Grupo Escolar do Sul da Sé na capital, sem data precisa dessa remoção.

O mesmo acontece com a normalista Guilhermina Gomes da Silva que em 1891 regia uma cadeira na cidade de Caçapava, mas em 1907 era adjunta no Grupo Escolar da Barra Funda na capital.

O mesmo se verificou com a professora Leonor Augusta dos Santos Costa, nomeada para a cadeira da Vila de Jambeiro em 1891, removida em janeiro de 1893 para a cidade de Bragança, e depois surge como adjunta no Grupo Escolar da Mooca, na capital, em 1907, sem informação sobre a data da transferência.

Assim, como podemos observar nos dados do quadro abaixo, a grande maioria dos professores diplomados, no ano de 1890, teve mais de 5 anos da sua carreira rastreada nos documentos.

QUADRO 34²⁴⁶

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1890			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	1	6	13
CAMPO 2	1	0	2
CAMPO 3	0	38	72
CAMPO 4	0	7	13
TOTAL	2	51	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

A respeito desses 38 professores que tiveram um maior período de sua carreira na instrução pública documentada faz-se necessário um olhar mais atento sobre o que foi percebido no desenrolar da trajetória profissional.

Podemos dividir o grupo entre 21 homens e 17 mulheres. Embora todos terem iniciado suas carreiras em escolas isoladas do interior do Estado, a carreira desses professores, pelo menos, para a maioria, foi marcada por uma intensa circulação por cadeiras e escolas o que, em geral, os levou a assumirem cargos, como adjuntos em grupos escolares, professores de escolas modelos ou complementares e, até mesmo, o cargo de inspeção, no período exclusivamente ocupado por homens.

Mas, para além dessa “ascensão” de escolas isoladas para escola graduada notamos que, alguns professores, embora tenham sido removidos, permaneceram no período analisado lecionando, em escolas de professor único. Entre os homens, três ficaram em escolas isoladas, e o mesmo número de professoras lecionou exclusivamente em escolas isoladas.

Foram eles: Emílio Leonardo de Campos Filho, que iniciou sua carreira na cadeira no município de Rio Claro em 1891, Gustavo Adolpho Bonilha regendo, em

²⁴⁶ A divisão de capital, interior ou litoral só se refere ao primeiro cargo no magistério. Todas as tabelas abaixo, que demonstrem os mesmos dados para outras turmas seguiram o mesmo padrão de disposição das informações.

1891, uma cadeira na Vila de Nazaré, Pedro Augusto Kiehl da cadeira da cidade de Cabreúva²⁴⁷ e a professora Alzira de Almeida Lisboa da cadeira da cidade de Socorro em 1891.

A professora Izabel Bonna de Almeida regendo a cadeira no bairro de Tarapundué no município de Cananéia, no ano de 1907, ainda lecionava na cidade de Cananéia, na escola isolada feminina sede do município²⁴⁸.

Por sua vez, Joanna de Almeida Motta que foi nomeada em 1891, para a escola mista do bairro do Tucura no município de Mogi Mirim, removeu-se por permuta em 1894, para São Bernardo permanecendo no local até 1912, quando foi removida para escola isolada na capital. Todos esses professores foram removidos algumas vezes de suas escolas ou localidades, mas todas as nomeações deram-se para escolas isoladas.

Para as 14 professoras que, em algum momento, lecionaram em escolas graduadas, notamos que o cargo de maior destaque foi o de diretora da seção feminina de grupo escolar. O cargo de direção é apresentado como de maior destaque, por ser a única atividade no nível de administração na instrução pública que as mulheres conseguiram galgar no período, mas, entre esse grupo de normalistas, podemos encontrar mulheres regendo cadeiras em escolas modelos ou escola complementar.

Na turma em questão, foram três professoras que conseguiram uma nomeação para esses cargos, entretanto observamos que a permanência em tais postos era de curta duração, e logo depois eram nomeadas para adjuntas nos mesmos grupos escolares, o que pode significar que as seções masculinas e femininas desses grupos estavam funcionando em prédios diferentes, com a união das seções em um mesmo local, a tendência era que o diretor da seção masculina, um professor normalista do sexo masculino, assumisse a direção única do grupo.

As professoras que assumiram cargos de direção foram: Catarina Pont, que dirigiu a seção feminina do Grupo Escolar Cesário Motta na cidade de Itu, entre 1896, e fevereiro de 1902, esse grupo escolar foi instalado com características de escolas reunidas em 1894, não havia seção masculina, esta foi instalada em 1902, quando passou a ser dirigido unicamente por um professor (ANUÁRIO DO ENSINO 1907-1908, p. 259); Ignez de Aquino Rios foi diretora da seção feminina do Grupo Escolar de

²⁴⁷ O professor Kiehl, natural da cidade de Itu, lecionou os primeiros 6 anos da carreira na cidade de Cabreúva, localizada próxima à Itu, e depois foi removido para Itu, onde permaneceu por, pelo menos, mais 8 anos. Cf. Livro Registro de Diplomas de 1887-1892 (AHCC – DPL NOR 001).

²⁴⁸ A professora nasceu na cidade de Cananéia, em 1868. Cf. Livro Registro de Diplomas de 1887-1892 (AHCC – DPL NOR 001).

Lorena em 1895. E em 1897, ocupava o cargo de professora adjunta no mesmo grupo escolar; Amélia de Godoy Corrêa, diretora do Grupo Escolar de Santa Ifigênia, na capital, de maio de 1898 até 1900, quando faleceu.

Conforme informações do Anuário do Ensino de 1907-1908, o Grupo Escolar de Santa Ifigênia, instalado em 1896, até o ano de 1908 foi dirigido somente por mulheres (1907-1908, p. 163-165).

Portanto, temos 14 professoras que lecionaram em escolas graduadas em algum momento da atividade docente, e três que lecionaram em escolas modelos da capital e uma delas inclusive na Escola Complementar anexa à Escola Normal em 1908, caso da professora Júlia Amália de Azevedo Antunes.

A partir de 1894, com a instalação dos grupos escolares estes em pouco tempo tornaram-se símbolos da melhora na qualidade do ensino primário (REIS FILHO, 1981), que se espalhariam por diversas cidades paulistas e outros estados brasileiros, visto que estas escolas adotaram o padrão de organização e os métodos de ensino praticados nas escolas modelos, passaram a contar com prédios próprios ou adaptados para sua instalação e tinham como característica ser uma escola instalada em centros urbanos (SOUZA, 1998). Eram o que melhor simbolizavam, nas diversas regiões do estado, os avanços e melhorias criadas e implantadas com as reformas do ensino levadas a efeito pelo regime republicano (MONARCHA, 1999, p. 230).

Mas, se estas escolas graduadas representavam o que havia de melhor no sistema da instrução pública paulista para o período, é facilmente observável na carreira dos normalistas que estes poderiam, ora estar lecionando nessas escolas e depois serem removidos para escolas isoladas.

É importante lembrar que os cargos nos grupos escolares eram exclusivamente preenchidos por nomeação do Governo, não havendo concursos, assim, o Governo também poderia remover o professor dessas escolas, sem a necessidade de solicitação dos mesmos.

Desta forma, essas mudanças das instituições consideradas de melhor nível para outras consideradas de nível inferior²⁴⁹, foram percebidas durante a trajetória profissional dos professores. Se, por um lado, estes professores poderiam ser removidos ou exonerados de seus cargos nas escolas graduadas por ação do governo, os próprios

²⁴⁹ Considerada de nível inferior seja pelo programa de ensino dessas escolas, o professor único para todas as classes de alunos, a ausência de prédio para instalação das escolas, eram, geralmente, localizadas em regiões afastadas dos centros urbanos.

também poderiam fazer esses pedidos, o que nos faz refletir, o que fazia um docente regendo uma escola desse padrão solicitar sua remoção ou, como em alguns casos, a exoneração?

As possibilidades podem ser as mais diversas e, quase sempre, não publicadas nos documentos oficiais, mas podemos supor que, desde o desejo de mudança de localidade até a ação fiscalizadora dos diretores e inspetores, poderiam influenciar nessas escolhas²⁵⁰.

Entre as professoras diplomadas na turma de 1890, temos alguns casos que ilustram essa mudança de tipos de escolas, como por exemplo, a professora Elisa de Almeida Moreira, que iniciou suas atividades no magistério, em 1891, na cadeira da Vila do Ribeirão Bonito; no ano seguinte, estava no bairro do Resgate e, em 1894, na cadeira do 14º distrito da capital. Nesse mesmo ano, foi removida para a Escola Modelo do Carmo onde permaneceu, até 1905, quando foi lecionar na escola isolada do bairro do Lageado, na cidade de Itaporanga, região mais ao sul do estado, mas, que 2 anos depois, em 1907, retornava para o Grupo Escolar do Carmo na capital, antiga escola modelo.

Talvez nunca consigamos descobrir, o que teria motivado esse período de 2 anos de afastamento da instituição, e seu retorno à mesma escola, sobretudo por ter sido removida para uma escola isolada de bairro, instalada em uma região de baixo interesse econômico e baixa densidade populacional no período (LOVE, 1982).

Imaginar que essa professora tenha ido lecionar nesse local motivada por interesses profissionais pode ser inverossímil e, mesmo não podendo ser descartada de primeira, devemos refletir quais possibilidades de atração poderiam oferecer a um professor diplomado pela Escola Normal de São Paulo, ainda mais quando se tem em vista que retornou para a capital e para a mesma instituição que lecionava anteriormente²⁵¹.

²⁵⁰ O inspetor do 26º distrito informava em ofício à Diretoria Geral da Instrução Pública que quatro professores do Grupo Escolar de Tietê, haviam pedido exoneração por não concordarem em trabalharem sob a direção do professor Justiniano Freire da Paz, que não conseguiu harmonia entre as partes e que nada “lhe constou que motivasse o afastamento daquele professor da direção, e resolveu deixar que os professores pedissem exoneração para sua própria punição (...)”. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, março de 1895, n°. 1116, p. 13.035.

²⁵¹ Em uma pesquisa no Livro de Registro de Diplomas de 1887-1892, foi possível encontrar a professora Elisa de Almeida (Moreira é sobrenome de casada), como natural da cidade de Piracicaba. Esse dado demonstra que não houve qualquer ligação com esta cidade no decorrer da carreira no magistério, mesmo que o local de nascimento não confirme o local onde residia a família da professora na época em questão, sendo impossível demonstrar uma ligação pessoal com a cidade de Itaporanga.

O percurso profissional dessa professora foi interessante, visto que, assim, como de outros professores, demonstra as mudanças que se davam nas escolas públicas, com a grande movimentação de seus docentes e suas mudanças de instituições e cidades onde trabalhavam.

Entre as professoras, como também alguns professores, notamos que outras tiveram esse percurso no decorrer da carreira, deixando os grupos escolares para reger escolas isoladas.

Caso de Elisa Teixeira Leite de Abreu que era adjunta do Grupo Escolar do Brás na capital, em 1897, e foi lecionar, em 1902, na escola isolada do bairro da Luz também na capital.

A professora Ignez de Aquino Rios, que era adjunta no Grupo Escolar de Lorena, em 1897, e em junho desse mesmo ano, foi removida para a escola isolada feminina de Cabellinha, na cidade de Lorena²⁵².

Igualmente ocorreu com Maria Carolina Spinelli que regia uma cadeira no Grupo Escolar Dr. Almeida Nogueira, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, em 1899, e em fevereiro de 1900, foi removida à escola isolada da cidade de Mogi Guaçu onde permaneceu por 10 anos.

Para os homens diplomados em 1891, muitos foram os cargos de destaque que alguns conseguiram galgar, entre eles, talvez o de maior destaque seja o de inspetor geral da Inspetoria Geral da Instrução Pública, assumido por Lourenço Rodrigues em 1907. Mas, os professores assumiram outros cargos de destaque na instrução pública, tais como inspetores de ensino, diretores de escolas modelos, grupos escolares, escolas complementares e, com mais tempo de docência, até mesmo a direção da Escola Normal da capital.

Assim, dos 21 normalistas do sexo masculino, 18 lecionaram em algum momento da carreira em uma escola graduada. Entre esses 18 professores, nove passaram pelo cargo de direção de escola graduada, três também foram nomeados como inspetores no período da pesquisa. Em muitos casos, em menos de 10 anos de carreira no magistério, esses professores ocuparam cargos com funções administrativas e/ou burocráticas na instrução pública.

Casos como os dos professores Alfredo Bresser da Silveira que, em 1898, foi nomeado para o cargo de diretor da Escola Modelo do Carmo na capital; Antônio Alves

²⁵² Natural da cidade de Lorena, passou grande parte sua vida profissional nessa cidade.

Aranha que, em fevereiro de 1897, foi nomeado diretor da Escola Complementar de Piracicaba; Arthur Goulart Penteado diretor em comissão do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida, em Botucatu, em 1897; Francisco Augusto de Assis Pereira que, em 1896, foi nomeado como inspetor literário do 24º distrito²⁵³; professor Francisco Marcondes do Amaral Cesar nomeado diretor do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro, em Espírito Santo do Pinhal, em janeiro de 1901; João Lourenço Rodrigues diretor, em 1901, da Escola Modelo Prudente de Moraes, na capital; João Meirelles Filho nomeado inspetor literário do 22º distrito em julho de 1894²⁵⁴; João Luiz Pereira, diretor do Grupo Escolar de Lorena, em 1897; Júlio Pinto Marcondes Pestana nomeado diretor do Grupo Escolar de Pindamonhangaba, em 1895; Raphael de Moraes Lima, inspetor do 16º distrito em 1896 e, em fevereiro de 1898, nomeado para direção do Grupo Escolar de Bragança.

Como podemos verificar pela relação acima, dez professores conseguiram a nomeação para importantes cargos administrativos com até 10 anos de atividade profissional, alguns em tempo ainda menor. Seis desses professores, após sua primeira nomeação para cargos administrativos, mantiveram ou foram nomeados para outros postos administrativos, os demais retornaram para cargos de docência em grupos escolares ou escolas isoladas, o que demonstra que a passagem por esses cargos não significava a permanência ou a transferência para cargos de igual ou maior destaque²⁵⁵.

Outrossim, houve um número maior que foi nomeado para cargos de direção, ao ampliarmos o tempo de serviço dos professores para mais de 10 anos e que pode ser visualizado no ANEXO 1, o que não aconteceu com as professoras.

Assim, para a turma de diplomados pela Escola Normal do ano de 1891, é possível afirmar que os homens tiveram uma maior e mais rápida ascensão na carreira,

²⁵³ O professor Francisco Augusto de Assis Pereira, após ser nomeado inspetor literário em junho de 1896 permaneceu no cargo até 1898, quando foi nomeado como professor da primeira escola do sexo masculino de Araras. No ano seguinte, para a escola isolada do Alto da Estação, na cidade de Franca e, em 1906, foi removido para a primeira escola Isolada de São José do Rio Preto. O professor tem uma trajetória profissional quase toda em escolas isoladas, pois, anteriormente ao cargo de inspetor, só lecionou em uma escola graduada, o Grupo Escolar de Tietê, todas as demais eram escolas isoladas do interior do estado.

²⁵⁴ João Meirelles Filho foi nomeado inspetor com pouco mais de 3 anos de exercício no magistério, onde havia lecionado anteriormente na escola isolada da cidade de Paraibuna. Foi inspetor do 22º e 29º distritos, mas, ao deixar o cargo de inspetor foi reger escolas isoladas em Ribeirãozinho e, em 1901, no bairro de São João Climaco na capital, não localizamos nenhuma outra função que tenha exercido na instrução pública.

²⁵⁵ Devemos ter em mente que todos os cargos ligados à administração e inspeção da instrução pública eram exclusivamente nomeados pelo Governo.

visto que com alguns anos de magistério retiravam-se das salas de aula e assumiam cargos de direção ou de inspeção.

Quanto à circulação dos professores e professoras pelas escolas e cidades paulistas, é possível afirmar que havia uma intensa movimentação, seja por remoção, permutas ou exoneração dos mesmos.

Conforme observamos nos dados do Quadro 5, 40 professores que iniciaram a atividade docente em até 2 anos depois de formados, todos foram para cidades do interior ou litoral do estado²⁵⁶.

Após 5 anos de carreira no ensino, 29 deles permaneciam em escolas do interior e litoral do estado, não necessariamente nas mesmas escolas, e seis haviam sido removidos à capital, os outros cinco eram professores que somente conseguimos localizar o primeiro cargo no magistério.

Alguns normalistas permaneceram por todo o período pesquisado em uma mesma localidade ou região do estado, mas, havendo mudanças de escolas.

Caso dos professores Júlio Pinto Marcondes, que iniciou sua carreira em 1891²⁵⁷, ficou, até 1904, na cidade de Pindamonhangaba, removendo-se 2 anos depois para Sorocaba e retornando à região do Vale do Paraíba, em Guaratinguetá, no ano de 1906 onde ficou até 1911.

O mesmo aconteceu com Izabel von Atzingen que, em agosto de 1891, foi nomeada para a 2ª cadeira da cidade de Belém do Descalvado, sendo removida em janeiro de 1893 para a cidade de Rio Claro, primeiro para uma escola no bairro de Santa Cruz, depois para a 3ª escola e, finalmente, em 1900, foi nomeada adjunta do Grupo Escolar de Rio Claro, e, em 1908 permanecia nesse mesmo estabelecimento de ensino²⁵⁸.

Ao ampliarmos a verificação da trajetória profissional para 10 anos, até 1901 ou 1902, conforme o ano de início da carreira no magistério, observamos que o número de

²⁵⁶ Preferimos realizar essa comparação apenas com os professores que iniciaram suas atividades profissionais no magistério até 2 anos depois de diplomados, a fim de padronizar o tempo de serviço desses normalistas. O consulente pode verificar no ANEXO 1 o desenvolvimento profissional dos demais professores que, geralmente, tende a seguir o padrão dos que estão sendo demonstrados

²⁵⁷ O professor iniciou sua carreira na cadeira da cidade de Jambeiro, Vale do Paraíba, permanecendo até dezembro desse ano, quando foi removido para Pindamonhangaba (ANEXO 1).

²⁵⁸ O professor Júlio Pinto Marcondes Pestana era natural da cidade de Pindamonhangaba, e como informado anteriormente, a professora Izabel von Atzingen de Rio Claro. É possível afirmar para a turma de diplomados em 1890, que os professores que permaneceram por longos períodos em uma mesma cidade ou região, sejam naturais dessas localidades. Outros dois exemplos foram os professores José Luiz Pereira nascido em Guaratinguetá e Ignez de Aquino Rios, natural de Lorena. Essa constatação é importante, pois demonstra que, para ambos os gêneros, a proximidade pelo local de nascimento e, possivelmente, de residência familiar, influenciava na carreira desses docentes.

professores lecionando na capital mais que duplica, totalizando 15 professores, e 20 lecionando em cidades de outras regiões do estado.

QUADRO 35

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1890 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	0	40	
Cinco anos de atividade	6	39	5 não localizados
Dez anos de atividade	15	20	5 não localizados

Provavelmente, ao ampliarmos ainda mais a tempo de serviço no magistério esses números venham a aumentar sensivelmente, para os professores que lecionaram na capital.

Os mapas abaixo contribuem para ilustrar os locais onde lecionaram os professores da turma de 1890, sendo o primeiro, para os 2 anos iniciais de docência após a formatura; o segundo mapa para os 5 anos de atividade profissional e o último, para os 10 anos de carreira no magistério²⁵⁹.

A finalidade da inclusão desses mapas foi para que o leitor visualizasse a distribuição dos professores pelo estado, assim, em uma comparação com o MAPA 1, é possível que, para todo o período verificado, os professores predominantemente tenham permanecido nas regiões de desenvolvimento mais antigo, ou seja, capital, Vale do Paraíba e Central. Seguindo a tendência destacada no capítulo anterior para as primeiras nomeações, aqui também a capital será o local que abrigou cada vez mais normalistas diplomados no ano de 1890.

Como podemos observar nos mapas abaixo, no período dos 10 anos iniciais da carreira docente, houve um forte adensamento no leste e norte do estado, sobretudo, nas regiões de adensamento urbano mais antigo e economicamente desenvolvidas nas últimas décadas do século XIX.

²⁵⁹ Os mapas estão disponíveis em versão ampliada no DVD Rom anexo.

MAPA 3 – Turma de diplomados de 1890 – carreira na instrução pública

No ano de 1891, os diplomados que exerceram atividade no magistério público totalizaram 38 normalistas (ANEXO 2).

Nessa turma, não foram encontrados professores com apenas uma nomeação no ensino público (CAMPO 1). Para o Campo 2, com até 5 anos de atividade docente, temos uma professora, Júlia Maria dos Santos, que a investigação apontou como primeiro cargo, em 1894, na cidade de Belém do Descalvado, mas só foi possível mapear sua vida profissional até o ano de 1895, quando foi removida para o bairro de Capivari, na cidade de Campinas.

Os professores com mais de 5 anos de carreira na instrução pública, foram 30, dentre os quais quatro tiveram seu primeiro cargo na capital (CAMPO 3).

No CAMPO 4, com lacunas que não puderam ser preenchidas durante a análise documental, somaram-se sete professores com início da carreira em regiões do interior ou litoral do estado.

Entre esses normalistas, temos situações em que os intervalos ocorreram no período de início das atividades profissionais, como Eugênio Porchat de Assis, cujo primeiro cargo data de 1897; Amélia Augusta Torrelini com primeira docência localizada no ano de 1910; Maria Thereza de Moura no ano de 1904 e Rita de Cássia Gouveia Rodrigues em 1898.

Outros apresentaram um hiato no decorrer da trajetória profissional, com um grande intervalo sem informações sobre a permanência ou não do professor no local de trabalho anterior.

Nesse caso, temos o professor Annibal Francisco Caldas, que lecionava em 1892 na 2ª cadeira da cidade de São Carlos do Pinhal e, a outra informação observada do professor é relativa a 1904, quando ocupava o cargo de auxiliar do diretor do Grupo Escolar da Barra Funda na capital.

O normalista João Brenn lecionava na 2ª cadeira de Itatiba, em 1892, seu cargo posterior localizado foi o de auxiliar do diretor do 1º Grupo Escolar de Campinas em fevereiro de 1904.

Por fim, José de Paula Monteiro professor da cadeira de Santo Antônio da Bocaina – atual cidade de Cachoeira Paulista – em 1893, e, em 1906, estava lecionando na escola de Bela Aurora na cidade de Queluz.

QUADRO 36

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1891			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	0	0	0
CAMPO 2	0	1	3
CAMPO 3	4	26	79
CAMPO 4	0	7	18
TOTAL	4	34	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Para os professores normalistas em que foi possível reproduzir uma trajetória profissional mais consistente, temos 18 homens e 12 mulheres. Como a turma anterior, é notada uma grande movimentação desses professores pelas instituições de ensino ou da administração da instrução pública.

Normalistas oriundos da turma de formandos de 1891, ocuparam com o passar do tempo cargos importantes no sistema de ensino paulista, como diretores de ginásios estaduais, diretores da Escola Normal de São Paulo, diretores das escolas normais primárias e secundárias²⁶⁰ e diretores da Diretoria Geral de Instrução Pública,

Nesta turma, foram dois normalistas que tomaram assento nesse cargo (Oscar Thompson e João Chrysostomo Bueno dos Reis Filho), além é claro, dos cargos de inspetores escolares, diretores de escolas modelos, grupos escolares e escolas complementares.

Convém salientar que só os homens ocuparam esses cargos. Entre as professoras diplomadas em 1891, só a normalista Garibaldina Pinheiro Machado²⁶¹ conseguiu uma nomeação de direção, na seção feminina do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida, em Botucatu, no ano de 1896; e assim como as anteriores, foi removida para o cargo de professora adjunta no mesmo estabelecimento de ensino.

²⁶⁰ Instaladas a partir de 1911.

²⁶¹ A normalista Garibaldina Pinheiro Machado, também encontrada na documentação com o sobrenome Caldeira Tolosa, ao que tudo indica era esposa do professor Benedicto Maria Tolosa, diplomado na mesma turma. A carreira dos professores até o ano de 1900, cruzam-se em todas as escolas e cidades, e quando a professora ocupava o cargo de direção da seção feminina em Botucatu, o professor era diretor da seção masculina do mesmo grupo escolar. Não foi possível localizar informações da trajetória da professora posteriores ao ano de 1900, quando lecionava no Grupo Escolar de São Manoel do Paraíso, mas, em 1908, o professor Tolosa foi removido para uma escola isolada da capital (ANEXO 2).

As demais professoras passaram por cargos exclusivamente de docência, como professoras de escolas complementares, escolas modelos ou grupos escolares.

Dentre os 18 diplomados por essa turma da Escola Normal de São Paulo, nada menos que 15 conseguiram ocupar nos 10 primeiros anos da carreira, cargos de direção ou inspeção no ensino público, e só três tiveram a primeira parte da vida profissional ligada a cargos de docência.

Entre todos os professores dessa turma, dois tiveram suas carreiras vinculadas exclusivamente em escola isolada para todo o período de análise, a professora Maria Ribeiro Guimarães, que assumiu uma cadeira na cidade de São Simão, em 1893 onde permaneceu até 1911, quando foi removida em fevereiro para a escola de Santa Cruz na cidade de Descalvado; e o professor José de Paula Monteiro, conforme acima informado, para sua carreira existe uma lacuna, entre 1893 e 1906.

Portanto, das 12 mulheres com a trajetória profissional melhor documentada, 11 delas passaram em algum momento da carreira por escolas graduadas. Mas, como na turma anterior, é recorrente observar a transferência dessas professoras de escolas isoladas às graduadas e das graduadas às isoladas.

O fato reforça mais uma vez que as mudanças de modelos de escolas eram recorrentes entre os docentes. Neste caso, encontramos mudanças de escola modelo na capital para escola isolada de Cotia, como a professora Benedicta de Assis Luz.

Entretanto, a situação não era exclusiva das mulheres, pois entre os homens encontramos mudanças de cargos e de instituições que pensadas por meio da produção historiográfica, podemos afirmar que eram instituições consideradas inferiores. Como por exemplo, Alfredo Maria de Albuquerque Freitas, que deixou o cargo de diretor do Grupo Escolar de Piracicaba para assumir uma escola isolada na capital. Benedicto Maria Tolosa, de diretor do Grupo Escolar de São Manoel, em 1900, foi removido para uma escola isolada da capital em 1908.

Entre outros na mesma situação, que deixaram cargos de direção ou de docência em grupos escolares do interior do estado para assumirem escolas isoladas na capital, mas, o que observamos foi que essa passagem normalmente era provisória, e de modo rápido esses mesmos professores eram nomeados para escolas graduadas da capital, o que pode significar que mudanças desse tipo eram feitas para se conseguir lecionar, por exemplo, na capital.

A carreira na instrução pública para o período era de intensa movimentação pelas escolas e cidades, e esses deslocamentos apresentavam até mesmo características interessantes de um ir e vir da mesma instituição ou da mesma cidade²⁶².

Muito comum também é encontrarmos nos documentos oficiais as dispensas ou exonerações dos professores, sobretudo, quando estes ocupavam cargos nas escolas graduadas²⁶³, o que demonstra que nem sempre era uma escolha própria a decisão de deixar a instituição²⁶⁴, todavia, sendo uma decisão compulsória, esta não atrapalhava por muito tempo o desenvolvimento na profissão docente desses professores, e em alguns casos, os professores foram lecionar em outras escolas graduadas ou assumir cargos de direção em outras escolas.

Fatos como esses podem suscitar questionamentos do motivo da dispensa ou exoneração se os mesmos professores assumiram, posteriormente, cargos semelhantes. A ação compulsória, então, não só poderia significar uma punição, mas uma ação política, eventualmente em conjunto com os professores, para retirar uma pessoa de um cargo desejado por outro ou remover de um cargo indesejado pelo ocupante.

Nessa última hipótese, há que se ponderar o motivo pelo qual esses professores não solicitaram sua remoção ou exoneração, entretanto não conseguimos encontrar na legislação ou nos documentos consultados informações que possam elucidar essa questão.

Para percebermos como se movimentaram os normalistas dessa turma pelo estado nos 10 primeiros anos de desenvolvimento da carreira, ao nos reportamos aos dados do Quadro 8, verificamos que três professores iniciaram suas carreiras na capital e outros 27 em regiões do interior ou do litoral do estado.

Passados 5 anos após a formatura, nove desses normalistas estavam lecionando na capital e 21, em outras regiões. Com 10 anos de carreira decorridos, esse número

²⁶² Exemplo do professor Theophilo Martins Mello, que lecionava na escola da cidade de Itapetininga em 1893; em 1895, foi transferido para a escola modelo complementar da capital e 1 ano depois, em 1896, retorna para a de Itapetininga onde lecionou na escola modelo.

²⁶³ No ANEXO 2, podemos observar alguns casos, como o do professor José Pereira Bicudo Filho, exonerado em junho de 1897 do cargo de adjunto do Grupo Escolar de Santa Ifigênia, na capital, e dispensado do cargo de direção do Grupo Escolar da Liberdade, também na capital, em 1912. Ou o professor João Francisco Pinto e Silva, dispensado em fevereiro de 1905 da Escola Modelo Caetano de Campos anexa à Escola Normal, mas no mesmo Diário Oficial, foi nomeado como diretor do Grupo Escolar do Arouche, na capital. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, fevereiro de 1905, ano 14, n°. 27, p. 298.

²⁶⁴ Quando o professor solicitava remoção ou exoneração do cargo, essa informação era reproduzida no documento oficial, como por exemplo, nas páginas do Diário Oficial.

quase se manteve, sendo 11 professores lecionando na capital e 19, em escolas do interior ou litoral do estado.

Uma verificação ano a ano, talvez demonstrasse uma circulação mais intensa pelas regiões, tendo em vista que alguns professores assumiram escolas por apenas 1 ano, fato corriqueiro, ou a cada dois removiam-se de suas escolas.

Para os dados apresentados abaixo, os cargos de inspetores foram computados, conforme a região distrital a qual estavam responsáveis, mas, a partir de 1898, os inspetores concentravam-se na capital e não havia uma divisão distrital do estado²⁶⁵, passando a ter enviados para as localidades onde deveriam inspecionar os estabelecimentos de ensino.

QUADRO 37

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1891 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.		
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL
Primeira nomeação	3	27
Cinco anos de atividade	9	21
Dez anos de atividade	11	19

Para ilustrar a distribuição desses professores, desde sua primeira nomeação e para cada período de 5 anos de atividade profissional, seguem os mapas abaixo, nos quais é possível realizar uma rápida visualização dos locais de trabalho dos normalistas da turma de 1891.

É possível verificar nos mapas que houve uma grande distribuição desses normalistas por diversas cidades do interior do estado, sobretudo em regiões como a Central, Vale do Paraíba e Mogiana.

²⁶⁵ Decreto n°. 518, de 11 de janeiro de 1898, artigos 13 e 20.

Mapa 4 – Turma de diplomados de 1891 – carreira na instrução pública

Da turma diplomada ao final do ano de 1892, temos 30 professores com sua carreira profissional registrada pelo menos uma vez (ANEXO 3), que podem ser divididos em: uma professora com uma passagem pelo magistério identificada, encaixando-se no CAMPO 1, sendo esta Anna de Camargo Barros, docente da Escola Modelo do Carmo, na capital, no ano de 1894.

Para o CAMPO 2, foram encontradas duas professoras com docência até o quinto ano. A professora Flavia Izabel de Meirelles, nomeada, em 1893, para a cadeira da cidade de São Manoel do Paraíso, em 1895, removida para a Escola Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo e, no ano seguinte, lecionando na Escola Modelo da Luz, na capital. A professora Gertrudes de Camargo Barros, em 1894, lotada na Escola Modelo e, em 1897, regendo a escola do sexo feminino da Estação Alto da Serra, em São Bernardo.

No campo para os professores com mais de 5 anos de carreira localizada (CAMPO 3), temos 17 (60% do total), tendo todos iniciado o trabalho no magistério fora da capital.

No CAMPO 4, para os professores com lacunas na carreira, temos um total de nove. Apenas uma professora, Maria Minervina dos Anjos Payão, com falta de informação sobre o início da vida profissional²⁶⁶, cuja primeira nomeação data de 1900 para a escola mista do Pari, na capital. Para os demais professores, o hiato entre os cargos encontra-se no decorrer da trajetória docente²⁶⁷.

Como demonstram os dados do Quadro abaixo:

²⁶⁶ A falta dessa informação pode colocar algumas dúvidas, como se a professora ingressou tardiamente no magistério ou se houve um problema na localização de dados sobre a professora.

²⁶⁷ Importante destacar que foram eles: o professor Francisco Justino de Azevedo, que inicia suas atividades em uma cadeira de bairro na cidade de Jundiá no ano de 1893, depois nomeado em janeiro de 1908, para adjunto do Grupo Escolar do Cambuci, na capital. O professor Joaquim Augusto Sant'anna, diretor em comissão do Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol, em Pindamonhangaba em 1895 e, lente substituto da Escola Normal de São Paulo, no ano de 1911. Mario de Souza Magalhães regendo uma cadeira na cidade de Araraquara, em 1895, e, em 1904, como professor de escola na cidade de Brotas. Professora Adelaide Nunes, professora da cadeira da Estação da Roseira, em Guarulhos no ano de 1893, regente escola em Guaratinguetá em 1908. Professora Antonia Terra Pereira, em 1893, lecionando na cadeira da cidade de Queluz e, em 1908, na escola isolada feminina de Penha de França, na capital. Belmira do Amaral Pereira da Costa, professora do bairro da Pedreira na cidade de Amparo, e nomeada para a Escola Complementar de Itapetininga em junho de 1904. Faustina Maria Tietê, professora de escola mista em núcleo colonial de Iguape no ano de 1895, regendo, em 1907, a classe de segundo ano da Escola Complementar de Itapetininga. Professora Maria Esmeralda Ceslau de Moura, regente de cadeira na cidade de Caçapava e, em 1901, adjunta do 1º Grupo Escolar do Brás, na capital (ANEXO 3).

QUADRO 38

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1892			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	1	0	3
CAMPO 2	1	1	7
CAMPO 3	0	18	60
CAMPO 4	2	7	30
TOTAL	4	26	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Os professores com maior tempo de carreira no ensino público, que totalizaram 18, são divididos entre nove homens e nove mulheres. A grande maioria manteve a característica notada em turmas anteriores, que era uma grande mobilidade entre cidades e instituições de ensino.

Entre os homens, só dois professores nessa faixa da pesquisa, lecionaram todo o período da pesquisa em escolas de professor único. Eram eles, Aristóteles de Andrade e Carlos Augusto de Camargo, que também permaneceram por muitos anos trabalhando em escolas na mesma cidade; o primeiro, em Mogi das Cruzes, e o segundo, em Piedade²⁶⁸. Todas as mulheres tiveram passagens durante a atividade profissional em escolas graduadas.

Das nove mulheres que lecionaram em escolas graduadas, a única que assumiu um cargo administrativo foi a professora Angelina Ferreira Goulart de Aguiar, na seção feminina do Grupo Escolar de Iguape. As demais ocuparam cargos de docência no período da pesquisa.

Para os homens, somente um, dentre os nove, ocupou um cargo de inspetor, caso do normalista Benedicto Cândido Corte Brilho, e só no ano de 1908, 15 anos após começar a carreira no magistério, também foi diretor da Escola Complementar de Piracicaba, a partir de 1904. O professor Pedro Voss, entre os cargos de direção da Escola Complementar e Escola Normal de Itapetininga, foi diretor geral da instrução

²⁶⁸ Aristóteles de Andrade nasceu na cidade de Paraibuna, Vale do Paraíba, mesma região da cidade de Mogi das Cruzes. O professor Carlos Augusto era natural da cidade de Una (atual cidade de Ibiúna), localizada na região Central, na mesma região da cidade de Piedade, a uma distância de 27 km. Cf. Livro Registro de Diplomas de 1887-1892 (AHCC – DPL NOR 001).

pública, entre 1924 e 1927. Outros ascenderam ao cargo de diretores de grupos escolares e escolas modelos.

Para todos os professores, de ambos os sexos, da turma de 1892, foi possível perceber a mesma movimentação por escolas e cidades das turmas anteriores, inclusive os remoções e dispensas de cargos de adjunto ou diretores de grupos escolares, as transferências de escolas isoladas às graduadas e destas para as isoladas, em um intenso vaivém entre cidades.

Inclusive, por meio de um rápido cruzamento entre os professores que permaneceram por muito tempo em uma mesma localidade ou região e o local de nascimento dos mesmos, foi possível demonstrar que parcela significativa desses professores orbitou em torno dos locais de onde eram naturais²⁶⁹.

Notamos que se esses professores não eram nomeados em seu primeiro cargo para a cidade em que se registrou seu nascimento, instalaram-se em cidades próximas e, em pouco tempo, conseguiram a remoção para essas cidades ou ficaram regendo escolas em cidades próximas a elas²⁷⁰.

De 28 professores que conseguiram a primeira nomeação nos dois primeiros anos, após a formatura, conforme os dados do Quadro 11, verificamos que três deles estavam lecionando na capital e 25 em outras regiões do estado. Passado o primeiro quinquênio conseguimos determinar o local de trabalho de 20 desses professores, sendo cinco na capital e 15 em cidades do interior ou litoral.

Após 10 anos de serviço no magistério, observamos que, para essa turma, não houve um aumento significativo daqueles que se removeram para a capital, se comparados com as duas turmas anteriores. Desta forma, sete professores lecionaram na capital decorridas a primeira década no magistério e outros 18, em outras cidades do estado.

²⁶⁹ Como o professor João Galvão de França Rangel, nascido em Guaratinguetá, passou mais de 14 anos lecionando em cidades da região do Vale do Paraíba, região onde se localiza sua cidade natal. O professor João Roberto de Camargo, natural de Sorocaba, região central do estado, lecionou 18 anos na cidade de Itapetininga, na mesma região. Ou a professora Maria Theodora Xavier, que dos 14 anos de docência que foram documentados, somente se afastou de sua cidade natal, Mogi das Cruzes, por 3 anos, para lecionar na cidade de Itatiba. ANEXO 3 e Registro de Diplomas de 1887-1892 (DPL NOR 001 - AHCC).

²⁷⁰ Algumas regiões já eram providas, desde as últimas décadas do século XIX, de uma malha ferroviária que interligava diversas cidades, facilitando o deslocamento entre esses locais.

QUADRO 39

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1892 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	3	25	
Cinco anos de atividade	5	15	8 não localizados ²⁷¹
Dez anos de atividade	7	18	3 não localizados ²⁷²

Para não comprometer os dados apresentados acima, retiramos para o primeiro quinquênio, os professores que apresentaram problemas nas informações obtidas para esse período, ou seja, não foi possível confirmar se eles permaneceram por um longo período na mesma instituição, somente sendo possível encontrá-los nos documentos passados 10 anos de atividade profissional.

No grupo da carreira de 10 anos, temos dois professores como, dito anteriormente, mas, só foram observados os cinco primeiros anos na profissão e outro com falta de dados para os anos iniciais da carreira.

Abaixo, seguem os mapas que retratam a localização dos normalistas nos três períodos descritos acima. É possível afirmar que houve uma maior dispersão pelas cidades, mas é observável que a região do Vale do Paraíba manteve nos três mapas uma constante presença desses professores.

²⁷¹ Esses oito professores não puderam ser avaliados em seu primeiro quinquênio, em razão da lacuna existente no meio da carreira docente.

²⁷² Conseguimos rastrear a carreira de dois professores somente os primeiros 5 anos e outro possui uma lacuna para o começo da carreira de 7 anos, do período de formatura até o primeiro cargo.

MAPA 5 – Turma de diplomados de 1892 – carreira na instrução pública

Em 1893, os normalistas que obtiveram o diploma foram 19 que seguiram carreira no magistério público (ANEXO 4). Todos os formandos desse ano foram localizados durante a análise documental.

Destes, apenas um se encaixou no CAMPO 1, ou seja, só foi encontrada uma nomeação, foi o professor Tolentino de Souza e Castro, nomeado em 1894, para reger a cadeira do bairro dos Remédios, na cidade de Taubaté. Não foram observados professores para o CAMPO 2, com até 5 anos de docência documentada.

Para o CAMPO 3, temos 12 professores com a carreira profissional documentada com mais de 5 anos, sendo um professor lotado na capital e os demais em outras localidades do estado. Nessa turma no CAMPO 4, para professores com ausência de informações para um longo período da carreira, temos seis no total, dois nomeados na capital e outros quatro em cidades do interior ou litoral.

Os períodos de ausência de informações profissionais para os normalistas foram quase todos no decorrer do exercício profissional²⁷³. Apenas para o professor Augusto Ribeiro de Carvalho que temos, como primeiro cargo a Escola Modelo anexa à Escola Normal e diretor do Grupo Escolar de Jacareí, não conseguimos localizar as datas que assumiu essas cargos, após essa informação só localizamos o professor no cargo de inspetor geral de exercícios físicos para o período pós 1914.

²⁷³ Sete foram os professores com alguma lacuna no transcorrer da atividade profissional: René de Oliveira Barreto, com o intervalo de tempo entre a regência na 1ª escola de Casa Branca em 1895 e na Escola Complementar anexa à Escola Normal em 1904. A professora Alice Silvina Ávila de Macedo, com o primeiro cargo na escola da cidade de Casa Branca em 1894 e depois como adjunta do Grupo Escola Sul da Sé, na capital, em 1903. Flotilde Maria Dias Coelho Braga, lecionando em 1895 na Escola Modelo Caetano de Campos, na capital, e, em 1908, na escola isolada feminina do bairro do Telegrafo, também na capital. A professora Sophia de Moraes, na escola da estação de Juquery, em 1895, depois, em 1908, na escola isolada feminina da Colônia de Sant'anna, na capital. E a professora Vitalina Corrêa Pacheco, adjunta no Grupo Escolar de Amparo, em 1895, e depois como adjunta no Grupo Escolar de Faxina no ano de 1906.

QUADRO 40

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1893			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	0	1	5
CAMPO 2	0	0	0
CAMPO 3	1	11	63
CAMPO 4	2	4	32
TOTAL	3	16	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Do grupo de normalistas com a trajetória profissional documentada por mais de 5 anos, temos cinco homens e seis mulheres²⁷⁴. Todos os professores do sexo masculino iniciaram suas carreiras em escolas de professor único, e só o normalista Miguel da Silva Carneiro Júnior em escola situada na capital, cadeira do bairro do Cambuci, em março de 1894.

No caso das professoras, cinco iniciaram suas carreiras em escolas isoladas do interior do estado e uma professora, Maria da Conceição, em escola graduada do interior, nomeada para a Escola Modelo de Itapetininga em janeiro de 1895. Esta mesma professora permaneceu, conforme os dados obtidos até, pelo menos, 1907 na cidade de Itapetininga onde também lecionou no Grupo Escolar Peixoto Gomide, ou seja, para todo o período pesquisado somente lecionou em uma cidade.

Só a professora Henriqueta Rivera regeu exclusivamente escolas isoladas no período pesquisado, passando por três cidades diferentes nos 12 anos verificados. Todas as outras conseguiram remoções para escolas modelos ou grupos escolares, mas não houve nenhuma em cargos administrativos nesses estabelecimentos.

No caso dos homens, todos os professores passaram por escolas graduadas e todos em algum momento assumiram um cargo de direção nessas escolas. Nesse grupo, os cargos de maior destaque que os professores galgaram foram os de inspetor escolar ou de diretor de escola complementar e normal do interior.

²⁷⁴ O CAMPO 4 é formado por dois professores e quatro professoras. Para os homens, um iniciou sua carreira em escola graduada da capital. Entre as mulheres, uma começou no magistério na capital e em escola modelo, as demais regeram cadeiras isoladas no interior do estado.

Caso do normalista Martinho Nogueira que foi diretor da Escola Complementar de Guaratinguetá, em 1907, diretor Escola Normal de Campinas, em 1919, e da Escola Normal de Itapetininga, em 1925; ou Benedicto A. Hudson Ferreira, diretor da Escola Normal Primária de Pirassununga, em 1911.

Quanto à demonstração de rápida ascensão na carreira, temos, como exemplo, o professor Eduardo Raggio Zimbres, que assumiu uma cadeira em março de 1894 na cidade de Jundiaí e, em menos de 3 anos de serviço foi nomeado inspetor literário do 34º distrito, em setembro de 1896²⁷⁵. A carreira deste professor também representa um modelo da mobilidade de alguns docentes pela rede de ensino; em 17 anos de serviço, percorreu nove cidades e atuou em dez cargos, seja na docência em escolas isoladas, grupos escolas e na Escola Normal de Pirassununga ou administrativos, como inspetor, auxiliar de diretor e diretor de grupos escolares²⁷⁶.

Nessa turma, também podemos apontar professores que permaneceram por muitos anos em uma mesma cidade, como Benedicto Hudson²⁷⁷, que foi nomeado, em 1894, para uma cadeira na cidade de Jundiaí, permanecendo até 1911, quando foi removido para Pirassununga. O professor Henrique Cupertino Botelho²⁷⁸ foi outro que permaneceu por longos anos na mesma cidade ou em região próxima, regendo uma cadeira anteriormente à sua diplomação no município de São Sebastião, em 1894, foi nomeado para a mesma cidade, mas, em outra cadeira, em 1896 foi removido para a cidade de Lorena onde permaneceu por um ano, removido para Vila Bela (atual Ilha Bela) em 1898, ficando até fevereiro de 1899. Quando foi novamente removido para uma escola isolada em São Sebastião, local em que, no ano de 1902, foi nomeado diretor do grupo escolar.

Esses exemplos, mesmo sendo a minoria, demonstram que alguns professores tendiam a permanecer na mesma localidade, sendo o mais difícil verificar longas permanências na mesma escola, sobretudo, nas isoladas. Uma investigação aprofundada

²⁷⁵ Pela Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893, em seu artigo 4º, informa que somente poderia ser nomeado para o cargo de inspetor de distrito, o professor diplomado pela Escola Normal com mais de 3 anos de exercício no magistério. Situação que não se encontrava o professor Eduardo na época de sua nomeação, e não conseguimos obter informação, se o professor havia lecionando anteriormente à sua passagem pela Escola Normal. Somente conseguimos dizer que ao ser diplomado, o professor tinha 25 anos, pois havia nascido em 1868 e matriculado-se na Escola Normal em 1891 (Cf. Livro de Matrículas Masculinas 1888-1894 – ENS MAT 002), mas houve uma divergência ao se consultar o Livro de Registro de Diplomas e Habilitação do Curso Secundário (DPL NOR 002), que informa que o professor nasceu em 1857, portanto, tinha 36 anos ao deixar o curso normal.

²⁷⁶ Para todas as turmas, foi possível identificar diversos professores com características profissionais semelhantes, grande mobilidade entre cidades, escolas e cargos na instrução pública.

²⁷⁷ O professor era natural da cidade do Rio de Janeiro.

²⁷⁸ Natural da cidade de Santos.

que cruzasse os dados profissionais de alguns professores com o funcionamento dessas escolas, poderia demonstrar, por exemplo, que essas mudanças ocorriam em razão do fechamento ou transferência de algumas escolas pelo Governo, ao se perceber a baixa frequência de alunos ou na impossibilidade de conseguir locais para se instalarem as escolas criadas²⁷⁹.

Conforme demonstrado nos dados do Quadro 14, 18 professores dessa turma, iniciaram sua carreira em até 2 anos, após a formatura e apenas dois foram designados para a cidade de São Paulo. Passados os primeiros 5 anos de atividade profissional, seis haviam sido removidos para a capital do Estado, reduzindo em quase duas vezes os que permaneceram em outras cidades.

Após 10 anos de atividade profissional na instrução pública, os professores que estavam exercendo atividades na capital, foram mais de cinco vezes do que os de primeiro cargo e quase duplicaram se comparados aos 5 anos anteriores. Enquanto os que permaneceram no interior ou litoral continuaram estabilizados com relação aos 5 anos anteriores. Como demonstram os dados do quadro a seguir:

QUADRO 41

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1893 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	2	16	
Cinco anos de atividade	6	6	6 não localizados ²⁸⁰
Dez anos de atividade	11	6	1 não localizados ²⁸¹

Os números apresentados demonstraram mais uma vez que, com o passar do tempo, os normalistas das diferentes turmas diplomadas pela Escola Normal de São Paulo, tendiam a ser removidos, voluntária ou involuntariamente, para escolas instaladas na capital.

²⁷⁹ Nas páginas do Diário Oficial, encontramos muitas declarações de professores relatando problemas para conseguir prédios para instalarem suas escolas; em 1892, a professora nomeada para a Estação Laranjal, Edwiges de Oliveira Carvalho, informava que havia mudado sua escola para um local distante um quilômetro do local da estação por falta de casa próxima. A Diretoria da Instrução Pública solicita informação sobre a falta de casas para a instalação da escola e ameaça fechar a escola. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 17 de fevereiro de 1892, ano 2, n.º. 231, p. 2126.

²⁸⁰ Referente a professores com lacunas para o primeiro quinquênio de atividade profissional.

²⁸¹ Referente ao professor Augusto Ribeiro de Carvalho, com ausência de datas de nomeação para o período analisado.

Se inicialmente apenas 11% dos professores permaneceram na capital e 89% distribuídos pelo interior, sobretudo nas cidades da região Central ou Mogiana, decorridos 10 anos de trajetória na instrução pública, esses números mudaram completamente, vez que 59% dos professores estavam lotados na região da capital e 41% em cidades do interior e litoral do estado.

Abaixo seguem os mapas, para que possamos visualizar a distribuição dos normalistas pelos períodos relatados.

MAPA 6 – Turma de diplomados de 1893 – carreira na instrução pública

No ano de 1894, o número de normalistas diplomados e com carreira docente localizada foi de 34 professores, conforme já mencionado, a partir dessa turma que alguns professores retornaram à Escola Normal, para concluir o quarto ano do curso normal, instituído em 1893 (ANEXO 5).

Como forma de não repetir a trajetória desses professores quartanistas, optamos por descrever suas carreiras pelas suas turmas da primeira formação, ou seja, quando obtiveram a primeira diplomação.

Dessa forma, descrevemos melhor o desenvolvimento profissional das diferentes turmas que deixaram a Escola Normal. Exceção a essa regra, será quando o quartanista tiver sido diplomado em turma anterior a 1890, neste caso, indicaremos a situação do professor e descreveremos sua trajetória profissional.

Dentre os formandos no ano de 1894, temos dois professores completando o curso secundário, um deles foi diplomado em 1889, o professor Honorato Faustino de Oliveira. Esse normalista iniciou a docência em cadeira isolada na cidade de Itapetininga, com a conclusão do quarto ano normal, foi removido para a Escola Modelo da mesma cidade.

Como relatamos no capítulo anterior, notamos que a conclusão do curso secundário normal de 4 anos, permitiu que os normalistas, ao deixarem a Escola Normal, fossem removidos para escolas graduadas, destacando-se as escolas modelos e complementares.

Então, para fins de análise da trajetória profissional para os diplomados na turma de 1894, temos 32 normalistas que estavam se formando pela primeira vez e um, oriundo da turma de 1889, que havia retornado para obter o diploma do quarto ano normal²⁸².

Desses 33 professores, três deles só tiveram uma passagem pela instrução pública localizada, portanto, encaixando-se no CAMPO 1. Foram eles: o normalista João de Souza Azevedo, professor do Grupo Escolar do Arouche, na capital, entre 1902 e 1907. A normalista Carmem Cardoso de Azevedo, professora da Escola Modelo

²⁸² O outro quartanista, Theophilo Martins Mello, diplomado na turma de 1891, teve sua carreira analisada no conjunto dos formados em 1891. Assim, procederemos com os quartanistas das próximas turmas.

Caetano de Campos, em 1895 e a normalista Ignez Albuquerque de Andrada e Almeida, lecionando no Grupo Escolar de São José dos Campos, em 1901.

Para o CAMPO 2, temos quatro professores com carreira observável até 5 anos, depois da formatura. O professor Álvaro de Moraes Rosa, regendo escola isolada na cidade de Sorocaba em 1895 e, em 1896, como adjunto do Grupo Escolar da mesma cidade. As professoras Anna Constança Ferreira, da escola isolada de Guaratinguetá em 1896 e, adjunta do Grupo Escolar de Guaratinguetá em 1897, Cândida Cerqueira Leite, professora da Escola Modelo Caetano de Campos em 1895 e auxiliar do diretor da Escola Normal em 1896, e Maria Francisca de Arruda Campos, que já lecionava em 1892 na Vila de Bom Sucesso e, em 1898, estava na Escola Modelo de Itapetininga.

No total, foram 22 professores que conseguimos localizar um longo período de atividade e, destes, 20 iniciaram a carreira no interior ou litoral do estado.

Para o CAMPO 4, temos quatro normalistas com alguma lacuna de tempo na atividade profissional, o que impede atestar com certeza, se esses professores permaneceram nesse período nas mesmas escolas²⁸³.

QUADRO 42

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1894			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	2	1	9
CAMPO 2	1	3	12
CAMPO 3	2	20	67
CAMPO 4	1	3	12
TOTAL	6	27	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

²⁸³ São eles: o professor Mario Antonio Souza, cujo primeiro cargo foi de professor da escola de Itatiba em 1895 e depois apareceu como auxiliar no Grupo Escolar Sul da Sé, na capital, em 1904. Thomé de Rosa Teixeira, lecionando interinamente na Escola Modelo de Itapetininga em 1895, e como professor da primeira escola de São João do Guarehy em 1903. A professora Ignez Augusta da Conceição, da escola da Estação de Campo Limpo, em Jundiaí, no ano de 1896, e com adjunta em 1907 do Grupo Escolar do Brás na capital. E Julia Ayres Delphim, interina na Escola Modelo da Luz, na capital, em 1896, e como adjunta do Grupo Escolar do Brás em 1905. (ANEXO 5)

Entre os 22 professores, sendo 14 homens e oito mulheres, continuamos a observar uma intensa movimentação nos primeiros anos da carreira docente. Praticamente, todos os professores passaram por escolas isoladas ou graduadas diversas, mas, só uma professora assumiu um cargo administrativo no período analisado.

A professora Afra da Costa e Silva que, em 1896, ocupava o cargo de diretora da seção feminina do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, na cidade de São Luiz do Paraitinga. Mas, no ano seguinte, apareceu na documentação ocupando o cargo de adjunta no mesmo estabelecimento, muito provavelmente tenha sido “rebaixada” para o cargo de docência, quando houve a unificação do Grupo Escolar, assumindo um homem a direção da escola.

A respeito dessa situação das mulheres, é recorrente que ao assumirem cargos de direção, o faziam sobretudo da seção feminina, enquanto o grupo escolar estava sendo instalado e funcionando, geralmente, em prédios diferentes, no momento da unificação dos prédios, as mulheres retornavam às salas de aula, enquanto a direção era entregue a um homem.

Os homens dessa turma continuaram a assumir postos de inspeção ou de direção das escolas de formação e/ou graduadas. Alguns ocupando funções de destaque, como o professor Gomes Cardim, que, entre outras funções, assessorou a reforma do ensino no Estado do Espírito Santo, em 1908, tendo sido nomeado diretor da Escola Normal de São Paulo, em 1925²⁸⁴.

Das 14 professores do sexo masculino, só três não assumiram algum cargo administrativo nos primeiros 12 anos da carreira, mas todos lecionaram em algum momento em escolas graduadas. Entre homens e mulheres da turma, só a professora Carolina Cortez Branco lecionou exclusivamente em escolas isoladas, do interior e capital, nos primeiros 13 anos de carreira analisados.

Os professores dessa turma mantiveram a característica das anteriores de se removerem por muitas escolas e cidades, alguns casos saltam aos olhos pela estranha mobilidade de cargos²⁸⁵.

Como o professor Lindolpho de França Machado, que lecionava anteriormente à sua habilitação como normalista na cidade de Caçapava, sendo depois nomeado para a

²⁸⁴ Cf. Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946). São Paulo: Gráfica Bréscia, 1946, pp. 105-106.

²⁸⁵ O professor Octavio Gomes de Azevedo Cardoso lecionava na Escola Modelo Maria José, na capital, em 1897, tempos depois o encontramos como professor de escola isolada masculina na Vila de Santo Amaro. Assim, é comum verificarmos professores que são removidos de escolas graduadas para escolas isoladas.

direção do Grupo Escolar da mesma cidade, mas, conforme informações obtidas, em 1909, era professor do mesmo grupo e, em julho de 1909, novamente era nomeado para a direção do Grupo Escolar de Caçapava²⁸⁶.

Regendo uma classe na Escola Modelo Prudente de Moraes, na capital, no ano de 1898, o professor Moysés Horta de Macedo pede exoneração do cargo e vai lecionar em escola isolada da cidade de Casa Branca em 1902; assumindo no ano seguinte a direção do Grupo Escolar de Casa Branca. Neste caso, é interessante apontar que o professor era natural dessa cidade e que, em 1897, havia sido diplomado pelo quarto ano da Escola Normal²⁸⁷, portanto, com um diploma do secundário completo.

Isso nos faz refletir que alguns professores utilizavam a possibilidade de remoção ou permuta, como forma de conseguir se transferir para uma cidade de seu interesse, mesmo que, em um primeiro momento, isso significasse lecionar em escolas consideradas de posição inferior²⁸⁸.

Quanto à localização e ocupação dos cargos em escolas existentes em diferentes regiões e cidades do estado, como observado nos dados do Quadro 17, dos 30 professores diplomados em 1894, que iniciaram sua carreira no magistério até 2 anos após a habilitação, apenas cinco estavam lotados na capital, sem os dois quartanistas formados nesse ano.

Com o passar dos primeiros 5 anos de atividade profissional, esses normalistas encontravam-se distribuídos da seguinte forma: 11 professores haviam sido removidos para a capital e outros 11 permaneceram em outras regiões do estado. Passada a primeira década da trajetória profissional, temos oito professores na capital e 14 nas demais cidades do estado.

Notamos, assim, a primeira retração de professores atuando na capital passada a primeira dezena de anos no magistério. Podemos aventar que a criação e instalação de

²⁸⁶ O professor era natural da cidade de Guaratinguetá, na região do Vale do Paraíba, mesma região da cidade de Caçapava.

²⁸⁷ Na turma de 1894, vamos encontrar alguns formandos que retornaram à Escola Normal em outros anos para completar o curso normal: Carlos Alberto Gomes Cardim em 1895, Moysés Horta Macedo em 1897 e Maria Cândida de Oliveira em 1900.

²⁸⁸ Os professores Virgílio Vieira dos Santos, Anna Leonidia Senna e Euzébia Pereira de Mello, estão entre os que por mais tempo permaneceram lecionando na mesma cidade ou região. No caso do primeiro, lecionou na cidade de Guaratinguetá, mesma cidade de onde era natural; as outras professoras lecionaram por muitos anos na região do Vale do Paraíba, tendo as duas nascidas na cidade de Jacareí, na mesma região. Mais uma vez, é possível fazer uma ligação entre o tempo de permanência de alguns professores com o local de nascimento, mesmo que essa hipótese seja difícil de ser analisada para o conjunto de professores da turma. O número de mestres nesta condição demonstra que havia um interesse por permanecer próximo ao possível local de residência familiar, mesmo que essa escolha retardasse a nomeação para uma escola graduada.

grupos escolares em cidades do interior e o aumento significativo desse tipo de escola em pouco tempo²⁸⁹, assim como a implantação de escolas complementares, possam ter contribuído para atrair uma parcela significativa desses normalistas, bem como o desejo de lecionar em regiões ligadas às suas origens e a seus laços familiares²⁹⁰.

QUADRO 43

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1894 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	5	25	
Cinco anos de atividade	11	11	8 não localizados ²⁹¹
Dez anos de atividade	8	14	8 não localizados

Desta forma, ao cruzarmos as informações sobre o local de nascimento dos professores com os locais de docência, percebemos uma maior permanência para aqueles que estavam nomeados para as mesmas cidades, na mesma região ou próxima.

Esses dados são por demais recorrentes para se tratar apenas de uma coincidência, demonstrando que os professores faziam escolhas e opções para o desenvolvimento da trajetória profissional, mesmo que estas os afastassem de locais com possibilidades de ascensão de cargos de direção, administração ou de reger escolas graduadas, muitas vezes, preferindo permanecer ou remover-se para escolas isoladas, deixando tais cargos.

Nos mapas abaixo, podemos extrair que a região do Vale do Paraíba manteve-se ocupada pelos professores normalistas quase de forma similar para os períodos analisados. Os dados demonstraram que a capital ainda concentrou muitos dos professores, sobretudo com remoções posteriores às primeiras nomeações, mas, que outros locais apresentaram um certo grau de interesse para manter os mestres nessas regiões.

²⁸⁹ Em 1894, haviam sido instalados seis grupos escolares, sendo um na capital e cinco no interior (ANTUNHA, 1976, p.72); em 1898, já existiam 38 grupos instalados e, em 1900, totalizam 46 grupos instalados, chegando em 1908, com 80 escolas funcionando no estado, 18 na capital e 62 no interior e litoral (ANUÁRIO DO ENSINO 1907-1908).

²⁹⁰ De um total de 37 diplomados no ano de 1894, sete professores eram nascidos na cidade de São Paulo, 14 de cidades da região do Vale do Paraíba, oito da região Central, quatro de outras regiões e quatro de fora do estado (Rio de Janeiro e Bahia). Cf. Livro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário (AHCC – DPL NOR 002).

²⁹¹ Referente a professores com lacunas para o primeiro quinquênio de atividade profissional.

Após 10 anos da atividade docente, notamos que passou a haver uma presença significativa na região Mogiana, nas cercanias da cidade de Ribeirão Preto que, em alguns anos, se tornaria a “capital mundial do café”, e a região absorvia 20% da população do estado em 1900 (LOVE, 1982, pp. 46-47).

MAPA 7 – Turma de diplomados de 1894 – carreira na instrução pública

Entre os diplomados de 1895, observamos um grande número de normalistas que estava se formando pelo quarto ano do curso secundário normal. Em uma turma de 24 formandos, cinco deles eram quartanistas (ANEXO 6).

De todos esses normalistas secundaristas ou com o curso completo de 4 anos, somente uma não teve sua carreira analisada nos dados anteriores, por se tratar de uma normalista habilitada em 1889, a professora Maria Eugênia de Azevedo Antunes. Em razão dessa particularidade, ela será analisada com os demais 19 normalistas que se formaram pela primeira vez em 1894²⁹².

Dos 20 professores habilitados nessa turma, exclusivamente a professora Izabel de Mendonça Castro encaixa-se no CAMPO 1, com um cargo encontrado no magistério, na escola isolada da Consolação na capital, em 1896.

Dois mestres entraram no CAMPO 2: Alfredo de Freitas, cuja primeira nomeação foi de 1896, na cidade de Tietê, depois lecionou na Vila do Capão Bonito do Paranapanema, em 1898; e Felisbina Narcisa Coelho, regendo a escola da cidade de Piracicaba, em 1897, tendo o outro cargo identificado na escola da cidade de Capivari, em 1901.

No CAMPO 3, temos 14 professores, cuja trajetória profissional foi documentada por um período maior que 10 anos, destes cinco lecionavam na capital e nove em outras localidades do estado.

Para o grupo de professores com lacunas na carreira (CAMPO 4), temos três normalistas, em dois a ausência de informação foi para o começo da carreira, Francisco Furtado Mendes Vianna teve como primeira informação o cargo de professor da Escola Modelo Prudente de Moraes na capital em 1900, período em que já havia completado o curso normal de 4 anos; Amélia Oscarlina Martins que, em 1907, era adjunta do terceiro Grupo Escolar do Brás, na capital e Leonina Gomes dos Santos, da escola da cidade de Bocaina em 1896, depois como adjunta do Grupo Escolar da Lapa, na capital, em janeiro de 1911.

²⁹² Alguns professores dessa turma retornariam em outros anos para completar o curso secundário, foram eles: Francisco Furtado Mendes Vianna, em 1898; João Carlos da Silva Borges, em 1897.

QUADRO 44

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1895			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	1	0	5
CAMPO 2	0	2	10
CAMPO 3	5	9	70
CAMPO 4	2	1	15
TOTAL	8	12	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dos 14 professores com um maior tempo de docência localizado nos documentos, quatro eram homens e dez mulheres. Dois homens iniciaram sua carreira em escolas graduadas e na capital do estado: Alfredo Rodrigues do Prado, na Escola Modelo do Carmo em fevereiro de 1896; e João Carlos da Silva Borges na Escola Complementar anexa à Escola Normal de São Paulo, em fevereiro de 1898, este último havia se habilitado no quarto ano do curso normal no ano anterior.

Entre as mulheres, duas tiveram como primeira nomeação grupos escolares do interior, nas cidades de Amparo e Pindamonhangaba, e duas no Jardim da Infância anexo à Escola Normal. As demais iniciaram suas carreiras em escolas isoladas do interior e da capital.

Sem distinção de gênero, todos os professores lecionaram em escolas graduadas em algum momento no período analisado, ou seja, entre os dez primeiros anos de atividade no magistério.

Para os homens, o cargo de maior destaque para essa turma foi o de professor da Escola Normal de São Paulo e a direção de grupos escolares, nenhum deles ascendeu ao cargo de inspetor escolar no começo da carreira. Dentre as mulheres, uma ocupou o cargo de direção, na seção feminina do Grupo Escolar de Iguape²⁹³, entre fevereiro e julho de 1900, quando foi nomeada, como adjunta do mesmo grupo. A professora Joanna Grassi ocupou o cargo de inspetora substituta do Jardim da Infância no ano de 1909.

²⁹³ O Grupo Escolar de Iguape foi instalado em janeiro de 1894, mas as seções masculinas e femininas funcionaram até junho de 1900 em prédio separados, e os professores arcando com as despesas (ANUÁRIO DO ENSINO 1907-1908).

Dos quatro professores, apenas o professor Alfredo Rodrigues apresentou maior mobilidade de instituições e localidades, pois, em 11 anos de carreira transferiu-se para sete escolas diferentes, ocupando cargos de professor e diretor, em cinco cidades, passando por escola modelo, por grupos escolares e escolas isoladas, até retornar por meio de permuta para a capital onde lecionou em escola isolada masculina em 1907. Os demais professores mantiveram-se em cidades próximas e por muito tempo em algumas instituições²⁹⁴.

Do conjunto das dez professoras, podemos verificar que houve maior mobilidade entre instituições que entre localidades, algumas delas permanecendo por todo o período na mesma cidade ou região.

Caso das professoras Ambrosina da Conceição Xavier que permaneceu na capital e Anna de Barros foi removida da capital para Sorocaba, regendo escolas na cidade por quase 10 anos.

Igualmente ocorreu com a professora Cecília Fortes, que regeu por todo o período escolas na cidade de Iguape, e Cecília Maria de Abreu que depois de ser nomeada para uma escola isolada da cidade de Caçapava em 1896, foi removida para a cidade de Jacareí, ambas situadas no Vale do Paraíba em janeiro de 1897, lecionando em diversas escolas da cidade por mais de 10 anos.

Ainda, a professora Joanna Grassi que permaneceu na capital e a normalista Maria Joaquina de Oliveira que lecionou em cidades localizadas no Vale do Paraíba, entre 1896 e 1911²⁹⁵.

A questão da permanência por longos períodos em algumas cidades ou regiões, mais uma vez se confirma com um grupo de professores, havendo uma ligação entre os locais de nascimento e os que foram escolhidos para exercer a atividade profissional.

Nestes casos, as escolhas dos professores foram direcionadas por um interesse no local onde exerceriam o magistério, em lugar da instituição de ensino que atuariam.

²⁹⁴ Como o professor Antonio de Oliveira Santo, que foi nomeado em 1896, para a escola isolada de São Roque e, em 1900, transferido para a Escola Modelo de Itapetininga, permanecendo na cidade. Ou o professor Benedicto Mario Calazans, professor em Paraibuna no ano de 1896, removido para São Luiz do Paraitinga em 1897 e depois retorna como adjunto de grupo escolar para a cidade de Paraibuna em 1907. O professor João Carlos da Silva Borges, lecionou em 1898 na Escola Complementar anexa, permanecendo na instituição até 1911, quando foi nomeado lente substituto da Escola Normal de São Paulo.

²⁹⁵ Ambrosina da Conceição era natural da cidade de São Paulo, Anna de Barros da cidade de Sorocaba, Cecília Fortes da cidade de Iguape, Cecília Maria da cidade de Silveiras e Maria Joaquina da cidade de Pindamonhangaba (ambas no Vale do Paraíba). Joanna Grassi era natural da cidade de Rio Claro, a única em que diferença entre local de nascimento e de docência. Cf. Livro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário (AHCC – DPL NOR 002).

Escolhas como deixar escolas modelos ou grupos escolares para atuarem em escolas isoladas de bairros ou sedes de município não impediam que os professores fizessem escolhas pela remoção²⁹⁶.

Destarte, conforme podemos avaliar pelos dados do Quadro 20, 16 professores tiveram uma nomeação para cargo no magistério em até 2 anos após a formatura, e cinco foram designados para escolas na capital.

Depois do primeiro quinquênio de atividade profissional, tivemos seis professores lecionando na capital e oito, no interior e litoral.

Ampliando para uma década de carreira, houve quatro professores na capital e dez em outras localidades. Para essa turma, percebemos que não houve alterações significativas dos professores que regiam escolas nas diferentes regiões, mantendo-se com pequenas variações que ora elevaram os números na capital, ora nas demais regiões.

QUADRO 45

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1895 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	5	11	
Cinco anos de atividade	6	8	2 não localizados ²⁹⁷
Dez anos de atividade	4	10	2 não localizados

Como podemos verificar nos mapas abaixo, as regiões que mais receberam e mantiveram os professores normalistas no período de 10 anos foram as Central e o Vale do Paraíba, mas em números absolutos houve sempre maior presença desses professores nas escolas situadas na cidade de São Paulo.

²⁹⁶ Algumas situações encontradas nos documentos demonstram ações de relações de parentesco influenciavam autorizadas pelos agentes oficiais, tais como: a professora Adelaide Escobar Bueno, professora da escola mista da Estação do Pilar, em São Bernardo, foi substituída, durante o período de 60 dias em que foi autorizada a sair de licença, pela sua filha, Adelaide Escobar Bueno Filha. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 21 de fevereiro de 1908, ano 17, n.º. 42, p. 502.

²⁹⁷ Referente a professores com lacunas para o primeiro quinquênio de atividade profissional.

MAPA 8 – Turma de diplomados de 1895 – carreira na instrução pública

Os professores que receberam a habilitação do curso normal no ano de 1896 totalizavam nove; destes, três estavam se diplomando pelo quarto ano do curso secundário, complementando o curso de 4 anos. Todos esses quartanistas tiveram suas trajetórias analisadas em suas respectivas turmas, durante sua primeira passagem pela Escola Normal²⁹⁸.

Desta forma, houve seis professores que estavam se diplomando pela primeira vez, a menor turma que a Escola Normal de São Paulo diplomou no período republicano (ANEXO 7).

Para todos esses seis professores, foi possível verificar mais de uma nomeação no ensino público estadual, portanto, nenhum deles se encaixou no padrão do CAMPO 1. Assim como também para o CAMPO 2, não havendo professores com a carreira localizada inferior a 5 anos.

Cinco dos professores enquadram-se no CAMPO 3, visto que foi possível rastrear a trajetória docente por mais de 5 anos. Entre eles, só uma professora iniciou sua carreira na capital, lecionando em escola isolada da Freguesia de Sant'anna. No CAMPO 4, a professora Maria A. de Azevedo Brocarbo foi a única com um intervalo grande entre as docências, que não pôde ser verificado, como uma permanência longa na mesma instituição.

QUADRO 46

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1896			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	0	0	0
CAMPO 2	0	0	0
CAMPO 3	1	4	83
CAMPO 4	0	1	17
TOTAL	1	5	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

²⁹⁸ Eram eles: Antônio Alves Aranha, diplomado em 1890, João Lourenço Rodrigues, diplomado em 1890, e Thereza Couto Rodrigues, diplomada em 1891.

A professora Maria Brocarbo, única da turma que se encaixou em um campo diferente de análise, foi nomeada em janeiro de 1897 para a 2ª escola da cidade de Vila de Lençóis, no interior do estado, e, em fevereiro de 1907, foi removida para a escola mista de Cerqueira César na capital. Se levarmos em consideração essa informação como correta, e a professora tenha lecionado por 10 anos na mesma escola, a normalista no primeiro decênio da carreira somente lecionou em escolas isoladas, deixando o interior para se instalar na capital.

Dos outros cinco professores da turma, dois eram homens e três mulheres. Os homens iniciaram suas carreiras em escolas isoladas de cidades do interior, e o cargo de maior destaque na primeira metade da vida profissional foi de professor da Escola Complementar de Itapetininga, onde lecionou o professor Antônio de Arruda Malheiros em 1904, e de diretor do Grupo Escolar de Fartura, para qual foi nomeado o professor Luiz José Dias em 1911.

Para o primeiro professor, somente foram observados dois cargos para um período de 7 anos de docência, tendo sido nomeado inicialmente para a escola do bairro de Santa Cruz na cidade de São Roque, em janeiro de 1897.

O professor Dias teve um período de 12 anos de sua carreira encontrado na documentação e, em 1900, foi removido pela segunda vez, sendo empossado no Grupo Escolar de Faxina, removido 1 ano depois, lecionou por quase 10 anos em escolas isoladas das cidades de Itaberá e Capão Bonito do Paranapanema, até em 1911, foi nomeado para diretor de grupo escolar de Fartura e, em 1912, para Itaporanga²⁹⁹.

Entre as professoras, todas iniciaram suas carreiras em escolas isoladas, uma na capital, tendo posteriormente conseguido remoções para escolas graduadas, como grupos escolares, a Escola Complementar anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes e a Escola Normal, ambas na capital, e as escolas complementares de Piracicaba e Campinas.

Duas professoras, Adelina de Abreu e Escolástica Couto Aranha³⁰⁰ possuíam para a primeira década da carreira no magistério um histórico que poderíamos considerar “ascendente”, ou seja, ambas deixaram as escolas isoladas onde lecionavam

²⁹⁹ O professor era natural da cidade de Paranapanema, região da Baixa Sorocabana, situada no sul do estado, e como se pode observar lecionou por todo o período em cidades situadas na mesma região.

³⁰⁰ O professor Antônio Alves Aranha era esposo da professora Escolástica, e no período que a esposa lecionou nas escolas complementares de Piracicaba (1897) e Campinas (1903), era diretor nas duas instituições.

anteriormente à passagem pela Escola Normal e, em 1897, assumiram classes em escolas complementares, não mais sendo removidas no período de escolas desse padrão.

A professora Lectícia de Ulhôa Cintra que iniciou suas atividades no magistério na escola da Freguesia de Sant'anna em 1897, teve uma carreira de mudanças de instituições e modelos escolares. Em 1899, lecionava na cidade de Mogi Mirim, na 4ª escola da cidade; em fevereiro do ano seguinte foi removida para o grupo escolar da mesma cidade onde permaneceu por 8 anos, até ser transferida para a escola isolada mista do Butantã, na capital em 1908.

Como se pode ver, para dois normalistas dessa turma, a mudança de uma escola graduada para uma isolada de alguma forma foi necessária, por imposição ou desejo, e em alguns casos, esses profissionais permaneciam por um tempo relativamente longo nessas escolas de professor único.

Quanto à circulação desses professores pelas instituições de ensino e cidades, conforme observado nos dados do Quadro 23, apenas dois normalistas iniciaram suas atividades profissionais na capital. Passados os primeiros 5 anos, apenas uma professora permaneceu na capital, mas, após a primeira dezena de anos, três professores estavam lecionando na capital e outros três em cidades do interior do estado.

QUADRO 47

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1896 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	2	4	
Cinco anos de atividade	1	5	1 não localizados ³⁰¹
Dez anos de atividade	3 ³⁰²	3	

Mesmo com números equilibrados, mais uma vez a capital é local de atração dos normalistas, sobretudo quando observamos a maior passagem de tempo na atividade profissional.

Como podemos observar nos mapas abaixo, houve deslocamento da predominância da região do Vale do Paraíba para a região Central, continuando a cidade

³⁰¹ Referente a professores com lacunas para o primeiro quinquênio de atividade profissional.

³⁰² Incluímos a professora Maria A. de Azevedo Brocarbo, que depois de 10 anos estava lecionando na capital.

de São Paulo a atrair grande número de professores com o passar o tempo de serviço no magistério. Destacamos também um leve deslocamento de normalistas para a região da Baixada Sorocabana ou mais ao sul do estado.

MAPA 9 – Turma de diplomados de 1896 – carreira na instrução pública

Na turma de formandos da Escola Normal de 1897, foram localizadas informações sobre a trajetória profissional de 25 professores, e deste número quatro eram alunos quartanistas.

Três desses quartanistas já tiveram suas carreiras analisadas em turmas anteriores³⁰³, só a professora Anna Rodrigues de Carvalho, oriunda da turma de 1883, foi incluída no conjunto do exame das carreiras da turma de 1897 (ANEXO 8).

Destes 22 professores, foi possível determinar uma nomeação no magistério para o período analisado de somente três, ou seja, enquadram-se no CAMPO 1³⁰⁴. No CAMPO 2, dos professores com a carreira verificada até 5 anos, após a formatura, temos a professora Alzira Ortiz de Andrade, nomeada para a 3ª escola da cidade de São João da Boa Vista em 1898 e removida em 1901, para o Grupo Escolar do Brás na capital.

Os professores com carreira docente ou na instrução pública com mais de 5 anos, CAMPO 3, foram em número de 15, destes, oito iniciaram a carreira na capital.

E os normalistas com alguma lacuna no decorrer da carreira, CAMPO 4, foram observados três, e só um deles com ausência de informação no início da atividade profissional³⁰⁵. Os outros dois professores apresentaram um grande intervalo de informação no decorrer da carreira³⁰⁶.

³⁰³ Foram eles: João Carlos da Silva Borges, diplomado no ano de 1895, João Francisco Pinto e Silva, diplomado em 1891, e Moysés Horta de Macedo, da turma de 1894.

³⁰⁴ O professor Miguel Ramos de Castro, que foi nomeado em fevereiro de 1898 para a 3ª escola da cidade de Pindamonhangaba, anexa ao Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol. A professora Malvina C. de Oliveira França, que em 1902 era adjunta no Grupo Escolar do Brás, na capital. E Maria Júlia Marcondes de Godoy, lecionando no Jardim da Infância anexo à Escola Normal de São Paulo, a partir de fevereiro de 1898.

³⁰⁵ Saturnina de Araújo, cuja primeira nomeação foi de 1904, como adjunta do 1º Grupo Escolar do Brás, na capital.

³⁰⁶ Os dois professores eram: José Barreto que foi nomeado em 1898, como adjunto da Escola Modelo do Carmo, na capital, e depois encontramos o professor em 1908 lecionando na 1ª escola da Vila de Cotia. E a professora Amélia Garcez de Barros, que atuava no magistério desde 1892, na cadeira do bairro de Mineiros na cidade de Dois Córregos e, em 1907, lecionava como adjunta do 3º Grupo Escolar do Brás, na capital.

QUADRO 48

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1897			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	2	1	14
CAMPO 2	0	1	4
CAMPO 3	8	7	68
CAMPO 4	2	1	14
TOTAL	12	10	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dos 15 professores com a trajetória documentada para a primeira década ou um pouco mais além, eram dois homens e 13 mulheres. Desses dois professores, só um alcançou um cargo de direção no período analisado, foi o normalista Ayres Amâncio de Moura que, em pouco mais de 3 anos, dirigiu o Grupo Escolar de São Luiz do Paraitinga, cidade do Vale do Paraíba³⁰⁷.

O outro professor teve sua carreira ligada nesse período às escolas complementares da capital, primeiro lecionando na anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes e em 1906, na anexa à Escola Normal; já em março de 1911, foi nomeado para a Escola Normal Primária anexa à Escola Normal de São Paulo onde regia a cadeira de Geografia Geral e do Brasil e História Geral e do Brasil.

Assim, como já observamos na turma anterior, os professores dessa turma, com exceção dos quartanistas, não ocuparam cargos de inspeção ou direção de escolas de forma significativa. Ao comparar a carreira dos normalistas com o curso completo de 4 anos, percebe-se que esses foram rapidamente nomeados para cargos nas instituições de formação de professores e de inspeção.

As mulheres assumiram diversos cargos de docência de grupos escolares e escolas, modelos e complementares, mas, para o período nenhuma assumiu um cargo de direção de qualquer instituição de ensino.

³⁰⁷ O professor Ayres Amâncio era natural da cidade de Paraibuna, na região do Vale do Paraíba, e sua trajetória profissional foi ligada a esta cidade ou cidades da região. Em 1898, era professor da 2ª escola isolada de Paraibuna e, no mesmo ano, foi nomeado como adjunto do grupo escolar da cidade, lecionando até 1906, quando assume a direção do grupo de São Luiz do Paraitinga, foi removido para a capital, em 1909, ocupando o cargo de adjunto no Grupo Escolar do Arouche menos de um ano e novamente retorna à cidade Paraibuna, como professor da escola do bairro de Ilhéus.

Todas passaram por escolas graduadas, e algumas foram nomeadas para o primeiro cargo no magistério nessas instituições, nove professoras tiveram como cargo de início de carreira uma escola graduada na capital ou interior, destacamos que quatro delas ficaram por mais de 5 anos, como interinas em grupos escolares da capital.

Oito das professoras que iniciaram suas carreiras em escolas graduadas permaneceram nesse modelo de escola em todo o período analisado, nunca tendo lecionado em escolas isoladas³⁰⁸.

Nessa turma de diplomados, notamos que houve uma menor circulação dos professores formados pelas cidades do estado, as remoções entre escolas persistem, mas, com um maior intervalo de permanência também nas instituições.

Dentre todos os 15 professores da turma, nove deles permaneceram na mesma cidade durante toda essa primeira década da carreira, e sete em escolas na cidade de São Paulo³⁰⁹.

Assim, 60% desses professores não se removeram por outras cidades do estado. Dos seis professores que se transferiram entre cidades, notamos que, para apenas a metade, houve uma mudança para um número maior que três escolas no período, demonstrando que mesmo quando houve mudança de cidades e escolas, uma parcela significativa permaneceu um longo período lecionando na mesma instituição.

Quanto à circulação dos professores pelas instituições de ensino e cidades paulistas, conforme observamos nos dados do Quadro 26, foram 17 os professores que conseguiram uma nomeação nos 2 anos posteriores à formatura do curso normal, destes, nove tiveram como primeiro local de docência escolas na capital e oito em escolas do interior ou litoral.

Após 5 anos de atividade profissional no ensino público, foi mantido o número de professores lecionando na capital, somente havendo uma diminuição dos que estavam designados em outras regiões por falta de informação para o quinquênio de dois professores.

Passados 10 anos, após o início da carreira docente, a distribuição desses professores pelo estado encontrava-se inalterada, alguns deixaram o interior e dirigiram-se à capital, e outros fizeram o caminho inverso, mantendo os números estabilizados.

³⁰⁸ Só a professora Perpétua Cândida de Salles, que iniciou a carreira no Grupo Escolar de Jacareí em 1900, foi removida, em 1902, para a 7ª escola da cidade de Jau.

³⁰⁹ Só a professora Antônia Nogueira e Leocádia Coque que lecionaram no interior, a primeira, em Sorocaba e a segunda, em Itapetininga.

QUADRO 49

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1897 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	9	8	
Cinco anos de atividade	9	6	2 não localizados ³¹⁰
Dez anos de atividade	9	6	2 não localizados

Essa relativa estabilidade e a reduzida circulação dos normalistas diplomados no ano de 1897 são refletidas nos mapas abaixo. Neles podemos observar quase uma permanência e repetição dos locais onde esses professores estavam exercendo o magistério.

Para essa turma, a concentração de professores na região onde se localiza a capital, em todos os períodos analisados, foi muito superior às demais regiões do estado.

³¹⁰ Referente a professores com lacunas para o primeiro quinquênio de atividade profissional.

MAPA 10 – Turma de diplomados de 1897 – carreira na instrução pública

Para a turma de formandos de 1898, foram encontradas informações sobre a carreira docente dos normalistas, ou seja, da turma completa daquele ano. Entre esses professores, dois deles eram quartanistas³¹¹, portanto, temos 22 que ainda não tiveram suas trajetórias profissionais avaliadas no conjunto dos anos anteriores (ANEXO 9).

Desses professores, três deles só foi observada uma nomeação na instrução pública, que os colocam no CAMPO 1³¹².

No CAMPO 2 da tabela abaixo, só três professoras tiveram suas carreiras observadas na documentação até 5 anos após a formatura, foram elas: Leonor Soares da Silva que, em 1899, foi nomeada para a escola da cidade de Faxina, removida em 1900, para o grupo escolar da mesma cidade e, em 1902, estava lecionando na Escola Complementar de Piracicaba³¹³; Maria Adelina de Andrade, adjunta do Grupo Escolar de Jacaré em 1901 e, em março de 1902, removida para a capital, no Grupo Escolar da Santa Ifigênia; Maria da Conceição Pereira, que foi nomeada em fevereiro de 1899 para a Escola Modelo Prudente de Moraes, na capital, permanecendo na escola até 1904.

Como verificamos pelos dados acima, duas professoras removeram-se, pelo menos, uma vez de uma escola e uma cidade em até 5 anos de atividade, com tempo médio de permanência de 2 anos nas instituições de ensino.

Os professores com a atividade profissional verificada por um período superior a 5 anos, CAMPO 3, nesta turma foram em número de 15, destes normalistas, oito iniciaram a carreira em escolas da capital.

Dentre os professores da turma de 1898, só a professora Aurora Barbosa possuía uma ausência de informação para os primeiros anos da carreira (CAMPO 4), pois a encontramos, no ano de 1907, como adjunta no Grupo Escolar da Liberdade, na capital, e em janeiro de 1909, removida para o Grupo Escolar Prudente de Moraes também na capital.

³¹¹ Francisco Antunes Maciel, diplomado na turma de 1892 e Francisco Furtado Mendes Vianna, da turma de 1895.

³¹² A professora Áurea de Almeida, na escola preliminar da cidade de São João da Boa Vista, nomeada em fevereiro de 1901. Emília Augusta Vasques, professora na escola isolada feminina de São José, na cidade de Taubaté, em 1907. E Ermelinda da Glória Bittencourt, nomeada para a escola do bairro da Liberdade, na capital, em 1899, esta faleceu no ano de 1901, conforme informação obtida no Diário Oficial do Estado de São Paulo, 21 de janeiro de 1901, ano 10, n.º. 18, p. 277.

³¹³ A professora Leonor Soares da Silva faleceu em 20 de fevereiro de 1902, aos 22 anos de idade. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 27 de fevereiro de 1902, ano 11, n.º. 44, p. 433.

QUADRO 50

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1898			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	1	2	14
CAMPO 2	1	2	14
CAMPO 3	8	7	68
CAMPO 4	1	0	4
TOTAL	11	11	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

No conjunto dos 15 professores com a carreira avaliada para mais de 5 anos, houve somente um homem, que se diplomou pela primeira vez no curso normal. O professor João Baptista Nogueira³¹⁴ lecionou os primeiros 11 anos da carreira na cidade de Piracicaba, não foi nomeado para nenhum cargo de direção ou inspeção, mas, ao deixar a Escola Normal de São Paulo foi reger uma classe na Escola Complementar de Piracicaba em 1899, continuou nessa instituição quando em 1911 foi transformada em Escola Normal Primária de Piracicaba, tornando-se docente da cadeira de Geografia Geral e do Brasil e História Geral e do Brasil³¹⁵.

Assim como o único professor, nenhuma das 14 mulheres dessa turma assumiu ou ocupou um cargo de direção no período analisado. Quatro professoras tiveram como primeiro cargo uma escola graduada e quase todas as diplomadas, em 1898, tiveram passagens por escolas desse modelo no decorrer da atividade no magistério.

A única exceção foi a normalista Lucinda Maria Braga que, em fevereiro de 1899, foi nomeada para a escola mista das Palmeiras, na capital e, no ano de 1908³¹⁶, continuava regendo na mesma escola.

Outra professora desse grupo, já lecionava anteriormente à sua passagem pela Escola Normal, Guilhermina Augusta Mallet regia uma escola na Vila Novaes em 1891.

³¹⁴ O professor era natural da cidade de Taubaté, no Vale do Paraíba. Cf. Livro Termos de Matrículas do Primeiro Ano Sexo Masculino (AHCC – ENS MAT 008).

³¹⁵ Como não foi possível encontrar outra informação profissional do professor até o ano de 1913, podemos supor que o mesmo se manteve lecionando em Piracicaba.

³¹⁶ Ano da última informação sobre a carreira da professora, esta era natural da cidade de Lorena, no Vale do Paraíba, conforme Livro de Registro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário (AHCC – DPL NOR 002).

A carreira dessa docente foi bem movimentada mesmo antes de sua diplomação, visto que, em 1893, havia sido removida para uma escola da Vila do Cruzeiro, em janeiro de 1894, foi novamente removida para uma escola de bairro na cidade de Lorena e, mesmo antes de se habilitar como normalista, foi lotada no grupo escolar dessa cidade em 1896.

Depois de formada, foi nomeada adjunta do Grupo Escolar de Santa Ifigênia, na capital e, em março de 1902, recebeu autorização para fazer uma permuta, transferindo-se para a 3ª escola da cidade de São Simão, deixando, assim, uma escola graduada para lecionar em uma escola isolada do interior do estado³¹⁷.

Das oito professoras que iniciaram sua carreira na capital, sete delas permaneceram por todo o período na cidade de São Paulo, seja em escolas graduadas ou isoladas³¹⁸. Das que ficaram na capital, só a professora Joanna de Camargo Tolomy era natural da cidade de São Paulo, e três delas eram nascidas em outros estados, como Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ao que parece, a questão do local de docência perpassa pelo local de nascimento do professor, quando este se localizava em cidades do interior ou litoral do estado. Geralmente, os professores que permaneceram longos períodos na capital não nasceram nessa cidade, assim, podemos aventar que a cidade de São Paulo no período estava crescendo vertiginosamente, econômica e populacional, atraindo uma massa populacional de outras regiões do estado, do país e do exterior (MORSE, 1970).

É certo que a cidade oferecia uma maior possibilidade de exercer atividades em diversos ramos do comércio e serviços, o que no caso das professoras casadas ou sob o abrigo familiar pode indicar a decisão da permanência na capital.

Outra situação foi o fato de que na capital concentravam-se o maior número de grupos escolares, além da Escola Normal e as instituições anexas, o que para algumas professoras poderia ser uma oportunidade de exercer a profissão em escolas que oferecessem melhores condições de ascensão na carreira ou do exercício profissional.

Nesta turma, dois casos podem apontar para essa sugestão de que o local de nascimento coincide com a escolha profissional para as regiões que não sejam a capital,

³¹⁷ A professora era natural da cidade de Queluz, localizada no Vale do Paraíba, região onde lecionou por todo o período anterior à sua diplomação, provavelmente, entre 1891 a 1899.

³¹⁸ A professora Brisabella Barbosa, por todo o período analisado, exerceu a atividade em quatro escolas da capital; em janeiro de 1909, foi removida para a cidade de Casa Branca, mas, em março do mesmo ano foi nomeada como adjunta do Grupo Escolar da Avenida Paulista, na capital, o que pode indicar que a professora não chegou a deixar a cidade de São Paulo.

já que duas professoras deixaram as cidades onde lecionavam para se removerem para cidades do interior onde nasceram.

A professora Erothildes de Souza Lobo, que regendo uma classe na Escola Complementar de Piracicaba, em 1900, foi removida em março de 1901 para o Grupo Escolar de Bananal, cidade onde nasceu, permanecendo no local até depois de 1908, data da última informação sobre a professora. Outro caso, foi a professora Maria Amélia Motta, nomeada em fevereiro de 1899 para a 2ª escola preliminar da Vila Tremembé, na capital e, em seguida, removida para o cargo de adjunta no Grupo Escolar de Pindamonhangaba, cidade de onde era natural.

Podemos então refletir se as escolhas dos professores pelos locais para exercer a atividade profissional eram passíveis de inúmeras escolhas pessoais, desde aquela para se manter próximo à família até as oportunidades de desenvolvimento da carreira.

Mas, conforme demonstrado nessa turma e anteriores, é comum os professores que permaneceram por longos períodos no interior ou litoral, terem alguma relação com o local de onde eram naturais com as regiões de docência, muito mais do que os que tiveram uma trajetória semelhante na capital.

Com relação a essa mobilidade pelo estado de São Paulo, como demonstrado nos dados do Quadro 29, nove professores iniciaram suas carreiras, até 2 anos após a formatura, na capital, e outros oito em diferentes cidades do estado. Passados o primeiro quinquênio, mantiveram-se os professores que lecionavam na capital. No interior, houve um pequeno declínio, pois houve dois professores com problemas de falta de informação no decorrer da carreira.

Depois de 10 anos de atividade profissional, só uma professora havia deixado a capital, mantendo mesmo assim um número superior de professores que exercia a atividade docente na capital.

QUADRO 51

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1898 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	9	8	
Cinco anos de atividade	9	6	2 não localizados ³¹⁹
Dez anos de atividade	8	7	2 não localizados

Como verificamos abaixo, o leste do estado e as localidades mais ao norte continuaram a atrair um número significativo de normalistas, mesmo no decorrer da carreira no serviço público.

A cidade de São Paulo foi a que mais recebeu esses professores no decorrer no tempo, superando em muito, qualquer outra cidade do interior ou litoral. Mais uma vez, as regiões do Vale do Paraíba e Central foram as localidades que continuavam a atrair e manter alguns desses professores diplomados pela Escola Normal, tanto pela criação de escolas graduadas, grupos escolas e escolas complementares ou pelas escolhas pessoais, como a proximidade com as cidades onde mantinham laços familiares.

³¹⁹ Referente a professores com lacunas para o primeiro quinquênio de atividade profissional.

MAPA 11 - Turma de diplomados de 1898 – carreira na instrução pública

E, concluindo, temos a décima turma de normalistas analisada por esta pesquisa, diplomada no ano de 1899. Fechamos, assim, uma época que, posteriormente será apresentada como o “período áureo” da educação (CATANI, 2003), em obras memorialistas, relatórios de educadores e pela historiografia.

Os primeiro 10 anos de intervenções e reformas do regime republicano foram apresentados como um período de grande entusiasmo pelas causas da educação (NAGLE, 1976), havendo grandes criações e investimentos para instalar um sistema de ensino, notadamente, primário e de formação de professores, que se espraiasse pelas diversas regiões do estado.

Em 1899, conseguimos localizar a carreira docente de 49 normalistas, desse grupo apenas uma professora era quartanista com a carreira verificada em turma anterior³²⁰ (ANEXO 10). Desta forma, iremos verificar a carreira de 48 professores com uma primeira passagem pela Escola Normal de São Paulo³²¹.

Percebemos que essa turma mostrou maiores problemas na localização das informações sobre a carreira profissional. Houve dez professores com só uma informação de atividade no ensino público, para o recorte temporal da pesquisa e que se encaixam no CAMPO 1 da tabela abaixo, com nove deles lecionando em escolas da capital³²².

No CAMPO 2, foram seis professores com carreira verificada até 5 anos, após a formatura, quatro deles exercendo o magistério na capital³²³. É importante destacar que, para esse período que temos informações sobre os professores, mesmo com remoções de alguns mestres, os que lecionavam na capital continuaram na mesma cidade, e os que trabalhavam no interior também continuaram em escolas do interior, e só a professora Maria Luiza Rangel foi removida do Grupo Escolar de Campinas para uma escola isolada no município de São Bernardo, portanto, mudando de cidade.

Para os professores com a carreira documentada com mais de 5 anos, tivemos 29 no CAMPO 3, e a maioria estava lecionando em cidades do interior e litoral do estado, o que difere dos demais campos de professores para essa turma.

³²⁰ Angelina Ferreira Goulart Aguiar, diplomada da turma de 1892.

³²¹ As professoras Maria Benedicta Fernandes e Maria de Miranda retornaram anos mais tarde para completar o curso normal de 4 anos, a primeira em 1907, e a segunda em 1906.

³²² As professoras: Alzira Bonilha, Benedicta Kiehl, Celestina Barreto do Amaral, Christina de Aquino, Florinda Rodrigues de Mello, Hercília de Andrade Azevedo, Maria de Lourdes de Almeida Nogueira, Pérola Mac Intyre, Rosalina Ohl e Thereza de Paula Monteiro.

³²³ Os professores: Sebastião Osório de Azevedo Antunes, Maria Christina Vuono, Maria do Carmo Neves Moraes Gomide, Maria Luiza Rangel, Maria von Atzingen e Odila de Toledo Macuco.

No CAMPO 3, professores com grande ausência de informações sobre a carreira tivemos três normalistas, todas lecionando na capital. Todas com falta de informações que impossibilitaram determinar com exatidão o ano de início da carreira do magistério, Luiza Tavares de Alvarenga só foi localizada em 1907, lecionando em escola isolada da capital, Rachel Ayres, em 1911, em escola feminina do bairro da Barra Funda na capital e Ruth Guimarães na escola isolada feminina do bairro do Apeninos, também na capital³²⁴.

QUADRO 52

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS – TEMPO DE ATIVIDADE NO MAGISTÉRIO – TURMA 1899			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	PORCENTAGEM
CAMPO 1	9	1	21
CAMPO 2	4	2	13
CAMPO 3	11	18	60
CAMPO 4	3	0	6
TOTAL	27	21	100

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Livros de Registro de Posse de Professores. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Anuários do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e 1908-1909.

Dentre os 29 normalistas com as carreiras profissionais verificadas, para além dos 5 anos iniciais, na instrução pública, houve sete homens e 22 mulheres. Nesse grupo de professores, dois deles já exerciam o magistério em época anterior à habilitação no curso normal.

O professor João Francisco Monteiro lecionava em escola isolada no bairro de Belém, na cidade de Taubaté, no ano de 1892, onde permaneceu até março de 1901, ou seja, após a formatura retornou para sua escola, quando foi removido para o grupo escolar daquela cidade e, no ano seguinte, foi reger interinamente uma classe na Escola Complementar de Piracicaba. E Amélia Pinto Vale Moura regia uma escola isolada de bairro em Vila Bela, atual Ilhabela, em 1896, município que exerceu o magistério até

³²⁴ Chama a atenção que todas as professoras, mesmo para o período dilatado do ano da formatura, iniciaram suas carreiras em escolas isoladas da capital. Assim, Luiza Tavares, em 1910, foi removida para o Grupo Escolar da Barra Funda, na capital; Rachel Ayres, por meio de permuta, foi reger uma classe do Grupo Escolar de Itatiba, em 1912 e Ruth Guimarães permuta sua escola para lecionar nas Escolas Reunidas do Belenzinho, na capital, em 1908.

1902, quando foi removida para a 1ª escola de São Vicente, onde lecionou, pelo menos, até 1908³²⁵.

Dos sete normalistas dessa turma, apenas um conseguiu ocupar um cargo de inspeção, Antônio Primo Ferreira³²⁶, esse e mais quatro foram nomeados em algum momento da carreira para o cargo de direção de grupos escolares³²⁷. Todos os sete passaram em algum momento do início da carreira por escolas graduadas, predominantemente, os grupos escolares.

Uma análise nesse grupo de professores demonstra que houve maior permanência nas cidades onde trabalhavam. Dois deles, Arlindo Chagas e Nicanor Pereira, foram os que menos tempo permaneceram em suas escolas ou cidades. O primeiro em 10 anos removeu-se de quatro cidades e cinco instituições, o segundo, para um período verificável de 8 anos, removeu-se o mesmo número de escolas e cidades. Os demais, embora tenham transferido-se das instituições ficaram por um período significativo nas mesmas cidades, aproximadamente, 10 anos, para cinco dos professores.

Confrontando os locais de nascimento desses professores, descobrimos que quatro deles permaneceram por longos períodos da carreira nas cidades de origem ou na mesma região. O professor Nicanor Pereira iniciou sua carreira, em 1900, na cidade onde nasceu, Itapira, mas removeu-se, em 1902, para Campinas³²⁸.

Percebemos ser comum, assim como foi observado em turmas anteriores, que os docentes deixassem ou fossem dispensados de cargos em escolas graduadas para assumirem escolas isoladas em outras localidades. O que para alguns podia significar ser mais importante do que permanecer em escolas que, supostamente, tinham uma melhor infraestrutura material, era conseguir uma nomeação para uma cidade ou local de interesse, e apoiado nessa nomeação obter uma remoção, caso fosse possível, para escolas graduadas do local.

³²⁵ João Francisco Monteiro era natural da cidade de Taubaté, onde lecionou por mais de 10 anos. Amélia Pinto Vale Moura era nascida em São Sebastião, cidade situada no litoral norte paulista, próxima ao município de Ilhabela.

³²⁶ Foi nomeado inspetor escolar em abril de 1913.

³²⁷ Antônio Primo Ferreira foi diretor do Grupo Escolar de Vila Bela (Ilhabela) em 1902, Antônio Sebastião da Silva, diretor do 2º Grupo Escolar de Rio Claro em 1912, Isaltino de Mello diretor do Grupo Escolar Coronel Nogueira Cobra, na cidade de Bananal em 1900, e Nicanor Pereira da Silva diretor do Grupo Escolar Coronel Tobias, em Belém do Descalvado em 1903.

³²⁸ O professor foi dispensado do cargo de adjunto no Grupo Escolar de Itapira em fevereiro de 1902, assumindo uma escola isolada na Estação de Valinhos, em Campinas.

Entre as mulheres, só Eunyce Pereira de Caldas foi nomeada para cargo de direção; dirigiu dois grupos escolares, o Grupo Escolar Cesário Bastos em Santos em 1902, anteriormente ocupava o cargo de adjunta no grupo, desde 1901, e por meio de permuta com o normalista Justiniano Freire, foi dirigir o Grupo Escolar de Araras em fevereiro de 1905. No ano seguinte, removeu-se para o cargo de adjunta do Grupo Escolar do Carmo, na capital.

Do total de professoras, apenas quatro delas lecionaram todos os anos iniciais da carreira em escolas isoladas, tanto da capital como do interior³²⁹, as demais ficaram em escolas graduadas, como a Escola Complementar anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes, apenas uma delas, e em grupos escolares da capital, interior e litoral do estado.

Quanto à circulação dessas professoras pelas cidades do estado, nove dessa turma permaneceram lecionando na mesma cidade ou região para a primeira década de atividade docente, e sete em escolas da capital.

Entre as mulheres, foi possível perceber uma maior movimentação entre cidades e escolas, das 13 que lecionaram em mais de uma cidade no período, nove lecionavam na capital em até 10 anos, ou seja, esse foi o último cargo verificado pela pesquisa. Das quatro que lecionaram em cidades do interior ou litoral nesse período, apenas uma deixou a capital, a professora Isolina de Almeida Câmara, por meio de permuta com outra professora, foi lecionar, no Grupo Escolar de Itatiba³³⁰ em 1907.

Como podemos verificar, a capital nesse final de século era a cidade que mais absorvia e interessava aos professores normalistas. Se estes não conseguiam uma primeira nomeação para se manterem na capital após a formatura, em poucos anos de atividade profissional, de remoção em remoção, conseguiam ocupar escolas instaladas na cidade de São Paulo³³¹.

A partir de 1899, o Governo passa a contar com os primeiros professores primários oriundos do curso complementar, e nas páginas do Diário Oficial notamos

³²⁹ Amélia Pinto Vale Moura lecionou em escolas isoladas do litoral paulista, Ismenia Salmann na escola mista da Vila Cerqueira César na capital; Maria Benedicta Fernandes lecionou em diferentes escolas isoladas de cidades do interior, e Maria Rita Marcondes Domingues regeu a escola isolada do Carandiru na capital.

³³⁰ A professora solicitou exoneração do cargo de adjunta do Grupo Escolar de Itatiba em março de 1907, quase 2 meses depois da permuta, não sendo mais possível localizar informação posterior sobre sua carreira.

³³¹ O caso da professora Lydia Alves Vianna, natural da cidade de Campinas, pode ser um exemplo dessa remoção de professores que ocorria pelas regiões do estado. Até 1906, era adjunta no Grupo Escolar da Alameda do Triunfo na capital; em julho de 1906 foi removida por permuta para o Grupo Escolar Conde de Parnaíba, em Jundiaí e, em junho de 1908, foi lecionar no Grupo Escolar de Sertãozinho, quando em fevereiro de 1909 novamente retornou à capital, como adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás.

durante a pesquisa que estes vão sendo nomeados para as escolas preliminares e grupos escolares instalados ou criados em cidades do interior. Uma pesquisa comparativa talvez pudesse demonstrar a substituição dos normalistas nessas localidades pelos professores complementaristas, formados nas instituições da capital e do interior.

Quanto à movimentação do conjunto de professores diplomados em 1899 pela Escola Normal de São Paulo, conforme observado nos dados do Quadro 32, 29 foram os normalistas que conseguiram uma nomeação para a instrução pública em até 2 anos após a formatura, e 12 lecionavam na capital.

Decorridos os 5 primeiros anos de atividade profissional, o número de professores mantinha-se o mesmo, tanto em números gerais, 29 normalistas, como para distribuição deles pelas regiões do estado.

Para depois do primeiro quinquênio, como foi apontado, houve uma maior remoção ou transferência dos professores normalistas para a capital, chegando ao número de 19 os que, em até 10 anos, estavam lecionando na cidade de São Paulo, contra dez que permaneceram ou se removeram para outras cidades. Passando de pouco mais de 41% dos normalistas na capital para 65% do total de professores com carreira analisada para mais de 5 anos.

QUADRO 53

RELAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS NORMALISTAS DIPLOMADOS NO ANO DE 1899 E QUE INICIARAM SUAS CARREIRAS ATÉ DOIS ANOS APÓS A FORMATURA.			
PERÍODO	CAPITAL	INTERIOR/LITORAL	OBSERVAÇÃO
Primeira nomeação	12	17	
Cinco anos de atividade	12	17	
Dez anos de atividade	19	10	

Os dados apresentados acima demonstraram que houve uma maior aglutinação de professores normalistas na capital em detrimento de outras regiões. Nos mapas abaixo, é possível visualizar com o passar do tempo o “esvaziamento”, por assim dizer, de regiões do interior e litoral do estado.

Algumas das cidades do interior ou litoral onde se mantiveram lecionando os professores normalistas, quase se repetem para todo o período analisado, corroborando a informação apresentada sobre uma maior permanência desses mestres em algumas localidades.

MAPA 12 - Turma de diplomados de 1899 – carreira na instrução pública

Conforme demonstrado acima, a legislação referente à instrução pública regulamentava a remoção e permuta dos professores pelas escolas e cidades do estado de São Paulo. Esses deveriam requerer às instâncias superiores a remoção ou a autorização para permuta com outros professores de igual categoria, ou seja, que regressem escola de mesmo padrão ou com a mesma titulação³³².

Ao analisarmos o Diário Oficial do Estado, foi possível verificar que em quase todas as suas edições havia solicitações de professores para remoção ou permuta de suas cadeiras³³³, às vezes, para escolas na mesma localidade e, em outros casos, para outras cidades, seja para escolas isoladas ou graduadas, e como demonstrado nos anexos, até mesmo, para permutas de cargo de direção.

Indicações de inspetores, diretores de escolas ou autoridades municipais para que professores assumissem ou recebessem a autorização para a remoção de escolas também são facilmente observáveis. Como os docentes, em alguns casos, precisavam obter a autorização de alguns desses agentes, para que seus pedidos fossem encaminhados aos órgãos superiores, a possibilidade de se conseguir a transferência desejada passava pelas mãos desses funcionários hierarquicamente superiores, que poderiam emitir um parecer favorável ou não ao pedido do solicitante.

Como podemos verificar, tanto pela apresentação dos anexos como para os dados que foram divulgados para cada turma de diplomados pela Escola Normal, era comum que os professores ou, pelo menos, para a maioria que estes permanecessem exercendo a atividade profissional por um período curto nas escolas, sobretudo nas escolas isoladas, mas também foi demonstrado que o trabalho em grupo escolar não significava uma maior permanência dos mestres nessas instituições³³⁴.

³³² Permutas eram autorizadas pelo Poder Executivo entre professores de escolas graduadas e isoladas, como no caso dos professores João Rolim Brisolla, da 1ª escola de Itapetininga, e o professor Edmundo Prestes Vieira, do 1º Grupo Escolar de Amparo, ambos não foram encontrados na relação de diplomados da Escola Normal. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 8 de janeiro de 1905, nº. 7, p. 79.

³³³ As solicitações de remoções de professores somente encontram paralelo nas páginas do Diário Oficial para os pedidos de licenças dos docentes, por diferentes motivos e algumas até para mais de 6 meses de licença, que são tão comuns em quase todas as edições analisadas do referido jornal oficial.

³³⁴ Não devemos esquecer que, nessas escolas, os professores poderiam ser dispensados ou nomeados por interesse do Governo, sem que solicitassem sua remoção. Indiscutivelmente, ocorriam dispensas dos professores, ver anexos, o que contribuiu em parte para a grande circulação de docentes por alguns desses grupos escolares. Em alguns, casos os professores recorriam contra os atos de dispensa, como por exemplo, Minervina França que foi dispensada do 1º Grupo Escolar do Brás e nomeada para o Grupo Escolar do Pari, ambos na capital, ato que indica que foi contra sua vontade removida de uma escola para outra. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 8 de janeiro de 1905, nº. 7, p. 79. Ou o caso de um

Nos casos em que os professores permaneceram por um período maior lecionando na mesma instituição, normalmente, essas escolas eram as graduadas, notadamente, escolas modelos, complementares ou a própria Escola Normal, o que não impediu encontrarmos casos em que professores removiam-se de algumas dessas instituições para reger até mesmo escolas isoladas, tanto instaladas em sede de município como em bairros em outras cidades.

Conforme demonstrado acima, apenas uma pequena parte dos professores regeu exclusivamente escolas isoladas para a primeira década de atividade profissional, o mais comum é que os professores conseguissem remoções para escolas graduadas, conforme estas eram criadas e instaladas, a partir de 1894. Dos poucos professores que permaneceram trabalhando em escolas isoladas nesse período, de uma parcela significativa conseguimos demonstrar que as cidades ou regiões onde estavam instalados coincidiam com o local do nascimento, o que demonstra que, de alguma forma, esses professores mantinham algum vínculo com os locais onde deveriam possuir laços de parentescos ou afetivos³³⁵.

Possivelmente, uma pesquisa que conseguisse localizar a documentação com informações sobre o local de residência no momento em que os alunos matriculavam-se na Escola Normal, ou mesmo, quando a deixavam, poderia demonstrar com maior exatidão quantos normalistas escolhiam seus locais de trabalho próximos àqueles onde residiam seus familiares.

Mas, a situação comum era que os professores permanecessem pouco tempo lecionando nas escolas de professor único, o que foi demonstrado na análise da trajetória profissional de grande parte dos normalistas, alguns deles ficavam somente um 1 ou 2 anos em uma escola.

ofício encaminhado à Inspetoria Geral do Ensino pelo diretor do Grupo Escolar do Espírito Santo do Pinhal, propondo a dispensa do adjunto daquela escola, e a nomeação de outro que havia sido dispensado do Grupo Escolar de Itapira. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 17 de janeiro de 1905, nº. 14, p. 151.

³³⁵ Identificamos que não só os laços afetivos ou de parentescos tinham relação com a cidade onde o professor exercia sua atividade, foi comum encontrar casos de parentes que trabalharam na mesma instituição ou que eram indicados para substituí-los em casos de licenças. Entre tantos casos, em 1907 três professoras da família Luchetti lecionavam no Grupo Escolar Prudente de Moraes na capital, assim como professoras com o sobrenome Furquim Leme lecionavam no Grupo Escolar de Bragança no mesmo ano. Cf. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908. Em 1911, foram nomeados três professores que regiam cadeiras na cidade de São José do Rio Pardo para o recém-instalado grupo da mesma cidade. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 14 de janeiro de 1911, nº. 11, p. 146. Muitos casos foram os que membros da família do professor substituíram-no em sua ausência e, até mesmo, permutavam suas cadeiras.

Para alguns desses normalistas, as escolas isoladas deveriam servir como forma de aguardar uma oportunidade de nomeação para uma escola graduada ou para que o professor conseguisse remover-se para alguma localidade de seu interesse de forma mais fácil, tendo em vista que tinham o direito de requerer a nomeação para qualquer escola vaga ou regida por professor provisório, sem a necessidade de prestar concurso, caso não houvesse concorrentes.

Desta forma, esses professores agindo taticamente utilizaram-se das possibilidades e oportunidades que a legislação oferecia aos normalistas, para conseguir galgar cargos de interesse na instrução pública ou para exercerem o magistério na cidade desejada (CERTEAU, 2007). Por meio das solicitações de remoções e da existência de um vasto número de escolas provisórias ou vagas no estado, o professor poderia se movimentar mais fácil e rapidamente por instituições e localidades³³⁶.

Para depois de 1894, observamos que os professores cada vez mais foram obtendo remoções das escolas isoladas para os grupos escolares que estavam sendo instalados, seja porque esses grupos ao serem criados encampavam as escolas isoladas situadas nas áreas urbanas ou por nomeação para reger classes em grupos.

Com a criação de mais grupos escolares, sobretudo depois de 1897, conforme demonstrado nos anexos, os normalistas vão cada vez mais ocupando cargos nessas instituições, tanto os homens como as mulheres. Embora o lugar de adjunto nos grupos escolares não ser exclusivo para os normalistas, e alguns professores concursados ou complementaristas tenham ocupado esses postos, os grupos escolares, sobretudo os instalados na capital foram sendo cada vez mais oferecidos aos professores oriundos da Escola Normal de São Paulo.

Aliás, a capital foi se tornando o local para onde os normalistas eram, frequentemente, nomeados ou removidos. Se para os primeiros anos de atividade profissional no magistério tivemos um maior número de normalistas em cidades do interior ou litoral; em poucos anos na instrução pública o número de normalistas que estavam instalados em escolas na capital aumentava, em muitos casos, ultrapassavam,

³³⁶ Foram encontrados normalistas, em especial, a partir de 1900, que assumiam cargos de substitutos efetivos em grupos escolas (ANEXO 11). As nomeações para esse cargo, geralmente, ocorriam logo após a formatura, ou seja, como primeiro cargo no magistério. Em nosso entender, a possibilidade de ser nomeado como substituto efetivo era uma forma de “contornar” a lei que obrigava o professor a iniciar sua carreira em escola isolada, pois o Decreto n°. 1.239, de 30 de novembro de 1904, determinava que o tempo de exercício desses cargos eram computados para o período de obrigatoriedade em que o professor devia lecionar em escolas isoladas.

se confrontados com os professores que permaneciam regendo em outras regiões, conforme atestam os quadros apresentados acima.

Ao que parece, a capital era um local que despertava o interesse dos normalistas, e que fazia uma parcela considerável conseguir uma nomeação ou remoção para a cidade. Como demonstramos, com o passar dos anos, sobretudo próximo à virada do século, era cada vez maior o número de normalista que conseguia, até mesmo como sua primeira nomeação, reger uma escola na capital ou próxima a ela.

Em discurso intitulado *O que pensam as normalistas*, proferido por Almeida Júnior para a turma de normalistas diplomadas em 1927, o então paraninfo da turma cita que uma parcela delas somente tinha interesse em ensinar na capital e, por ser “praticamente impossível”, estas iriam “ensinar contrariadas” ou não ensinariam (ALMEIDA JÚNIOR, 1966, p.106). Lecionar na capital era o “sonho dourado de toda moça recém-formada”, desejavam “o Canaã de quanta professorinha se estiole e suspire nos lugarejos do interior ou nos tristonhos bairros do sertão: querem a capital.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1966, p.108).

Como se pode observar na passagem, a capital não deixaria de se tornar o local de desejo para alguns professores, ao mesmo tempo difícil de alcançar para uma nomeação no início da carreira.

Em relatório datado de 1895, do então diretor da Escola Normal de São Paulo, para o Secretário dos Negócios do Interior, pode nos oferecer uma pista do motivo de um dos interesses dos normalistas pela capital. Nesse relatório, o diretor afirma que houve uma menor concorrência de pessoas residentes no interior em razão da “carestia da vida na capital”, e que a Escola Normal servia quase “exclusivamente aos moradores dessa cidade”³³⁷.

A respeito dessa afirmação, podemos deduzir que se esses alunos residiam na capital, era mais que provável que desejassem permanecer na cidade, após a formatura. Confrontando a informação do relatório com os livros de matrículas, percebemos que a grande maioria dos alunos não era nascida na cidade de São Paulo. O que reforça a questão apontada, da importância da localização de documentos que pudessem demonstrar o local de residência dos alunos para melhor compreender a questão das escolhas realizadas pelos professores, tendo em vista que nem sempre o local de

³³⁷ Relatório apresentado ao Sr. Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário dos Negócios do Interior por Gabriel Prestes, Diretor da Escola Normal. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1895.

nascimento podia indicar ou confirmar o local de residência no momento da passagem pelo curso normal.

Com certeza, outros fatores influenciavam as escolhas pela capital, o maior número de escolas graduadas existentes, a Escola Normal e suas escolas anexas, regiões da cidade que já dispunham de uma melhor infraestrutura e, na passagem do século, a capital adquiria ares de metrópole. Impressões sobre as transformações pelas quais passaram a cidade nesse período nos foram deixadas por diversos autores, quase sempre a tônica foi como a cidade havia se agigantado e remodelado-se (PINTO, 1979).

Essas transformações e as possibilidades oferecidas para exercer uma atividade profissional deveriam atrair as famílias do interior do estado, sobretudo as que não estivessem ligadas diretamente à produção do café ou às regiões mais economicamente desenvolvidas. Além disso, para os professores também havia a vantagem de estarem próximos aos órgãos de governos ligados à instrução pública.

As informações apresentadas nos quadros demonstraram um deslocamento constante e cada vez maior dos professores à cidade de São Paulo. Se somarmos todos os dados para o início da carreira dos professores das dez turmas, verificamos que dos 231 professores localizados, 181 estavam lecionando em cidades do interior ou litoral, ou seja, 78% dos normalistas, contra apenas 50 que permaneceram na capital.

Passado o primeiro decênio de atividade no magistério, tivemos 113³³⁸ professores dispersos pelas cidades paulistas, 54% do total e 95 docentes na capital, assim, haveria quase um equilíbrio entre os dois grupos³³⁹.

As regiões e cidades que cingiam a capital, foram as que mais receberam normalistas no período analisado. Uma parte significativa do oeste só foi se desenvolver a partir dos anos de 1920, especialmente com a expansão das estradas de ferro e da lavoura de café (LOVE, 1982), talvez, por isso, percebemos quase uma ausência de normalistas nomeados para essa região.

Regiões de povoamento mais antigo e/ou que se encontravam em rápido desenvolvimento econômico e populacional foram as que mais atraíram e mantiveram os professores. Destacadamente, cidades situadas no Vale do Paraíba, a região Central e Mogiana foram as que receberam um maior contingente de professores normalistas no período, e as antigas cidades como Guaratinguetá, Lorena, Cunha, Paraibuna,

³³⁸ Não foi possível localizar a carreira docente de alguns normalistas no período de 10 anos.

³³⁹ Em algumas turmas, o número de normalistas na capital superou os de outras regiões, sobretudo a partir de 1897.

Pindamonhangaba, Campinas, Amparo, Mogi Mirim, entre outras, foram o principal destino desses professores³⁴⁰.

Para o período, podemos afirmar, para quase totalidade dos normalistas, que estavam concentrados em cidades com até 200 km distantes da capital, que a capital e as cidades mais próximas eram as com maior adensamento de professores, e quanto mais nos afastamos menor foi o número desses mestres lecionando nas cidades.

Se, para o regime republicano a escola era um “emblema da instauração da nova ordem” (CARVALHO, 2003, p.23), e a atenção das primeiras reformas voltou-se à escola primária e à formação de professores capacitados, pois não se poderia reformar a instrução pública, sem possuir professor preparado para instituir novos processos escolares, como foi destacado por Caetano de Campos (RODRIGUES, 1930a, p. 199). Mas, observamos com a distribuição desses normalistas formados na primeira década republicana que seja, pelo reduzido número de diplomados ou pelo desinteresse em lecionar em algumas regiões, esses professores foram sendo nomeados ou removidos para locais com concentração urbana significativa e, desse modo, assumiriam escolas, preferencialmente, localizadas em centros urbanos.

Quando não eram designados para as escolas graduadas, regiam as escolas isoladas em sede de município, em alguns casos, nos bairros. Afastando-se, dessa forma, das escolas situadas nas zonas rurais, certamente, as mais precárias da rede de instrução pública.

Assim, a irradiação desses professores, supostamente detentores do conhecimento de novas práticas de ensino e formados em instituição modelar, dava-se para cidades que possuíam certa infraestrutura e adensamento urbano. O que deixava uma grande parte das escolas criadas em zonas rurais ou de povoamento recente para serem regidas por professores provisórios.

Quanto à questão da nomeação de homens para cargos administrativos ou de inspeção e as mulheres para cargos de docência, observamos que foi comum que os homens ocupassem os cargos de direção na primeira década de atividade no magistério. Alguns conseguiram cargos de maior destaque com pouco mais de 5 anos de efetivo exercício, como inspetor escolar ou diretor de escola modelo.

Como apontado pela pesquisa de Demartini e Antunes (1993), também os professores formados e, em atividade na virada do século XIX e na primeira década do

³⁴⁰ Conforme mapas apresentados.

XX, tiveram uma ascensão para os postos de direção e administração da instrução pública.

Durante a análise das informações recolhidas, percebeu-se que os normalistas diplomados, até 1894, foram os que mais rápido ascenderam a cargos de direção e inspeção nos primeiros 10 anos da carreira. Para os formados, após esse ano, notamos uma maior permanência dos professores no cargo de docência, até mesmo, em escolas isoladas. E os que assumiram cargos ligados à administração, estes foram quase exclusivamente as de diretor de grupos escolares³⁴¹.

No caso das mulheres, algumas conseguiram galgar cargos como de diretora de grupos escolares, exclusivamente da seção feminina quando só se instalavam essa seção ou quando as seções masculina e feminina funcionavam em prédios distintos. Ao se reunir as seções em um único prédio, eram os homens que assumiam a direção desses estabelecimentos.

A regra para as professoras é que assumissem a função docente por maior tempo na carreira ou por todo o período de trabalho no ensino público. A totalidade das mulheres pesquisadas estava exercendo atividade em sala de aula, sobretudo nos grupos escolares.

Assim, podemos concluir que os cargos ligados à administração das escolas e do ensino público estavam sendo ocupados por homens, mas ao mesmo tempo um conjunto copioso desses professores permanecia lecionando, casos que encontramos por mais de 10 anos, em escolas graduadas ou isoladas³⁴².

No artigo de Demartini e Antunes (1993), os professores relataram que permaneceram pouco em sala de aula e foram providos de forma rápida para cargos de direção ou em atividades técnicas. Para o período analisado, verificamos que a carreira para os homens dava-se de forma menos linear, pois foi comum encontrar professores que ocupavam cargos de direção e retornavam para lecionar.

Esses “altos e baixos” na trajetória profissional, a passagem por diversos modelos de escolas ou de cargos na instrução, foi uma marca facilmente observável para

³⁴¹ No discurso de Almeida Júnior para as normalistas formandas no ano de 1923, o educador aponta que os cargos administrativos realmente eram ocupados exclusivamente por homens. Isso fica claro quando diz: “(...) A superioridade da mulher, na instrução das crianças, é indiscutível. Toda a educação primária, inclusive as funções administrativas, abandonadas aos poucos pelo homem, que se lança em mais aventurosas empresas, ficará em breve em vossas mãos exclusivas.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1966, P.114).

³⁴² Casos como o professor Arlindo Lopes Chagas, diplomado em 1899, que com 10 anos de profissão só havia ocupado cargos de docência. Ou do professor Benedicto Estevam dos Santos, que em 17 anos de profissão analisada, foram dedicados em grande parte à docência, sendo nomeado em alguns períodos, como diretor de grupo escolar.

os homens. No caso das mulheres, embora tenha havido muitas mudanças de instituições, os cargos ocupados eram sempre de docência, e podemos dizer que estas ficavam por mais tempo lecionando nos grupos escolares.

Uma pesquisa que realizasse um recorte vertical sobre um grupo de normalistas, que cruzasse as atividades exercidas no ensino público, com as possíveis atividades realizadas ligadas à educação, como por exemplo, a produção de obras didáticas, a participação em associações, ligações de parentes e políticas, entre outras, poderia contribuir para apontar quem eram os homens que tinham uma rápida ascensão na instrução pública³⁴³.

Um traço em comum entre homens e mulheres durante a trajetória profissional foi a pouca permanência nas escolas públicas para onde eram nomeados. Esses professores, via de regra, regiam por um curto período de tempo e logo se removiam para outras localidades, ou mesmo, para escolas da mesma cidade.

Essa dinâmica de remoções, permutas, nomeações, licenças ou dispensas deveria ser prejudicial, se pensarmos, por exemplo, na questão de instituir uma nova prática de ensino nas escolas paulistas, quando um desses professores deixava sua escola, sobretudo, as escolas isoladas, nem sempre havia um substituto formado para substituí-lo, devendo os inspetores ou agentes municipais indicarem professores provisórios para esses locais.

A dificuldade de realizar um trabalho contínuo e duradouro nas escolas, em razão da constante mudança dos professores foi percebida também por Costa (1983), que, sendo de ensino primário hierarquizado, com professores que recebiam melhor remuneração, conforme o modelo e a localização das escolas, “estes eram impelidos a constantes transferências, permanecendo nos bairros tempo insuficiente para ensinar ler aos seus alunos” (COSTA, 1983, p. 112).

Como um dos fatores para a mobilidade dos professores, a autora aponta as questões financeiras, a busca por nomeações em escolas que remunerassem melhor a atividade profissional, tais como as escolas sede de município e as seriadas. Não podemos deixar de concordar que as questões pecuniárias deveriam exercer certo peso

³⁴³ Professores como Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson, João Chrysostomo Bueno do Reis Filho, Lourenço Filho, Antônio Firmino de Proença, entre outros, possuem obras que biografam e/ou analisam suas carreiras. Mas, seria interessante tentar realizar uma pesquisa aprofundada de professores que tiveram menor destaque na passagem pela educação.

nas escolhas³⁴⁴, mas também compreendemos que fatores pessoais poderiam influenciar as escolhas realizadas pelos professores, tanto para mudança como pela permanência.

Assim, entendemos que, por mais que esses professores oriundos da Escola Normal de São Paulo fossem capacitados para renovar o ensino primário público, o pouco tempo de permanência desses mestres pelas escolas não possibilitava uma efetiva melhora de grande parte do sistema de ensino.

Fato corroborado pela posição do Secretário dos Negócios do Interior, Oscar Rodrigues Alves, sobre os problemas decorrentes da constante remoção de professores, que resultava, na opinião dele, na “falta de continuidade do ensino, aproveitamento nulo dos alunos, cujas famílias não vendo esforços por parte do mestre, acabam retirando-os da escola” (ALVES apud PAULO, 2007, p. 135).

³⁴⁴ Em 1904, o professor de escola isolada situada em bairro ou sede de distrito de paz recebia 2:400\$000, o professor de escola isolada situada em sede de município 3:100\$000, os professores de grupo escolar, escola modelo e Jardim da Infância recebiam 3:500\$000. Decreto n°. 1.239, de 30 de setembro de 1904.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos demonstrar como ocorreu a inserção dos professores diplomados pela Escola Normal de São Paulo na atividade profissional docente no final do século XIX e na primeira década do século XX. O objeto principal do estudo foi investigar a circulação desses profissionais pelas diferentes instituições ligadas à instrução pública paulista, instaladas em diversas regiões e localidades do estado.

Como destacamos no decorrer do texto, os professores normalistas adquiriram grande importância, sobretudo após a instalação do regime republicano e das reformas da Escola Normal, visto que como salientavam os políticos e pensadores da época, para se organizar o sistema de ensino era imprescindível possuir professores capacitados em modernos métodos de ensino e com substancial conhecimento dos temas propostos, como programas de ensino às escolas primárias.

Os normalistas foram os personagens principais, assim, não poderíamos deixar de apresentar, mesmo que breve, um relato histórico sobre a Escola Normal de São Paulo, pela importância da instituição na formação de professores a partir do final do século XIX. No decorrer deste relato, procuramos focar as pesquisas no professor oriundo dessa instituição, com a finalidade de deixar claro ao leitor, o que entendíamos por normalista, ou seja, aquele profissional portador de diploma da Escola Normal, e com o interesse em responder às questões sobre as origens, a formação e os caminhos que seguiram um conjunto de homens e mulheres diplomados pelo curso normal, tanto na instrução pública como pelo território paulista.

Por intermédio da investigação e análise de um vasto conjunto documental, produzidos, entre 1889 e 1912, foi possível localizar e documentar a trajetória profissional de um número significativo de normalistas, fundamental para a produção deste estudo. Aliás, em nosso entender, no momento da análise documental, produzimos um importante instrumento de pesquisa, que registra a atividade profissional, acadêmica e intelectual dos professores diplomados pela Escola Normal, entre 1890 e 1910. As informações contidas nesta ferramenta de pesquisa, disponibilizada na forma de

anexos³⁴⁵, foram obtidas, tanto nos documentos consultados como nas obras que serviram de referência bibliográfica.

Pensar na produção de uma ferramenta de pesquisa com o objetivo de compilar as informações do conjunto documental foi também a ocasião de decidir os rumos que a pesquisa iria seguir. Já que, ao determinar os temas que seriam envolvidos pela ferramenta também estávamos pensando quais questões sobre a circulação e a atividade profissional dos normalistas poderiam ser respondidas por determinada documentação.

Por outro lado, ao escolhermos verificar a circulação profissional de um conjunto de normalistas, diplomado entre 1890 e 1899, tendo como recorte temporal os primeiros 10 anos de atividade profissional, também determinamos quais os limites deveriam ser observados na análise das informações compiladas pela ferramenta de pesquisa que, certamente permitiriam à pesquisa seguir diferentes rumos.

No decorrer do trabalho, tratamos de abordar questões referentes à trajetória profissional desses professores normalistas, demonstrando como se davam o ingresso na atividade docente e seu desenvolvimento, tais como remoções, permutas, exonerações e os cargos que assumiram, demonstrando as prescrições da legislação e também os possíveis desvios que ocorriam ou poderiam ocorrer, tais como a interferência política na carreira docente.

Procuramos patentear como foi a trajetória pela instrução pública, por quais instituições passaram, e os cargos que ocuparam nos primeiros anos de atividade profissional. Optamos por retratar o percurso desses professores turma a turma e, dessa forma, responder às questões que a pesquisa impunha da forma mais abrangente possível. Pelo grande número de professores e dados recolhidos, esse modo de construção do estudo nos pareceu como o mais adequado para a realização do que foi proposto e para apresentação dos dados obtidos.

Algumas questões apresentadas pela dissertação confirmaram aspectos que foram tratados por obras da História da Educação, entre eles, a quase exclusividade de homens em cargos administrativo-burocráticos, destacadamente, até as duas primeiras décadas do século XX. A pouca permanência dos professores em seus locais de trabalho foi outra questão confirmada em nossas pesquisas, sobretudo nas escolas isoladas, mas também foi registrada uma significativa remoção de professores que lecionaram nas escolas graduadas.

³⁴⁵ Ver Anexos de 1 a 11.

Aliás, neste estudo, foi destacado que era comum encontrar situações em que os professores removiam-se das escolas graduadas, ocupando até mesmo cargos de direção, para escolas isoladas. A questão suscita ser interrogada em posteriores pesquisas, pois poderia, por exemplo, demonstrar as condições de trabalho nos grupos escolares³⁴⁶, e as pressões que eram exercidas sobre os professores, para que observassem os regulamentos e as prescrições. Os professores dessas escolas graduadas poderiam ser destituídos de seus cargos e, possivelmente, serem obrigados a assumir uma escola isolada vaga, mas também poderíamos sugerir o interesse do professor em lecionar em escolas isoladas, seja para trabalhar em uma localidade de sua escolha³⁴⁷ ou, até mesmo, como hipótese, escapar de alguma vigilância ou perseguição por parte do diretor ou inspetor.

A movimentação dos professores normalistas foi intensa pelas cidades paulistas, em especial, as localizadas nas regiões mais desenvolvidas e com alguma organização urbana estabelecida. Com o desenvolvimento da carreira e o passar dos anos, notamos que esses professores foram sendo nomeados para escolas situadas na cidade de São Paulo, sendo cada vez maior o número de normalistas na capital em comparação com outras cidades, sobretudo quando nos aproximamos do final do século XIX³⁴⁸.

Entendemos que, ao demonstrar a concentração de professores em um reduzido número de cidades, especialmente na capital, contribuímos com as pesquisas a respeito da disseminação do conhecimento desses normalistas pelo sistema escolar que estava se estruturando, pois, tanto pelo limitado número de alunos diplomados como pela pouca disseminação desses professores pelas escolas instaladas podemos dizer que houve uma baixa capacidade de reformular o ensino primário por meio da ação direta dos normalistas formados no período.

O trabalho procurou explorar também a questão dos cargos ocupados pelos normalistas, pois importantes estudos historiográficos destacaram que professores oriundos da Escola Normal, até pelo baixo número de diplomados, ocuparam cargos

³⁴⁶ Embora os grupos escolares tenham sido considerados escolas melhor organizadas e equipadas, além de remunerar melhor os professores, encontramos nas páginas do Diário Oficial solicitações de inspetores, diretores e professores por material pedagógico e mobiliário para grupos escolares, o que pode demonstrar que alguns eram instalados sem os devidos equipamentos. Em ofício do inspetor do 28º distrito, informava que a professora Genoveva Clementina, havia retirado os móveis da 1ª escola do Grupo Escolar de Tietê, por ser de sua propriedade. Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo, ano 4, nº 1122, de 27 de março de 1895, p. 13118.

³⁴⁷ Observamos que alguns professores deixaram escolas graduadas para lecionar em escolas isoladas na capital ou nas cidades onde nasceram.

³⁴⁸ Ver conjunto de mapas de 2 a 11.

administrativos ligados à instrução pública³⁴⁹. Na análise das turmas diplomadas na última década do século XIX, notamos que um número elevado de professores permaneceu na atividade docente por muitos anos. Obviamente, a quase totalidade das mulheres foi as que, por mais tempo, exerceram atividade em sala de aula, mas alguns homens também tiveram suas trajetórias profissionais exclusivamente como docentes, em alguns casos, por até 20 anos.

Se ampliássemos a investigação da trajetória profissional desse conjunto de professores normalistas, acompanhando todo o período de atividade na instrução pública, poderíamos dimensionar com mais precisão quais cargos efetivamente ocuparam esses mestres ao longo da carreira. Além disso, outra possibilidade de continuar as investigações a respeito da atividade profissional, seria se deslocássemos a pesquisa dos normalistas do final do século XIX aos diplomados em anos posteriores a 1900, averiguando se esses últimos tinham melhores condições de ascensão profissional que os primeiros.

Durante a produção da ferramenta de pesquisa, realizamos também o levantamento de professores diplomados, entre 1900 e 1911³⁵⁰, com a finalidade de contribuir com futuras pesquisas, e mesmo não sendo o objeto deste trabalho, é possível dizer ser comum a permanência dos professores na atividade docente, até mesmo nas escolas isoladas, nos primeiros anos da carreira. No caso dos homens, que nessas turmas foram sempre a minoria, ocuparam cargos nas escolas complementares, de direção e também de inspeção, com menos de 10 anos de atividade na instrução pública. Não havendo alterações significativas para as mulheres, estas permaneceram na atividade docente, somente com maiores possibilidades de trabalhar nas escolas graduadas, sobretudo pela disseminação dos grupos escolares pelo estado.

Pelos limites impostos para realização da pesquisa e produção da dissertação, a ampliação dos anos da atividade profissional, para além dos 10 anos iniciais, e o olhar para outras turmas da Escola Normal não foi possível ser realizada, ficando como sugestão para uma posterior pesquisa, que, certamente, poderá contribuir para responder questões sobre a carreira desses normalistas.

Pesquisas que também confrontassem a trajetória profissional dos normalistas com a trajetória dos professores diplomados pelas escolas complementares, e até mesmo

³⁴⁹ Destacamos os trabalhos de Tanuri (1979), Souza (1998), Monarcha (1999).

³⁵⁰ Anexo 11.

pelas escolas normais do interior do estado³⁵¹, trariam grande contribuição para os estudos sobre a carreira docente em São Paulo. Já que poderíamos averiguar como profissionais com formação em instituições distintas, legalmente com os mesmos direitos referentes à carreira, ocuparam os postos existentes na instrução pública estadual. O estudo permitiria responder, entre outros aspectos, se o duplo sistema de formação de professores em São Paulo, que perdurou até 1920, quando as escolas normais foram transformadas em modelo único (TANURI, 1979), privilegiava os normalistas diplomados na escola da capital no decorrer da atividade profissional, ocupando cargos de maior destaque.

Certamente, os dados coletados, os documentos analisados, as informações compiladas na ferramenta de pesquisa e as escolhas que precisaram ser feitas para a produção desta dissertação não esgotam as possibilidades de investigação sobre a circulação dos professores pelas escolas públicas, muito pelo contrário, abrem possibilidades de outros estudos que aprofundem a questão da atividade profissional docente.

Uma dessas possibilidades é uma análise verticalizada de alguns nomes que foram compilados na ferramenta de pesquisa e que destoam do conjunto de professores, sobretudo na questão da rápida ascensão profissional. Pesquisas em outras fontes documentais poderiam apontar se esses professores possuíam ou se utilizaram de outros requisitos para se destacar na carreira, tais como padrinhos políticos, títulos de instituições superiores, produção intelectual etc.

No presente estudo, acreditamos ter dado uma contribuição para futuras pesquisas sobre a carreira docente, pois apresentamos como esses normalistas do final do século retrasado foram ocupando as escolas e os postos que estavam sendo criados em um momento de (re) estruturação do sistema de ensino no estado. Entendemos que apresentamos uma reflexão e, principalmente dados, da forma mais completa possível, para o que foi proposto como objeto a ser investigado, e o que permitiram as fontes documentais, mas, de forma nenhuma exaurimos o assunto.

³⁵¹ As escolas complementares foram transformadas em escolas normais primárias e secundárias, a partir de 1911.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA JÚNIOR, A. *A Escola Pitoresca e outros estudos*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1966.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *Instrução Pública no Estado de São Paulo: A Reforma de 1920*. Estudo e Documentos. São Paulo: FEUSP, 1976.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BAUAB, Maria Aparecida Rocha. *O ensino normal na província de São Paulo (1846-1889): subsídios para o estudo normal no Brasil-Império*. Tese de doutorado. São José do Rio Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, 1972.

BEISIEGEL, Celso Rui. *A qualidade do ensino na escola pública*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. *Do vazio à forma escolar moderna: a história da educação como um fardo na Cidade de São Paulo*. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 507-549.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL-USP, 1981.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meio-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantsi. *A Escola na República Velha: Expansão do Ensino Primário em São Paulo*. São Paulo: EDEC, 1983.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Coord.). *Velhos Mestres das Novas Escolas: um estudo das memórias de professores da 1ª República em São Paulo*. Relatório de Pesquisa. Centro de Estudos Urbanos e Rurais – CERU. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri & ANTUNES, Fátima Ferreira. *Magistério Primário: Profissão Feminina, Carreira Masculina*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.º. 86, agosto de 1993, pp.5-14.

DIAS, Márcia Hilsdorf. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FEUSP, 2002.

_____. *Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana*. In: ARAUJO, José Carlos de Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C. (orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

DORA LICE. *O calvário de uma professora*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1928.

DORDAL, Ramon Roca. *Mais Grupos Escolares*. Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1902, pp. 29-32.

EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo (1822-1889)*. Publicação Oficial do Estado de São Paulo comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil, vol. 1. São Paulo: seção de obras do “O Estado de S. Paulo”, 1926.

ESCOLANO, Agustín. *Arquitetura como Programa: Espaço-escola e currículo*. In: FRAGO, Antonio Viñao & ESCOLANO, Agustín. *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FARIA FILHO, Luciano M. *“Dos Pardieiros aos Palácios”: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1996.

_____. *O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões*. São Paulo: Revista da Faculdade de Educação, v. 24, n.º. 1, jan/jun., 1998, pp. 141-159.

_____. *A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de aproximação*. In: FARIA FILHO, L. M. (org.) *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, pp.89-126.

_____. *Instrução elementar no século XIX*. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. & VEIGA, Cynthia G. (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 135-150.

FERREIRA, Manuel. *O ensino normal lá fora: a necessidade d'este ensino em nosso paiz*. Revista de Educação e Ensino: publicação dedicada ao professorado, lavradores e criadores de gado de Portugal e Brasil, vol. 1. Leça da Palmeira: Biblioteca de Obras Úteis e Ilustradas, 1886.

GODOY, José Henrique Artigas de. *Da Opulência à Ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

GONÇALVES, Gisele Nogueira & WARDE, Miriam Jorge. *Oscar Thompson*. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. & BRITTO, Jader de M. (orgs). *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MEC-Inep-Comped, 2002.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Rangel Pestana: jornalista, político e educador*. Tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 1986.

_____. *Lourenço Filho em Piracicaba*. In: Sousa, Cynthia Pereira (org.). *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. *A Escola Normal de São Paulo, entre o nós e o outro*. In: ARAUJO, José Carlos de Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C. (orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

HUBERMAN, Michael. *O ciclo de vida profissional dos professores*. In: NÓVOA, António (org.). *Vida de professores*. 2ª edição. Porto: Porto Editora, 2007, pp. 31-61.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LOVE, Joseph L. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1892.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial & Instituto Fernand Braudel, 2005.

MATTOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 3ª edição. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1981.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENESES, João Gualberto de C. *Direção de Grupos Escolares: análise das atividades de diretores*. São Paulo: CRPE "Professor Queiroz Filho", 1972.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONTEIRO, Regina Maria. *As elites paulistas e a instrução pública no Segundo Império: Brasil – percursos da construção da nação (1870-1889)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, 1998.

MORAES, Dislane Zerbinatti. *Literatura, memória e ação política: uma análise de romances escritos por professores paulistas*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1996.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora: evocações da metrópole*. 2ª edição refundida. São Paulo: Martins Fontes, 1943.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

NÓVOA, António. *Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?* Lisboa: ISEF, 1989.

_____. *Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente*. In: Teoria & Educação, nº. 4, pp. 109-139. Porto Alegre: Pannonica Editora, 1991.

OLIVEIRA, José Feliciano. *O Ensino em São Paulo: Algumas Reminiscências*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1932.

PAULO, Marco Antônio Rodrigues. *A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista: estudo sobre o regulamento da Diretoria Geral de 1910*. Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. 2ª edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946). São Paulo: Gráfica Bréscia, 1946.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 22ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a Ilusão Liberal*. São Paulo: Editora Cortez, 1981.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo – Memórias elaboradas por ocasião do cincoentenário da Escola Normal da Capital*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930a.

_____. *Livro jubilar da Escola Normal da Capital*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930b.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, n° 20, mai/jun/jul/ago de 2002, pp. 60-70.

SILVA, Ilíada Pires da. *Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade sócio profissional docente 1901-1910*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2004.

SOARES, Renato Viana. *Paradigma São Paulo: a exportação do “modelo” republicano paulista de ensino, no início do século XX*. Espírito Santo, 1998.

SOUTO, Rosiley T. *Recrutamento e Qualificação de Professores Primários na Instrução Pública Paulista (1892-1933): Um Estudo das Tecnologias de Estado*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Alicerces da Pátria: Escola Primária e Cultura Escolar no Estado de São Paulo (190-1976)*. Tese de livre-docência. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual, 2006.

TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

TAVARES, Fausto Antônio Ramalho. *Na marcha do ensino: Organização Burocrática do Ensino Estadual no São Paulo Republicano (1892/1910)*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VILLELA, Heloisa de O.S. *O mestre-escola e a professora*. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. & VEIGA, Cynthia G. (orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 95-134.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República: Os Primeiros Passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas*. São Paulo: EDUSP, 2010.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907-1908. Publicação organizada pela Inspetoria Geral do Ensino por Ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C. www.arquivoestado.sp.gov.br.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1908-1909. Publicação organizada pela Inspetoria Geral do Ensino por Ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C. www.arquivoestado.sp.gov.br.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1910-1911. Publicação organizada pela Inspetoria Geral do Ensino por Ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C. www.arquivoestado.sp.gov.br.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1898. Relatório do ano de 1898, apresentado em 20 de setembro de 1899 ao cidadão Dr. José Pereira de Queiroz, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, pelo Dr. Antônio de Toledo Piza. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1900. www.arquivoestado.sp.gov.br.

Atas de Concursos para Professores 1893-1896 (AESP – E01127).

Atos de substituição e transferência de professores 1898-1905 (AESP – E01192).

Atos de substituição e transferência de professores 1902-1905 (AESP – E01194).

Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Volumes I a XX, de 1889 a 1910.

Contrato de Professores 1890-1897 (AESP – E01135).

Contrato de Professores 1892 (AESP – E01144).

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1891 a 1912. www.imprensaoficial.com.br.

Exames – nomeações – licença – exoneração – regularização de escolas – sindicâncias 1899-1936 (AESP – C09470a).

Histórico Demográfico do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Prefeitura de São Paulo. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/.

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1846, 1868, 1874, 1887, 1892, 1893. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. www.al.sp.gov.br.

Livro de Controle de Professores Adjuntos 1905-1920 (AESP – E01206).

Livro Índice de Registro de Posse de Professores 1895-1896 (AESP – E01117).

Livro de Matrícula dos Alunos da Escola Normal de São Paulo 1888-1894 (AHCC – ENS MAT 002).

Livro de Matrículas de Alunas da Escola Normal de São Paulo 1888-1894 (AHCC – ENS MAT 003).

Livro de Registro de Diplomas 1887 a 1892 (AHCC - DPL NOR 001).

Livro de Registro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário 1893-1900 (AHCC - DPL NOR 002).

Livro de Registro de Diplomas 1900-1902 (AHCC - DPL NOR 003).

Livro de Registro de Diplomas de Habilitação do Curso Normal 1903 a 1906 (AHCC - DPL NOR 004).

Livro de Registro de Diplomas de Habilitação do Curso Complementar 1906-1910 (AHCC - DPL NOR 005).

Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093).

Livro de Registro de Títulos de Professores 1889-1890 (AESP – E01105).

Livro de Registro de Títulos e Apostilas de Professores Públicos 1889-1892 (AESP – E00832).

Livro de Registro de Títulos de Professores e Apostilas de Professores 1890-1892 (AESP – E01136).

Livro de Registro de Títulos de Professores e Apostilas de Professores 1896 (AESP – E01154).

Livro de Termos de Matrícula do Primeiro Ano do Curso Normal - Sexo Feminino – 1894 a 1907 (AHCC – ENS MAT 004).

Livro de Termos de Matrícula do Primeiro Ano do Curso Normal - Sexo Feminino – 1907 a 1911 (AHCC – ENS MAT 009).

Livro de Termos de Matrícula do Segundo Ano do Curso Normal - Sexo Feminino – 1894 a 1908 (AHCC – ENS MAT 005).

Livro de Termos de Matrícula do Terceiro Ano do Curso Normal - Sexo Feminino – 1894 a 1909 (AHCC – ENS MAT 006).

Livro de Termos de Matrícula do Quarto Ano do Curso Normal - Sexo Feminino – 1894 a 1911 (AHCC – ENS MAT 007).

Livro de Termos de Matrícula do Primeiro Ano do Curso Normal - Sexo Masculino – 1894 a 1911 (AHCC – ENS MAT 008).

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Cesário Motta Junior, Secretário dos Negócios do Interior por Gabriel Prestes, Diretor da Escola Normal. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1895.

Relatório sobre o estado da instrução pública na província de São Paulo no ano de 1880, apresentado ao Presidente da Província Dr. Laurindo Aberlado de Brito, pelo Inspetor Geral, o bacharel Francisco A. e Souza Carvalho. Santos: Typographia a vapor do Diário de Santos, 1881.

Requerimento – Atestado de Professores 1889 (AESP – C04896 e C04897).

Requerimento – Atestado de Professores 1890 (AESP – C04898 e C04899).

Requerimento – Atestado de Professores 1891 (AESP – C04900 e C04901).

Requerimento – Atestado de Professores 1892 (AESP – C04902 e C04903).

Requerimento – Atestado de Professores 1893 (AESP – C04904 e C04905).

Requerimento – Atestado de Professores 1894 (AESP – C04906 e C04907).

Termo de Juramento de Professores Públicos 1896 (AESP – E01126).

Termo de Juramento de Professores Públicos 1909-1910 (AESP – E01113).

ANEXOS

**ANEXO 1 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL
DE SÃO PAULO EM 1890**

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Alfredo Bresser da Silveira	Professor da escola de Campinas 1881; professor da escola de Jundiaí 1892; professor da escola do bairro de Bela Cintra – capital em 1893; professor da Freguesia de Nossa Senhora do Ó – capital (permuta com Eduardo Bresser da Silveira) 1894; professor adjunto da Escola Modelo do Carmo – capital 1898; diretor do Grupo Escolar do Carmo – capital 1898.	Publicou trabalhos na Revista Eschola Publica 1896 e integrou a comissão de redação da mesma revista; Vice-presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1901-1903 e 1913-1916; Redator da Revista de Ensino 1902 e integrou o conselho fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1905, 1906 e 1908.
Antônio Alves Aranha	Professor da escola de Itapira 1891; professor da seção masculina da Escola Complementar de Piracicaba 10/02/1897; diretor da Escola Complementar de Piracicaba 14/02/1897; diretor da Escola Complementar de Campinas 1903; diretor da Escola Normal Primária de Campinas 1911; inspetor escolar 1915; diretor da Escola Normal de Piracicaba s/d.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1896. No DOESP de 02/02/1902, solicitou exoneração do cargo de professor da Escola Complementar de Piracicaba, continuando como diretor.
Antônio Gomes Escobar da Silva	Sem informação	
Arthur da Cunha Glória	Professor da cadeira do bairro de São Benedicto – Mogi das Cruzes 03/1891; professor da 1ª cadeira de Mogi Mirim 08/1891; professor da 2ª escola do sexo masculino de Taubaté 02/06/1897; professor do Grupo Escolar de Taubaté 10/06/1897; diretor do Grupo Escolar de Taubaté 1902; professor da escola isolada masculina do 10º distrito da capital em 1908.	Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público de SP em 1901.
Arthur Goulart Penteado	Professor da cadeira do sexo masculino do bairro de Santa Cruz – Mogi Mirim 1891; professor adjunto do Grupo Escolar Sul da Sé – capital 1896; diretor em comissão do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida – Botucatu 1897; diretor do 2º Grupo Escolar do Brás – capital 1901; diretor da seção feminina do Grupo Escolar do Brás – capital 1904; diretor do 3º Grupo Escolar do Brás – capital 1907.	Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público de SP em 1901. Faleceu em 29/01/1910.
Benedicto da Silva Machado	Professor da Escola Modelo do Carmo – capital 1893; professor da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 1894.	
Edmundo Malachias de Almeida Lisboa	Professor da cadeira de Porto Feliz 1891; professor da cadeira de M'Boy Mirim – Itapeceira 1896; professor da 1ª escola de Atibaia (permuta com José Pereira Bicudo Filho) 1897; professor da escola do bairro da Água Branca – capital (permuta com Guilherme de Oliveira Monteiro) 1902;	

	professor da escola isolada masculina Marco da Meia Léguas – capital (permuta com Francisco de Almeida Garret) 1904; professor adjunto do Grupo Escolar do Belenzinho – capital 03/02/1909; professor da escola da praia do Taguá – Ubatuba 10/03/1909.	
Emilio Leonardo de Campos Filho	Professor da cadeira de Itaquery – Rio Claro 1891; professor em Ribeirão Preto 1892; professor da 2ª cadeira de Araraquara 1893; professor da escola Estação da Estrada de Ferro – São Carlos do Pinhal 1894; professor da 1ª escola da Vila do Ribeirão Bonito 1895; professor da 1ª escola de São Carlos do Pinhal 1897.	
Francisco Augusto de Assis Pereira	Professor da cadeira de Cunha 30/03/1891; professor da 2ª cadeira de Guaratinguetá (permuta com Manoel José do Espírito Santo) 06/06/1891; professor da 4ª cadeira de Cunha 1892; professor da 2ª cadeira da Vila de Brotas 1893; professor da 2ª cadeira masculina de Tietê 1895; professor adjunto do Grupo Escolar de Tietê 1896; inspetor literário da 24ª distrito (Franca) 25/07/1896; professor da 4ª escola do sexo masculino de Araras 1898; professor da escola de Alto da Estação – Franca 1899; professor da 1ª escola de São José do Rio Preto 1906.	
Francisco Marcondes do Amaral Cesar	Professor da cadeira de M'Boy Mirim – Itapeverica 1891; professor ambulante do bairros de Sant'anna, Barro Branco e Guapira – capital 1893; professor da escola de Sant'anna – capital s/d; diretor do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro – Espírito Santo do Pinhal 1901; professor da escola Estação Pirituba 1903; professor da escola da Estação da Lapa – capital 1903; professor adjunto do Grupo Escolar de Bragança (permuta com Joaquim Diniz) 24/02/1904; professor adjunto do Grupo Escolar do Pari – capital 1909.	Publicou artigo na Revista Moderna em 1892. No DOESP de 1904, informação que a escola do professor não teve a presença de nenhum aluno.
Francisco Vaz Junior	Professor da 2ª cadeira de Santa Cruz – Campinas 1891.	
Frontino Ferreira Guimarães	Professor do bairro da Ponte – Jacaré 1891; diretor do Grupo Escolar Sul da Sé – capital 1896; professor adjunto do Grupo Escolar do Pari – capital 1907.	Publicou artigo na Revista Moderna em 1892. Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público de SP em 1901 e integrou o conselho fiscal em 1901.
Gabriel Oscar de Azevedo Antunes	Professor da Vila de Santa Rita do Passa Quatro 1891; professor adjunto da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 1896; professor da Escola Complementar anexa a Escola Normal de SP 1900; professor da Escola Normal Primária anexa a Escola Normal de SP (cadeira de Francês) 1911.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1895. No DOESP de 20/02/1900, informação que o professor havia sido suspenso por 20 dias em virtude de representação do diretor da Escola Normal.
Gustavo Adolpho Bonilha	Professor da Vila de Nazaré 1891; professor do bairro de São Benedito – Mogi das Cruzes 1893; professor da escola de Guararema 1896; professor da escola isolada masculina do	

	Carmo – Jacareí 1908.	
Iclerico Gomes	Professor da 3ª cadeira de Bragança 1891; professor adjunto do Grupo Escolar de Bragança s/d; adjunto do Grupo Escolar de Piracicaba 1900; adjunto do Grupo Escolar Coronel Tobias – Belém do Descalvado 1907; adjunto do Grupo Escolar de Jaboticabal 1909; diretor do Grupo Escolar de Jaboticabal 1910; diretor do Grupo Escolar de Mogi Mirim 1911.	
Isidro (Izidro) da Conceição Denser	Professor da cadeira do bairro de Piragibú – Sorocaba 30/03/1891; professor da cadeira do 19º distrito da capital 18/08/1891; professor adjunto do Grupo Escolar Sul da Sé – capital 1896.	Integrou a redação do jornal Instrução Popular; tesoureiro da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1906-1910, 1914, 1916-1918; redator do jornal O Socialista. Trabalhos publicados na Revista de Ensino 1904
João Lourenço Rodrigues	Professor da 1ª cadeira de Amparo 1891; professor adjunto do Grupo Escolar de Amparo 1894; professor da Escola Complementar anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1897; professor da Escola Complementar de Piracicaba 1898; diretor da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1901; diretor da Escola Complementar de Guaratinguetá 1903; inspetor escolar 1905; diretor da Inspetoria Geral da Instrução Pública 1907; professor da Escola Complementar de Piracicaba 1909; professor da Escola Complementar de Campinas 1910; lente da Escola Normal de São Carlos 1911; professor da Escola Normal de SP s/d.	Redator Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1902. Publicou diversos artigos na Revista de Ensino, Revista Excelsior. Entre suas obras, o livro de memórias Um retrospecto: Alguns subsídios para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo (1930). Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1896.
João Meirelles Filho	Professor da cadeira de Paraibuna 1891; inspetor do 22º distrito literário 1894; inspetor do 29º distrito (Araraquara); professor da 2ª escola de Ribeirãozinho s/d; professor da escola do bairro de São Climaco – capital 1901.	
José Augusto Leite Franco	Professor da 2ª cadeira de Tatuí 30/03/1891; professor da 1ª cadeira de Rio Claro 20/08/1891; professor da escola isolada masculina da Estação de São Bernardo – São Bernardo 1907.	Publicou artigo na Revista Moderna em 1892.
Jorge Vaz Guimarães	Professor da cadeira de Serra Negra 1891; professor da 4ª cadeira de Piracicaba 1893; professor do curso noturno de Piracicaba 1895; diretor em comissão do Grupo Escolar Dr. Queiroz Telles – em Itu 09/02/1896; professor da cadeira do sexo masculino da Vila do Rio das Pedras (permuta com Innocencio Augusto da Silveira Maia) 16/02/1896.	Alistou-se no Batalhão de Voluntário Paulistas 1894. Informação de falecimento do professor em 1902, quando exercia o cargo de tabelião – Revista de Ensino.
Julio Pinto Marcondes Pestana	Professor da cadeira de Jambuí 1891; professor da 3ª cadeira de Pindamonhangaba 19/12/1891; diretor do Grupo Escolar de Pindamonhangaba 1895; professor adjunto do Grupo Escolar Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 1900; professor adjunto	

	auxiliar do diretor do Grupo Escolar Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 1902; diretor do Grupo Escolar de Pindamonhangaba 1903; diretor do Grupo Escolar Antônio Padilha - Sorocaba 1904; diretor do Grupo Escolar Flaminio Lessa - Guaratinguetá 1907; inspetor escolar 1911.	
Juvenal de Oliveira Camargo	Professor da Vila de Dois Córregos 1891.	
Pedro Augusto Kiehl	Professor da 2ª cadeira do sexo masculino de Cabreúva 1894; professor da escola noturna de Salto de Itu 1900; professor da 1ª escola isolada masculina noturna da Vila de Salto de Itu - em Salto de Itu 1907.	No DOESP de 04/08/1984, foi suspenso por três meses do cargo de professor da escola noturna.
Quintino Araújo	Professor da escola do bairro de Bom Jesus dos Pinheiros - Jacareí 1891; professor da escola do bairro da Ponte - em Jacareí 1893; professor adjunto do Grupo Escolar do Brás - capital 1897; professor da 1ª escola de Sant'anna - capital (permuta com Francisco de Salles Prado) 1902; professor da 2ª escola isolada masculina de Sant'anna - capital 1908.	
Raphael de Moraes Lima	Professor da cadeira da Freguesia de Sant'anna - São João da Boa Vista 1894; inspetor do 16º distrito (Bragança) 1896; diretor do Grupo Escolar de Dr. Jorge Tibiriça - Bragança 1898; diretor do Grupo Escolar Coronel Siqueira Moraes - Jundiá 1901; diretor do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 1907.	
Adalgisa de Azevedo Segurado	Professora da Capela de São Lourenço - Itapeverica 1891; professora adjunta do Grupo Escolar Sul da Sé - capital 1907.	
Adelina Izabel de Almeida (Ferreira da Silva)	Professora da cadeira mista do bairro dos Cordeiros - Limeira 1891; professora da estação do Juquery - em Juquery 1894; professor da 1ª escola de Piracicaba 1895; professora adjunta do Grupo Escolar de Piracicaba 1901.	Solicitou o acréscimo do sobrenome do marido - Ferreira da Silva.
Alzira de Almeida Lisboa	Professora da 2ª cadeira de Socorro 1891; professora da povoação de São Bernardo - São Bernardo 1893; professora da escola isolada feminina da Povoação de São Bernardo - em São Bernardo 1907.	
Amélia de Godoy Corrêa	Professora do bairro do Ribeirão - Pindamonhangaba 1894; professora da 4ª cadeira de Pindamonhangaba 20/03/1894; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 1895; professora adjunta do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 1896; diretora do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - seção feminina - capital 1898.	Faleceu em 1900.
Anna Athayde de Andrade	Professora da cadeira de Batatais 1891; professora da escola mista do 14º distrito da capital 1895; professora da escola do bairro do Campo Limpo - em Santo Amaro (permuta com Floriza de Moraes Navarro) 1896; professora interina do Grupo Escolar Gabriel Prestes - em Lorena 14/07/1896; professora adjunta interina na 2ª Escola Modelo - capital	Esposa do professor Arnaldo de Oliveira Barreto. Faleceu em 1897.

	11/06/1897; professora da Escola Modelo do Carmo – capital 1897.	
Anna Francisca Guimarães	Professora da cadeira de Itatiba 1895; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Júlio Cesar - em Itatiba 1896; professora da 4ª escola de Itatiba 1897; professora adjunta do Grupo Escolar de Jundiá 1905; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira - em Limeira 1906.	
Brazilina Augusta Felícia dos Santos Silva	Professora da cadeira da Freguesia da Aparecida - São Manoel do Paraíso 1892.	No DOESP de 14/07/1895, foi exonerada a pedido da cadeira da Freguesia da Aparecida.
Catharina Pont	Professora da cadeira da Vila de Cabreúva 1891; professora adjunta do Grupo Escolar Cesário Motta (permuta com Izabel Brasileiro Carneiro) 1895; diretora da seção feminina do Grupo Escolar Cesário Motta - em Itu 1896; professora adjunta do Grupo Escolar Cesário Motta - em Itu 1902.	
Clélia Franco de Almeida	Sem informação.	
Elisa de Almeida (Moreira)	Professora da Vila do Ribeirão Bonito 1891; professora do bairro do Resgate 1892; professora do 14º distrito da capital 1894; professora da Escola Modelo do Carmo – capital 1894; professora da escola do bairro de Lageado - Itaporanga 1905; professora adjunta Grupo Escolar do Carmo - na capital 1907.	Solicitou alteração do nome, acrescentando o Moreira.
Elisa Teixeira Leite de Abreu	Professora do núcleo colonial Ribeirão Pires - São Bernardo 1893; professora da cadeira de Santa Cruz - Campinas 1894; professora adjunta do 1º Grupo Escolar de Campinas 1897; professora adjunta do Grupo Escolar do sexo feminino do Brás - capital 06/06/1897; professora do bairro da Luz - capital 1902.	
Francisca de Rosas Gomes	Sem informação.	
Genoveva de Almeida Motta	Professora da cadeira de Mococa 1891; professora da 2ª escola de Mococa 1903; professora da escola isolada feminina da Vila Mariana - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar da Vila Mariana - capital 1909.	
Georgina Furquim Leme	Professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriça - Bragança 1907.	
Geraldina Corrêa Borges (Bandeira)	Professora adjunta do Grupo Escolar de Piracicaba 1897; professora da escola do bairro dos Apeninos - capital 1900; professora da 1ª escola isolada feminina de Santos 1907.	
Guilhermina Gomes da Silva	Professora da 2ª cadeira de Caçapava 1891; professora adjunta do Grupo Escolar da Barra Funda – capital 1907.	
Ignez de Aquino Rios (Leme)	Professora do Bairro da Bocaina - em Jataí 1891; diretora da seção feminina do Grupo Escolar de Lorena 1895; professora adjunta do Grupo Escolar Gabriel Prestes - em Lorena 1897; professora da escola isolada feminina de Cabellinha - em Lorena 02/06/1897 a 1907.	
Izabel Bonna de Almeida (Gomes)	Professora da cadeira do bairro do Tarapundé - Cananéia 1891; professora do bairro do Porto da Colônia - Cananéia 1894; professora da 3ª escola da cidade de Cananéia 1897; professora da 2ª escola isolada feminina da	

	Vila de Cananéia 1908.	
Izabel von Atzingen	Professora da 2ª cadeira de Belém do Descalvado 1891; professora do bairro de Santa Cruz - Rio Claro 1893; professora da 3ª escola de Rio Claro 1896; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles - Rio Claro 1900 a 1908.	
Joanna de Almeida Motta	Professora da cadeira mista do bairro do Tucuru - Mogi Mirim 1891; professora da Colônia de São Caetano - São Bernardo (permuta com Josephina Inverizzi) 1894; professora da escola isolada feminina da Colônia de São Caetano - São Bernardo 1907; professora da escola mista de São José no Ipiranga - capital 1912.	
Júlia Amália de Azevedo Antunes	Professora da Vila de Santa Rita do Passa Quatro 1891; professora adjunta da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 1896; professora da Escola Complementar anexa à Escola Normal de SP 1908.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1895. No DOESP de 20/02/1900, informava que a professora havia sido suspensa por 20 dias em virtude de representação do diretor da Escola Normal.
Justina Arouche do Espírito Santo	Professora adjunta do Grupo Escolar Cesário Bastos - Santos 1901; professora da escola Barnabé - Santos 1904; professora da escola Estação de Perus – capital 1906; professora da escola da Rua 25 de Março - capital (escola transferida da Estação de Perus) 1907; professora adjunta do Grupo Escolar de Mooca – capital 1910.	
Leonor Augusta dos Santos Costa	Professora da cadeira de Vila do Jambeiro 1891; professora da 4ª cadeira de Bragança 1893; professora adjunta do Grupo Escolar da Mooca – capital 1907; adjunto do Grupo Escolar Sul da Sé - capital 04/01/1911.	
Lydia de Castro	Professora da 1ª cadeira de Campinas 1893; professora adjunta do 1º Grupo Escolar de Campinas 1897 a 1907.	
Maria de Alencar (Franco)	Professora adjunta do Grupo Escolar Gabriel Prestes - em Lorena 1896; professora da escola isolada feminina de Cruz - Lorena 1902.	Solicitou acrescentar o sobrenome Franco por motivo de casamento.
Maria Carolina Spinelli (Scaglioni)	Professora da escola de Mogi Guaçu 1894; professora da 3ª escola de São João da Boa Vista 1896; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro - Espírito Santo do Pinhal 1900; professora da 1ª escola de Mogi Guaçu 03/02/1900 a 1910.	
Minervina Brasileira Carneiro	Professora da cadeira mista do Bairro do Boqueirão da Praia Grande - São Vicente 1891.	
Sarah Laura de Moraes	Professora substituta efetiva do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo – capital 1905.	
Saturnina Maria da Costa	Professora da cadeira mista do bairro de Entre Rios - Conceição do Cruzeiro 1891; professora do bairro do Cubatão - Santos 1893; professora em Belém do Descalvado 1894; professora da 1ª cadeira de São Carlos do Pinhal 1894; professora da 1ª escola da	

	Vila de São José do Rio Preto 1896; professora da 1ª escola da Vila de Monte Alto 1898; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Carlos Porto - Jacaré 1907.	
Sydnéia Augusta de Oliveira	Sem informação.	
Ursulina Bonilha	Professora da cadeira do sexo feminino de São Sebastião 1891.	Em 28/05/1891, instaurou-se um processo disciplinar por infração do art. 105 reg. de 22 de agosto de 1887. Deixou de tomar posse da sua cadeira por falta de vapor para Santos.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908 e Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136).

ANEXO 2 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO EM 1891

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Alfredo Maria de Albuquerque Freitas	Professor da escola do bairro de Santa Cruz - São José dos Campos 12/01/1893; professor da cadeira do 19º do distrito da capital 14/01/1894; professor da Escola Modelo do Carmo – capital 1895; professor da 5ª cadeira de Amparo 1895; professor adjunto interino do 4º ano do 2ª Escola Modelo - capital 11/02/1896; diretor do Grupo Escolar Moraes Barros - em Piracicaba 1900; professor do bairro do Telegrapho - capital 1903; professor da escola do Alto da Serra - São Bernardo 1905.	Trabalhos publicados na Revista Eschola Publica. No DOESP de 26/06/1903, dispensado da direção do Grupo Escolar de Piracicaba.
Amaro Egydio de Oliveira	Professor da 3ª cadeira de Pirassununga 27/02/1892; professor da 2ª escola de Sorocaba (anexa ao Grupo Escolar Antonio Padilha) 1895; diretor do Grupo Escolar Antonio Padilha - em Sorocaba 29/03/1896; professor do curso noturno de Sorocaba 1898; professor adjunto do Grupo Escolar Antonio Padilha - em Sorocaba 1907.	Em 13/02/1894, obteve licença para se alistar no Batalhão de Voluntários Paulistas, em defesa da República.
Annibal Francisco Caldas	Professor da 2ª cadeira de São Carlos do Pinhal 27/02/1892; auxiliar do diretor do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 1904; diretor do Grupo Escolar Coronel Paulino Carlos - em São Carlos do Pinhal 22/12/1904; auxiliar do diretor da Escola Normal de São Carlos 07/02/1912.	
Antônio Rodrigues Alves Pereira	Professor da cadeira do sexo masculino no bairro dos Campos Elíseos - capital 27/02/1892; professor adjunto interino da Escola Modelo Caetano de Campos - capital 07/03/1894; professor da escola primária de Santa Cruz do Jardim - Jacaré 1895; professor da 5ª escola de Jacaré 31/07/1896; diretor em comissão do Grupo Escolar de Jacaré 1896; inspetor escolar 10/02/1898; diretor em comissão do Grupo Escolar Dr. Julio de	Responsável pela Revista A Eschola Publica 1893. Trabalhos publicados na Revista de Ensino 1902. Integrante do Conselho Fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1904. Auxiliar de redator e secretário da Revista de Ensino 1907.

	Mesquita - em Itapira 17/01/1900; inspetor escolar 07/1900; diretor do Grupo Escolar de Lorena 07/02/1901; inspetor escolar 1904; diretor em comissão do Grupo Escolar Coronel Manoel Franco da Silveira - Pirassununga 1906; inspetor escolar 1907; diretor do Ginásio de Ribeirão Preto 05/03/1907.	No DOESP de 18/02/1904, foi nomeado como examinador de concurso de cadeiras. Possuía título de Dr., sem informação do curso superior cursado.
Arnaldo de Oliveira Barreto	Professor da 1ª cadeira de Batatais 27/02/1892; professor da cadeira do bairro de Rebouças - Campinas 1893; professor da Escola Modelo do Carmo – capital 1894; diretor do Grupo Escolar Gabriel Prestes - Lorena 05/02/1896; inspetor das escolas anexas à Escola Normal de SP 1897; auxiliar do diretor da Escola Normal de SP 1904; diretor do Ginásio de Campinas 04/01/1906; inspetor escolar 05/02/1911; diretor da Escola Normal de SP 1924-25.	Trabalhos publicados na Revista de Ensino; Produziu obras didáticas (caligrafia, linguagem, leitura, cartilha, cartilha das mães, leituras morais, cartografia, interpretação de obras literárias etc.). Colaborador da Revista A Eschola Publica 1896. Redator chefe da Revista de Ensino 1901-1904; conselho fiscal da Associação Beneficente do Professorado Publico de SP 1904; diretor da Escola de Aprendizes de Marinheiros e Grumete 1911. Diplomado pela Faculdade de Direito de SP.
Benedicto Maria Tolosa	Professor da Escola Modelo do Carmo – capital 1891; professor adjunto da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 1894; professor da 2ª escola da cidade de Botucatu 1895; diretor da seção masculina do Grupo Escolar de Botucatu 1896; professor da 3ª escola do sexo masculino de São Manoel; diretor do Grupo Escolar Dr. Augusto Reis - São Manoel do Paraíso 1900; professor da 3ª escola do Pari - capital 19/03/1908; diretor das Escolas Reunidas do Bom Retiro - capital 04/05/1908; diretor do Grupo Escolar do Bom Retiro - capital 03/02/1909; inspetor escolar 05/02/1911.	Responsável pela revista A Eschola Publica 1893; participação na Revista da Instrução 1891 - grêmio normalista Arcádia Normalista; editor da Revista A Escola (São Manuel do Paraíso 1904 - publicação semanal para crianças).
Eugênio Porchat de Assis	Professor das escolas ambulantes de Ponta da Praia e José Menino - Santos 02/06/1897; professor da 4ª escola de Santos 1900; professora da 2ª escola de São Vicente 04/02/1902; professor adjunto do Grupo Escolar de Iguape 1907; professor adjunto do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos - Santos 1907; professor da escola do bairro de Cubatão - Santos 22/01/1908; professor da escola Barnabé - Santos 24/07/1908.	
João Brenn	Professor da 2ª cadeira de Itatiba 27/02/1892; auxiliar do diretor do 1º Grupo Escolar de Campinas 24/02/1904; professor da escola isolada masculina da Villa Industrial - Campinas 1908; professor adjunto do Grupo Escolar Quirino dos Santos - Campinas 1909; auxiliar do diretor da Escola Normal Primária de Campinas 30/03/1911; diretor interino e	

	vice-diretor da Escola Normal de Campinas.	
João Cardoso de Siqueira Primo	Professor da cadeira do bairro do Rio Acima - Areias 27/02/1892; professor do 14º distrito da capital 1893; professor do bairro do Lageado (permuta com Luiz Cardoso Franco) 24/02/1894; professor adjunto do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 20/02/1898 a 1907.	
João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior	Professor da 2ª cadeira da cidade de Mogi Mirim 27/02/1892; professor da aula noturna em Mogi Mirim 1893; professor do bairro de Baguary 1894; professor adjunto do Grupo Escolar do Tietê 1895; inspetor escolar do 21º distrito 1896; professor da 2ª escola masculina de Mogi Mirim 1900; professor adjunto do Grupo Escolar de Mogi Mirim 08/02/1900; professor substituto da 2ª Escola Modelo - capital 16/02/1901; professor na escola do Alto da Serra - São Bernardo 14/02/1902; professor adjunto do Grupo Escolar da Bela Vista - capital 25/06/1902; inspetor escolar 29/12/1904; diretor da Escola Normal de São Carlos 05/02/1911; diretor da Diretoria Geral de Instrução Pública 1911-17.	Em 18/01/1894, obteve licença para alistar-se no Batalhão de Voluntários Paulistas. Trabalhos publicados na Revista de Ensino. Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901; conselho fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1901-1903; redator da Revista de Ensino 1902. Diplomado no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de SP 1901.
João Francisco Pintos e Silva	Professor da 2ª cadeira de Amparo 1891; professor da 1ª cadeira de Araraquara 27/02/1892; professor da 3ª cadeira de Amparo 12/01/1893; professor do Grupo Escolar de Amparo 1894; diretor em comissão do Grupo Escolar de Amparo 19/11/1895 a 11/12/1896; professor adjunto do Grupo Escolar de Amparo 1897; auxiliar do diretor do Grupo Escolar do Brás - capital 1898; professor do curso complementar da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 11/02/1899; diretor do 1º Grupo Escolar do Brás - capital 1901; professor da Escola Modelo Caetano de Campos - capital 1904; diretor do Grupo Escolar do Arouche - capital 02/02/1905; professor adjunto do Grupo Escolar do Carmo - capital 15/02/1905; diretor do Grupo Escolar São João - capital 19/02/1907; professor da 5ª escola noturna para adultos do Brás - capital 15/02/1911; inspetor escolar 11/05/1910 a 1911; diretor da Diretoria Geral da Instrução Pública 1925-1927.	Trabalhos publicados na Revista de Ensino. Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901; redator da Revista de Ensino 1902; conselho fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1904. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1897. Em 10/02/1898, foi exonerado, a pedido, do cargo de professor do Grupo Escolar Luiz Leite - em Amparo; No DOESP de 02/02/1905 foi dispensado do cargo de professor da Escola Modelo Caetano de Campos; No DOESP de 10/02/1905, pediu dispensa do cargo de diretor do Grupo Escolar do Arouche.
João Gualberto Corrêa	Sem informação.	
João von Atzingen	Professor da 1ª cadeira de Rio Claro 27/02/1892; inspetor literário do 38º distrito (Botucatu) 13/01/1897; inspetor escolar 10/02/1898; diretor em comissão do 1º Grupo Escolar de Campinas 23/07/1898 a 04/1899; diretor em comissão do Grupo Escolar de Rio Claro 24/02/1900 a 11/07/1900; inspetor escolar 1900; diretor em comissão do Grupo Escolar de Limeira 19/05/1901.	Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901. Nomeado como examinador de concurso de cadeira da Escola do Sexo Masculino de Nossa Senhora do Ó - 30/01/1901.

José de Paula Monteiro	Professor da cadeira da Vila de Santa Cruz das Palmeiras 27/02/1892; professor em Santo Antonio da Bocaína 18/01/1893; professor da escola de Bela Aurora - Queluz 1906; professor da escola isolada masculina de Bela Aurora - Queluz 1907; professora da 4ª escola de Queluz 27/02/1910.	
José Maria da Silveira	Professor da cadeira do bairro do Jardim - Jundiá 27/02/1892; professor em Areias (permuta com Carlos Augusto de Camargo) 1893; diretor do Grupo Escolar de Areias 1902; professor da 1ª escola isolada de Areias 1908.	
José Pereira Bicudo Filho	Professor da 1ª cadeira de Atibaia 20/03/1894; professora da Freguesia de M'Boy - Itapecerica (permuta com Edmundo Malaquias de Almeida Lisboa) 27/01/1897; professor adjunto do Grupo Escola de Santa Ifigênia - capital 1896; auxiliar do diretor do 1º Grupo Escolar do Brás - capital 1901; diretor do Grupo Escolar da Liberdade - capital 1904; professor adjunto do Grupo Escolar da Mooca - capital 07/02/1912.	Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901; suplente do 1º secretário da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1902. No DOESP de 04/06/1897, foi exonerado do cargo de adjunto do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - na capital; No DOESP de 07/02/1912, foi dispensado do cargo de diretor do Grupo Escolar da Liberdade.
Justino Freire da Paz	Professor da 3ª cadeira do sexo masculino Tietê 27/02/1892; diretor do Grupo Escolar de Tietê 1895; diretor em comissão do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro - São Luiz do Paraitinga 1897; professor da 1ª escola de São João da Boa Vista (anexa ao Grupo Escolar Joaquim José) 25/02/1898; diretor do Grupo Escolar Joaquim José - São João da Boa Vista; diretor do Grupo Escolar de Araras 1904; diretor do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos - Santos (permuta com Eunyce Caldas) 24/02/1905; professor da escola isolada masculina da Boa Vista do Ipiranga - capital 1908; professor adjunto do Grupo Escolar da Liberdade - capital 07/02/1909.	2º diretor da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1912.
Justiniano Vianna	Professor da cadeira da Vila da Conceição dos Guarulhos 27/02/1892; professor da cadeira do bairro da Água Branca - capital 03/01/1894; professor da escola da Freguesia do Ó (permuta com Guilherme de Oliveira Monteiro) - capital 16/02/1898; inspetor escolar 1900; diretor em comissão do 2º Grupo Escolar de Campinas 08/02/1900 a 18/07/1900; inspetor escolar 07/1900; diretor do Grupo Escolar do Pari - capital 1905.	Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901; vice-presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1907-1908.
Militão Affonso de Azevedo	Professor da 2ª cadeira da cidade de Bananal 27/02/1892; professor do Grupo Escolar Coronel Nogueira Cobra - Bananal 1897; professor adjunto auxiliar do diretor do Grupo Escolar de Itatiba 12/06/1998; diretor do Grupo Escolar de Piracicaba 26/06/1903; diretor do Grupo Escolar de Itu 05/03/1907;	Em 11/02/1897, solicitou licença para matricular-se na Escola Normal para completar o curso complementar (provavelmente não atendido).

	professor da escola isolada masculina da Vila Clementino - capital 1908.	
Nabor de Camargo Couto	Professor da cadeira do bairro de São Benedito em Mogi das Cruzes 27/02/1892; professor do bairro de Santa Cruz - Mogi das Cruzes 1893; professor da 1ª cadeira de Mogi das Cruzes 05/01/1894; professor do curso noturno de Mogi Mirim 1895; professor da 1ª escola masculina de Mogi Mirim 1900; professor adjunto do Grupo Escolar Coronel Venâncio - Mogi Mirim 08/02/1900.	Faleceu em 1902.
Oscar Thompson	Professor da Escola Modelo do Carmo – capital 1891; diretor da Escola Modelo do Carmo – capital 15/08/1894; diretor da Escola Normal de SP 05/02/1902; inspetor geral da Inspeção Geral do Ensino Público 31/12/1908; diretor da Diretoria Geral da Instrução Pública 1909-11 e 1917-20.	Integrante da Revista da Instrução 1891. Trabalhos publicados na Revista Eschola Publica 1897. Publicou artigos e obras. Diplomado pelo Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de SP 1899. Presidente do Instituto Paulista de Jogos Escolares 1902; suplente do presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1903; conselho fiscal da Associação 1917-1919.
Sebastião Villaça	Professor da cadeira do bairro do Sabão - São Roque 27/02/1892; professor da cadeira de Briquetuva - São Roque 16/01/1894; professor da Escola Modelo de Itapetininga 15/02/1896; professor interino da Escola Complementar de Itapetininga 1901; professor do Grupo Escolar Peixoto Gomide - Itapetininga 1907.	No DOESP de 20/08/1902, foi dispensado da Escola Complementar de Itapetininga.
Theophilo Martins Mello	Professor da cadeira do bairro das Cabeceirinhas - Itapetininga 27/02/1892; professor da 4ª cadeira de Itapetininga 12/01/1893; professor do 1º ano da cadeira masculina da Escola Modelo Complementar da Capital 10/01/1895; professor da Escola Modelo de Itapetininga 05/02/1896; diretor interino da Escola Modelo e Complementar de Itapetininga 01/01/1902; professor da Escola Complementar de Itapetininga 1902.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1894. No DOESP de 05/02/1902, foi dispensado do cargo de diretor da Escola Modelo e Complementar de Itapetininga.
Alice Raggio Nóbrega	Professora da cadeira do bairro de Areias - Monte Mór 27/01/1892; professora da 2ª cadeira de Batatais 1894; professora da 1ª escola de São Simão 31/07/1895; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. José Alves Guimarães Junior - Ribeirão Preto 05/01/1897; professora da 1ª escola isolada mista da Água Branca - capital 1908.	Em 17/02/1894, solicitou licença para matricular-se na Escola Normal (provavelmente não obteve).
Amélia Augusta Torrelini	Professora da 2ª escola de Porto Ferreira 1910; professora da escola da Vila Gomes Cardim - na 5ª parada da Estrada de Ferro Central do Brasil – capital 09/02/1912.	
Benedicta de Assis Luz (Benedicta de Souza)	Professora do bairro do Cerrado - Sorocaba 12/01/1893; professora do bairro de Carapicuíba - Cotia 14/02/1894; professora da 1ª escola da Vila Cotia 06/01/1895; professora	Em 18/02/1898, solicitou licença para assinar o nome como Benedicta de Souza.

	da Escola Modelo Maria José - capital 1896; professora da 1ª cadeira da Vila da Cotia 28/02/1897; professora da escola feminina do 10º distrito da capital 1898; professora da escola isolada feminina do 10º distrito da capital 1908.	
Dulce Carneiro Ferreira	Professora da cadeira da Vila de São Manoel do Paraíso 27/01/1892; professora da 5ª cadeira de Amparo 12/01/1893; professora do Grupo Escolar Luiz Leite - Amparo 1894; professora interina da Escola Modelo Maria José – capital 02/02/1896; professora adjunta da Escola Modelo Maria José - capital 04/02/1897; professora adjunta do Grupo Escolar do Pari – capital 09/01/1908; professora adjunta do Grupo Escolar da Rua Santo Antônio - capital 1908.	
Emília Marques da Silva (Emília Marques de Cardoso)	Professora da 2ª cadeira de Areias 27/01/1892; professora do bairro de Arujá - Mogi das Cruzes 1893; professora da Estação do Lageado - capital (permuta com Josepha Cortez Branco) 16/01/1894; professora adjunta do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 20/02/1898 a 1907.	Em 06/02/1892, solicitou permissão para usar o sobrenome do marido – Cardoso.
Garibaldina Pinheiro Machado (Caldeira Tolosa)	Professora adjunta da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 1894; professora da 1ª escola de Botucatu (permuta com Antonina de Almeida) 03/03/1895; diretora da seção feminina do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida - Botucatu 13/02/1896; professora adjunta do Grupo Escolar Cardoso de Almeida - Botucatu; professora da 1ª escola do sexo feminino em São Manoel; professora do Grupo Escolar de São Manoel do Paraíso 03/02/1900.	
Júlia Maria dos Santos	Professora em Belém do Descalvado 1894; professora da escola do bairro dos Remédios - Taubaté 1894; professor do bairro de Capivari – Campinas 1895 (DO).	
Maria Alves Mourão	Professora da cadeira mista da estação de Poá - Mogi das Cruzes 12/01/1893; professora adjunta do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 1900; professora da escola de Guayco - Mogi das Cruzes 1903; professora da escola mista de Poá - Mogi das Cruzes (permuta com Maria Clara de Souza) 05/02/1903; professora da escola isolada mista de Franquinho - capital 1908.	
Maria Augusta Gonçalves	Professora do bairro da República - Mococa 16/02/1893; professora da 4ª escola de São João da Boa Vista 14/07/1896; professora da escola da Vila de Pedreiras 11/02/1897; professora adjunta do Grupo Escolar Luiz Leite - Amparo 1898; professora da 1ª escola de Casa Branca 25/07/1899; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro - Espírito Santo do Pinhal 03/02/1900; professora adjunta do Grupo Escolar José Alvim - Atibaia 1907.	
Maria do Patrocínio Couto	Sem informação.	

Maria Ribeiro Guimarães	Professora da 2ª cadeira de São Simão 12/01/1893; professora da 2ª escola de São Simão 1897; professora da escola isolada de Santa Cruz - Descalvado 15/02/1911.	Trabalhos publicados na Revista Eschola Publica 1897.
Maria Thereza de Moura	Professora adjunta do Grupo Escolar de Taubaté 1904; professora adjunta do 2º Grupo Escolar de Taubaté 15/03/1910.	
Maria Tiburcia Novaes	Professora de Franca 10/01/1893; professora da 4ª cadeira de Lorena 18/02/1894; professora do Grupo Escolar Gabriel Prestes - Lorena 1896 a 1902.	Em 10/01/1893, solicitou auxílio para pagamento do aluguel da casa onde funcionava a escola, pedindo móveis e utensílios para a escola. Em 06/02/1895, solicitou permissão para matricular-se na Escola Normal para completar seus estudos (provavelmente não obteve); No DOESP de 12/03/1901 foi nomeado médico para avaliar a sanidade da professora Na Revista de Ensino nº 4 de 1902, informação sobre o falecimento da professora.
Regina Maria Tietê	Sem informação.	
Rita Cândida Freire	Professora da cidade São João Baptista do Rio Verde 02/06/1891; professora de Vila de Brotas 1894; professora da 2ª escola de Brotas; professora da 1ª escola de São Paulo dos Agudos 12/02/1899; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Augusto Reis - São Manoel 1907.	Em 23/05/1891, foi informado pelo diretor da Escola Normal que a aluna obteve o diploma no dia 18/03/1891; Em 02/06/1891, solicitou que fosse apostilado seu título de normalista.
Rita de Cássia Rodrigues	Professora do Grupo Escolar Tietê s/d; professora da 2ª escola da Villa de Capão Bonito do Parapanema 09/02/1898; professora da 1ª escola isolada feminina de Cunha 04/01/1908.	
Thereza Couto Rodrigues	Professora da 2ª cadeira de Amparo 27/01/1892; professora do Grupo Escolar Luiz Leite - Amparo 1894; professora do Jardim da Infância anexo à Escola Normal de SP 09/02/1897; professora da Escola Complementar de Piracicaba 09/02/1898 a 1901; professora da Escola Complementar de Guaratinguetá 12/02/1903; professora adjunta do Grupo Escolar Quirino dos Santos - Campinas 1909; professora adjunta do Grupo Escolar de São Carlos 08/02/1911.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1896. Em 22/01/1897, solicitou exoneração do Grupo Escolar Luiz Leite - em Amparo.
Theolinda Carmelina Couto	Professora da 2ª cadeira de Mogi Mirim 1894; professor da 2ª escola preliminar de Mogi Mirim 1900; professora do Grupo Escolar de Mogi Mirim 08/02/1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Sant'anna - capital 09/01/1908; professora das Escolas Reunidas do Bom Retiro 1908.	No DOESP de 14/02/1903, foi informado que a professora estava suspensa por dois meses do cargo de professora do Grupo Escolar de Mogi Mirim.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946)

**ANEXO 3 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL
DE SÃO PAULO EM 1892**

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Aristóteles de Andrade	Professor da 5ª cadeira de Amparo 12/01/1893; professor preliminar do bairro do Itapy do Salto - Mogi das Cruzes; professor da escola da Colônia de Sabaúna - Mogi das Cruzes 27/02/1897; professor da escola isolada masculina de Sabaúna - Mogi das Cruzes 1907.	
Benedicto Cândido Couto Brilhó	Professor da 4ª cadeira de Rio Claro 12/01/1893; professor da 2ª cadeira de Piracicaba 1894; diretor do Grupo Escolar de Piracicaba 1900; professor da 5ª escola de Piracicaba 26/02/1904; professor da Escola Complementar de Piracicaba 21/02/1905; inspetor escolar 02/01/1908 a 1910 e 1912 a 1917 e 1919.	Em 13/02/1894, obteve licença para se alistar no Batalhão de Voluntários Paulistas, em defesa da República. No DOESP de 26/06/1903, foi dispensado da direção do Grupo Escolar de Piracicaba; No DOESP de 15/03/1907, foi nomeado como examinador no concurso para preenchimento de vagas de professores na Escola Complementar de Piracicaba.
Carlos Augusto de Camargo	Professor da 2ª cadeira de Areias 12/01/1893; professor da cadeira do bairro do Jardim - Jundiá (permuta com José Maria da Silveira) 02/1893; professor da escola do bairro do Funil - Piedade 11/02/1899; professor da 1ª escola de Piedade 08/03/1900; professor da 1ª escola isolada masculina da Villa de Piedade - Piedade 1907-1908.	
Francisco Antunes (Antônio) Maciel	Professor da 4ª cadeira de Tietê 20/03/1894; professor adjunto do Grupo Escolar de Tietê 1895; professor da 1ª cadeira da cidade de Itapetininga 1898; professor adjunto do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 1903; adjunto do Grupo Escolar de Jau (permuta com José Gonzaga Guimarães) 15/06/1904; professor adjunto do Grupo Escolar Barão de Monte Santo - Mococa 1907; professor adjunto do Grupo Escolar Cerqueira Cesar - capital 04/01/1911.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1898.
Francisco de Paula Monteiro Junior	Professor do povoado da estação do Cruzeiro - Cruzeiro 12/01/1893; professor da 1ª escola cidade de Silveiras 1896; professor da 2ª escola da cidade de Queluz 1897; diretor do Grupo Escolar Silva Jardim - Silveiras 03/01/1898; professor da escola do bairro de Sertãozinho - Areias 1903; professor da escola isolada masculina de Salto - Queluz 10/07/1906; professor da 1ª cadeira de Queluz 12/01/1912.	
Francisco Justino de Azevedo	Professor do bairro de Louveira - Jundiá 12/01/1893; professor adjunto do Grupo Escolar do Cambuci – capital 09/01/1908.	
João Benedicto de Salles Bastos	Professor do bairro de Areias - Taubaté 12/01/1893; professor da 1ª cadeira de Mogi das Cruzes 1893; professor da Rua do	Em 02/12/1893, processo disciplinar infração do art. 471, § 4 do regulamento de 30 de

	Gasômetro - capital (permuta com Benedicto Borges Vieira) 27/02/1894; professor do curso noturno do Brás 17/03/1895; professor adjunto do Grupo Escolar da Bela Vista - capital 1901; professor da 3ª escola de Atibaia 25/06/1902; professor adjunto do Grupo Escolar José Alvim - Atibaia 11/01/1905; diretor substituto do Grupo Escolar José Alvim - Atibaia 29/01/1907 a 01/1909.	dezembro de 1892 e sanção do art. 472 do mesmo regulamento (excedeu o prazo para assumir sua cadeira, foi absolvido porque se encontrava enfermo no período). No DOESP de 12/01/1909 foi removido do Grupo Escolar de Atibaia - sem informação de cargo de destino.
João Galvão de França Rangel	Professor da 1ª cadeira do Espírito Santo do Pinhal 12/01/1893; professor do bairro de Santa Cruz - São José dos Campos 05/01/1894; professor adjunto do Grupo Escolar de São José dos Campos 14/07/1896; professor da escola do bairro da Roseira - Caçapava 24/02/1900; professor adjunto do Grupo Escolar de São José dos Campos 1903; professor da 2ª escola isolada masculina da Vila Vieira do Piquete 1907.	
João Roberto de Camargo	Professor do bairro da Quadra - em Tatuí 1893; professor da 1ª cadeira de Itapetininga 1894; professor adjunto da Escola Modelo de Itapetininga 1895; professor da escola noturna de Itapetininga 1897; professor adjunto do Grupo Escolar Peixoto Gomide - Itapetininga 1907; oficial da Escola Normal de Itapetininga 30/01/1912.	
Joaquim Augusto de Sant'anna	Professor do bairro da Mooca - capital 1893; professor da Escola Modelo do Carmo - capital 1894; diretor em comissão do Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 1895; lente substituto da cadeira de Geografia e História do Brasil da Escola Normal de SP 05/01/1911.	Trabalhos publicados na Revista Eschola Publica. É identificado em publicações com o título de Dr., sem informação sobre o curso superior. No DOESP de 24/03/1900, pede ofício enaltecendo sua atividade no magistério para ser utilizado na inscrição do concurso para a 1ª cadeira do Ginásio de Campinas.
Mario de Souza Magalhães	Professor da Estação dos Coqueiros - Amparo 12/01/1893; professor da 1ª cadeira de Araraquara 1895; professor da 3ª escola de Brotas 1904; professor da 2ª escola de Brotas 1911; professor adjunto do Grupo Escolar de Brotas 12/01/1912.	
Pedro Voss	Professor da 4ª cadeira de Amparo 12/01/1893; professor da Vila Clementino - capital 18/02/1894; professor adjunto da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 1895; diretor da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 1896-1901; diretor interino da Escola Modelo e Complementar de Itapetininga 05/02/1902; diretor da Escola Complementar de Itapetininga 1909; diretor da Escola Normal de Itapetininga; diretor da Diretoria Geral da Instrução Pública 1927.	Participação na Revista da Instrução 1891 - grêmio normalista Arcádia Normalista; Trabalhos publicados e redator da Revista Eschola Publica 1896. Segundo secretário do Instituto Pedagógico 1896; Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901.
Adelaide Nunes	Professora da estação da Roseira - Guarulhos 12/01/1893; professora da escola isolada feminina Estação de Roseira - Guaratinguetá	

	1908.	
Angelina Ferreira (Goulart) de Aguiar	Professora da 4ª cadeira do sexo feminino de Iguape 11/01/1894; diretora da seção feminina do Grupo Escolar de Iguape 1896; professora adjunta do Grupo Escolar de Botucatu 25/07/1899; professora da escola isolada feminina da Rua 25 de Março - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar do Carmo - capital 28/01/1909.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1899. Em 17/02/1894, solicitou usar o sobrenome do marido – Goulart.
Anna de Camargo Barros	Professora da Escola Modelo do Carmo – capital 1894.	
Antônia Terra Pereira	Professora da 2ª cadeira de Queluz 12/01/1893; professora da escola isolada feminina de Penha de França - capital 1908.	
Belmira do Amaral Pereira da Costa	Professora do bairro da Pedreira - Amparo 12/01/1893; professora da Escola Complementar de Itapetininga 19/06/1904.	
Cecília Augusta de Souza (Soares) Abranches	Professora do bairro do Rio Acima - Mogi das Cruzes 12/01/1893; professora do bairro de Sabaúna - em Mogi das Cruzes 1894; professora adjunta da Escola Modelo da capital 21/07/1894; professora da Escola Modelo Maria José - capital 1896; professora do Jardim de Infância anexo à Escola Normal de SP 12/02/1898; professora da Escola Modelo Caetano de Campos - capital 1902.	
Faustina Maria Tietê	Professora do bairro do Campo Verde - Una 12/01/1893; professora da escola mista do núcleo colonial do Pariquera-assú - Iguape 02/02/1895; professora do 2º ano da Escola Complementar de Itapetininga 1907.	
Flávia Izabel de Meirelles	Professora da 1ª cadeira de São Manoel do Paraíso 12/01/1893; professora adjunta Escola Modelo anexa à Escola Normal 02/1895; professora da escola Modelo da Luz - capital 01/1896.	Artigos publicados na Revista do Jardim da Infância 1896-1897. Em 13/02/1895, impetrou licença para matricular-se na Escola Normal (provavelmente não obteve).
Gertrudes de Camargo Barros	Professora adjunta da Escola Modelo da capital 21/07/1894; professora da escola do sexo feminino da Estação do Alto da Serra - São Bernardo 02/06/1897.	
Izabel Prado de Oliveira	Professora da cadeira mista do bairro do Beritiba-mirim - Mogi das Cruzes 12/01/1893; professora do 3º período do Jardim da Infância anexo à Escola Normal de SP 1896; professora adjunta do Grupo Escolar de Iguape 1905; professora adjunta do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 25/01/1906; professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 1911; adjunta do Grupo Escolar do Bom Retiro - capital 20/02/1912.	Artigos publicados na Revista do Jardim da Infância 1896-1897. No DOESP de 05/02/1905, foi dispensada do Jardim da Infância.
Maria Cândida de Barros	Professora da 4ª cadeira de Amparo 12/01/1893; professora do Grupo Escolar de Amparo 1894; professora da Escola Modelo do Carmo - capital 1899; professora adjunta Grupo Escolar do Carmo – capital 1906.	
Maria Esmeralda Ceslau de Moura	Professora da 3ª cadeira de Caçapava 12/01/1893; professora adjunta do 1º Grupo Escolar do Brás 1901 a 1907.	

Maria Emília de Oliveira	Professora do bairro de Pantojo - São Roque 1895; professora da Escola Modelo de Itapetininga 15/02/1896 a 1901; professora adjunta do Grupo Escolar Peixoto Gomide - Itapetininga 1907.	
Maria Minervina dos Anjos Payão	Professora da escola mista do Pari – capital 1900; professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás – capital 08/03/1900 a 1908; professora adjunta do Grupo Escolar da Vila Mariana - capital 12/01/1909; professora da escola de Itaquaquetuba - Mogi das Cruzes 12/07/1910.	
Maria Theodora Xavier	Professora da cadeira mista do bairro de São Benedicto do Berituba - Mogi das Cruzes 12/01/1893; professora da Conceição da Barra Mansa - Itatiba 1895; professora adjunta do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 1899; professora da 4ª escola de Mogi das Cruzes 18/01/1900 (DO); professora adjunta do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 1907.	
Nephtalina Isaltina Gouveia da Veiga	Professora da 1ª cadeira de Guaratinguetá 20/03/1894; professora adjunta do Grupo Escolar de Guaratinguetá 1896; adjunta do Grupo Escolar Dr. Flaminio Lessa - Guaratinguetá 1897; professora da 2ª escola de Batatais 1901; professora da 1ª escola de Cravinhos 1906; professora da 1ª escola de Cotia 05/02/1907; professora da escola isolada mista da Vila Clementino - capital 19/03/1908.	
Risoleta Ceslau de Moura	Professora da 2ª cadeira de Atibaia 12/01/1893; professora adjunta do Grupo Escolar José Alvim - Atibaia 11/01/1905.	
Risoleta Lopes (de Oliveira)	Professora do Arraial dos Souzas - Campinas 12/01/1893; professora do bairro do Guanabara - Campinas (permuta com Vicentina do Amaral Salles) 1895; professora adjunta do 1º Grupo Escolar de Campinas 1897; professora da escola mista do bairro de Santa Rita dos Machados - Guaratinguetá 21/02/1901; professora da 2ª escola de Aparecida - Guaratinguetá 1903; professora adjunta do Grupo Escolar de Guaratinguetá 1906; professora da escola isolada mista de Aroeira - Guaratinguetá (permuta com Maria Augusta da Costa Martins) 17/07/1907; professora adjunta do Grupo Escolar de Lorena 16/02/1909; adjunta do Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos - Campinas 08/02/1911.	No DOESP de 04/03/1900, pediu permissão para assinar Risoleta Lopes de Oliveira.
Rita Rosa de Senne	Sem informação.	

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946)

**ANEXO 4 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL
DE SÃO PAULO EM 1893**

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Aristides José de Castro	Professor da Estação do Rio Grande - São Bernardo 20/03/1894; professor da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 1898; professor da Segunda Escola Modelo - capital 02/1901; diretor do Grupo Escolar do Cambuci 09/01/1908; inspetor escolar 28/08/1911 a 1919.	Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901; conselho fiscal da Associação 1901.
Augusto Ribeiro de Carvalho	Professor da Escola Modelo anexa à Escola Normal de SP s/d; diretor do Grupo Escolar de Jacareí; inspetor geral de exercícios físicos 1914-1930.	Trabalhos publicados na Revista Eschola Publica 1896; artigos na Revista de Ensino; autor das obras Escola de Recrutas sem Arma, Escola de Recrutas com Arma, Escola de Companhia, Escola de Batalhão e Toques de Corneta Relativos ao Contexto do Livro. 1º secretário da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1906, 1912; Redator-secretário da Revista de Ensino 1907; 1º bibliotecário da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1913.
Benedicto A. Hudson Ferreira	Professor da 3ª cadeira de Jundiaí 20/03/1894; professor adjunto do Grupo Escolar Coronel Siqueira de Moraes - Jundiaí 1900; diretor do Grupo Escolar Conde de Parnaíba - Jundiaí 24/02/1906; professor do curso noturno de Jundiaí 1906; diretor da Escola Normal Primária de Pirassununga 30/03/1911 e 1914.	
Eduardo Raggio Zimbres	Professor substituto da 2ª cadeira de Sorocaba 07/03/1894; professor da 1ª cadeira de Jundiaí 20/03/1894; professor do bairro do Jardim - Jundiaí 01/1895; inspetor literário do 34º distrito (Avaré) 25/07/1896; professor do Grupo Escolar de Piracicaba 1898; professor da 4ª escola da cidade de Capivari 12/02/1899; auxiliar do diretor do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - capital 1903; diretor do Grupo Escolar de Limeira 1906; diretor do Grupo Escolar Tatuí 17/01/1906; professor da Escola Normal Primária de Pirassununga (cadeira de Português) 30/03/1911.	
Henrique Cupertino Botelho	Professor da cadeira do bairro do Pontal da Cruz - São Sebastião 1893; professor na Praia do Barro - São Sebastião 1894; professor de São Sebastião 22/03/1894; professor interino no Grupo Escolar Gabriel Prestes - Lorena 10/07/1896; professor adjunto do Grupo Escolar Gabriel Prestes - Lorena 30/07/1896; professor do bairro de Piraiké - Vila Bela 1898; professor da 2ª escola do bairro de São Francisco - São Sebastião 24/02/1899; professor adjunto do Grupo Escolar de São	

	Sebastião 1901; diretor do Grupo Escolar de São Sebastião 27/08/1902 a 1908.	
Martinho Nogueira	Professor da 4ª cadeira de Tatuí 20/03/1894; professor do curso noturno da cidade de Tatuí 30/01/1895; diretor da secção masculina do Grupo Escolar Tatuí 1895 a 1898; professor adjunto interino da Escola Complementar de Itapetininga 07/02/1899; professor adjunto do Grupo Escolar de Tatuí 1899; diretor do Grupo Escolar de Tatuí 1903; professor do 4º ano da Escola Complementar de Itapetininga 1907; diretor da Escola Complementar de Guaratinguetá 1910; diretor da Escola Normal Primária de Guaratinguetá 31/03/11; Escola Normal de Botucatu; diretor da Escola Normal de Campinas 1919-21; diretor da escola Normal de Itapetininga 1925-30.	
Miguel Carneiro da Silva Junior	Professor do bairro do Cambuci - capital 20/03/1894; professor adjunto do Grupo Escolar do Marco da Meia Légua - capital 1895; diretor do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 1900; diretor do Grupo Escolar de Piracicaba 1901; inspetor escolar 24/12/1904 a 1910.	Conselho fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1907; comissão organizadora do Anuário do Ensino do Estado de SP 1908-1909. No DOESP de 08/02/1900, foi nomeado como membro da comissão examinadora no concurso das escolas de Barro Branco e Apeninos, na capital; No DOESP de 06/02/1908, foi nomeado para realizar a revisão do quadro de obras didáticas que deveriam ser adotados no ano.
René de Oliveira Barreto	Professor do bairro dos Rebouças - Campinas 20/03/1894; professor da 1ª escola de Casa Branca 17/01/1895; professor da Escola Complementar anexa a Escola Normal de SP - capital 1904; inspetor escolar 22/05/1905 a 1912; professor de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal de SP.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1895. Trabalhos publicados na Revista Escola Pública 1897; autor de livros didáticos de matemática e da obra História da Pedagogia; autor de hinos escolares. Diplomado pela Faculdade de Direito de SP. Comissão de redação da revista A Escola Pública 1896; suplente do vice-presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de SP em 1903; vice-presidente da Associação em 1904; comissão organizadora do Anuário do Ensino do Estado de SP 1907-1908 e 1908-1909.
Tolentino de Souza e Castro	Professor do bairro dos Remédios - Taubaté 20/03/1894.	
Alice Silvina Ávila de Macedo	Professora da 1ª escola da cidade de Casa Branca 1894; professora do Grupo Escolar do Sul da Sé - capital 1903; professora do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital (permuta	Em 16/02/1895, impetrou autorização para completar o curso na Escola Normal (provavelmente não foi

	com Zózima Corte Real) 17/02/1903; professora adjunta do Grupo Escolar da Barra Funda – capital 1907.	autorizada).
Antonina de Almeida	Professora da 1ª escola da cidade de Botucatu 1894; professora adjunta da Escola Modelo Caetano de Campos (permuta com Garibaldina Pinheiro Machado) – capital 03/03/1895; professora da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1895; professora adjunta do Grupo Escolar Prudente de Moraes – capital 1907.	
Escolástica de Toledo Bicudo	Professora da 1º cadeira de Atibaia 20/03/1894; professora do 1º distrito da capital (permuta com Izabel Ribeiro da Silva) 23/02/1896; professora da 1º escola isolada feminina da Liberdade - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital 28/01/1909; adjunta do Grupo Escolar do Cambuci - capital (permuta com Maria José Prestes Vieira) 20/02/1912.	
Flotilde Maria Dias Coelho Braga	Professora da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 07/02/1895; professora da escola isolada feminina do Bairro do Telegrafo - capital 1908.	
Henriqueta Rivera (Miranda)	Professora 1º cadeira do sexo feminino de São Simão 14/07/1895; professora da escola de Ituverava 1901; professora da escola isolada feminina de Santo Antônio de Rifaina - Santa Rita do Paraíso 1907.	
Leonina de Almeida (Castro)	Professora da 1º cadeira da Vila de Indaiatuba 20/03/1894; professora da 2ª Escola Modelo – capital 1895; professora da escola do Campo do Mauá - capital (permuta com Georgina Carolina da Silva) 04/02/1896; professora do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 1900; professora da escola de Vila Cerqueira Cesar - capital 1907; professora da escola isolada feminina da Vila Cerqueira Cesar - capital 1907; professora adjunta do Grupo Escolar de São João - capital 29/01/1911.	
Maria da Conceição	Professora adjunta da Escola Modelo de Itapetininga 25/01/1895; professora do Grupo Escolar Peixoto Gomide - Itapetininga 1907.	
Rita de Macedo	Professora da escola mista da Vila Americana (estação de Santa Bárbara) 20/03/1894; professora do bairro de Tucuru - Mogi Mirim 01/08/1894; professora da Escola Modelo anexa à Escola Normal de SP 1896; professora adjunta do Grupo Escolar da Mooca – capital 1907.	
Sophia de Moraes	Professora da Vila do Una 20/03/1894; professora de Piracicaba 1894; professora da estação Juquery - Juquery (removida por permuta) 25/01/1895; professora da escola isolada feminina de Colônia de Sant'anna - capital 1908.	
Vitalina Corrêa Pacheco	Professora do bairro de Pedreira - Amparo 20/03/1894; professora adjunta do Grupo Escolar de Amparo 1895; adjunta do Grupo Escolar de Faxina 1906; adjunta do Grupo	

	Escolar de São João da Boa Vista 05/03/1907; professora da escola isolada feminina do Alto da Mooca - capital 1908.	
--	---	--

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946)

ANEXO 5 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO EM 1894

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Álvaro de Moraes Rosa	Professor da 3ª escola de Sorocaba 02/02/1895; professor da 3ª seção masculina do Grupo Escolar Antônio Padilha - Sorocaba 1896.	Faleceu em 10/01/1899.
Antônio José de Castro	Professor da escola do bairro dos Pinheiros - capital 02/02/1895; professor adjunto do Grupo Escolar Sul da Sé - capital 05/02/1896; diretor efetivo da seção feminina do Grupo Escolar do Brás – capital 26/02/1898; professor da escola isolada masculina Vila Cerqueira Cesar - capital 1907.	
Benedicto Estevam dos Santos	Professor da 1ª escola da cidade de Itatiba 02/02/1895; professor adjunto do Grupo Escolar Coronel Júlio Cesar - Itatiba 1896; professor da 4ª escola de Itatiba 20/02/1897; professor adjunto do Grupo Escolar de Jundiá 1904; diretor do Grupo Escolar de Franca 21/01/1905; diretor do Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira - Limeira 02/02/1906; professor adjunto do Grupo Escolar da Mooca - capital 1911; diretor do Grupo Escolar da Mooca - capital 07/02/1912.	
Carlos Alberto Gomes Cardim	Professor da 2ª escola da Capital 02/02/1895; professor da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1895; professor da 3ª Escola Modelo da Luz – capital 15/02/1896; professor da Escola Complementar anexa à Escola Normal de SP 1901; auxiliar do diretor da Escola Normal de SP 11/01/1906; inspetor escolar s/d; inspetor das escolas anexas 1907-1908; auxiliar do diretor da Escola Normal de SP 1908; professor de música da Escola Normal de SP s/d; vice-diretor da Escola Normal Do Brás - capital 1922; diretor da Escola Normal de SP 1925-1928.	Colaborador da revista A Eschola Pública 1896. Trabalhos publicados na Revista de Ensino. Autor de obras como: Cartilha infantil, Tradições Nacionais, A Música pelo Método Analítico, Compêndio de Álgebra, O Nefelibata, Mistério Desfeito, Clarinha, Quem Nasceu pra Dez Reis, A vindiva, Iolanda e Matando o Tempo. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1895. Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901. Assessorou a reforma do ensino primário no Espírito Santo 1908.

		<p>Conselho Fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista 1916; vice-presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1917-1919; fundador da Biblioteca Infantil de Curso Primário, em SP e no Brasil.</p> <p>No DOESP de 06/02/1908, foi nomeado para realizar a revisão do quadro de obras didáticas que deveriam ser adotados no ano.</p>
Firmino Ladeira	Professor da escola do bairro da Conceição da Barra Mansa - Itatiba 02/02/1895; professor em comissão do Grupo Escolar Gabriel Prestes - Lorena 14/02/1896; professor da 3ª Escola Modelo da Luz - capital 01/1896; diretor do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 25/08/1896 a 1911; diretor do Grupo Escolar do Bom Retiro - capital 05/02/1911.	
Galdino Augusto Lopes Chagas	Professor da 2ª escola da Vila de Indaiatuba 02/02/1895; professor do curso noturna da Vila de Indaiatuba 1896; professor da 2ª escola de Santo Amaro - capital 25/07/1899; professor da 2ª escola de Indaiatuba 08/02/1900; professor da 2ª escola isolada da Vila de Indaiatuba 1908; diretor das Escolas Reunidas de Indaiatuba 05/1908; diretor do Grupo Escolar de Indaiatuba 07/03/1911.	
Honorato Faustino de Oliveira	Professor da 3ª cadeira do sexo masculino da cidade de Itapetininga 16/01/1890; professor adjunto da Escola Modelo de Itapetininga 1895; professor da Escola Complementar de Itapetininga 02/1899; diretor da Escola Complementar de Piracicaba 1904; diretor da Escola Normal de Piracicaba 1911-28.	Diplomado da turma de 1889. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1894.
João de Souza Azevedo	Professor do Grupo Escolar do Arouche 1902 a 1907.	
João Justo Novaes	Professor da escola do Rio da Cotia - Cotia 02/02/1895; professor da escola da Estação de São João - Cotia 03/02/1899; professor da 2ª escola de Cotia 1905; professor da 3ª escola isolada masculina da Vila de Itatinga 1908; professor adjunto do Grupo Escolar de Pirajú 24/01/1909; professor da escola da Estação de Lageado - capital 20/03/1910; professor da escola da Vila Clementino - capital (permuta com Francisco Roberto de Almeida) 17/01/1911.	É identificado como bacharel, sem informação do curso superior.
José de Azevedo Antunes	Professor da 1ª escola da cidade de Sorocaba 02/02/1895; professor da 2ª escola do Grupo Escolar de Tietê 1897; professor da 1ª escola de Sorocaba 20/02/1898; professor da 1ª escola isolada masculina de Sorocaba 1907; professor da escola da povoação do Ó - capital 24/01/1909; diretor do Grupo Escolar do Bom Retiro - capital 1909; inspetor escolar 13/01/1913.	

Lindolpho de França Machado	Professor do bairro de Humaitá - Caçapava 02/1892; diretor do Grupo Escolar de Caçapava 1907; professor adjunto do Grupo Escolar de Caçapava 1909; diretor do Grupo Escolar de Caçapava 07/07/1909.	Em 24/02/1892, solicitou autorização para cursar o 1º ano da Escola Normal, conforme termos do artigo 113(?) parágrafo único de 22/08/1887 - DOESP; Em 28/01/1893, pedindo auxílio consignado na lei do ensino, para completar os seus estudos na Escola Normal - art. 513 do reg. 30 de dezembro de 1892 – DOESP.
Mário Antônio de Souza	Professor da 3ª escola da cidade de Itatiba 02/02/1895; professor auxiliar do Grupo Escolar do Sul da Sé - capital 1904; professor na escola da Lapa - capital 12/1904; diretor do Grupo Escolar Dr. José Alves Guimarães Jr - Ribeirão Preto 19/07/1906; professor da escola da Freguesia do Ó – capital 1908; professor da escola do bairro do Telegrafo - capital 31/12/1908; professor adjunto do Grupo Escolar Sul da Sé - capital 04/01/1911.	No DOESP de 19/02/1904, informava que havia sido suspenso de suas atividades, sem mais detalhes.
Moysés Horta de Macedo	Professor da 2ª escola de Casa Branca 02/02/1895; professor da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 10/02/1898; professor da 2ª escola masculina de Casa Branca 1903; diretor do Grupo Escolar de Casa Branca 26/02/1903; professor da Escola Complementar de Guaratinguetá 12/02/1903; diretor do 2º Grupo Escolar de Campinas (Dr. Quirino dos Santos) 1907; inspetor escolar 24/01/1911; diretor da Escola Normal de Casa Branca 1913-21.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1897. No DOESP de 25/07/1899, foi exonerado a pedido da Escola Modelo Prudente de Moraes - na capital.
Octavio Gomes de Azevedo Cardoso	Professor da escola da Vila de São Bernardo 22/01/1896; professor efetivo da Escola Modelo Maria José - capital 04/02/1897; professor da 1ª escola isolada masculina da Vila de Santo Amaro - Santo Amaro 07/02/1901 a 1907.	
Rodolpho Nunes Pereira	Professora da 1ª escola da Vila de Indaiatuba 02/02/1895; diretor do Grupo Escolar de Indaiatuba (Alfredo Fonseca) 1896; professor adjunto da Escola Modelo Maria José - capital 1897; adjunto do Grupo Escolar Dr. Cerqueira Cesar - Paraibuna 22/06/1898; diretor do Grupo Escolar de Mogi das Cruzes 05/02/1911.	
Sócrates Fernandes de Oliveira	Professor da 2ª escola da cidade de Itatiba 02/02/1895; professor da escola de Campos Elíseos - capital 18/07/1896; professor da seção masculina do Grupo Escolar de Santa Ifigênia 1897; professor do Grupo Escolar Coronel Siqueira de Moraes - Jundiá 1900; diretor do Grupo Escolar de Lorena 02/05/1901; diretor do Grupo Escolar de Araraquara 1907.	No DOESP de 04/07/1896, foi exonerado a pedido do cargo de professor da 2ª cadeira de Itatiba; No DOESP de 14/03/1902, foi dispensado do cargo de diretor do Grupo Escolar de Lorena.
Theophilo Martins Mello	Professor da cadeira do bairro das Cabeceirinhas - Itapetininga 27/02/1892; professor da 4ª cadeira de Itapetininga 12/01/1893; professor do 1º ano da cadeira masculina da Escola Modelo Complementar	Diplomado da turma de 1891. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1894. No DOESP de 05/02/1902, foi

	da Capital 10/01/1895; professor da Escola Modelo de Itapetininga 05/02/1896; diretor interino da Escola Modelo e Complementar de Itapetininga 01/01/1902; professor da Escola Complementar de Itapetininga 1902.	dispensado do cargo de diretor da Escola Modelo e Complementar de Itapetininga.
Thomé da Rosa Teixeira	Professor interino da Escola Modelo de Itapetininga 1895; professor preliminar da 1ª escola de São João do Guarehy 17/02/1903; professor da escola de Monte Alto 11/01/1906; professor da 2ª escola de Avaré 25/02/1907; diretor do Grupo Escolar de Faxina 1907.	No DOESP de 20/08/1902, foi dispensado da Escola Complementar de Itapetininga.
Virgílio Vieira dos Santos	Professor da escola do bairro do Ribeirão dos Mottas - Guaratinguetá 02/02/1895; professor da escola do bairro do Campo do Galvão - Guaratinguetá 10/01/1897; professor adjunto do Grupo Escolar Flaminio Lessa - Guaratinguetá 1907.	
Afra da Costa e Silva	Professora da escola mista do bairro da Jangada – Mogi Guaçu 03/02/1895; professora da 3ª escola de São Luiz do Paraitinga 25/07/1895; diretora da seção feminina do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro - São Luiz de Paraitinga 1896; professora do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro - São Luiz de Paraitinga 1897; professora da 3ª escola de Capivari 1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Itatiba 21/02/1901; professora da escola da Freguesia da Escada - Guararema 1903; professora da escola de Lageado - capital 08/01/1905; professora da escola isolada feminina de Sant'anna - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar de Sant'anna - capital 1909; professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 11/01/1910.	Em 21/02/1897, foi dispensada do cargo de diretora da seção feminina do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro - São Luiz de Paraitinga, e assumiu o cargo de professora no mesmo Grupo.
Anna Constança Ferreira (Anna Ferreira Gonçalves)	Professora da 3ª escola de Guaratinguetá 29/02/1896; professora do Grupo Escolar Flaminio Lessa - Guaratinguetá 1897.	Em 06/01/1897, solicitou permissão para assinar como Anna Ferreira Gonçalves.
Anna Leonidia Senna	Professora da 1ª escola da cidade de Paraibuna 22/01/1896; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Cerqueira Cesar - Paraibuna 12/02/1896; adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 04/03/1910.	
Cândida de Cerqueira Leite	Professora da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 07/02/1895; auxiliar do diretor da Escola Normal de SP 28/02/1896.	
Carmem Cardoso de Azevedo	Professora da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 07/02/1895.	
Carolina Cortez Branco	Professora da escola mista da estação de Itacy - Indaiatuba 02/02/1895 (13/03 foi declarado sem efeito a nomeação); professora da 1ª cadeira de Indaiatuba 13/03/1895; professora da cadeira do bairro do Ipiranga - capital 08/01/1897; professora da escola do sexo feminino da Vila Clementino – capital 12/02/1897; professora da escola isolada feminina do Bairro do Ipiranga - capital 1904 a 1908.	
Euzebia Pereira Mello	Professora da escola do bairro de Caçapava	

(Ramos)	Velha - Caçapava 03/02/1895; professora do Carmo de Santa Cruz - São José dos Campos 12/02/1896; professora adjunta do Grupo Escolar de São José dos Campos 14/07/1896; professora da Estação de Piramboia 1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Caçapava 1907.	
Horminda Hormelia Ramos	Sem informação.	
Ignez Albuquerque de Andrada e Almeida	Professora adjunta do Grupo Escolar de São José dos Campos 1901.	
Ignez Augusta da Conceição	Professora da Estação de Campo Limpo - Jundiaí 1896; professora adjunta do 1º Grupo Escolar do Brás 1907.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1897.
Isolina Salles de Paula Ramos	Professora adjunta da Escola Modelo de Itapetininga 1895; professora adjunta interina da 2ª Escola Modelo do Carmo - capital 24/07/1896; professora adjunta efetiva da Escola Modelo Caetano de Campos (anexa a Escola Normal) - capital 21/02/1897; professora da Escola Complementar anexa à Escola Normal de SP 08/02/1898 a 1909.	No DOESP de 14/07/1896, foi exonerada a pedido da Escola Modelo de Itapetininga; Em 17/02/1897, foi dispensada do cargo de professora adjunta interina da 2ª Escola Modelo do Carmo – DOESP.
Júlia Ayres Delphim	Professora interina da 3ª Escola Modelo da Luz – capital 29/02/1896; professora adjunta do 1º Grupo Escolar do Brás 1905.	
Maria Cândida de Oliveira	Professora da escola da Vila Vieira do Piquete 02/02/1895; professora da 2ª Escola Modelo da Capital 05/02/1896; professora da 2ª escola preliminar de Pirassununga 07/02/1901; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Manoel Franco da Silveira - Pirassununga 02/02/1906 (DO); professora adjunta do Grupo Escolar do Carmo – capital 1907.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1900.
Maria Francisca de Arruda Campos	Professora da Vila do Bom Sucesso 02/1892; professora da Escola Modelo de Itapetininga 1898.	Em 20/02/1892, impetrando licença para matricular-se na Escola Normal.
Maria Soares de Araújo	Professora da 1ª escola da Vila de Santo Antônio da Bocaina 02/02/1895; professora interina da Escola Modelo Maria José – capital 02/02/1896; professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás – capital 1907.	
Placidina Georgina Carneiro	Professora da escola do bairro de Taboão - São Roque 02/02/1895; professora da Escola Modelo Maria José - capital 04/02/1897; professora do Grupo Escolar Sul da Sé - capital 1902; professora adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital 1907.	
Maria de Macedo	Sem informação.	
Rita Eustachio Pinto e Silva	Sem informação.	

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946).

**ANEXO 6 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL
DE SÃO PAULO EM 1895**

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Alfredo Rodrigues do Prado	Professor adjunto da 2ª Escola Modelo - capital 11/02/1896; professor adjunto do Grupo Escolar do Brás – capital 1899; diretor do Grupo Escolar Coronel Venâncio - Mogi Mirim 17/01/1900; professor adjunto do Grupo Escolar de Araras 14/03/1903; adjunto do Grupo Escolar de Serra Negra 10/03/1904; professor da 1ª escola da Vila de Pedreira 1906; professor da escola isolada masculina da Rua Itatiaia - capital (permuta com Francisco de Almeida Garret) 12/01/1907.	
Alfredo de Freitas	Professor da 1ª escola de Tietê 28/01/1896; professor da 3ª escola da Vila de Capão Bonito do Paranapanema 09/02/1898.	
Antônio de Oliveira Santos	Professor da escola do bairro de Santa Cruz - São Roque 22/01/1896; professor da Escola Modelo de Itapetininga 1900; professor interino da Escola Complementar de Itapetininga 1901.	No DOESP de 20/08/1902, foi dispensado da Escola Complementar de Itapetininga.
Benedicto Mario Calazans	Professor da escola do bairro da Barra - Paraibuna 22/01/1896; professor da 3ª escola da cidade de São Luiz do Paraitinga 04/02/1897; professor adjunto do Grupo Escolar Dr. Cerqueira Cesar - em Paraibuna 1907.	
Carlos Alberto Gomes Cardim	Professor da 2ª escola da Capital 02/02/1895; professor da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1895; professor da 3ª Escola Modelo da Luz – capital 15/02/1896; professor da Escola Complementar anexa à Escola Normal de SP 1901; auxiliar do diretor da Escola Normal de SP 11/01/1906; inspetor escolar s/d; inspetor das escolas anexas 1907-1908; auxiliar do diretor da Escola Normal de SP 1908; professor de música da Escola Normal de SP s/d; vice-diretor da Escola Normal Do Brás - capital 1922; diretor da Escola Normal de SP 1925-1928.	Colaborador da revista A Eschola Pública 1896. Trabalhos publicados na Revista de Ensino. Autor de obras como: Cartilha infantil, Tradições Nacionais, A Música pelo Método Analítico, Compêndio de Álgebra, O Nefelibata, Mistério Desfeito, Clarinha, Quem Nasceu pra Dez Reis, A vindiva, Iolanda e Matando o Tempo. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1895. Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901. Assessorou a reforma do ensino primário no Espírito Santo 1908. Conselho Fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista 1916; vice-presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1917-1919; fundador da Biblioteca Infantil de Curso Primário, em SP e no Brasil.

		<p>No DOESP de 06/02/1908, foi nomeado para realizar a revisão do quadro de obras didáticas que deveriam ser adotados no ano.</p> <p>No DO de 06/02/1908, foi nomeado para realizar a revisão do quadro de obras didáticas que deveriam ser adotados no ano.</p>
Francisco Furtado Mendes Vianna	Professor da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1900; professor do curso preliminar da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 24/02/1904; diretor do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida - Botucatu 01/06/1904; professor do Ginásio de Campinas (13 ^o cadeira de elementos de história natural, compreendendo noções de antropologia) 05/07/1906.	<p>Retornou para a Escola Normal para concluir o 4^o ano em 1898.</p> <p>Autor de livro didáticos.</p>
Gabriel Oscar de Azevedo Antunes	Professor da Vila de Santa Rita do Passa Quatro 1891; professor adjunto da Escola Modelo Caetano de Campos – capital 1896; professor da Escola Complementar anexa a Escola Normal de SP 1900; professor da Escola Normal Primária anexa a Escola Normal de SP (cadeira de Francês) 1911.	<p>Diplomado na turma de 1890. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4^o ano em 1895.</p> <p>No DOESP de 20/02/1900, informa que o professor havia sido suspenso por 20 dias em virtude de representação do diretor da Escola Normal.</p>
João Carlos da Silva Borges	Professor da Escola Complementar anexa a Escola Normal de SP 10/02/1898 a 1909; lente substituto da Cadeira de Mecânica, Física e Química da Escola Normal de SP 05/01/1911.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4 ^o ano em 1897.
René de Oliveira Barreto	Professor do bairro dos Rebouças - Campinas 20/03/1894; professor da 1 ^a escola de Casa Branca 17/01/1895; professor da Escola Complementar anexa a Escola Normal de SP - capital 1904 (DO); inspetor escolar 22/05/1905 a 1912; professor de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal de SP.	<p>Diplomado na turma de 1893. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4^o ano em 1895.</p> <p>Trabalhos publicados na Revista Escola Pública 1897; autor de livros didáticos de matemática e da obra História da Pedagogia; autor de hinos escolares.</p> <p>Diplomado pela Faculdade de Direito de SP.</p> <p>Comissão de redação da revista A Escola Pública 1896; suplente do vice-presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de SP em 1903; vice-presidente da Associação em 1904; comissão organizadora do Anuário do Ensino do Estado de SP 1907-1908 e 1908-1909.</p>
Adelaide Escobar Bueno	Professora adjunta do Grupo Escolar de Amparo 08/01/1896; professora da escola mista do bairro do quilômetro 1 na linha Sorocabana 18/07/1896; professora da escola do sexo feminino da Barra Funda – capital 1900; professora da Estação Osasco 1904; professora de Osasco 1907; professora da	<p>No DOESP de 08/07/1896, foi exonerada a pedido do Grupo Escolar de Amparo;</p> <p>No DOESP de 21/02/1908, substituída pela filha no Grupo Escolar - mesmo nome.</p>

	escola isolada mista da Estação do Pilar - São Bernardo do Campo 1907.	
Altina de Oliveira Rodrigues	Sem informação.	
Ambrosina da Conceição Xavier	Professora da 3ª escola do Sul da Sé 10/01/1897; professora adjunta interina do Grupo Escolar do Sul da Sé - capital 10/10/1896; professora adjunta do Grupo Escolar do Sul da Sé - capital 1907.	
Anna de Barros	Professora da Escola Modelo Caetano de Campos (Jardim da Infância) – capital 1896; professora da 2ª escola do sexo feminino da cidade de Sorocaba 07/02/1897; professora adjunta do Grupo Escolar Antônio Padilha - Sorocaba 1905.	
Cecilia Fortes	Professora da 2ª escola da cidade de Iguape 22/01/1896; diretora da seção feminina do Grupo Escolar de Iguape 28/02/1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Iguape 11/07/1900; professora da escola isolada feminina da Vila de Cravinhos - Cruzeiro 1908.	No DOESP de 11/07/1900, foi dispensada do cargo de diretora da seção feminina do Grupo Escolar de Iguape.
Cecilia Maria de Abreu	Professora da 1ª escola da cidade de Caçapava 1896; professora da 2ª escola do sexo feminino do Grupo Escolar Carlos Porto - Jacaré 15/01/1897; professora da escola do bairro da Colônia da Boa Vista - Jacaré 05/06/1898; professora da escola do bairro de Avarahy - Jacaré 1900; professora da escola do bairro de Riachuelo - Jacaré 24/02/1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Jacaré 1904; professora da escola mista do bairro do Cassununga - Jacaré 03/02/1905; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Carlos Porto - Jacaré 1907.	No DOESP de 11/01/1905, foi dispensada do Grupo Escolar de Jacaré.
Dirce de Andrade (Pereira)	Professora da 2ª cadeira do sexo feminino de Indaiatuba 14/07/1895; professora adjunta do Grupo Escolar Alfredo Fonseca - Indaiatuba 22/01/1896; professora da Escola Modelo Maria José - capital 1897; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Cerqueira Cesar - Paraibuna 22/06/1898 a 1908.	
Felisbina Narcisa Coelho	Professora da 3ª escola da cidade de Piracicaba 10/01/1897 e 05/02/1897; professora da 1ª escola de Capivari 1901.	
Izabel de Mendonça Castro	Professora da escola da Consolação - capital 07/02/1896.	
Joanna Grassi (Fagundes)	Professora no Jardim da Infância - anexo à Escola Normal de SP 1896; inspetora substituta do Jardim da Infância anexo à Escola Normal de SP 23/02/1909.	Artigo na Revista do Jardim da Infância 1896-1897. No DOESP de 22/02/1900, solicitou acrescentar Fagundes ao sobrenome, por ter casado com João de Oliveira Fagundes.
Júlia Amália de Azevedo Antunes	Professora da Vila de Santa Rita do Passa Quatro 1891; professora adjunta da escola modelo Caetano de Campos – capital 1896; professora da Escola Complementar anexa à Escola Normal de SP 1908.	Diplomado na turma de 1890. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1895. No DOESP de 20/02/1900, informa que a professora havia sido suspensa por 20 dias em

		virtude de representação do diretor da Escola Normal.
Leonina Gomes dos Santos	Professora da 1ª escola de Bocaina 18/07/1896; professora adjunta do Grupo Escolar da Lapa - capital 04/01/1911.	
Maria Eugênia de Azevedo Antunes	Professora da 2ª cadeira do sexo feminino da cidade de Pirassununga 01/1890; professora adjunta da Escola Modelo Caetano de Campos - capital 01/1896; professora da Escola Complementar anexa à Escola Normal de SP 1900 a 1909.	Diplomado na turma de 1889. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1895. No DOESP de 20/02/1900, informa que foi suspenso por 20 dias, em virtude de representação do diretor da Escola Normal.
Maria Joaquina de Oliveira	Professora da escola do bairro de Boa Vista - Pindamonhangaba 22/01/1896; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 1897; professora da 1ª escola de Pindamonhangaba 1906; professora da 1ª escola de Tremembé (permuta com Maria Ernestina Marcondes Natividade) 19/01/1907; professora da escola isolada feminina da Ponte - Jacareí 1908; professora adjunta do Grupo Escolar Olympio Catão - São José dos Campos 1911; professora da escola feminina da Estação de Osasco - capital 07/02/1912.	
Maria Marcondes Salgado (Machado)	Professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 30/01/1897; professora do 5º ano da Escola Modelo Caetano de Campos - capital 1900; professora adjunta do Grupo Escolar Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 1900 (DO); professora do 2º Grupo Escolar de Campinas 29/03/1900; professora da 2ª escola isolada feminina de Cunha 1908.	No DOESP de 06/03/1902, pediu exoneração do 2º Grupo Escolar de Campinas.
Amélia Oscarlina Martins	Professora adjunta do 3º Grupo Escolar do Brás - capital 1907; professora adjunta do Grupo Escolar do Cambuci (permuta com Genoveva Rivero Alamo Louzada) 04/02/1908.	

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946).

ANEXO 7 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO EM 1896

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Antônio Alves Aranha	Professor da escola de Itapira 1891; professor da seção masculina da Escola Complementar de Piracicaba 10/02/1897; diretor da Escola Complementar de Piracicaba 14/02/1897;	Diplomado na turma de 1889. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1896.

	diretor da Escola Complementar de Campinas 1903; diretor da Escola Normal Primária de Campinas 1911; inspetor escolar 1915; diretor da Escola Normal de Piracicaba s/d.	No DOESP de 02/02/1902, solicitou exoneração do cargo de professor da Escola Complementar de Piracicaba, continuando como diretor.
Antônio de Arruda Malheiros	Professor da escola do bairro de Santa Cruz - em São Roque 10/01/1897; professor da Escola Modelo de Itapetininga 1904.	
João Lourenço Rodrigues	Professor da 1ª cadeira de Amparo 1891; professor adjunto do Grupo Escolar de Amparo 1894; professor da Escola Complementar anexa a Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1897; professor da Escola Complementar de Piracicaba 1898; diretor da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1901; diretor da Escola Complementar de Guaratinguetá 1903; inspetor escolar 1905; diretor da Inspetoria Geral da Instrução Pública 1907; professor da Escola Complementar de Piracicaba 1909; professor da Escola Complementar de Campinas 1910; lente da Escola Normal de São Carlos 1911; professor da Escola Normal de SP.	Redator Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1902. Publicou diversos artigos na Revista de Ensino, Revista Excelsior. Entre suas obras esta o livro de memórias Um retrospecto: Alguns subsídios para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo (1930). Diplomado na turma de 1890. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1896.
Luiz José Dias	Professora da escola do bairro de Apiahy-mirim - Capão Bonito do Paranapanema 10/01/1897; professor da 2ª escola de Faxina 1900; professor do Grupo Escolar de Faxina 15/03/1900; professor da escola de Itaberá 1906; professor da 3ª escola isolada masculina de Capão Bonito de Paranapanema 20/01/1907; diretor do Grupo Escolar de Fatura 1911; diretor do Grupo Escolar de Itaporanga 11/01/1912.	
Adelina de Abreu Cyrillo de Castro	Professora da Vila Mathias - Santos 01/1894 a 1897; professora da seção feminina da Escola Modelo Complementar anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 10/02/1897; professora da Escola Complementar anexa a Escola Normal de SP 1909.	
Escolástica do Couto Aranha	Professora da 3ª cadeira do sexo feminino da cidade de Itu 24/04/1891; professora da 1ª cadeira de Itapira (permuta com Catharina Ceslau de Moura) 06/05/1891 a 1897; professora da seção feminina da Escola Complementar de Piracicaba 10/02/1897; professora da Escola Complementar de Campinas 12/02/1903 a 1907.	Autorizado permuta por motivo de união de casais no mesmo lugar - DOESP 06/05/1891; Em 24/01/1896, solicita licença para se matricular na Escola Normal.
Lectícia de Ulhôa Cintra	Professora da 2ª escola da Freguesia de Santa'anna - capital 10/01/1897; professora da 4ª escola de Mogi Mirim 1900; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Venâncio - Mogi Mirim 08/02/1900; professora da escola isolada mista do Butantã - capital 19/03/1908.	
Maria A. de Azevedo Brocarbo (Brocardo)	Professora da 2ª escola da Vila de Lençóis 10/01/1897; professora da escola mista de Cerqueira Cesar - capital 25/02/1907.	
Thereza Couto Rodrigues	Professora da 2ª cadeira de Amparo 27/01/1892; professora do Grupo Escolar Luiz	Diplomado na turma de 1890. Retornou para a Escola Normal

	Leite - Amparo 1894; professora do Jardim da Infância anexo a Escola Normal de SP 09/02/1897; professora da Escola Complementar de Piracicaba 09/02/1898 a 1901; professora da Escola Complementar de Guaratinguetá 12/02/1903; professora adjunta do Grupo Escolar Quirino dos Santos - Campinas 1909; professora adjunta do Grupo Escolar de São Carlos 08/02/1911.	para concluir o 4º ano em 1896. Em 22/01/1897, solicitou exoneração do Grupo Escolar Luiz Leite - em Amparo.
--	---	---

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946).

ANEXO 8 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO EM 1897

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Alfredo Machado Pedrosa	Professor da escola Complementar anexa à Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 12/02/1898; professor da Escola Complementar anexa à Escola Normal de SP 11/01/1906; professor da Escola Normal Primária anexa à Escola Normal de SP (cadeira Geografia geral e do Brasil, História Geral e do Brasil) 30/03/1911.	Conselho fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1908-1910.
Ayres Amâncio de Moura	Professor da 2ª escola da cidade de Paraibuna 14/01/1898; professor do Grupo Escolar Dr. Cerqueira Cesar - Paraibuna 08/02/1898; diretor do Grupo Escolar de São Luiz do Paraitinga 1906; professor adjunto do Grupo Escolar do Arouche - capital 1909; professor da escola do bairro de Ilhéus - Paraibuna 18/03/1909.	
João C. da Silva Borges	Sem informação.	
João Francisco Pinto e Silva	Professor da 2ª cadeira de Amparo 1891; professor da 1ª cadeira de Araraquara 27/02/1892; professor da 3ª cadeira de Amparo 12/01/1893; professor do Grupo Escolar de Amparo 1894; diretor em comissão do Grupo Escolar de Amparo 19/11/1895 a 11/12/1896; professor adjunto do Grupo Escolar de Amparo 1897; auxiliar do diretor do Grupo Escolar do Brás - capital 1898; professor do curso complementar da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 11/02/1899; diretor do 1º Grupo Escolar do Brás - capital 1901; professor da Escola Modelo Caetano de Campos - capital 1904; diretor do Grupo Escolar do Arouche - capital 02/02/1905; professor adjunto do Grupo Escolar do Carmo - capital 15/02/1905; diretor do Grupo Escolar São João - capital 19/02/1907; professor da 5ª escola noturna	Trabalhos publicados na Revista de Ensino. Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de SP 1901; redator da Revista de Ensino 1902; conselho fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de SP 1904. Diplomado na turma de 1891. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1897. Em 10/02/1898, foi exonerado, a pedido, do cargo de professor do Grupo Escolar Luiz Leite - em Amparo; No DOESP de

	para adultos do Brás - capital 15/02/1911; inspetor escolar 11/05/1910 a 1911; diretor da Diretoria Geral da Instrução Pública 1925-1927.	02/02/1905 foi dispensado do cargo de professor da Escola Modelo Caetano de Campos; No DOESP de 10/02/1905, pediu dispensa do cargo de diretor do Grupo Escolar do Arouche.
José Barreto	Professor adjunto da 2ª Escola Modelo - capital 26/02/1898; professor da 1ª escola da Vila de Cotia - Cotia 1908.	
Miguel Ramos de Castro	Professor da 3ª escola de Pindamonhangaba - anexa ao Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol 16/02/1898.	
Moysés Horta de Macedo	Professor da 2ª escola de Casa Branca 02/02/1895; professor da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 10/02/1898; professor da 2ª escola masculina de Casa Branca 1903; diretor do Grupo Escolar de Casa Branca 26/02/1903; professor da Escola Complementar de Guaratinguetá 12/02/1903; diretor do 2º Grupo Escolar de Campinas (Dr. Quirino dos Santos) 1907; inspetor escolar 24/01/1911; diretor da Escola Normal de Casa Branca 1913-21.	Diplomado na turma de 1894. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1897. No DOESP de 25/07/1899, foi exonerado a pedido da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital.
Alzira Ortiz de Andrade	Professora da 3ª escola de São João da Boa Vista (anexa ao Grupo Escolar Joaquim José) 14/02/1898; professora do Grupo Escolar do Brás – capital 1901.	
Amélia Garcez de Barros	Professora do bairro de Mineiros - Dois Córregos 02/1892; professora adjunta do 3º Grupo Escolar do Brás - capital 1907.	Em 09/02/1892, impetrando licença para cursa a Escola Normal - DOESP; Em 12/02/1892, autorizada conforme termos do art. 113 parag. único do regulamento de 22/08/1887 - DOESP; Em 10/02/1893, professora licenciada para frequentar a Escola Normal, solicitando o direito de gozar das vantagens do art. 72 da lei 88, de 8 de setembro de 1892, e respectivo regulamento - DOESP; Em 29/02/1896, solicitou autorização para matricular-se na Escola Normal, foi autorizada – DOESP.
Anna Rodrigues de Carvalho	Professora da escola mista da cadeira de São João do Ipanema 03/01/1893; professora da Escola Modelo de Itapetininga 1895; professor da Escola Complementar de Itapetininga 15/01/1898; professora do Grupo Escolar do Pari - capital 1905; professora do Grupo Escolar de Bragança (permuta com Ernestina Agueda Marcondes) 10/07/1906; professora da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital.	Em 21/01/1897, solicitou autorização para matricular-se no 4º ano da Escola Normal, com garantias estabelecidas no art. 113 do regulamento de Instrução Pública. Diplomado na turma de 1883. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1897. No DOESP de 17/02/1907, foi concedido aposentadoria para a professora.
Antônia Nogueira (Padilha)	Professora do Grupo Escolar Antonio Padilha - Sorocaba 27/01/1898; professora adjunta do	

	Grupo Escolar Antonio Padilha - Sorocaba 1902 a 1908.	
Baptistina A. de Oliveira Carvalho	Sem informação.	
Baptistina Leite de Araújo	Sem informação.	
Elisa Hummel	Professor preliminar da 2ª escola da cidade de São João do Rio Claro 25/01/1898; professora do Grupo Escolar de Rio Claro 1900; professora substituta efetiva do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 08/02/1906; professora substituta efetiva do Grupo Escolar do Espírito Santo do Pinhal 1907; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles - Rio Claro 10/03/1900 a 1908; professora adjunta do Grupo Escolar do Espírito Santo do Pinhal 1909; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Siqueira Moraes - em Jundiá 04/03/1910; professora adjunta do Grupo Escolar do Triunfo - capital 21/02/1911.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1905.
Elisa de Mascarenhas	Professora interina da Escola Modelo Maria José - capital 10/02/1898; professora adjunta do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 1907.	
Eulália Ortiz de Andrade (da Silva)	Professora da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 1901; professora adjunta do Grupo Escolar Prudente de Moraes - capital 1907.	
Felisbina von Atzingen	Professora da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 10/02/1898 (em 1903 estava no cargo); professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles - Rio Claro 1906.	
Joanna Victoria de Almeida	Professora interina da Escola Modelo Maria José - capital 10/02/1898; professora adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital 1907.	
Júlia Eugênia da Silva	Professora da 2ª cadeira da cidade de Paraibuna 02/1893; professora adjunta do 1º Grupo Escolar do Brás - capital 1902 a 1907.	Em 21/02/1893, solicita autorização para matricular-se no 2º ano da Escola Normal; Em 28/02/1893, contrário à matrícula, pedido opor-se ao art. 135 do reg. de 30 de dezembro de 1892.
Leocádia Coque	Professora da Escola Modelo Complementar de Itapetininga 14/01/1898; professora do Grupo Escolar de Itapetininga 1905.	Faleceu em 27/01/1905.
Leocádia Mariana Pereira	Professora interina da Escola Modelo Maria José - capital 10/02/1898 (em 1901 continuava no cargo); professora adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital 1907.	
Malvina C. de Oliveira França	Professora do Grupo Escolar do Brás - capital 1902.	
Maria Daiúto	Professora da escola de Campo Mauá (anexa ao Grupo Escolar de Santa Ifigênia) - capital 14/02/1898; professora adjunta do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 1900 a 1907.	
Maria Elisa de Almeida	Professora interina da Escola Modelo Maria José - capital 10/02/1898; professora adjunta do Grupo Escolar Maria José - capital 1907.	
Maria Júlia Marcondes de	Professora do Jardim de Infância anexo à	

Godoy	Escola Normal de SP 12/02/1898.	
Martha dos Santos Monteiro	Sem informação.	
Perpétua Cândida de Salles	Professora adjunta do Grupo Escolar de Jacaré 1900; professora da 7ª escola de Jau 18/03/1902; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles - Rio Claro 1903 a 1908.	
Saturnina de Araújo	Professora adjunta do 1º Grupo Escolar do Brás - capital 1904; professora da escola do bairro do Bom Retiro - capital (permuta com Perina Grassi) 21/02/1905; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles - Rio Claro 1907; professora da escola feminina do Bom Retiro - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar do Bom Retiro - capital 03/02/1909; professora da escola mista do Bom Retiro - capital (permuta com Carolina da Costa Galvão) 18/01/1910.	

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946).

ANEXO 9 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO EM 1898

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Francisco Antunes (Antônio) Maciel	Professor da 4ª cadeira de Tietê 20/03/1894; professor adjunto do Grupo Escolar de Tietê 1895; professor da 1ª cadeira da cidade de Itapetininga 1898; professor adjunto do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 1903; adjunto do Grupo Escolar de Jau (permuta com José Gonzaga Guimarães) 15/06/1904; adjunto do Grupo Escolar Barão de Monte Santo - Mococa 1907; adjunto do Grupo Escolar Cerqueira Cesar - capital 04/01/1911.	Diplomado na turma de 1892. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1898. Em 09/03/1895, solicitou exoneração do cargo; Em 02/02/1898, solicitou licença para matricular-se na Escola Normal.
Francisco Furtando Mendes Vianna	Professor da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 1900; professor do curso preliminar da Escola Modelo Prudente de Moraes – capital 24/02/1904; diretor do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida - Botucatu 01/06/1904; professor do Ginásio de Campinas (13ª cadeira de elementos de história natural, compreendendo noções de antropologia) 05/07/1906.	Diplomado na turma de 1895. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1898. Autor de livros didáticos.
João Baptista Nogueira	Professor da Escola Complementar de Piracicaba 1899 a 1911; professor da Escola Normal de Piracicaba (cadeira Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil) 30/03/1911.	No DOESP de 15/03/1907, foi nomeado como examinador no concurso para preenchimento de vagas de professores na Escola Complementar de Piracicaba.
Augusta dos Santos	Professora da escola preliminar de Anápolis 01/02/1899; professora adjunta da Escola Complementar de Piracicaba 26/02/1899; professora da 2ª escola feminina de Serra Azul	

	- São Simão 21/01/1909; professora adjunta do Grupo Escolar de Dois Córregos 25/01/1910.	
Áurea de Almeida (de Sandeville)	Professora da 3ª escola preliminar de São João da Boa Vista 07/02/1901	Em 07/09/1895, a Lei n. 374 autorizava a admitir à matrícula na Escola Normal, procedendo aprovação no exame de suficiência que deveria ser prestado extraordinariamente.
Aurora Barbosa	Professora adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital 1907; professora adjunta do Grupo Escolar Prudente de Moraes - capital 28/01/1909.	
Brisabella Barbosa	Professora da escola mista preliminar do bairro de Pari - capital 22/02/1899; professora da Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 1900; professora adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital 02/02/1905; adjunta do Grupo Escolar de Casa Branca 01/01/1909; adjunta do Grupo Escolar da Avenida Paulista - capital 24/03/1909.	
Emília Augusta Vasques	Professora da escola isolada feminina de São José - em Taubaté 1907.	
Ermelinda da Glória Bittencourt	Professora do bairro da Liberdade - capital 01/02/1899.	Nota de falecimento no DOESP de 23/01/1901.
Erothildes de Souza Lobo	Professora da Escola Complementar de Piracicaba 03/02/1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Bananal 14/03/1901 a 1907.	
Eugênia de Godoy (de Barros)	Professora da escola preliminar do Ribeirão Pires - São Bernardo 12/02/1899; professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 07/02/1901; adjunta do Grupo Escolar de Atibaia 1906.	No DOESP de 23/03/1902, solicitou autorização para assinar Eugênia de Barros.
Genoveva Martins da Silva	Professora da escola mista do Marco de Meia Légua - capital 01/02/1899; professora adjunta do 3º Grupo Escolar do Brás - capital 1907.	
Guilhermina Augusta Mallet	Professora da Villa Novaes 1891; professora da Villa do Cruzeiro 1893; professora do bairro de Olaria - Lorena 04/01/1894; professora adjunta do Grupo Escolar Gabriel Prestes - Lorena 1896; professora adjunta da seção masculina do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 1900 (DO); professora da 3ª escola de São Simão (permuta com Zózima Corte Real) 18/03/1902.	Em 03/03/1892, solicitou licença para matricular-se na Escola Normal; Em 16/02/1896, solicitou licença para matricular-se no 2º ano da Escola Normal, foi autorizada, DOESP. Na Revista de Ensino n° 4 de 1902, informação sobre o falecimento da professora.
Joanna de Camargo Tolomy	Professora da 2ª escola preliminar do bairro das Perdizes - capital 12/02/1899; professora substituta efetiva do Grupo Escolar do Arouche - capital 1907.	
Lavínia de Carvalho (Albuquerque)	Professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 08/03/1900; professora na escola de São José do Belenzinho - capital (permuta com Zulmira Alice de Queiroz) 05/02/1903; professora da escola isolada feminina do Belenzinho - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar do Belenzinho - capital 03/02/1909.	No DOESP de 26/02/1902, solicitou para acrescentar Albuquerque.
Leonor Soares da Silva	Professora da 3ª escola preliminar da cidade de Faxina 12/02/1899; professora adjunta do Grupo Escolar de Faxina 15/03/1900;	No DOESP de 27/02/1902, nota de falecimento da professora.

	professora da Escola Complementar de Piracicaba 02/1902.	
Lucinda Maria Braga	Professora da escola mista das Palmeiras - capital 01/02/1899; professora da escola isolada mista das Palmeiras - capital 1908.	
Maria Adelina de Andrade (Araújo)	Professora adjunta do Grupo Escolar de Jacareí 1901; adjunta do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 13/03/1902.	
Maria Amélia Motta (de Almeida)	Professora da 2ª escola preliminar da Vila Tremembé - capital 12/02/1899; professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Alfredo Pujol - Pindamonhangaba 1907.	
Maria da Conceição Pereira	Professora da Escola Complementar da Escola Modelo Prudente de Moraes - na capital 11/02/1899 a 1904.	
Rachel Augusta Pereira	Professora da escola do bairro de B(?) - Jundiaí 1899; professora interina na Escola Complementar de Piracicaba 31/07/1900; professora da Escola Complementar de Campinas 11/01/1906.	
Sebastiana Barroso Lintz (Lutz)	Professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás – capital 08/03/1900; adjunta do Grupo Escolar Maria José – capital 1907.	
Senhorinha Antonieta de Oliveira	Professora adjunta do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 1902; adjunta do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 1907.	
Thereza Alves Lobo	Professora da escola preliminar da Estação de Belenzinho - em Jundiaí 12/02/1899; professora adjunta do 3º Grupo Escolar do Brás – capital 1907; adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital (permuta com Maria dos Anjos Franco) 29/01/1911.	

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946).

ANEXO 10 - TURMA DE ALUNOS DIPLOMADOS PELA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO EM 1899

NOME DO PROFESSOR	CARREIRA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA	OBSERVAÇÕES
Antônio Primo Ferreira	Professor da 2ª escola preliminar de Vila Bela 03/02/1900; diretor do Grupo Escolar de Vila Bela 11/08/1902; inspetor escolar 08/04/1913.	Trabalhos publicados na Revista de Ensino 1904.
Antônio Sebastião da Silva	Professor da escola preliminar do 10º distrito da capital 03/02/1900; professor adjunto do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles - Rio Claro (permuta com Mariano Augusto Portella) 18/06/1903 a 1912; diretor do 2º Grupo Escolar de Rio Claro 27/02/1912.	
Arlindo Lopes Chagas	Professor adjunto do Grupo Escolar de Mogi Mirim 08/03/1900; professor da 2ª escola de São Simão 1903; professor adjunto do Grupo Escolar de Jaboticabal 12/03/1903; professor adjunto do Grupo Escolar de Mogi Mirim	No DOESP de 26/02/1902, foi dispensado do cargo de adjunto do Grupo Escolar de Mogi Mirim.

	1906; professor da escola isolada masculina da Rua Formosa - capital 1908; professor adjunto do Grupo Escolar da Bela Vista - capital 06/02/1910.	
Isaltino de Mello	Professor adjunto da Escola Complementar de Piracicaba 03/02/1900; diretor do Grupo Escolar Coronel Nogueira Cobra - Bananal 21/09/1900; professor do curso noturno de Bananal 29/07/1902; diretor do Grupo Escolar Coronel Nogueira Cobra - em Bananal 25/01/1907.	
João Escossia	Sem informação.	
João Francisco Monteiro	Professor do bairro do Belém - Taubaté 11/03/1892 a 1901; professor adjunto do Grupo Escolar de Taubaté 12/03/1901; professor interino da Escola Complementar de Piracicaba 04/02/1902.	
Nicanor Pereira da Silva	Professor da 3ª escola masculina de Itapira 18/01/1900; professor adjunto no Grupo Escolar Dr. Júlio de Mesquita - Itapira 03/02/1900; professor da escola da Estação de Valinhos - Campinas 18/03/1902; professor interino da Escola Complementar de Piracicaba 15/01/1903; diretor do Grupo Escolar Coronel Tobias - Belém do Descalvado 02/09/1903 a 05/05/1907.	No DOESP de 05/02/1902, foi dispensando do cargo de adjunto do Grupo Escolar de Itapira.
Sebastião Osório de Azevedo Antunes	Professor do Curso Complementar anexo à Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 03/02/1900; professor adjunto do Grupo Escolar do Pari - capital 1905.	
Sebastião Pedro Lang	Professor da escola preliminar do bairro de Guanabara - capital 18/01/1900; professor da escola isolada masculina Bairro do Guanabara - capital 1902 a 1908; professor adjunto do Grupo Escolar da Vila Mariana - capital 12/01/1909.	2º Secretário da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1908-1910.
Alzira Berlinck	Professora do Curso Complementar anexo à Escola Modelo Prudente de Moraes - capital 03/02/1900; professora adjunta do Grupo Escolar Prudente de Moraes - capital 1902 a 1908.	
Alzira Bonilha	Professora do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - capital 1907.	
Amélia Pinto Vale Moura	Professora do bairro de Piraíque - em Vila Bela 01/1896; professora do bairro de Vianna - Vila Bela 21/01/1902; professora da 1ª escola de São Vicente 18/03/1902; professora da 1ª escola isolada feminina de São Vicente 1907.	Em 05/01/1896, solicitou autorização para se matricular na Escola Normal.
Angelina Ferreira (Goulart) de Aguiar	Professora da 4ª cadeira do sexo feminino de Iguape 11/01/1894; diretora da seção feminina do Grupo Escolar de Iguape 1896; professora adjunta do Grupo Escolar de Botucatu 25/07/1899; professora da escola isolada feminina da Rua 25 de Março - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar do Carmo - capital 28/01/1909.	Diplomado na turma de 1892. Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1899. Em 17/02/1894, solicitou usar o sobrenome do marido - Goulart.
Avelina Rivera Sertã (Marulio)	Professora adjunta do 2º Grupo Escolar de Campinas (Dr. Quirino dos Santos) 08/02/1900 a 1907.	No DOESP de 22/01/1902, solicitou permissão para alterar seu sobrenome.

Benedicta Kiehl	Professora adjunta do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - capital 1907.	
Branca de Campos Barros	Professora da 2ª escola de Indaiatuba 03/02/1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Araraquara 1907.	
Celestina Barreto do Amaral	Professora adjunta do Grupo Escolar da Bela Vista – capital 1907.	
Christina de Aquino	Professora adjunta do Grupo Escolar da Bela Vista – capital 1907.	
Eunyce Pereira de Caldas	Professora adjunta do Grupo Escolar de Santos 1901; diretora do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos - Santos 13/08/1902; diretora do Grupo Escolar de Araras (permuta com Justiniano Freire da Paz) 24/02/1905; professora do Grupo Escolar do Carmo - capital 1906.	
Florinda Rodrigues de Mello	Professora do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - na capital 1907.	No DOESP de 21/02/1911, foi exonerada a pedido do Grupo Escolar do Triunfo - na capital.
Helena de Vasconcellos	Professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Joaquim Salles - Rio Claro 20/03/1900 a 1907; adjunta do Grupo Escolar do Pari – capital 1907.	
Henriquetta Puiggari	Professora adjunta do Grupo Escolar da Bela Vista 08/03/1900 a 1907.	
Hercília de Andrade Azevedo	Professora adjunta do Grupo Escolar do Arouche - capital 02/02/1905.	
Hermínia Villaça	Professora adjunta do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá - Bragança 1902 a 1908; professora da escola isolada feminina de Osasco - capital 1908; professora da escola do quilômetro 10 - capital 10/03/1909.	
Ismenia Salmann (Salomon)	Professora da escola isolada mista da Vila Cerqueira Cesar - capital 1901 a 1908.	
Isolina de Almeida Câmara (Isolina Câmara de Oliveira)	Professora adjunta da seção masculina do Grupo Escolar de Santa Ifigênia - capital 1901; adjunta do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 1906; adjunta do Grupo Escolar de Itatiba (permuta com Francisca Julia do Canto) 25/01/1907.	Solicitou a mudança do sobre nome por motivo de casamento 30/01/1901; No DOESP de 12/03/1907 foi exonerada a pedido do Grupo Escolar de Itatiba.
Judith Borges de Moraes	Professora da escola mista da Estação do Pilar - São Bernardo 08/03/1900; professora adjunta do Grupo Escolar da Avenida Paulista - capital 24/03/1909.	
Leovigilda Ferreira	Professora adjunta do Grupo Escolar de Guaratinguetá 1900; adjunta do Grupo Escolar de Lorena 22/02/1901; professora da escola isolada mista da Estação do Rio Grande - São Bernardo (permuta com Almerinda Rodrigues Mello) 10/07/1906; professora da escola da Colônia de Ribeirão Pires - São Bernardo (permuta com Rachel Guilherme da Silveira) 29/01/1909; professora da escola de Belenzinho - capital 1911; professora adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 20/02/1912.	
Luiza M. (Maria Luiza) Pereira da Silva	Professora do 22º distrito da capital 1904; professora adjunta do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 06/02/1910; adjunta do Grupo Escolar do Triunfo - capital (permuta Maria	

	José Malhado Penna) 22/02/1910.	
Luzia Tavares de Alvarenga (Fernandes)	Professora da escola isolada mista do 4º distrito - Norte da Sé - capital 1908; professora adjunta do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 06/02/1910.	
Lydia Alves Vianna	Professora adjunta do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - capital 1905; adjunta do Grupo Escolar Conde de Parnaíba - Jundiá (permuta com Amélia Alves Vianna) 14/07/1906; adjunta do Grupo Escolar de Sertãozinho 31/07/1908; adjunta do 2º Grupo Escolar do Brás - capital 07/02/1909; adjunta do Grupo Escolar do Pari - capital 11/01/1910.	
Maria Amélia Bonilha	Professora da 3ª escola de São José dos Campos 1900; professora da escola do 5º distrito - bairro da Liberdade - capital 12/03/1901; professora da escola dos Campos Elíseos (permuta com Julieta de Paula Machado Fagundes) 04/02/1902; professora adjunta do Grupo Escolar de São João - capital 19/02/1907.	No DOESP de 07/02/1901 foi exonerada, a pedido, da escola de São José dos Campos.
Maria Benedicta Fernandes	Professora da 2ª escola de Aparecida 1902; professora da escola isolada mista de Pedregulho - Guaratinguetá (permuta com Getulina de Toledo) 1902 a 1908; professora da 3ª escola isolada feminina da Vila de Bebedouro 04/02/1908.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1907.
Maria Christina Vuono	Professora adjunta do Grupo Escolar da Bela Vista – capital 1904 a 1907.	
Maria de Lourdes Almeida Nogueira	Professora da Escola Modelo Maria José - capital 12/03/1903.	
Maria de Miranda	Professora adjunta do Grupo Escolar da Bela Vila 1903; professora da 2ª escola do bairro de Perdizes – capital 1906; professora da 2ª escola isolada feminina de Perdizes - capital 1908; professora da escola do Bom Retiro - capital (permuta com Deolinda Seabra da Fonseca) 04/01/1911.	Retornou para a Escola Normal para concluir o 4º ano em 1906.
Maria do Carmo Neves Moraes Gomide	Professora adjunta do Grupo Escolar do Arouche - capital 02/02/1905; professora adjunta do Grupo Escolar de Santo Antônio – capital (permuta com Izabel do Amaral Correia) 23/02/1909; adjunta do Grupo Escolar da Barra Funda - capital 06/02/1910.	
Maria Izabel de Oliveira	Professora da 2ª escola preliminar da Vila de Santa Bárbara 18/01/1900; professora adjunta do Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira - Limeira 28/05/1901 a 1907.	
Maria Luiza Rangel	Professora adjunta do 2º Grupo Escolar de Campinas (Dr. Quirino dos Santos) 1900; professora da escola de Ribeirão Pires - São Bernardo 21/02/1901.	
Maria Rita Marcondes Domingues	Professora da escola preliminar do bairro do Carandiru - capital 03/02/1900; professora da escola isolada feminina do Carandiru - capital 1908.	
Maria von Atzingen	Professora da escola preliminar do bairro de Santa Cruz - Rio Claro 18/01/1900; professora adjunta do Grupo Escolar de Rio Claro 24/02/1900.	

Mary (Maria) Ellis Mac Intyre Filha	Professora da escola preliminar da Vila de Cerqueira Cesar - capital 20/03/1900; professora adjunta do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - capital 1907.	
Odila de Toledo Macuco	Professora adjunta do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - capital 1903; adjunta do Grupo Escolar do Arouche - capital 02/02/1905.	
Olympia Bello	Professora adjunta do Grupo Escolar da Bela Vista - capital 08/03/1900; adjunta do Grupo Escolar da Liberdade - capital (permuta com Avelina Reis) 11/01/1910.	
Pérola Mac Intyre	Professora adjunta do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - capital 1901	No DOESP de 29/07/1902, foi exonerada a pedido do Grupo Escolar da Alameda do Triunfo - na capital.
Philomena Lombardi (Pinto)	Professora adjunta do Grupo Escolar de Amparo 08/03/1900; professora da escola mista da Vila América - capital 1906; professora da Escola Reunida da Avenida Paulista 1907.	
Rachel Ayres	Professora da escola feminina da Barra Funda - capital 1911; professora adjunta do Grupo Escolar de Itatiba (permuta com Anna Adelina Vieira) 17/01/1912.	
Rosalina Ohl	Professora da Barra Funda - capital 1900	
Ruth Guimarães	Professora da escola isolada feminina do Bairro dos Apeninos - capital 1907; professora da escola Reunida do Belenzinho - capital (permuta com Lucinda Ferreira) 08/07/1908.	
Thereza de Paula Monteiro	Professora da escola isolada feminina de São Francisco de Paula - Queluz 1907.	

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, Livro de Registro de Títulos de Professores 1889 (AESP – E01093), 1889-1890 (AESP – E01105), 1889-1892 (AESP – E00832) e 1890-1892 (AESP – E01136), e Poliantéia Comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946).